

PEDRO EDUARDO ANDRADE CARVALHO

**MINAS DE BABEL:
ORTOGRAFIAS E PRÁTICAS SOCIOPOLÍTICAS NA REGIÃO DO TERMO DE MARIANA ENTRE
1813-1853**

Mariana
Instituto de Ciências Humanas e Sociais/ UFOP
2009

PEDRO EDUARDO ANDRADE CARVALHO

MINAS DE BABEL:

**ORTOGRAFIAS E PRÁTICAS SOCIOPOLÍTICAS NA REGIÃO DO TERMO DE MARIANA ENTRE
1813-1853**

Monografia apresentada ao Curso de História do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Ouro Preto, como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em História.

Orientador: Prof. Álvaro de Araujo Antunes.

Mariana
Instituto de Ciências Humanas e Sociais/ UFOP
2009

A meus pais

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao professor Álvaro Araujo Antunes, pela paciência, pela amizade e contribuições para a feitura desta pesquisa. Sem sua orientação esta pesquisa jamais poderia ser feita.

Agradeço ao professor Marco Antônio Silveira pela leitura cuidadosa desde que a monografia aqui apresentada era ainda apenas um esboço ainda muito rudimentar. Pelas contribuições de leitura, pelas explicações sempre esclarecedoras e pelas lições que carregarei comigo para sempre.

Agradeço ao professor Renato Pinto Venâncio pela leitura crítica do trabalho aqui apresentado e por ser um grande exemplo de que as letras e a história podem caminhar juntas.

Agradeço ao professor José Arnaldo Coêlho de Aguiar Lima pelo apoio e pelas palavras de incentivo. Pelo acesso ao Arquivo Histórico da Câmara de Mariana e pelas lições em paleografia.

Agradeço ao professor Ronald Polito de Oliveira pelas fantásticas aulas sobre os princípios da história e pelas contribuições no campo da arquivística. Obrigado ainda pelas risadas e pelo bom humor pois não há nada além disto.

Agradeço ao professor Ângelo Alves Carrara com quem tive a oportunidade de trabalhar. Seus apontamentos e correções, sempre ligeiras e encorajadoras muito acrescentaram neste trabalho. A ele devo ainda o encorajamento pelo uso da quantificação de dados e o ensinamento de que gráficos, tabelas e mapas não eram apenas um amontoado de números, linhas e imagens, mas o reflexo de uma sociedade.

Agradeço ainda a todos os professores que me questionaram ao longo da pesquisa, pois a cada crítica ou questão levantada por eles crescia abriam-se portas para novas perguntas e novas questões. Em especial, o professor Celso Taveira, Crisóston Teto, Andréa Lisly, Valdei Lopes e Cláudia Chaves.

Agradeço aos funcionários dos arquivos onde pesquisei pela atenção e cuidado além da torcida pelo sucesso da pesquisa. Em especial a Ângela e Conceição, na Casa dos Contos,

ao Cássio e Antero, na Casa Setecentista, a Dulce e a Conceição, no Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Mariana.

Agradeço a minha família, pelo apoio e pela preocupação sempre excessivos, pó sentirem minha falta nos momentos que passamos separados e por me apoiarem, mesmo com este sentimento a continuar buscando meus sonhos.

Agradeço ao Pablo Miranda e a Lídia Gonçalves com quem tive o prazer de dividir a mesa do Arquivo da Câmara. Ao Wellington Júnio com quem dividi a responsabilidade dos cursos de gestão documental e pelas discussões que muito me acrescentaram sobre história de Minas Gerais e a administração da justiça no XVIII. A Nicole que me ensinou o pouco que sei sobre circulação de crianças e por me mostrar que um trabalho bem feito pode se tornar uma dissertação. Agradeço a todos os amigos da “República Zona”, com especial atenção a Adriana, Gustavo Fraga e ao Adriano a eles devo a consciência de que a vida não se resume nos arquivos e bibliotecas.

Por último, mas talvez mais importante, agradeço as pessoas que me possibilitaram conhecer o universo de Minas Gerais no século XIX. A todos aqueles que de uma forma ou de outra me deram informações sobre o seu tempo e redigiram as vezes superando as maiores adversidades, a documentação que consultei. Pessoas que ainda passarão por estas páginas como o Tenente Coronel Fortunato Rafael Arcanjo da Fonseca e o Padre Bhering. A eles devo meu especial agradecimento.

*“E era toda a terra de huma mesma língua, e de humas mesmas palavras. ² E aconteceu, que partindo-se elles do Oriente, acharão hum Valle na terra de Sinear, e habitarão ali. ³ E disse o varão a seu companheiro: Ea, façamos ladrilhos, e bem os queimemos: e foi-lhes o ladrilho por pedra e o etume por cal. ⁴ E disserão: Ea, edifiquemos nós huma cidade e huma torre, cujo nome, para que por ventura não sejamos dissipados sobre a face de toda a terra. ⁵ Então deceo Jehovah para ver a cidade e a torre, que os filhos dos homens edificarão. ⁶ E disse Jehovah: Eis que o povo He hum, e todos tem huma mesma língua, e isto He o que começam a fazer: mas agora, não será cortado-lhes tudo o que intentarão a fazer? ⁷ Ea, descendamos e confundamos ali sua língua, para que não entenda o varão a ligua de seu companheiro. ⁸ E Jehovah os espargio dali sobre a face de toda a terra: e cessarão de edificar a cidade”.*¹

¹ *Bíblia Sagrada Contendo o Velho e o Novo Testamentos*. Livro do Gênese, Cap. XI, Versículos 01 – 08. Trad. Padre João Ferreira A; d’Almeida. Nova York: Sociedade Americana da Bíblia. 1848. p. 12.

RESUMO

Este trabalho traz um estudo sobre a relação entre a expansão burocrática no termo de Mariana e a relação daquela com o comportamento ortográfico dos correspondentes da Câmara Municipal. Para tanto, utiliza-se da quantificação das variações à norma ortográfica em relação ao “*Diccionario de língua portugueza: epitome da grammatica portugueza*” de Antônio de Morais Silva (1813) comparando-as com a posição hierárquica de escrevente. O trabalho é balizado pelo ano de publicação do sobredito dicionário e 1853, data da chamada “interiorização da metrópole”. A metodologia utilizada dialoga com outros trabalhos da historiografia tocante ao assunto visando contribuir para a discussão.² Como resultados apresenta gráficos e tabelas que mostram a valorização da escrita no período. Suas informações são completadas por exemplos encontrados nas fontes a fim de mostrar a gradual elevação da figura do letrado no período em questão.

ABSTRACT

This work presents a study on the relation between the bureaucratic expansion at the end of Mariana and the relationship of that with the behavior of the spelling of the corresponding Hall. To this end, we use the quantification of changes to the standard spelling for the "Dictionary of Portuguese language: Portuguese grammatica epitome of" Antonio de Morais Silva (in 1813) by comparing them with the rank of clerk. The work is guided by the year of publication of the aforesaid dictionary and 1853, when the so-called "internalization of the metropolis. The methodology used in dialogue with other works of historiography regards the subject to contribute to the discussion. The results presented charts and tables that show the value of writing in the period. Your information is supplemented by examples found in the sources to show the gradual increase in the figure of the literate period in question.

² A saber, CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem: a elite política imperial. Teatro de Sombras: a política imperial*. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003; VENÂNCIO, Renato Pinto. “migração e alfabetização em Mariana colonial”. In.: SILVA, Rosa Virgínia Mattos e (org.). *Para a História do português brasileiro*. São Paulo: Humanista / FFLCH / USP: FAPESP, 2001. pp. 391-399. (Volume II: primeiros Estudos; tomo II); VILLALTA, Luiz Carlos. “o que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura”. In.: SOUZA, Laura de Mello e [org.]. *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América Portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. pp. 331 – 385. (volume 1); SILVEIRA, Marco Antônio. *O Universo do Indistinto: estado e sociedade nas minas setecentistas (1735-1808)*. São Paulo: Editora HUCITEC. 1997; MORAIS, Christianni Cardoso de. *Estratégias de acesso ao ler/escrever/contar, usos das palavras escritas e graus de letramento da população da Vila e Termo de São João del-Rei, Minas Gerais (1750-1850)*. Belo Horizonte, MG: [s.d.], 2009. (tese de doutoramento).

LISTA DE IMAGENS

1. IMAGEM I: Assinatura de Fortunato Rafael Arcaño da
Fonseca
2. IMAGEM II: Assinatura de Antônio José Ribeiro Bhering.....
3. IMAGEM III: Assinatura de José Antônio de Freitas.....
4. IMAGEM IV: Assinatura de Antônio da Silva Leite.....
5. IMAGEM V: Assinatura de Joaquim José Ferreira.....
6. IMAGEM VI: Mapa relacionando o Percentual de Variações
ortográficas de acordo com o dicionário de Antônio de Moraes
Silva.....

LISTA DE TABELAS, QUADROS, ORGANOGRAMAS E GRÁFICOS

1. TABELA I: Inovações nas edições do Dicionário da Língua Portuguesa de Antonio de Morais Silva (1789, 1813, 1823, 1831, 1844 e 1858)
2. QUADRO I: Camaristas que ocuparam simultaneamente cargos judiciários e administrativos em Mariana (1824 – 1853).....
3. QUADRO II: Principais Revoltas, 1831 – 1848.....
4. TABELA II: Assinatura de Antônio da Silva Leite.....
5. TABELA III: Relação das Cadeiras dos Professores Régios de Gramática Latina, e Primeiras Letras, existentes, e vagas ate fim de Julho de 1814.....
6. TABELA IV: Distribuição cronológica dos professores encontrados (1813 – 1853).....
7. TABELA V: Distribuição geográfica dos professores encontrados (1813 – 1853).....
8. TABELA VI: Ocupações e Cargos dos professores encontrados (1813 – 1853).....
9. TABELA VII: Distribuição geográfica dos professores encontrados (1813 – 1853).....
10. TABELA VIII: Cor dos professores encontrados (1813 – 1853).....
11. TABELA IX: Local de Educação Superior dos Ministros, por Período, 1822-1889 (%).....
12. ORGANOGRAMA I: *Caminho da informação até a reunião de Câmara (1828 – 1853)*.....
13. GRÁFICO I: Percentual de variações por linhas escritas segundo o dicionário de Antonio de Morais Silva (1813) entre 1823 a 1853.....
14. ORGANOGRAMA II: Hierarquia administrativa municipal após 1830.....
108
15. ORGANOGRAMA III: Estrutura da Justiça Municipal a partir de 1832.....
112
16. TABELA X: Familiaridade com a escrita segundo títulos e patentes.....
17. TABELA XI: Comparação entre títulos de instrução e patentes para os oficiais de vereança 1822 – 1853.....
18. GRÁFICO II: Média de qualidade da assinatura nas correspondências (1822 – 1853).....
19. GRÁFICO II: Média de variação pela qualidade da assinatura dos escriturários das correspondências (1822 – 1853).....

LISTA DE ABREVIATURAS E/OU SIMBOLOS

APM – Arquivo Público Mineiro

AHCMM – Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Mariana

AHCSM – Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana

ANNT – Arquivo Nacional da Torre do Tombo

CC – Coleção Casa dos Contos

CECO – Centro de Estudos do Ciclo do Ouro

RMC – Real Mesa Censória

RAPM – Revista do Arquivo Público Mineiro

PV – Percentual de Variação

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO

14

1.1. Tema (problematização) e objetivos

14

1.2. Metodologia e fontes

15

2. Capítulo I – a gramática portuguesa no Brasil: impondo uma tradição

17

2.1. O estabelecimento da norma padrão e da variante de prestígio no Brasil

17

2.2. A norma do *Rey*: princípios da gramática normativa

20

2.3. A norma dos ilustrados: princípios de uma gramática filosófica

25

2.3.1. O dicionário da língua portuguesa entre Bluteau e Morais Silva

28

3. Capítulo II – alterações burocráticas no Império do Brasil 1824 – 1853: entre a corte e o município

36

3.1. Debates constitucionais, viagem à Vila Rica e consulta às Câmaras

37

3.2. Nova legislação, novas escolas e velhos magistrados

42

3.3. Alterações burocráticas e acomodações políticas entre 1824 – 1853

43

3.3.1. Os juízes de paz e suas atuações

44

3.3.2. Lei de 1º de outubro de 1828: a divisão do legislativo e do judiciário?

46

3.3.3. Debate em torno do Código Penal e do Código do Processo Criminal

49

3.4. De volta as Minas e de lá a Portugal

50

3.5. O período das Regências

53

3.5.1. Uma visão sobre a política local: a Câmara de Mariana e seus secretários

54

3.5.2. Movimentos de rebeldia

57

3.5.2.1. 1833: a revolta do ano da fumaça

58

3.5.2.2. Rebeldia em outras províncias: a formação do espaço público de discussão

61

3.5.2.3. Revolução liberal de 1842

62

3.6. A conciliação em torno do conservadorismo

64

4. Capítulo III – a situação da instrução e do ensino no novo império: Mariana e Ouro Preto

66

4.1. Espalhar as letras e a civilização: perfil dos educadores entre 1813 e 1853

70

5. Capítulo IV – aperfeiçoando o foco: a história serial quantitativa e a sociolingüística variacional

77

5.1. Delimitação cronológica

77

5.2. Delimitação espacial

80

5.3. As fontes

81

5.3.1. As correspondências recebidas como fonte

81

5.3.2. As reuniões da Câmara Municipal

87

5.3.3. Os inventários

87

5.3.4. As listas nominativas

88

5.4. História serial e a padronização lingüística para o século XIX

90

5.5. Morais Silva como norma ortográfica para a primeira metade do XIX

92

5.6. Ficha de coleta de dados

93

6. Capítulo V – Considerações e contribuições metodológicas para o estudo da familiaridade com a escrita

100

6.1. Panorama geral sobre a familiaridade com a escrita dos correspondentes

105

7. Conclusão: comportamento ortográfico e alterações burocráticas

118

8. Bibliografia e fontes

120

9. Anexos

132

9.1. Anexo I: Parecer da Real Mesa Censória sobre o pedido de inclusão do ensino de gramática portuguesa nas escolas dentro das aulas de latinidade feito por Antônio José dos Reis Lobato

133

9.2. Anexo II: Alvará para que intensifique o estudo da Língua Portuguesa nos Reinos e Domínios de Portugal

137

9.3. Anexo III: Resumo da Grammatica da Lingua Portugueza, composto pelo Bacharel Antonio Jozé dos Reis Lobato para uso das Escolas de Ler, e escrever

139

9.4. Anexo IV: Esquema da ortografia de Manuel Dias de Souza

144

9.5. Anexo V: Localidades constituintes da região do termo de Mariana

145

9.6. Anexo VI: Mestres e professores do Termo de Mariana 1813 – 1853

146

9.4. Anexo VII: Discussões em Câmara relativas à educação (1829 – 1842)

159

Introdução

Esta pesquisa foi iniciada em meados de 2006 quando, a partir do contato com a documentação, chamou minha atenção a falta de estrutura gramatical expressa no século XVIII. Ao contrário, no século XIX, tal estrutura já se encontrava muito mais desenvolvida o que os próprios dicionários da época, via de regra, o “*Vocabulário portuguez e latino*” de Dom Rafael Bluteau (1712) e o “*Diccionario de lingua portugueza: epitome da grammatica portugueza*” de Antônio de Moraes Silva já demonstravam.³

Entre as várias idas e vindas da pesquisa, que as vezes se envolvia por demais em questões lingüísticas, as influências sociais, políticas e econômicas que exigiam um certo comportamento ortográfico vieram a tona. Neste sentido, delimitamos como eixo temático a relação entre a expansão burocrática ocorrida principalmente no segundo quartel do século XIX. Este relacionado, é claro, com o comportamento ortográfico dos burocratas do período. A relação simbiótica entre eles fez com que, expandido o número de cargos, a sua ocupação passou a exigir um certo comportamento ortográfico para a ocupação das novas vagas.

1. 1. Tema (problematização) e objetivos

Aos poucos as normas, da língua portuguesa e da burocracia, iam se espalhando. Instruir era, portanto, educar pessoas dentro da ordem estatal. Educados os indivíduos **podiam** a compor a hierarquia administrativa e judiciária das localidades. Em contrapartida, o próprio estabelecimento de estruturas mais ramificadas de poder exigia o uso correto da língua portuguesa como indicativo de competência.

Nosso trabalho enfoca essa cenário em que convergiam a difusão das letras e as normas do estado. Como baliza temporal, optou-se pelos anos de 1813, data da publicação da segunda edição do dicionário de Antônio de Moraes Silva, e 1853, período em que as elites políticas uniam-se, sobre a figura do Marquês do Paraná no processo conhecido pela historiografia como “interiorização da metrópole”.⁴ Ademais, o ano de 1853 ainda é marcado pela superação, em termos numéricos, dos formados em território brasileiro dos formados em Portugal, dentre as cadeiras dos Deputados.⁵

³ NUNES, José Horta. *Dicionários no Brasil: análise e história*. Campinas, SP: Pontes Editores; São Paulo, SP: Fapesp; São José do Rio Preto, SP: Faperp, 2006.

⁴ DIAS, Maria Odila Leite da Silva. A interiorização da metrópole (1808 – 1853). *In.*: MOTA, Carlos Guilherme. *1822: dimensões*. São Paulo: Perspectiva, 1986.

⁵ CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem: a elite política imperial. Teatro de Sombras: a política imperial*. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

1. 2. Metodologia e fontes

Pergunta importante ainda a ser respondida diz respeito a quem dominava a escrita no período e como esta se mostrava em perspectiva hierárquica. As primeiras tentativas vieram com o professor José Murilo de Carvalho, quantificando o número de formados dentre os Deputados do período imperial.⁶ Em um segundo patamar de pesquisas, os professores Renato Pinto Venâncio, Luiz Carlos Villalta, Marco Antônio Silveira e Christianni Cardoso de Moraes.⁷ Estes quantificaram assinaturas como indício de familiaridade com a escrita. Ambas as metodologias possuem pontos positivos e negativos, quantificar a formação dos Deputados permitiu a José Murilo traçar a proximidade entre os ocupantes destes cargos. Por seu turno, as assinaturas permitiram identificar contatos superficiais com a escrita.

No entanto, a análise da familiaridade com a escrita da camada populacional que, mesmo instruídos nas primeiras letras ou no ensino secundário, não chegou a se formar em uma universidade, fugindo com isso a ambas as metodologias. Neste sentido utilizamos uma metodologia diferenciada que, ao nosso ver, mapeia com maior rigor tal grupo. Quantificamos o número total de variações à norma lingüística em cada linha escrita pelos correspondentes com a Câmara Municipal e a comparamos com o número total de linhas escritas.

Várias discussões surgem daí, a primeira delas e que é tema do primeiro capítulo deste texto diz respeito a existência ou não de uma norma no período em questão. Apresentamos assim o estudo de três casos que servem de exemplo para entendermos como a autoridade sobre a estrutura lingüística ora variava, dos grandes nomes da língua portuguesa, para a população e para o próprio *Rey*.

Em um segundo capítulo, discutimos as alterações burocráticas que se desenvolveram no período, bem como suas implicações no cenário do Império. Ademais apontamos alguns dos principais acontecimentos políticos do período tentando, a todo momento, mostrar como nossa principal fonte documental, as correspondências recebidas pela Câmara de Mariana noticiavam tais acontecimentos.

⁶ *Ibidem*.

⁷ VENÂNCIO, Renato Pinto. “migração e alfabetização em Mariana colonial”. *In.*: SILVA, Rosa Virgínia Mattos e (org.). *Para a História do português brasileiro*. São Paulo: Humanista / FFLCH / USP: FAPESP, 2001. pp. 391-399. (Volume II: primeiros Estudos; tomo II); VILLALTA, Luiz Carlos. “o que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura”. *In.*: SOUZA, Laura de Mello e [org.]. *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América Portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. pp. 331 – 385. (volume 1); SILVEIRA, Marco Antônio. *O Universo do Indistinto: estado e sociedade nas minas setecentistas (1735-1808)*. São Paulo: Editora HUCITEC. 1997; MORAIS, Christianni Cardoso de. *Estratégias de acesso ao ler/escrever/contar, usos das palavras escritas e graus de letramento da população da Vila e Termo de São João del-Rei, Minas Gerais (1750-1850)*. Belo Horizonte, MG: [s.d.], 2009. (tese de doutoramento).

Ao terceiro capítulo coube uma análise sobre os profissionais responsáveis por espalhar as letras e a civilidade no território, os professores. Em primeiro lugar apresentamos a estrutura de ensino ao longo do período utilizando como fontes os relatórios dos presidentes de províncias entre 1830 e 1853 e um levantamento dos professores datado de 1814 presente na Revista do Arquivo Público Mineiro N° 7. Em segundo lugar, traçamos o perfil dos professores do período com base em um levantamento feito por nós contando com mais 120 profissionais docentes.

O quarto capítulo apresentou a metodologia utilizada na análise, suas principais vantagens e suas imperfeições. Nosso intuito foi o de contribuir para o debate entorno da familiaridade com a escrita e sua articulação dentro no novo aparelho burocrático.

O quinto e último capítulo mostra as conclusões gerais as quais a pesquisa chegou, suas convergências e divergências para com as demais metodologias. É preciso admitir ainda uma falha neste capítulo, devido a pouca documentação analisada, foram entorno de 300 correspondências, não conseguimos validar uma análise diacrônica apresentando, portanto, apenas uma foto da situação.

Capítulo I

A gramática portuguesa no Brasil: impondo uma tradição

O objetivo deste capítulo é posicionar a norma da língua portuguesa no cenário Brasileiro entre meados do século XVIII e início do XIX. Neste sentido, um primeiro tópico a ser analisado é o Alvará Régio de 30 de setembro de 1770 sobre o estabelecimento da língua portuguesa como a língua oficial do território brasileiro. Além disso, investigaremos o peso administrativo que a instrução na língua portuguesa teve dentro do cenário pombalino.

Em um segundo momento, nossa análise tratará do estudo de uma série de prefácios de compêndios de gramática da época. O estudo visa estabelecer um padrão sobre a definição e o fim esperado para a gramática da língua portuguesa neste período. Fazem parte da nossa pesquisa o “*Vocabulário portuguez e latino*” de Dom Raphael Bluteau (1712-1724); a “*Arte da Grammatica da Lingua Portugueza*” de Antônio José dos Reis Lobato (1770); a “*Gramatica Portugueza ordenada segundo a doutrina dos mais celebres Gramaticos conhecidos...*” de Manoel Dias de Souza (1804); o “*Diccionario de lingua portugueza: epitome da grammatica portugueza*” de Antônio de Moraes Silva (1813); as “*Reflexões sobre a Língua Portugueza*” de Francisco José Freire (1842) entre outros autores.

Com a análise acompanharemos a normatização ortográfica no Brasil e o cenário político que a envolvia. Com isso, pretendemos estabelecer a visão predominante em relação a *norma* que os autores utilizavam no decorrer do período e assim, contribuir para as pesquisas sobre as origens do “português brasileiro”.⁸

2.1. O Estabelecimento da Norma Padrão e da Variante de Prestígio no Brasil:

⁸ O termo é utilizado dentro da lingüística para caracterizar o português que se desenvolveu no Brasil a partir da chegada dos portugueses. Cf. SILVA, Rosa Virgínia Mattos e (org.). *Para a História do português brasileiro*. São Paulo: Humanista / FFLCH / USP: FAPESP, 2001. Ou: NARO, Anthony Julius; SCHERRE, Maria Marta Pereira. *Garimpo das origens do português brasileiro*. São Paulo: Parábola Editora, 2007. Atualmente a discussão passa pela questão de se as diferenças entre o português no Brasil e em Portugal são fruto de uma assimilação das demais línguas e dialetos existentes no Brasil durante seu período colonial e imperial, ou se fora produto da permanência do português falado na Europa.

A língua portuguesa no território Brasileiro esteve sempre ligada a tensão social que se estabeleceu com a chegada dos portugueses. Até meados o século XVIII era ainda predominante o uso da chamada Língua Geral, “de um modo geral, os europeus manipulavam a diversidade lingüística indígena e procuraram, ao mesmo tempo, conhecer as línguas nativas”.⁹ Essa forma de comunicação é comum em regiões de forte contato lingüístico, que hoje se concentram em algumas regiões portuárias e comunidades indígenas.¹⁰ Claro que o termo, seguindo o padrão da forte diversidade lingüística, em idos do século XVIII até meados do XIX pode se aplicar a grande área de expansão territorial. Surgem nestas regiões articuladores comunicativos simplificados, que garantem o entendimento em trocas comerciais, por exemplo. Sendo assim, a comunicação se dava através de um

*“pidgin ou coiné simplificado de origem tupi [...] Todos os grupos étnicos – índios de diversas tribos, europeus e africanos – sabiam se comunicar usando esse sistema tupi, sem dúvida com conhecimentos mais ou menos profundos [...]”*¹¹

Salvo em relações oficiais ou dentro de famílias brancas, vindas de Portugal, a língua mais utilizada chegava a ser o Tupí, largamente utilizada dentro do território do Brasil.¹²

A língua portuguesa, até se difundida como língua oficial no território brasileiro e, caminho mais longo, predominar em número de falantes no território sofreu a concorrência de grande número de línguas e troncos lingüístico. Sofreu ainda a concorrência com o espanhol nas regiões fronteiriças à América Espanhola e com as línguas africanas que vieram com os escravos. Entre 1555 e 1560 teve de vencer o francês vindo pelas incursões na baía da Guanabara e o holandês no nordeste à data da União Ibérica.¹³

O intercâmbio lingüístico fica claro quando, em 1745, o Padre Luiz Figueira publicou em Lisboa a quarta edição de sua “*Arte da Grammatica da Lingua do Brasil*”. Nela o autor elaborou um compêndio bilíngüe – português/tupí – com interesse de auxiliar na comunicação

⁹ VILLALTA, Luiz Carlos. “o que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura”. In.: SOUZA, Laura de Mello e [org.]. *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América Portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 335. (volume 1).

¹⁰ Cf. ALKIMIM, Mônica G. R.; SANTOS, Débora Ribeiro. *Norma Lingüística no Brasil: a busca da referências padronizadoras (estudo dos prefácios)*. Ouro Preto, agosto de 2007. p. 14. (Relatório final, referente ao período de Agosto de 2006 à Agosto de 2007, apresentado à Universidade Federal de Ouro Preto, como parte das exigências do programa de iniciação científica PIP/UFOP); NARO, Anthony Julius; SCHERRE, Maria Marta Pereira. “Sobre as origens do português popular do Brasil”. In.:_____. *Garimpo das origens do português brasileiro*. Capítulo 1. São Paulo: Parábola Editora, 2007.

¹¹ NARO; SCHERRE. *Op. Cit.* p. 28.

¹² PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação o Brasil Contemporâneo: colônia*. São Paulo: editora Brasiliense, 2008. p. 96.

¹³ Havia cerca de 340 línguas indígenas no Brasil no início do período colonial, foram divididas em quatro troncos lingüísticos, aruaque, kairib, tupi e jê. Cf. VILLALTA, Luiz Carlos. “o que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura”. In.: SOUZA, Laura de Mello e [org.]. *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América Portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 334. (volume 1).

entre europeus e indígenas e facilitar a difusão da fé católica entre este povo. A gramática deveria funcionar assim, como elemento que viabilizasse, ou auxiliaria, no processo de difusão da fé e da língua portuguesa o que era comandado principalmente pelos Jesuítas.¹⁴

A idéia de civilização esteve ligada ao conhecimento da forma “correta” de falar e escrever a língua portuguesa buscando estabelecer uma forma homogeneizada padrão. Neste sentido, os gramáticos da época ligaram a língua portuguesa a idéia de língua pátria ou língua nacional, o que interligava gramática à figura real. Cabe definirmos alguns dos termos que serão utilizados abaixo, a fim de explicar essa relação, antes de retomarmos o elo estabelecido entre a nobreza e o padrão gramatical.

O termo norma é definido por J. Mattoso Camara Júnior, em seu “*Dicionário de Filologia e Gramática*” como o “conjunto de hábitos lingüísticos vigentes no lugar ou classe social mais prestigiosa do País”.¹⁵ Já o termo padrão indica um ideal de uso da língua. Esse ideal seria definido pela dita *classe prestigiosa*. Sendo assim, podemos entender a norma como uma armadura de valores socioculturais e econômicos que, ao mesmo tempo, protege um determinado padrão de escrita, o impede de receber contribuições externas.

Em nossa pesquisa temos observado que, para a língua portuguesa entre 1770 e 1813, camada prestigiosa que definia a *norma padrão* podia ser determinada por três visões distintas, cada uma delas determinando uma tendência de gramática e produto das mudanças ocorridas no período. Sobre uma visão economicamente, o argumento de valor capaz de prescrever a escrita se colocaria nas mãos do monarca (tópico 2); racionalmente, aparece a figura dos “*os bons autores*” da língua portuguesa e a herança da língua latina (tópicos 3 e 3.1); ou socialmente quando o valor da gramática se desloca para a prática da fala e, portanto, a maioria dos falantes deve conduzir as normas, (tópico 4). A *norma* dentro do período aqui destacado não deixa de representar uma relação dominante/dominado, mas a representa de pontos de vista diferentes.

Segundo Camara Júnior, “A norma é contrariada pela variabilidade lingüística intrínseca que se verifica – a) de um lugar para o outro, b) de uma classe social para outra, c) de um indivíduo para outro”.¹⁶ A variação pode ser definida ainda como “a existência de diferenças perceptíveis no modo como uma língua é usada numa comunidade de fala”.¹⁷

¹⁴ Claro que não podemos desconsiderar ainda as aulas particulares e o autodidatismo, ambos difundidos sobre o manto do particular.

¹⁵ CAMARA JR, J. Matosso. *Dicionário de Filologia e Gramática*. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora J. Ozon + Editor, 1970. p. 281.

¹⁶ CAMARA JR *Op Cit.* p. 281.

¹⁷ TRASK, R. L. *Dicionário de Linguagem e Lingüística*. Trad. Rodolfo Ilari. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006. p. 303.

No Brasil dos séculos XVIII e XIX, essa camada de maior acento social foi responsável pela imposição do hábito lingüístico da elite europeia através do estabelecimento da chamada *variante de prestígio*. Esta representava uma das diferentes formas de se utilizar a língua que, por algum motivo, ganhava espaço em detrimento das demais. Um exemplo seria: “*Ensinão te que se não diz, v. g. navego Tejo sem preceder o a Tejo [sic] [...] Mas os nossos bons poetas dicerão ‘Tejo leva na mão o gran Tridente’*”.¹⁸ No caso, a forma “*navego [o] Tejo*” seria a variante de prestígio produzida pela imposição normativa de determinada elite e, portanto, *variante prestigiosa* segundo a visão dos gramáticos até fins do XVIII. Por seu turno, a construção seguinte, “*‘Tejo leva na mão o gran Tridente’*”, é vista como “erro” e, portanto, variação à *norma padrão*.

2.2. A norma nas mãos do “Rey”: princípios da Gramática Normativa

Voltemos à relação nobreza/permanência da *norma* que havíamos esboçado acima. Segundo nossa análise, o vínculo estabelecido entre norma padrão da língua portuguesa no Brasil até fins do século XVIII e a figura do Rei foi necessária para fixar e homogeneizar a *norma*. No entanto, falta-nos comentar como essa ligação era importante para o monarca.

Para isso vale retomar a definição de Gramática elaborada por Bluteau em seu dicionário. Segundo o dicionarista, a gramática é “*a porta, porque se entra a todas as sciencias, & o fundamento de todas as Artes Liberaes, & disciplinas nobres*”. É ela ainda que orienta sobre “*a ordem de fallar com propriedade, pureza, & policia*”.¹⁹ A gramática era responsável por controlar os dizeres dos indivíduos, bem como seus pensamentos, que deviam ser cheios de “pureza” e “policia”.

A definição de Gramático para o autor não foge muito a esta linha. Segundo Bluteau,

*GRAMMATICO, Gramático. Antigamente se deu este titulo não só aos Professores da Grammatica, & versados na intelligenca das Lingoas, mas geralmente a todos os grandes humanistas, Philosophos, Criricos, Rhetoricos, Historiadores, ate aos Jurisconsultos [...] Grammatico, acho que este titulo se conforma com o que costumaõ dar aos Portuguezes, aos que chamaõ Grandes letrados [...].*²⁰

O vocábulo refere-se àquele que possuía conhecimento sobre quaisquer ciências que envolvessem as letras, tais como a Retórica, a História, o Direito ou a Matemática. A

¹⁸ MORAES SILVA, Antônio de. *Diccionario de língua portugueza: epitome da grammatica portugueza*. Ed.2, Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813. p. xxi. (edição fac-similar de 1922).

¹⁹ BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário portuguez e latino*. Coimbra: Collego das artes da Companhia de Jezus, 1712. (edição fac-similar em CR-ROM). BLUTEAU. p. 117 (vol. 4)

²⁰ *Ibidem*. p. 118.

definição é bastante ampla e deve ser lida com ressalvas ou todos os profissionais que se envolvessem com a prática da escrita poderiam ser tomados como gramáticos. Mas não só isso, os grandes letrados eram aqueles que tinham “*Destreza em manejar negócios [...]*”.²¹ Assim, enquanto a definição de letrado nos leva a vê-lo como o bom administrador, a de gramático mostra-nos aqueles que instruem dentro da “*boa ordem que se observa, & as leys que a prudência estabeleceu para a sociedade humana nas Cidades e Republicas*”.²²

A preocupação do governo português em manter a forma canônica da escrita pode ser vista nos pareceres enviados pela Real Mesa Censória ao Rei dizendo respeito à publicação de impressos naquele reino e seus domínios. O órgão foi criado no período pombalino, em cinco de abril de 1768. Era composto de um presidente e sete deputados que tinham a responsabilidade de ler e fornecer pareceres acerca da publicação dos textos escritos.²³ Vale lembrar que

“*este Sapientissimo e Regio Tribunal’ foi instituído pelo Rei para ‘promover com suavidade, e prudencia, quanto lhe-seja possível, as boas Letras, Artes Liberaes, e Sciencias p^a.illuminar os seus Vassallos, como Politicos, e como Catholicos*”²⁴

A atribuição, datada de meados do século XVIII, parece dialogar com a definição de gramática apresentada por Bluteau, em ambas aparece a palavra “*prudencia*” e a preocupação em cuidar das “*Artes Liberaes*” – que dizer, as regras e os métodos honestos de se conduzirem os trabalhos –, e “*Sciencias*” – o conhecimento certo, evidente pelas suas causas.²⁵

Assim ampliamos a perspectiva dos desvios a serem observados pelos membros da mesa. As atribuições de um deputado lhe exigiam olhar atento, tanto, sobre atributos políticos e religiosos, quanto, por tudo aquilo o que pudesse ir contra a ordem lusitana. O gramático e o censor parecem conduzidos ao mesmo fim, a manutenção de uma *norma* que colocava juntas,

²¹ BLUTEAU. *Op. Cit.* p. 89 (vol. 5).

²² Assim como definido no vocábulo “*policia*”, BLUTEAU. *Op. Cit.* p. 575 (vol. 6).

²³ A composição do órgão censório português se alterou muito ao longo do tempo. Essas mudanças afetaram significativamente a publicação de livros e encadernados, tanto em Portugal quanto, posteriormente, no Brasil. Sobre o tema Cf. VILLALTA, Luiz Carlos. A censura sob o reformismo ilustrado. *In.*: _____. *Reformismo Ilustrado, Censura e Práticas de Leitura: usos do livro na América Portuguesa*. Cap. 4. São Paulo. 1999, pp. 183 – 239. (Tese de Doutorado). Ou ainda: ABREU, Márcia A. “*A liberdade e o erro: a ação da censura luso-brasileira (1769-1834)*”. 2007. (Texto apresentado XXIV Simpósio Nacional de História).

²⁴ ABREU. *Op. Cit.* p. 13.

²⁵ O vocábulo “*prudencia*” é definido como: “*virtude intellectual que ensina ao homem o recto modo de obrar, & o que he moralmente bom, ou mau, para abraçallo, ou fugilo. Hea primeyra das virtudes Cardeaes, & se divide em Política, Economia, & Monastica. A prudência Política tem Poe objetivo o bem publico por meyo da observância das leys humanas, & divinas. A prudência Economica attende ao bem da famillia, & a prudência Monastica ao bem do individuo, buscando huma, & outra vias justas, úteis, & honestas, & fogndo os seus contrarios*”. BLUTEAU. *Op. Cit.* p. 811. (tomo 6). Confira ainda os verbetes: “*artes liberaes*” e “*sciencia*”.

as regras de conduta perante o estado e a igreja e regras de escrita perante uma variante gramatical prestigiosa.

Esse elo se torna mais evidente quando, em 1771 a Real Mesa Censória recebe do Frei Francisco Xavier de Santa Ana um parecer sobre o “*Breve Tratado da Orthografia para os que não frequentam os Estudos*” ou “*Diálogos sobre as mais principaes Regras da Orthografia, uteis para o povo menos instruido, etc.*” de autoria do professor régio João Pinheiro Freire da Cunha. O parecer sobre o livro nos mostra um problema que inviabilizou sua publicação naquele momento. O autor discorda do uso do épsilon na língua portuguesa como na passagem,

“[...] a letra ypsilon/ Hé desnecessária nas palavras Portu-/guezas. Eu [Santa Ana] pelo contrario julgo, que / para uzarmos della temos a maior, e / mais indispensável obrigação, qual / Hé a que nos impõem o Nosso Augus-/to, e Sabio Monarca zando sempre / della, na sua Real Firma”.²⁶

Como aponta Márcia A. Abreu,

“[...] a autoridade e a sempre correta atuação do Rei – que assinava ‘Rey’ – seria posta em dúvida se um tratado de ortografia declarasse equivocado seu modo de escrever. Fica claro o cuidado do censor com as implicações políticas de uma obra que declarasse que o rei cometia constantemente um erro evidente e que errava em matéria tão primária como a ortografia”.²⁷

O que temos em mãos é um censor age como verdadeiro “gramático normativo” atribuindo à variante de prestígio “Rey” valor de verdade frente à variante “Rei” mesmo que o uso da segunda se fundamentasse na tradição da língua latina como confirmou, mais tarde, Antonio de Moraes Silva em nota de rodapé da edição de 1813 de seu dicionário.²⁸ A autoridade do monarca português superou a da própria origem da língua portuguesa a fim de garantir: por um lado, quietude política, a medida que o “Rey” não deveria cometer erros, por outro, permanência da *norma* padrão, personificada na figura real.

Outro acontecimento marcante neste sentido teve seu início quando, em vinte e sete de agosto de 1770 o Bacharel Antonio José dos Reis Lobato pede liberação para a publicação de sua “*Arte da grammatica da lingua portugueza*” (Anexo I). Na consulta feita à Real Mesa Censória o Deputado responsável, Frei Joaquim de Santa Ana, tece elogiosos comentários acerca do texto do professor. Lobato sugeria o estabelecimento do ensino da língua pátria

²⁶ ANTT/RMC/Doc. 45/1771.

²⁷ ABREU. *Op. Cit.* pp. 14 – 15.

²⁸ “Ley, Rey, Grey, com y final são contra a etimologia (de regi, legi, gregi tirando o g medio). É desnecessário o y, bastando o nosso i; alias o y Grego soa mui diversamente do nosso i. v. Lião, Ortogr. f. 202.” MORAES SILVA. *Op. Cit.* p. iii.

portuguesa em lugar das aulas sobre processos litigiosos e sentenças.²⁹ O gramático justifica sua proposta dizendo que “*Os Estrangeiros a-a-/prendem, seja para tratarem o co/mercio com aquellas Nações, sea pa/ra nellas pregarem a Fé do Chris-/tianismo.*”³⁰ Sendo assim, a difusão da língua nacional para os discípulos de língua latina facilitaria – pelo menos nas palavras do gramático – as pregações religiosas e no comércio com a Ásia. Defender o ensino da *norma* padrão portuguesa parecia, assim, defender os interesses nacionais, representados pelo monarca, mesmo que de maneira indireta.

Além disso, Lobato ainda justifica a publicação de seu livro apelando para a tradição dos antigos gregos e romanos:

*“Por isso os Gregos, e os Romanos cul-/tivavam os estudos das suas linguas / com cuidado, ensinando as Regras da / Grãmática a seus filhos: Este bem / entendido espírito de Educação os-el-/levou ao grão de gosto, e de perfeição, / em que se viram nos mais formosos / Seculos de Athenas, e Roma”.*³¹

Fato é que o livro recebera parecer favorável para correr e a sugestão, por parte do Deputado Santa Anna, da elaboração de um pequeno “*Epithome*”, ou uma versão abreviada da gramática a ser aplicada nas aulas de latinidade. Este segundo compêndio deveria ser utilizado para ensino nas escolas de Ler e Escrever que, pela pouca idade de seus alunos, não estariam hábeis ao aprendizado da muitas regras que compunham a “*ana/tomia da língua*”.³²

Em trinta de setembro de 1770, um alvará Régio ordenou que os mestres de língua latina ensinassem aos seus discípulos, antes de iniciá-los nas artes do latim, a gramática da língua portuguesa, por seis meses, se tanto fosse necessário (Anexo II).³³ A justificativa apontada pelo documento era a de que sendo instruídos na língua pátria, os discípulos teriam mais facilidade no aprendizado das demais. Além disso, o domínio da língua resgataria os jovens da “*rudez*” que afligia a mocidade. Esta deveria aprender a escrever em sua própria língua não mais por “*instinto, e habito*”. Como se “*costuma fallar, e escrevêr*”.

²⁹ Geralmente aulas de debate nas quais se estabelece um determinado tema para que duas ou mais partes discutam entre si, cada uma defendendo um ponto de vista.

³⁰ *Parecer da Real Mesa Censória sobre o pedido de inclusão do ensino de gramática portuguesa nas escolas dentro das aulas de latinidade feito por Antônio José dos Reis Lobato.* 03 de agosto de 1770. Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), Real Mesa Censória (RMC), Documento não numerado. fot. 05 – 06.

³¹ *Op. Cit.* fot. 05.

³² *Op. Cit.* fot. 07.

³³ *Alvará para que intensifique o estudo da Língua Portuguesa nos Reinos e Dominios de Portugal.* OURO PRETO, Centro de Estudos do Ciclo do Ouro (CECO). 30 de setembro de 1770, Arquivo Público Mineiro Coleção Casa dos Contos de Ouro Preto (APM CC), rolo 532, planilha 20516, documento 1. Palácio de Nossa Senhora da Ajuda a 30 de setembro de 1776. (original na Torre do Tombo). 2f. Transcrito por: Pedro Eduardo A. Carvalho. Uma cópia deste mesmo Alvará pode ser encontrada na edição de 1823 da *Arte da grammatica da lingua portugueza* de Antônio José dos Reis Lobato. - Lisboa : Na Typographia Rollandiana, 241 p. Disponível em: http://books.google.com/books?hl=pt-BR&lr=&id=t4sSAAAIAAJ&oi=fnd&pg=PA8&dq=Antonio+Jos%C3%A9+dos+Reis+Lobato&ots=b5tmlPGbHl&sig=f6IEZWMIRSboF8Ijx1bxPtLOdYM#PPA2_40_M2 .

A gramática indicada para o ensino dos discípulos foi a composta por Lobato ou “*Arte da grammatica da lingua portugueza*”. De fato, tanto a Real Mesa Censória, na figura do Bispo da Béja, seu presidente, quanto o próprio monarca, pareciam ter aderido à proposta do autor. Comparando ambos os documentos é difícil deixar de notar as semelhanças que os envolvem. As justificativas para a medida são praticamente as mesmas. No mais, a cronologia envolvendo a produção da primeira edição do texto de Lobato (1770) e os documentos relativos a produção do seu resumo para o uso nas escolas de Ler, Escrever e Contar (1771) deve ainda ser notada. Podemos assim imaginar, que se o alvará Régio não foi literalmente produto da argumentação do professor régio, pelo menos foi bastante influenciada por ela.

Atendendo a solicitação do Frei Santa Anna anteriormente mencionada, Lobato compõe o “*Resumo da Gramática da Lingua Portuguesa*”. Esta é avaliada pelo Frei Luis de Monte Carmelo, em companhia dos Deputados, Frei Francisco Xavier de Santa Anna e Antonio Pereira de Figueiredo. Parece que os elogios proferidos para a versão completa da gramática entregue por Lobato desapareceram quando este leva à mesa a versão compacta de seu texto.

O Frei Luis de Monte Carmelo promove uma série de críticas ao compêndio do gramático, cobrindo quatro páginas manuscritas nas quais aponta inúmeras falhas na ortografia praticada pelo professor (Anexo III).³⁴ Entre as críticas encontramos: o uso de consoantes dobradas em palavras que não caberia dobrá-las; o uso de “C” no lugar dos “SS”; uso de “M” antes de “F” e de “N” antes do “B”; “*Pasado com hum só s̄ / reconhecendo, e ensinando elle, q’ hum so s̄ entre duas vo-/gaes se-pronuncia como Z.*”; uso de “S” quando deveria ser “Ç”; uso de “SS” em “*Suspensso*” “*o que he crassissimo erro*”; etc... Afora, ainda, os problemas identificados nas padronizações gramaticais estabelecidas pelo autor. O censor mencionava falhas com a exemplificação das regras dos usos e funções dos artigos; as terminações dos plurais das palavras; uso da concordância nominal e; classificação dos gêneros segundo suas terminações.

A autoridade do Estado, representada pelos censores, restringia desta maneira a autonomia do gramático naquilo em que este deveria ter mais força, o domínio da *norma* padrão. Não podemos esquecer que os Deputados escolhidos para compor a Real Mesa eram também letrados com conhecimento bastante fundamentado sobre a língua portuguesa e suas origens no latim e no grego. No entanto, devemos lembrar também que a padronização da língua era algo desejado, não consolidado, e que as constantes contradições entre os autores

³⁴ *Resumo da Grammatica da Lingua Portuguesa, composto pelo Bacharel Antonio Jozé dos Reis Lobato para uso das Escolas de Ler, e escrever.* ANTT, Real Mesa Censória, 1771, doc. 42.

não representam o caos gramatical ou ortográfico, mas o seu assentamento gradual em torno de pilares sociais e políticos que colocavam a mostra as disputas e contradições dispostas dentro do período pombalino.

Por um lado vemos gramáticos que estabeleceram regras com base em autores canônicos, que desde mil e quinhentos haviam povoado a literatura portuguesa. Assim revelou-se uma tradição apegada aos textos escritos e a força deles provenientes. Por outro, censores defendendo não apenas a padronização da língua mas a vendo com o fundo político que merece. A tradição, personificada na figura real que legitima e garante a permanência da língua pela prescrição estatal sobre a gramática. A autoridade real representava a própria tradição, mesmo que a literatura desde mil e quinhentos dissesse o oposto, do contrário, seria impossível ao “*Rey*” superar o “*Rei*” em 1771.

2.3. A norma pelos ilustrados: princípios de uma Gramática Filosófica

*“a maior desgraça de um homem de letras não será talvez tornar-se o objeto do ciúme dos confrades, a vítima da cabala, do desprezo dos grandes do mundo; a sua desgraça é ser julgado por parvos”.*³⁵

O Estado considerava o conhecimento da língua como um facilitador administrativo defendendo a premissa de que o domínio deste poderia garantir o bom entendimento das ordens a serem seguidas e, conseqüentemente, a boa aplicação das mesmas. No entanto, mesmo que pudesse enxergá-la como “[...] *freyo da prudência, & leme da razão*”, ele não deixava de entender o perigo que a circulação de idéias através da língua portuguesa, em especial na forma escrita, pela qual “*fazem as maledicencias, as injurias, as mentiras, os prejuisos [...]*”.³⁶

Esta consciência da ameaça que representaria a circulação das idéias pela escrita levou, em 1779, o então estudante coimbrão Antonio de Moraes Silva, aos tribunais da Inquisição portuguesa.³⁷ Na época, com cerca de vinte e dois anos, o estudante de direito, futuro dicionarista da língua portuguesa, foi réu, acompanhado de outros colegas estudantes, de um processo inquisitorial que nos serve de exemplo da influência iluminista sobre a inventividade dos leitores luso-brasileiros.³⁸

³⁵ VOLTAIRE, François Arouet de. *Dicionário filosófico*. Trad. Marilena de Souza Chauí; et. al. – 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978. pp. 236. (coleção Os Pensadores).

³⁶ BLUTEAU. *Op. Cit.* p. 137. (vol. 5).

³⁷ VILLALTA, Luiz Carlos. usos em geral: a inventividade e à heresia. In.: _____. *Reformismo Ilustrado, Censura e Práticas de Leitura: usos do livro na América Portuguesa*. Cap. 7. São Paulo. 1999. p. 428 et seqs. (Tese de Doutorado).

³⁸ Aqui considero o termo “inventividade” como a capacidade de violar por intermédio do conhecimento semântico da língua ou pelo uso do objeto escrito (livros, caderno de rezas, a Bíblia...) de maneira adversa a que lhe considerava o aparelho estatal ou religioso. Cf. VILLALTA. *Op. Cit.* p. 405.

Em dezessete de maio, o também estudante Francisco Cândido Chaves denunciou um grupo de treze colegas entre os quais quatro brasileiros, dentre eles Moraes Silva, oito portugueses e um angolano pelo crime de defenderem preposições heréticas e filósofos iluministas. O processo nos mostra que, entre permutas, empréstimos e comércio informal, circularam nas mãos dos acusados textos de Voltaire “*Donzela de Orleans*”, Rousseau “*Contrato Social*” e principalmente “*Emílio*”, Montesquieu “*Cartas Persas*” entre outros.³⁹

Os estudantes eram acusados de defenderem ser fabuloso o que se dizia sobre o inferno. Negavam também a existência de purgatório e a imortalidade da alma. Além disso, criticavam as escrituras dizendo serem necessárias “[...] *sómente para conter os homens na sociedade, em muitas partes é fabulosa e noutras contem factos pecaminosos e menos lícitos [...]*”.⁴⁰ Destaquemos esse excerto para identificar nele um possível paralelo com a definição de “evangelho” apresentada por Voltaire em seu “*Dicionário Filosófico*”.

O filósofo traz uma narrativa que questionava a origem dos escritos que eram considerados sagrados. Escreveu Voltaire “[...] *já que tantos evangelhos foram, a princípio, considerados autênticos pode-se também ter suposto como autênticos aqueles que são, ainda agora, objeto de nossa crença*”.⁴¹ Os estudantes de Coimbra conheciam os textos e pensamentos do filósofo e, o fato de terem criticado as escrituras reflete, pelo menos temos margens para supor, as críticas ilustradas contra o domínio de pensamento que a igreja exercia no período.

Pensemos ainda que os estudantes da Universidade de Coimbra nas décadas de 1770 e 1780 são produto direto das reformas educacionais de 1772 promovidas pelo pombalismo e que promoveram o utilitarismo e a secularização no Estado português. Nesse período, formou-se uma série de novos ilustrados que comporiam as bases para a racionalização que Pombal almejava. Ao mesmo tempo, como não poderia deixar de ser, criava-se uma massa crítica de novos pensadores prontos a demonstrar, racionalmente, a ineficácia do modelo monárquico de representatividade.⁴²

Mas voltemos aos estudantes e ao processo que sofreram. Especificamente sobre Moraes recaiam acusações de insulto ao Santo Ofício que, segundo o estudante, viera à Portugal com bulas falsas. Acusavam-no, também, de negar o pecado original dizendo não serem as “dores do parto” algo divino, mas apenas efeito natural. O futuro dicionarista deixa

³⁹ VILLALTA, *Op. Cit.*

⁴⁰ *Apud. In.:* VILLALTA, *Op. Cit.* p. 433.

⁴¹ VOLTAIRE, *Op. Cit.* p. 184.

⁴² MAXELL, Kenneth. Marquês de Pombal: o paradoxo do iluminismo. 2. ed. Trad. Antônio de Pádua Danesi. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996. p. 104.

marcada em seu discurso a capacidade de observar os acontecimentos cotidianos e contrapô-los às leituras dos textos. Além disso, fazia incursões na História, como quando sustentava suas críticas ao Santo Ofício. Com isso, e utilizando de seus conhecimentos sobre o campo léxico português, o argumento do estudante ia se consolidando na capacidade de articular e contrapor textos proibidos e permitidos. Acrescentava ainda suas próprias experiências de vida a fim de formar opinião própria e convincente acerca de cânones protegidos pela igreja.⁴³

*“[...] Morais parecia jogar com essa polissemia a seu favor, conforme as circunstâncias. Assim, nos interrogatórios, procurou escapar das acusações fazendo confissões diminutas e amenizando suas afirmações; para tanto utilizou dos livros que lera para tentar enganar os inquisidores, diminuindo o conteúdo explosivo de suas idéias. Para legitimar ou justificar suas proposições, ora mencionou livros ortodoxos ou tolerados, ora apelou para o fato de serem as questões teológicas matérias obrigatórias da filosofia, em cujo estudo ele se aplicara”.*⁴⁴

Ordenada a prisão de Morais, este fugira para Londres, retornado a Portugal apenas em 1785 quando se disse arrependido pelos erros que cometera, confessou-se e pediu perdão pelos crimes. Afirmava que suas falhas tinham sido motivadas pelas leituras de Rousseau e não pela má índole do estudante. Repetindo o argumento de outros acusados da mesma época, colocava-se como vítima enganada pela argumentação dos filósofos e mal interpretada pelos companheiros.

Sentenciado a penas espirituais em 1785, Morais passou a exercer sua carreira de magistrado tornando-se desembargador da Bahia. Após complicações políticas, instalou-se em Pernambuco como senhor de engenho e Capitão-mor do Recife e coronel de Milícias de Moribeca. Em 1817 assistira a Revolução Pernambucana quando manteve seu posicionamento conservador dentro da política rejeitando o cargo de ministro. Seu conservadorismo veio a tona novamente em 1822 quando se manifestou contrário à Independência do Brasil.⁴⁵ Falecido em 1824, o autor deixou, além de seu dicionário, traduções de textos como “*Universal History from the earliest account of time, to the present*” de 1788.

Sendo assim, na trajetória de Morais Silva perpassava as mudanças ocorridas durante a época pombalina, bem como as influências do movimento conhecido como Iluminismo. Sua figura tornou-se exemplo da geração ilustrada de Coimbra, por um lado, lia e compreendia

⁴³ VILLALTA, *Op. Cit.*

⁴⁴ VILLALTA, *Op. Cit.* p. 436.

⁴⁵ VILLALTA, *Op. Cit.*

bem as ordens vindas do Estado. Por outro, era capaz de “[...] *torcer, e retorcer o senti/do das Leis ainda as mais claras, afim de as acom/modar aos projectos que tenha em vista*”.⁴⁶

2.3.1. O Dicionário da Língua Portuguesa entre Bluteau e Morais Silva

Foi em concordância com esses princípios ilustrados que Antonio de Morais Silva publicou, em 1789, a primeira edição de seu “*Dicionário da Língua Portuguesa*”.⁴⁷ O texto tratava-se de um resumo do dicionário publicado por Bluteau, em princípios do século XVIII. Analisaremos as convergências e divergências existentes entre ambos os textos a fim de melhor compreendermos a passagem da *norma*, das mãos do “Rey” para as do “ilustrado”.

O dicionário de Bluteau foi escrito no período de 1712 à 1728 e é uma obra bilíngüe português-latim composta por oito volumes e outros dois suplementos. Nestes, o autor coloca a errata referente aos volumes oito primeiros, além um “*Catalogo de mais de cinco mil vocábulos acrescentados aos oito volumes do Vocabulario potuguez, e Latino*”.⁴⁸ Totalizada em dez tomos, a composição de Bluteau pode ser considerada o primeiro dicionário da língua portuguesa por trazer suas definições nesta língua.⁴⁹

Por sua vez, Morais publica um dicionário monolíngüe que, mesmo se baseando nos vocábulos levantados anteriormente na obra de Bluteau, traz definições mais concisas e sem rodeios enciclopédicos como o texto do padre. Com seu compendio, Morais Silva tornou-se o primeiro autor brasileiro de um dicionário monolíngüe português, produzindo-o ao longo de sua conturbada carreira acadêmica em Coimbra. Segundo José Horta Nunes, ao reformular o texto de Bluteau, “Moraes produz uma outra discursividade, determinada pela conjuntura em que está localizado, marcada pelas práticas iluministas”.⁵⁰

Bluteau é um clérigo regular, doutor em teologia, pregador da Rainha da Inglaterra, “*Calificador*” no Tribunal da Inquisição de Lisboa. Estrangeiro, Bluteau se defende dos “*Leitores Portugueses*” escrevendo que, se de alguma maneira, não lhe achassem digno de escrever o vocabulário por não ser natural da terra, não ter Portugal como “*Patria May*”, não

⁴⁶ *Correição feita pelo Corregedor Garcia na qual se discute a semântica do termo “aposentadoria”*. Mariana, 13 de fevereiro de 1823. Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Mariana (AHCMM). Livro de Receita e Despesa da Câmara Municipal de Mariana, Códice 373, folha 52f. Personagem de semelhante capacidade foi o Tenente-Coronel **Fortunato Rafael Arcanjo da Fonseca** sobre o qual trataremos mais cuidadosamente ao longo deste trabalho.

⁴⁷ A época com o título de “*Diccionario da lingua portuguesa, composto pelo Padre D. Raphael Bluteau, reformado, e acrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro*”

⁴⁸ BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário portuguez e latino*. Coimbra: Collego das artes da Companhia de Jezus, 1712. (edição fac-similar em CR-ROM).

⁴⁹ NUNES, José Horta. Dicionários de língua portuguesa: Bluteau e Moraes. In.: _____. *Dicionários no Brasil: análise e história*. Cap. 6. Campinas, SP: Pontes Editores; São Paulo, SP: Fapesp; São José do Rio Preto, SP: Faperp, 2006. p. 183.

⁵⁰ *Ibidem*. p 183.

poderiam consentir então na existência de dicionários bilíngües pois “*de duas patrias ninguém he filho*”. Além disso, chegara em Portugal em 1668 e, sendo assim, “*todo o Portuguez, que naceo de querenta annos a esta parte, tem menos annos de Portugal, do que eu*”.⁵¹ A trajetória de Morais Silva já foi esboçada acima, cabendo lembrar, apenas, sua naturalidade brasileira, seu bacharelado em direito por Coimbra, os problemas com a Inquisição portuguesa e sua inventividade como leitor.

O texto jurídico do qual o advogado lança mão ao parafrasear o clérigo se opõe as longas definições deste, fazendo com que o dicionário perca seu caráter exageradamente etimológico e enciclopédico para se tornar o dicionário de definições mais próximo do que se faz hoje.⁵² Segundo Nunes, podemos com isso, estabelecer algumas diferenças mais marcantes entre os dicionários. São elas: 1) Exclusão de formas enunciativas de alteridade – como “*GRAMMATICA. Derivase do Grego Gramma, q’ quer dizer Letras*”; 2) Marcação de categorias gramaticais – “*GRAMMATICA, s. f.*” e; 3) Reformulação da definição – tomando por base o dicionário de Bluteau, Morais Silva o altera através de inserções e cortes no texto. Nunes ainda marca quatro deslocamentos entre os dicionários.⁵³

*“a) passagem do discurso religioso (moral, providência) ao discurso jurídico (lógico, homem como origem de seus atos); b) passagem do modo de fazer artesão à descrição do processo de fabricação; c) passagem da propriedade natural do objeto para a matéria-prima trabalhada; d) passagem da finalidade natural ao uso tecnológico; e) passagem do ponto de vista do produtor ao do consumidor.”*⁵⁴

Ao fim de seus cortes, reformulações e acréscimos, Morais espelha os ideais defendidos pelos métodos de ensino que se aplicaram em Portugal e Brasil através das ações pombalinas.

Atentemo-nos agora para a edição de 1813 do dicionário de Morais Silva. Nela o autor acrescenta o que chamou de “*Epitome da Gramática Portuguesa*”, um compêndio de gramática com aproximadamente cem páginas na qual descreveu, segundo ele, “*as noções elementares*” da língua portuguesa. Eram dois os objetivos ao acrescentar esta parte introdutória à segunda edição de seu dicionário. Em suas próprias palavras, “*Propuz me nesta Grammatica dar te idéyas, mais claras, e exactas, do que comumente se achão nos livros deste assumpto [...]*”.⁵⁵ Daqui, deduzimos um primeiro objetivo da *norma* apresentada por

⁵¹ BLUTEAU, Raphael. Prefácio. In.: _____. *Vocabulário portuguez e latino*. Coimbra: Collego das artes da Companhia de Jezus, 1712. (edição fac-similar em CR-ROM).

⁵² NUNES. *Op. Cit.* p. 190.

⁵³ BLUTEAU. *Op. Cit.* Vol. 4. p. 117; MORAIS SILVA. *Op. Cit.* p. 97.

⁵⁴ NUNES. *Op. Cit.* p. 192.

⁵⁵ MORAIS SILVA. *Op. Cit.* p. I.

Morais Silva, instituir uma *norma* prescritiva, atendendo os interesses políticos, culturais e ideológicos. O segundo objetivo, informar sobre a origem da linguagem, fica claro uma vez que Moraes Silva acreditava na universalidade da língua, como podemos observar no seguinte trecho “*A Grammatica Universal ensina os methodos, principios de falar communs a todas as linguas*”.⁵⁶

É importante termos claro que mesmo que entendesse a *norma* como prescritiva, o autor admitia que mudanças poderiam ocorrer, desde que fundamentadas pelos mais doutos escritores. Um trecho bem elucidativo quanto a essa questão é, “*não te contentes toda vida com as noções elementares deste compêndio: Sirvam te somente de guia para leres os bons autores [...]*”.⁵⁷ Moraes Silva revelava neste a que veio sua gramática, como um guia, baseada nos “*bons autores*” que eram capazes de instruir novos escritores no uso da “*boa língua*”.

Ao trabalhar com os vocábulos trazidos pelas edições de 1789, 1813, 1823, 1831, 1844 e 1858 do dicionário de Moraes Silva, comparando-os quantitativamente com os apresentados por Raphael Bluteau, Dieter Messner elabora o quadro seguinte,

⁵⁶ Cf. FÁVERO, Leonor Lopes; MONTILA, A.G. Márcia. *As concepções lingüísticas no século XIX: a gramática no Brasil*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006. p. 60; MORAIS SILVA. *Op. Cit.* p. III.

⁵⁷ MORAIS SILVA. *Op. Cit.* p. II. Não encontramos uma definição muito clara sobre o termo “*bons autores*” ao qual se refere Moraes Silva. No entanto, podemos imaginar, com base em suas leituras em Coimbra, nas citações que se encontram ao longo de seu dicionário, na relação de autores portugueses informada por ele no início do tomo I e na definição encontrada para os vernáculos “*bom*” e “*autor*”, que se tratam daqueles indivíduos capazes de restituir a língua a seu estado natural, via de regra, original. Entre estes autores encontramos: Duarte Nunes Leão, Camões, Luis Figueiredo, Antonio Galvão, Padre Antonio Vieira, Voltaire, entre outros.

Tabela I: Inovações nas edições do Dicionário da Língua Portuguesa de Antonio de Morais Silva (1789, 1813, 1823, 1831, 1844 e 1858)

		1858	1844	1831	1823	1813	1789
1858	100%	32%	10%	14%	02%	26%	17%
1844	100%	-	16%	22%	05%	34%	23%
1831	100%	-	-	30%	05%	37%	28%
1823	100%	-	-	-	06%	57%	37%
1813	100%	-	-	-	-	59%	41%
1789	100%	-	-	-	-	-	100%

FONTE: MESSNER, Dieter. Prefácio. In.: _____. *Dicionário dos Dicionários Portugueses*. 2º volume. (ABC – ABU). 1994. Disponível em: <http://www.sbg.ac.at/rom/people/prof/messner/ddoport.htm> [18. maio. 09].

Assim, a edição de 1813 possui 59% de inovação quando comparada com a edição de 1789. A edição de 1831 é a única, antes da publicação de Rubim que possui percentual de maior monta, 30% quando são incorporadas no vocabulário de alguns acréscimos que o próprio Morais fizera em seu dicionário enquanto exercia a magistratura em Pernambuco. De qualquer modo, “as ‘novas’ entradas muitas vezes não são senão arcaísmos, como absteridade (=auteridade), ou superlativos de adjectivos como abonadissimo”.⁵⁸

Uma gramática prescritiva sim, mas com certeza, bastante diferente da que fora a de Bluteau e mais diferente ainda da imposta pelos Deputados da Real Mesa Censória aos gramáticos Antonio José dos Reis Lobato e João Pinheiro Freire da Cunha. Enquanto os dois primeiros esperavam um católico fiel e um “*vassalo útil ao Estado*” respectivamente, Morais esperava dotar seus leitores de bons exemplos que, mesmo disfarçados em notas de rodapé, como é o caso de Voltaire, os garantiria pensamento crítico e entendimento do campo semântico dos vocábulos.⁵⁹

Cabe ainda mencionar que, segundo os estudos apresentados no trabalho “*As Concepções Lingüísticas no Século XIX*”, “O modelo de língua a ser preservado é o da escrita dos grandes escritores, daí o grande número de exemplos clássicos, da observação dos quais decorrem as regras”.⁶⁰

A obra de Morais não estava sozinha em suas defesas. Para Leonor Lopes Fávero e A. G. Márcia Montila, esses eram os princípios da gramática geral e filosófica, defensora da universalidade lingüística, do apoio nos clássicos da língua e na simplificação e clareza das explicações, eram gramáticas aos moldes de “gramática filosófica de *Port Royal*”. Essa tendência pesou sobre os estudiosos da língua até a “*Grammática de Língua Portuguesa*” de

⁵⁸ MESSNER, Dieter. Prefácio. In.: _____. *Dicionário dos Dicionários Portugueses*. 2º volume. (ABC – ABU). 1994. Disponível em: <http://www.sbg.ac.at/rom/people/prof/messner/ddoport.htm> [18. maio. 09].

⁵⁹ Alvará Régio de 30 de setembro de 1770. *Op. Cit.* fot. 01.

⁶⁰ FÁVERO, Leonor Lopes; MONTILA, A. G. Márcia. *As concepções lingüísticas no século XIX: a gramática no Brasil*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006. p. 69.

Júlio Ribeiro que publicara sua obra em 1881. A partir daí, reforçou-se a tendência à Lingüística histórico-comparativa o que distanciou a gramática da tradição Greco-latina.⁶¹

Para o caso específico de Moraes Silva, o dicionário de 1813 recebeu várias outras edições, todas acrescidas e completadas, o autor não deixava de buscar os vocábulos que, como ele mesmo admitia, eram passíveis de alteração léxica. Mas, talvez, o acréscimo mais significativo tenha vindo em 1853 com o “*Vocabulo Brasileiro para servir de complemento aos dicionários da língua portuguesa*” de autoria de Braz da Costa Rubim. O compêndio elenca uma série de vocábulos utilizados no território brasileiro e que, segundo este autor, não se encontravam introduzidos nos dicionários do Brasil.

2.4. A norma pelo que se fala: princípios de uma Gramática do Uso

“*Os Homens ao principio contentarão-se com pintar aos olhos e fixar por meio dos caracteres escriptos os sons fugitivos que a prolação de cada palavra lhes offerecia;*”⁶² Com estas palavras o gramático Jerônimo Soares Barbosa (1822) descreve o que acreditava ser a última mudança no sistema gráfico que objetivava relacionar imagem e coisa. Na introdução de sua “*Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza*” ou “*Principios da Grammatica Geral Aplicados à Nossa Linguagem*” o autor traça um breve histórico dessa relação.

Barbosa distingue quatro estágios da gramática: no primeiro, que nomeou com “*a Pintura*”, representava-se a coisa com uma pintura ou escultura correspondente a seu formato individualizado. Algo semelhante a uma pintura rupestre e que, segundo o autor, ainda era utilizada pelos povos indígenas que habitavam as terras brasileiras. No segundo estágio, “*Hieroglyphicos*”, a escrita, que no princípio era só pintura, ficou sendo pintura e *symbolo* ao mesmo tempo. Assim, um mesmo símbolo poderia representar diversas coisas semelhantes. No terceiro estágio, “*Escrita Symbólica*”, vieram símbolos semelhantes aos da China em que se pintava apenas o contorno da coisa para lhe representar por completo. Os Símbolos já não são mais sinais naturais como eram os Hieróglifos, mas sinais essencialmente artificiais. Rompia-se aqui a relação de semelhança estética entre coisa e escrita. Por fim, no quarto momento, “*Escritura Litteral*”, pinta não mais as coisas mesmas, mas os vocábulos que as representam.⁶³

O fundamental nessa premissa de Barbosa é perceber o autor descrevendo como a língua faz uma passagem paulatina entre a representação do significado em si (ou a coisa), para um significante que não mais o tenta significar mas sim, ao som que a ela convencionou-

⁶¹ Cf. FÁVERO; MONTILA. *Op. Cit.* p. 47 – 52 *passim*; NUNES. *Op. Cit.* 188.

⁶² BARBOSA, Jerônimo Soares. *Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza* ou *Principios da Grammatica Geral Aplicados à Nossa Linguagem*. Lisboa: Na Typographia da Academia das Sciencias, 1822. p. III.

⁶³ BARBOSA. *Op. Cit.* p. I – IV.

se atribuir. Dessa forma, a coisa deixou de ser significada por sua imagem visual passando a ser por sua imagem acústica. Por sua vez, essa imagem acústica pôde ser novamente transposta para imagem visual (Casa, Livro, Pedra). Assim nascia a sinestesia entre coisa e representação que deixa de ser unicamente visual (coisa > imagem gráfica) para se tornar sonora e visual (coisa > som representante da coisa > imagem gráfica). A gramática diria respeito então, a “*arte*” de transpor ao papel o som articulado em forma de palavra escrita.

O gramático não está sozinho em sua defesa de que a escrita da língua se origina da fala. Manoel Dias de Sousa, gramático português publicou sua “*Gramática Portuguesa*” em 1804 pela Real Typografia da Universidade de Coimbra. Na introdução de seu compêndio o autor escreve “*esta arte [a de escrever] que fala aos olhos, e que exprime á vista o que a palavra exprime aos ouvidos; que tem tanto de fixa, como a linguagem tem de fugitiva*”.⁶⁴ O autor elabora uma gramática preocupada em descrever a pronúncia das palavras e das letras pois para ele, é dela que descende a grafia. Sendo assim, no primeiro capítulo de seu livro, Dias de Souza apresenta um “*Esquema*” segundo o qual se organizam as letras do alfabeto e suas formas de pronúncia, seguidas de exemplos de palavras que as contenham (Anexo IV). A idéia de que da fala deriva-se a escrita não é incomum dentre os gramáticos do XVIII e XIX. No entanto, defender uma escrita que se orientasse essencialmente pela fala de determinado grupo social (mesmo que elite) é caso mais raro.

Nos últimos tópicos deste texto, objetivamos demonstramos como a variante de prestígio se apoiava, ora à instituição real – como no caso da correção da Real Mesa Censória com relação ao “Rey” ou “Rei” –, ora, sobre a influência do Iluminismo, nos autores considerados cânones da língua – como no caso do dicionário de Morais Silva. Neste tópico, pretende-se analisar um caso bastante curioso no qual, segundo o produtor do documento, a variante de prestígio se apoiaria na fala dos indivíduos, mais que em seus escritos. Assim, a língua deveria ter a maleabilidade da falada e com isso, o ideal de permanência da norma por intermédio da fixação prescritiva de parâmetros e formas de escrita se perderia uma vez que estes seriam ditados pelo momento em que a língua se encontrava e não por um passado que a aproximasse da realeza ou dos clássicos.

Em dezoito de maio de 1800 um indivíduo que só conseguimos identificar pelas iniciais como F. A. de F. remete à Real Mesa Censória o que chamou “*Carta, / emque eu um*

⁶⁴ SOUZA, Manoel Dias de. *Gramatica Portuguesa ordenada segundo a doutrina dos mais celebres Gramaticos conhecidos, assim nacionaes como estrangeiros, para facilitar á mocidade Portugueza o estudo de ler e escrever a sua própria Lingua, e a intelligência das outras em que se quizer instruir*. Coimbra: Na Real Imprensa da Universidade, 1804. p. IX – X.

Amigo, que foi pergun-/tado por outro, mostra qual deve ser / a noSa Ortografia".⁶⁵ Nela ele defende que os vocábulos não são mais que unidades de som articulados com os quais é possível significar idéias. Sendo assim, é bastante claro que aqueles que não produzem sons na pronúncia, são facilmente esquecidos na ortografia. Segundo o autor, para mais nada serviriam os vocábulos se não para representarem o som e, este não se faz presente na fala, não haveria razão para tê-lo grafado na escrita.

Mais ousado, o autor ainda afirma, "*A pronuncia nas linguas vivas / hé aregra da Ortografia: paraque escre-/vemos pois o que não pronunciamos?*".⁶⁶ O que vemos aqui é a retomada do princípio da escrita, da transformação do som em unidade gráfica. O documento continua, justificando sua proposta com autores renomados da gramática portuguesa e estrangeira, assim como defenderiam os gramáticos ilustrados ou filosóficos.

"Hemos de ecrever, como pronunciamos, e / assi hemos de pronunciar, como screvmos. / São formais palavras de Duarte Nunes / de Leão, palavras, que depois repetio / João Franco Barreto. Paraque guar-/demos certeza, ou verdade em noSsa es-/critura, assim devemos escrever como / pronunciamos, epronunciar como escre-/vemos" [grifos do autor].⁶⁷

Além dos já mencionados Nunes Leão e Franco Barreto, o autor do documento ainda menciona, Antonio de Souza e Macedo (autores de gramáticas da língua espanhola), Ferreira (ao qual chama poeta filósofo), João de Barros, Martinho de Mendonça em seu "*Tratado de Educação*" (1761) e Madureira (ao qual tece críticas quanto as terminações dos verbos terminados em "ais" e "aes"). Com base nestes autores, o autor defende ao longo das dez páginas manuscritas, a inutilidade do uso de "c" antes de "t" em palavras como "dicto"; defende o uso de "f" em lugar de "ph" em "ortographia"; reputa o uso da letra "h" quando escrita sem lhe acompanharem o "c", o "l", o "n" ou no verbo "hé"; não vê sentido no uso do "s" quando este, na realidade possui o som de "z"; e chama desnecessária a letra "ç" por se assemelhar em todos os seus usos a letra "s".

No pequeno tratado do autor desconhecido podemos perceber uma defesa da autonomia da língua portuguesa em relação a latina e grega. Temos ainda, a premissa de que é a fala quem deve ditar as formas de escrita o que inverte a relação prescritiva estabelecida quando a *norma* estava nas mãos do "Rey" e mesmo altera a premissa que a vinculava à tradição escrita, esta nas mãos do "Rei".

⁶⁵ Carta, em que eu um Amigo, que foi perguntado por outro, mostra qual deve ser a nossa Ortografia. 18 de maio de 1800. ANTT, Real Mesa Censória (RMC), Documento nº 4130.

⁶⁶ *Ibidem*. fot. 02.

⁶⁷ *Op. Cit.* fot. 04.

Ao contrapormos ao texto de F. A. de F. as visões acerca da língua escrita dos tópicos anteriores, o que se mantém é a idéia de que a escrita tem a função de permanecer a fala através dos signos gráficos. No entanto, o efeito prescritivo da escrita se esvai na medida em que a *norma* passa: a) pelas mãos do Rei, que representa a personificação da tradição, momento no qual objetiva permanecer inalterado; b) pelos ilustrados, quando admite alterações desde que justificadas por autores canônicos ou pela origem latina do termo, o que, de certa forma, ainda objetivava manter a forma da escrita mas, desta vez, amarrada a tradição escrita; e c) retorna a fala, quando esta volta a ditar as regras para a ortografia e a torna maleável e mais vinculada ao presente na fala de um grupo social, mesmo que ainda prestigiado.

Acompanhando esse caminho percorrido pelas concepções de língua e gramática ao longo dos séculos XVIII e princípio do XIX, acompanhamos também os movimentos políticos, sociais que o perpassaram. Com isso, esperamos posicionar a língua enquanto articuladora social, sujeita e agente das mais sensíveis alterações ideológicas.

Assistimos a passagem do argumento de valor do gramático que, ora se concentrara nas mãos do “Rey”, ora nos autores clássicos –“Rei”– para por fim se apoiar na comunidade falante. Esse trânsito de valores que possibilitaram o estabelecimento de uma norma para a gramática portuguesa refletiam os acontecimentos da segunda metade do XVIII e primeira do XIX, o caminho entre o déspota que se esclarecia e o cidadão que passava a enxergar em si a autoridade do estado no pós-revolução.

Capítulo II

Alterações burocráticas no Império do Brasil 1824 – 1853: entre a Corte e o município

Em 25 de março de 1824, o Imperador Dom Pedro I publicava a Carta Constitucional que consolidava, segundo o texto oficial, “*uma Nação livre, e independente, que não admite com qualquer outra laço algum de união, ou federação, que se oponha á sua Independencia*”.⁶⁸ Entre as muitas diferenças que a promulgação do documento representou, talvez a mais importante delas tenha sido a consolidação, do ponto de vista, legislativo da proclamação de 7 de setembro de 1822. Era preciso, contudo, repensar uma nação brasileira distinta da portuguesa quanto ao aparelho burocrático, ao corpo político, ou à economia, então às faces com a nova divisão internacional do trabalho.

Neste capítulo, pretende-se apontar os principais acontecimentos e suas repercussões, entre 1824 e 1853. Nosso foco será as alterações burocráticas e econômicas que tiveram lugar na região do Termo de Mariana, mas sem esquecer das disputas na corte do Rio de Janeiro ou os acontecimentos na Capital da Província, Ouro Preto. Nossa intenção será mostrar como, dentro do poderio local, representado pela Câmara de Mariana, tais alterações fomentaram a valorização da palavra escrita dentro da lógica da política e da economia. No entanto, mesmo que o aparelho burocrático tenha se expandido em relação ao período precedente do domínio lusitano, mesmo que se tenham criados novos cargos e que as distâncias administrativas tenham diminuído, esse aparente alargamento não representou um aumento na participação política. Aumentava sim os requisitos intelectuais necessários para participar da política em cargos indicados pelo corpo administrativo e jurídico como o de escrivão/secretário da Câmara Municipal, por exemplo.

Ao mesmo tempo em que tais avanços ampliaram o número de cargos, ampliava-se também, a exclusão de iletrados e rústicos. Ganhava espaço os advogados, professores, padres, comerciantes, mas os perdiam os capitães, sargentos, mineradores... Concomitante ao aprimoramento do corpo administrativo, houve o desenvolvimento das vias de comunicação e,

⁶⁸ *CONSTITUIÇÃO POLÍTICA DO IMPÉRIO DO BRASIL DE 1824*. Art.º 1 Brasília: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao24.htm

não menos importante, o estímulo à formação/educação dos futuros administradores e juristas.⁶⁹

3.1. Debates constitucionais, viagem à Vila Rica e a consulta às Câmaras:

As Cortes portuguesas se juntariam em Lisboa para a elaboração de uma nova Constituição para o Império Luso-brasileiro. Acertou-se, pelo Decreto Real de 7 de março de 1821, que as províncias do Brasil deveriam participar da nova constituinte que ocorreria em Portugal no mesmo ano. A medida “*manda proceder á nomeação/ dos Deputados ás Côrtes Portuguezas, dando instrucções a/ respeito*”, uma forma de apaziguar os ânimos garantindo a relativa participação brasileira na reforma legislativa lusitana. Devia-se eleger uma Junta Provisória e dois Deputados, estes responsáveis por irem até Lisboa participarem da Constituinte.⁷⁰

Com a volta de Dom João VI para Portugal, ainda em 26 de abril de 1821, ficou como regente no Brasil o herdeiro do trono português. Dom Pedro enfrentou problemas para garantir o desejo do pai na eleição programada para o dia “1º. de outubro, ou antes, se possível, pelos eleitores e procuradores das Câmaras”.⁷¹ Na então capital de Minas Gerais, Vila Rica, a questão só é resolvida com a intervenção do governo central, representado pelo senhor José Maria Pinto Peixoto. As eleições, tanto para a Junta quanto para os representantes nas Cortes, ocorrem entre os dias 19 e 20 de setembro sem deixar de acarretar a manifestação de alguns descontentes com a decisão.

No entanto, a relativa calma mineira durou pouco, já que os eleitos para as Cortes, ao receberem notícias do ter dos debates em Lisboa, se recusaram a viajarem à Portugal, em forma de protesto. Protestavam argumentando que “o liberalismo português era para de seu país, quando muito, não para a aplicação no Brasil”.⁷² O acordado em Lisboa ressoou para os mineiros como a volta do estatuto colonial que se enfraqueceu com a vinda da Família Real. Parecia ameaçada a proposta do liberalismo político que vislumbrava o crescimento da metrópole atrelado ao desenvolvimento da colônia. O “*Manifesto do Povo do Rio de Janeiro sobre a Residencia de Sua Alteza Real no Brasil, dirigida ao Senado da Camara*”, ressaltava a

⁶⁹ De fato, esse estímulo já vinha de data anterior ao Império Brasileiro, para citar um exemplo, um dos principais incentivadores da necessidade de formação para o bom exercício dos cargos foi o Marquês de Pombal. Cf.: MAXELL, Kenneth. *Marquês de Pombal: o paradoxo do iluminismo*. 2. ed. Trad. Antônio de Pádua Danesi. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

⁷⁰ *COLLECÇÃO DAS LEIS DO IMPÉRIO DE 1821*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. 1889. Parte 2. p. 4. Retirado de: <http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/colecoes/Legislacao/> [27.fev.07].

⁷¹ IGLÉSIAS, Francisco. Minas Gerais. In.: HOLANDA, Sérgio Buarque de (Org.). *O Brasil Monárquico: dispersão e unidade*. Livros 4. Cap. III. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. p. 438. (História Geral da Civilização Brasileira; Tomo II; Vol. 4).

⁷² IGLÉSIAS. *Op. Cit.* p. 439.

importância da permanência do Príncipe Regente no Brasil, mesmo frente a preção portuguesa. “*Na crise actual o regresso de Sua Alteza Real deve ser considerado como huma providencia inteiramente funesta aos interesses nacionaes de ambos os hemisferios*”.⁷³ Por um lado, os portugueses justificavam a volta de Príncipe Regente para Portugal para sua instrução em “*Economia Politica*”, com viagens pelas Cortes da Europa. De outro lado, a população do Rio de Janeiro sugeria ao Príncipe que “[...] *visite o interior deste vastíssimo Continente [...]*”, o que o futuro imperador fez durante sua viagem à província mineira.⁷⁴ Tentou restaurar a ordem e apaziguar os ânimos em relação as Cortes portuguesas.

As representações, tanto dos mineiros quanto dos paulistas, pediram a permanência do Príncipe Regente no Brasil, bem como a manutenção do governo monárquico constitucional.⁷⁵ A situação se agrava com a saída do vice-presidente da Junta da Província, então no exercício do poder, José Teixeira da Fonseca Vasconcelos, que foi ao Rio de Janeiro na busca de ajuda para conter a situação e manter a ordem e garantir a regência.⁷⁶ O problema estava colocado. Os políticos do Brasil não admitiam o retorno do estatuto colonial e nem o Príncipe Pedro, nem seu pai, conseguiam contornar as negociações em Lisboa.

Entre as decisões tomadas pelo Príncipe Regente a fim de conter as manifestações contrárias à questão lusitana estiveram: sua permanência no território brasileiro, passada à história como Dia do Fico; e a viagem até Vila Rica para a qual partiu no dia 23 de março de 1822

*“Viajando rápido, subiu a serra, atravessou o Paraíba, [...] Sabia poder contar com o apoio das milícias e fidelidade das Câmaras. Não se enganava: prestaram-lhe homenagens como as um herói, ele passou sob arcos de triunfo. Bem recebido pelas populações de vilas como São João e São José Del-Rei, Barbacena, Queluz, detém-se nas proximidades de Vila Rica, no Capão do Lana, até que se proclame o seu reconhecimento como Príncipe Regente Constitucional do Brasil. [...] D. Pedro suspende a entrada até que o Governo Provisório se pronuncie sobre o seu reconhecimento, ordena a prisão e o rebaixamento do Brigadeiro Pinto Peixoto, cuja conduta fora ambígua [...]”.*⁷⁷

⁷³ RIO DE JANEIRO. Manifesto do Povo do Rio de Janeiro sobre a Residencia de Sua Alteza Real no Brasil, dirigida ao Senado da Camara. In.: LISBOA. *Cartas e mais Peças Officiaes Dirigidas a Sua Magestade o Senhor D. João VI pelo Principe Real o Senhor D. Pedro de Alcantara*: e junctamente os oddicios e documentos que o general commandante da tropa expedicionária existente na Provincia do Rio de Janeiro tinha dirigido ao Governo. Lisboa: na Imprensa Nacional. 1822, p. 16

⁷⁴ *Ibidem*. p. 18.

⁷⁵ LISBOA. *Castas Dirigidas a S. Magestade o Senhor D. João VI pelo Principe Real o Senhor D. Pedro de Alcantara*. Lisboa: na Imprensa Nacional. 1822, p. 4.

⁷⁶ IGLÉSIAS. *Op. Cit.* p. 440.

⁷⁷ IGLÉSIAS. *Op. Cit.* p. 441.

Após as negociações e com as tropas da comarca do Rio das Mortes pronta para o pior, o Príncipe Pedro solucionou a questão em Vila Rica, onde entrou triunfante, em 9 de abril de 1822. Lá, fortaleceu os partidários da posição moderada, que criticavam a postura re-colonizadora, mas não exigiam o radicalismo independentista. Ao mesmo tempo, o príncipe reprimia as idéias mais exaltadas dos independentistas.

A viagem pelo país parece ter reavivado os ânimos do Príncipe quanto às potencialidades do Império. De volta ao Rio de Janeiro, o discurso da Independência era o de restauração da ordem perdida com a constituinte de Lisboa. A relação de autonomia entre Portugal e Brasil devia ser restabelecida aos moldes do liberalismo federativo, rompendo com a proposta de uma monarquia dual e consolidando a imagem de Império que “se sobrepunha às ameaças republicanas, servindo como um compromisso entre a soberania popular e os direitos da realeza”.⁷⁸ Ademais, a idéia de “Império Brasileiro” corroborou com os princípios conservadores de manter a união territorial. As ameaças internas e externas encontravam-se, assim, amortecidas pela ação e pela figura do novo Imperador.

Este deveria zelar pela soberania brasileira, defendendo-a daquilo “*que se opponha á sua Independencia*”.⁷⁹ Com isso, defendia também a si mesmo de possíveis atritos com grupos políticos com tendências à rebeldia. Mesmo assim, continuidades haviam. A manutenção da dinastia bragançina à frente do governo brasileiro e, numa dimensão mais estrutural e social, a escravidão. Tais elementos colaboraram para a unidade e coesão entre as províncias do Império, uma vez que interligava as elites locais dependentes da mão-de-obra escrava e reconhecedoras do poder monárquico. A restauração política do *status* alcançado, antes das Cortes em Lisboa de 1821. Quando lar do Imperador, o território brasílico dispunha de mais força dentro do esquadro político português. Poder esvaziado quando voltou a Europa Dom João VI. Assim, a restauração deveria reorganizar o Império, mantendo sua unidade territorial e independência política em relação à Portugal.

A nova política se traçou pelas linhas de uma Constituição, forjada nos moldes do liberalismo, que pretendia

“[...] estreitar o espaço de abusos e arbítrio praticados pelos magistrados, enfrentar o problema crônico da ineficácia e morosidade dos serviços jurídicos, conseqüência em grande parte da escassez de profissionais ‘letrados’ e – o mais importante – prover o Império de leis adequadas ao sistema constitucional e à marcha civilizatória”.⁸⁰

⁷⁸ MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema: a formação do estado imperial*. 4. ed. São Paulo: Access, 1999. p. 78.

⁷⁹ *CONSTITUIÇÃO POLÍTICA DO IMPÉRIO DO BRAZIL DE 1824*. Art.º 1. *Op. Cit.*

⁸⁰ VELLASCO, Ivan de Andrade. *As Seduções da Ordem, Criminalidade e Administração da Justiça*: Minas Gerais – século 19. São Paulo: Edusc, 2004. p. 99. (Coleção História).

Os esforços no sentido da elaboração de uma Constituição para o Brasil se deram ainda antes da Independência. Em 23 de maio de 1822 a “*Vereação Extraordinaria do Senado da Camara da Cidade do Rio de Janeiro*” já se manifestava no sentido da convocação de uma constituinte para o Brasil, distinta da portuguesa. A solução era lançada como o único “*meio que se offerecia de consolidar a União do Reino do Brazil, e de o salvar dos males evidentes de que estava ameaçado, e para evitar que se não rompa a sua União com Portugal [...]*”.⁸¹

O Decreto de 3 de junho de 1822 mandou “*convocar uma Assembléa Geral Constituinte e Legislativa composta de Deputados das Provincias do Brazil, os quaes serão eleitos pelas Instrucções que forem expedidas*”.⁸² A esse ponto, as alternativas para o futuro brasileiro se polarizavam, concentrando-se entre: “[...] a união ou federação monárquica, o desmembramento com monarquia e o desmembramento republicano com ou sem federação”.⁸³ Aquela que parecia, de início, a proposta exaltada, a separação entre o Reino de Portugal e o Brasil, não haveria de retroceder.

As ações de Príncipe Regente visavam contornar as possíveis discordâncias internas nas Províncias, geralmente pela convocação de novas eleições para o Conselho das mesmas. Ao mesmo tempo tratou de congregar tropas no Rio de Janeiro a fim de controlar as possíveis rebeldias e proteger-se das ameaças externas.⁸⁴ Nesse sentido, o Decreto de 1º de agosto “*Declara inimigas as Tropas mandadas de Portugal*”.⁸⁵ A Independência em 7 de setembro do mesmo ano só veio a consolidar o que já estava traçado politicamente, principalmente pelas Províncias do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais.⁸⁶

No novo Império defendia-se o Imperador, mas, sobretudo, a Constituição pois,

“A defesa intransigente da Constituição era entendida como condição para a existência da Liberdade e da Independência. Ela se convertia no principal mecanismo jurídico-político para limitar o poder do Estado, por meio da separação entre poder e direito, uma vez que o direito deixava de ser entendido como uma manifestação do poder para se converter na forma de limitá-lo”.⁸⁷

⁸¹ *VEREAÇÃO EXTRAORDINARIA do Senado da Camara da Cidade do Rio de Janeiro em 23 de maio de 1822.*

⁸² *COLLECCÃO DAS LEIS DO IMPÉRIO DE 1822.* Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. 1889. Parte 2. p. 4. Retirado de: <http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/colecoes/Legislacao/> [27.fev.07].

⁸³ CARVALHO, José Murilo de. *Federalismo e centralização no Império brasileiro: história e argumento.* In.: _____. *Pontos e Bordados: escritos de história e política.* 2. ed. rev. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998. p. 160.

⁸⁴ Cf. Índice. In.: *COLLECCÃO DAS LEIS DO IMPÉRIO DE 1821.* Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. 1889. Parte 2. Retirado de: <http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/colecoes/Legislacao/> [27.fev.07].

⁸⁵ *Ibidem.* p. 6.

⁸⁶ A Província da Bahia foi a que mais resistência ofereceu à Independência, só a reconheceu no início de 1823.

⁸⁷ MATTOS, Ilmar Rohloff de. a trama dos interesses na Constituição da unidade política. In.: JANCSÓ, István (org.). *Independência: história e historiografia.* São Paulo: Hucitec; Fapesp, 2005. pp. 274 – 275. (Coleção Estudos Históricos, 60).

A situação se mostrava contraditória: fugia-se dos abusos governistas e do “absolutismo”, no entanto, defendia-se a manutenção da mesma dinastia que, um dia, tentou de todos os modos, exercê-lo; buscava-se liberdade, mas, mantinha-se a escravidão; defendia-se a independência legislativa em relação a Portugal, mas exercida por legisladores formados em Coimbra (Cf. Tabela X, Capítulo VI), e, desejava-se a descentralização burocrática, mas limitava-a as Províncias.

Em meio a tantas contradições e interesses, o Imperador acha por bem dissolver a Assembléia Geral Constituinte alegando que “*Si a Assembléa não fosse dissolvida, seria destruída a nossa santa religião, e nossas vestes seriam tintas em sangue*” e que, uma nova constituinte seria convocada para elaborar um “*projecto de Constituição, que em breve vos apresentarei*”.⁸⁸

Uma carta datada de 17 de dezembro de 1823, redigida, ao que parece, pelo senhor João Severino Maciel da Costa, em nome da Secretaria de Estado dos Negócios do Império, “*Fiel á promessa que Fiz [Dom Pedro I] de offerecer as Camaras deste Império um Projeto de Constituição Manda [...] remetter á Camara da Cidade de Marianna o exemplar incluso*”.⁸⁹ O recebimento do documento só seria registrado cerca de um mês e meio depois, em 22 de janeiro de 1824, o que nos faz pensar sobre a dinâmica da circulação de informação no período.

Para chegar à Mariana o projeto levou mais de trinta dias, tempo que seria bem maior para chegar às localidades mais afastadas ou com caminhos de trânsito mais difíceis. Além disso, se considerarmos que o tempo de viagem fosse o mesmo, tanto para a remessa, quanto para a resposta, seríamos forçados a acreditar que a resposta da Câmara de Mariana sobre o projeto constitucional, chegaria ao Rio de Janeiro, no mínimo em 25 de fevereiro de 1824, ou seja, um mês antes da outorga da Carta Constitucional.

Diante do que foi exposto, é bem provável supor que o envio do projeto visava mais uma tentativa de manutenção da unidade e da restrição de possíveis rebeldias, do que uma concessão de representatividade ao poder local. Isso não geraria nenhuma surpresa ao considerarmos a criação do Poder Moderador que, por trás da casca do liberalismo constitucional escondeu-se e centralizou as decisões nas mãos de Dom Pedro I.

⁸⁸ DOM PEDRO I. *Proclamação de 13 de Novembro de 1823*: sobre a dissolução da Assembléia Constituinte e Legislativa. Brasília: Presidência da República.

⁸⁹ *Correspondência Remetida à Câmara de Mariana pela Secretaria de Estado dos Negócios do Império sobre o projeto de Constituição de 1823*. Rio de Janeiro, 17 de dezembro de 1823. AHCMM, Coleção avulsa, Caixa de correspondências recebidas, Documento não numerado. fl. 01.

Com o quarto poder era permitido ao Imperador: a) nomear os Senadores; b) convocar a Assembléia Geral extraordinariamente nos intervalos das Sessões; c) sancionar os Decretos e Resoluções da Assembléia Geral, para que tivessem força de Lei; d) aprovar e suspender interinamente as Resoluções dos Conselhos Provinciais; e) prorrogar ou adiar a Assembléia Geral, bem como dissolver a Câmara dos Deputados, nos casos que colocassem em risco o Estado; f) em caso de dissolução, convocar imediatamente outra Câmara g) nomear e demitir livremente os Ministros de Estado; h) suspender os Magistrados; i) perdoar e moderar as penas impostas e os Réus condenados por Sentença; e j) conceder anistia em caso urgente.⁹⁰ Em síntese, eram medidas que visavam intervir e mesmo submeter os demais poderes para estes apoiassem o imperador, sob pena de sansão ou ostracismo político.

3.2. Nova legislação, novas escolas e velhos magistrados:

Segundo Ilmar Rohlff de Mattos, “magistrados e bacharéis em Direito ou burocratas-bacharéis são os agentes privilegiados de uma restauração”.⁹¹ A questão fica clara ao observarmos o levantamento de José Murilo de Carvalho segundo o qual, entre 1822 e 1831, os magistrados representavam 41,66% do corpo de Senadores e um terço das pastas ministeriais.⁹² Em sua maioria, tratava-se de homens formados na Universidade de Coimbra. O Brasil ainda não contava com uma estrutura educacional capaz de compor um corpo administrativo respondendo às novas exigências da economia, da política, enfim, das contingências pós-independência.

A coroa se esforçaria para “administrar homens, empenhando-se muitas vezes em civilizá-los por meio de um sistema educacional”.⁹³ O aprimoramento técnico passava assim, pela ampliação das cadeiras de primeiras letras, pela ampliação ao acesso à educação no Brasil, incluindo a criação de faculdades. Assim, “a organização e expansão da escolarização são um dos elementos marcantes do Brasil oitocentista, em especial, no período pós-

⁹⁰ *CONSTITUIÇÃO POLÍTICA DO IMPÉRIO DO BRASIL DE 1824*. Art.º 101. *Op. Cit.*

⁹¹ MATTOS. *Op. Cit.* p. 82.

⁹² CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem: a elite política imperial. Teatro de Sombras: a política imperial*. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. pp. 103 – 109 *passim*.

⁹³ O incentivo à formação bacharelesca já se encontrava presente na política do período pombalino. Neste sentido, vale lembrar que a racionalização burocrática implementada pelo Marquês passava também pela questão educacional. No entanto, as mudanças promovidas por Pombal tinham como objetivo final, não a ampliação do caráter pedagógico, mas sim instrutivo, voltado para a formação de administradores, de políticos e de “servos úteis ao estado”. Sobre o assunto Cf. o Capítulo I deste trabalho; *Alvará para que intensifique o estudo da Língua Portuguesa nos Reinos e Domínios de Portugal*. OURO PRETO. 30 de setembro de 1770, Arquivo Público Mineiro Coleção Casa dos Contos de Ouro Preto (APM CC), rolo 532, planilha 20516, documento 1. Palácio de Nossa Senhora da Ajuda a 30 de setembro de 1776. (original na Torre do Tombo). 2f; MAXELL, Kenneth. *Marquês de Pombal: o paradoxo do iluminismo*. 2. ed. Trad. Antônio de Pádua Danesi. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996 e; FERNANDES, Rogério Antônio. *Os Caminhos do ABC: Sociedade Portuguesa e Ensino das Primeiras Letras*. Porto: Porto Editora, 1994. (Coleção Mundo de Saberes); MATTOS. *Op. Cit.* p. 85.

independência”.⁹⁴ Passava ainda pelas reformas no aparelho burocrático e na legislação a fim de valorizar o letramento como instrumento útil ao Estado.

Caberia, portanto, nos tópicos que se seguem, uma breve análise acerca das alterações burocráticas seguidas de um panorama geral da instrução educacional no período em questão. A exposição equaciona ambas as ações, uma vez que a primeira não poderia se fazer sem a segunda. Pelo menos é isso que se preconiza na Nova Constituição que dá a formação um papel importante no exercício da autoridade administrativa.⁹⁵ Mas esse plano tinha limitações práticas. Queremos demonstrar que apesar das alterações no aparelho administrativo e judiciário, principalmente a partir da Independência e da Lei de 1º de outubro de 1828, terem promovido uma expansão do corpo burocrático, a valorização do conhecimento da escrita fez o número potencial de participantes ativos da burocracia se contrair, pois o número de letrados permaneceu reduzido.⁹⁶ Essa situação parece ter se manifestado, primeiramente, entre os próprios componentes do Legislativo e do Judiciário, cujos cargos exigiam o uso da gramática e da boa letra. Já por parte dos eleitores isso se manifestou mais tardiamente, o que justificaria a eleição de vereadores e juizes de paz cuja escrita afastava-se mais da norma que a dos seus escrivães.

3.3. Alterações burocráticas e acomodações políticas entre 1824 – 1853

Implementada a Constituição, era preciso restaurar a ordem burocrática de maneira a promover uma ruptura com a estrutura administrativa e com a legislação lusa, bem como uma adequação da justiça às novas exigências do Império independente. A necessidade de tais reformas é apontada pelo Desembargador Manuel Inácio de Melo e Souza (futuro Barão de Pontal), em 1827, em suas Memórias publicadas na Revista do Arquivo Público Mineiro

⁹⁴ FARIA FILHO, Luciano Mendes de; CHAMON, Carla Simone; ROSA, Walquiria Miranda (orgs.). *Educação Elementar: Minas Gerais na primeira metade do século XIX*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006. p. 71. (Inéditos & Esparsos).

⁹⁵ Claro que não podemos desconsiderar que tal formação não fosse importante para o exercício das funções burocráticas mesmo antes de 1824. Nos é bastante claro que tal formação era elemento de distinção, e exigida por parte do estado para alguns de seus funcionários. Exemplo disso seria o Alvará de 13 de novembro de 1642 segundo o qual, “*Eu EL-REI faço saber aos que este Alvará virem, que, [...] Hei por bem e me praz, que d’aqui em dian/te não possam servir de juizes senão pessoas que / saibam ler e escrever; o que assim mando por Lei / geral, por pelo contrario ser em grande prejuizo do / segredo da Justiça. / E mando a todas as Justiças Officiaes e pés-/soas, a que o conhecimento disto pertencer, que / cumpram e guardem este Alvará, como nelle se / contém ; o qual se publicará na Chancellaria-mór. / e se registrará aonde for necessário, para se saber / como assim o tenho ordenado, por Lei geral. E / este valerá. Como Carta, sem embargo da Orde-/nação, que o contratio dispõem. / Manoel do Couto o fez, em Lisboa a 13 de / Novembro de 1642. Jacinto Fagundes Bezerra / e fez escrever. = REI.*” Cf.: SILVA, Thomé Justino de Andrade e. *Coleção Cronologica da Legislação Portuguesa Copilada e Annotada (1640-1647)*. Lisboa: Imprensa de P. X. de Souza. 1856. p. 162.

⁹⁶ A palavra “letrados” aqui se refere aos indivíduos que passaram por algum processo de letramento, não necessariamente institucionalizado, mas suficiente para garantir-lhes o uso independente da palavra escrita e da leitura. Nos séculos XVIII e XIX, a palavra significava, predominantemente, “*os Juristas, & particularmente os Advogados*” (BLUTEAU, 1712, p. 90).

(RAPM), publicada em 1898. Os comentários são no sentido da especificação do aparelho burocrático, esclarecendo a periodicidade das reuniões do Conselho Geral e buscando mais controle com relação ao poder local. Para o autor, “*se os Ouvidores nas Correições annuaes tivessem observado o seu regimento, muitos abuzos dos Juizes, Vereadores e mais officiaes subalternos se terião evitado*”.⁹⁷ Vale lembrar as palavras do Corregedor que visitou a Câmara de Mariana em 13 de fevereiro de 1823 (já citadas no capítulo I deste trabalho) que atribuía aos membros da política local a capacidade de “[...] *torcer, e retorcer o senti/do das Leis ainda as mais claras, afim de as acom/modar aos projectos que tenha em vista*”.⁹⁸

3.3.1. Os juízes de paz e suas atuações

Na tentativa de ampliar a aplicação da justiça e, conseqüentemente, sua valoriza-la e ao próprio Estado, a Constituição de 1824 já previa a criação do Cargo de Juiz de Paz para garantir que “*Sem se fazer constar, que se tem intentado o meio da reconciliação, não se / começará Processo algum*”.⁹⁹ Instituído pela Lei de 15 de outubro de 1827 possuía quinze atribuições dentre as quais incluíam: “*Conciliar as partes, que pretendem de-/mandar por todos os meios pacíficos, que estiverem ao seu alcance*”; “*Julgar pequenas demandas*” que não ultrapassassem 16\$000 réis; “*Fazer separar os ajuntamentos, em / que ha manifesto perigo de desordem*”; “*Ter huma relação dos criminosos para / fazer prendel-os, quando se acharem no seu / districto*”; “*Fazer observar as Posturas policiaes / das Câmaras*”; e “*Dividir o districto em quarteirões / que não conterão mais de 25 fogos*”.¹⁰⁰

Em 20 de setembro de 1829, um Decreto adita as obrigações e incumbências dos juízes de paz, entre outros pontos, restringindo-lhes o exercício simultâneo de suas atribuições e dos cargos do juizado ordinário, de Juiz de Fora ou de Órfãos.¹⁰¹ O juizado de paz assumiu as funções do antigo cargo de Almotacés, extinto em 26 de agosto de 1830 e, em 11 de setembro do mesmo ano, ordenou-se a eleição de juízes nas capelas filiais e curadas.¹⁰² Segundo

⁹⁷ APM. *Memórias do Desembargador Manuel Inácio de Melo e Souza, posteriormente Barão do Pontal, apresentado em 1827*. RAPM. Ouro Preto: Imprensa Oficial de Minas Gerais. ano III, 1898. pp. 5 – 22.

⁹⁸ *Correição feita pelo Corregedor Garcia na qual se discute a semântica do termo “aposentadoria”*. Mariana, 13 de fevereiro de 1823. Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Mariana (AHCMM). Livro de Receita e Despesa da Câmara Municipal de Mariana, Códice 373, folha 52f.

⁹⁹ *CONSTITUIÇÃO POLÍTICA DO IMPÉRIO DO BRAZIL DE 1824*. Art.º 161. *Op. Cit.*

¹⁰⁰ PORTUGAL. Lei de 15 de Outubro de 1827: creando os Juizes de Paz em cada Freguesia ou Capella curada. In.: _____. *Código Filipino, ou, Ordenações e Leis do Reino de Portugal*: recopilada por mandado d’el-Rei D. Filipe I. – Ed. fac-similar da 14ª ed., segundo a primeira, de 1603, e a nona, de Coimbra, de 1821 / por Cândido Mendes de Almeida. – Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2004. V. 38-A – (Edições do Senado Federal). pp. 363 – 368. *passim*.

¹⁰¹ Cf. DECRETO de 20 de setembro de 1829: additando a Lei de 15 de outubro de 1827, quanto as funções dos juízes de paz, e respectivas incompatibilidades. In.: PORTUGAL. *Código Filipino...* V. 38-A. pp. 369 – 370.

¹⁰² ANDRADE, Francisco Eduardo. *A reforma do Império e a Câmara da Leal Cidade de Mariana*. In.: CHAVES, Cláudia Maria das Graças; MAGALHÃES, Sônia Maria de; PIRES, Maria do Carmo (org.). *Casas de*

Raymundo Faoro, o Juiz de Paz funcionou como centro de um sistema que filtrava as contendas menores, “[...] armado com a truculência de seus servidores, os inspetores de quarteirão [...]”.¹⁰³ Com isso, e ainda responsável pelo envio de relatórios e informações, ajudando ao poder camarista no exercício administrativo. Deles vinham os pedidos e solicitações, as súplicas e os apontamentos, as listas de habitantes, os custos para o conserto de pontes e estradas, os recados sobre a instrução pública e tudo mais que se pudesse imaginar. Não é sem razão que cerca de 36% das correspondências recebidas pela Câmara de Mariana na amostragem analisada neste trabalho são escritas sob a responsabilidade dos juízes de paz e/ou subordinados.

O Juiz de Paz de Barra Longa remeteu para a Câmara em 02 de setembro de 1832 a “*Lista dos Eleitos para Chefe e mais oficiais do segundo Batalhão da Guarda Nacional*” daquele distrito, em 17 de setembro de 1833. O Alferes Francisco Luiz Soares de Carvalho, Juiz de Paz de Nossa Senhora da Saúde, remeteu o Mapa de População de sua localidade. Em 3 de outubro de 1835, Luiz Veloso Miranda Brandão, em Paulo Moreira, anuncia sua viagem ao Rio de Janeiro a fim de solucionar pendências quanto ao uso de fontes públicas. Além disso, Brandão, tratou dos problemas que envolviam a circulação em uma fazenda de engenho que contava com três porteiras, cinco pântanos, cães ferozes e um proprietário que espancava os passantes que ameaçam os cães.

A listagem de assuntos com os quais estavam envolvidos os juízes de paz seria ainda mais longa que a apresentada se consideradas a demais consultas e cartas encaminhadas pelos juízes à Câmara municipal, que envolviam, também, a escusa do cargo, as eleições municipais, o estabelecimento de hospitais, a construção de prisões etc.¹⁰⁴ O exposto acima corrobora com a proposição de Ivan de Andrade Vellasco de que “[...] do ponto de vista da estrutura da administração judiciária o juiz de paz tenha sido instituído assumindo poderes

Vereança de Mariana: 300 anos da Câmara Municipal de Mariana. Ouro Preto: Editora da UFOP, 2008. p. 152 – 167. *passim*. A saber, o cargo de Juiz Almotacé tinha como funções a fiscalização do cumprimento das Posturas por parte dos “*Carniceiros, Padeiras, Regateiras, Almocreves* [“o que leva bestas de carga de huma parte a outra”. BLUTEAL. *Op. Cit.* Tomo I. p. 273], *Alfaiates, Çapateiros e todos os outros Officiaes* [...]”. PORTUGAL. *Código Filipino...* V. 38-A. Tit. LXVIII.

¹⁰³ FAORO, Raymundo. *Op. Cit.* p. 353.

¹⁰⁴ Cf. respectivamente, *Correspondência do Juiz de Paz de Barra Longa para a Câmara de Mariana na qual remete a lista da Guarda Nacional*. Barra Longa, 02 de setembro de 1832. AHCMM, Coleção avulsa, Caixa de correspondências recebidas, Documentação não numerada; *Correspondência de Francisco Luiz Soares de Carvalho para a Câmara de Mariana na qual remete o mapa da população de seu distrito*. Nossa Senhora da Saúde, 17 de setembro de 1833. AHCMM, Coleção avulsa, Caixa de correspondências recebidas, Documentação não numerada; *Correspondência de Cândido Joaquim da Rocha para a Câmara de Mariana na qual informa sobre os revoltosos de 22 de março*. Furquim, 28 de agosto de 1833. AHCMM, Coleção avulsa, Caixa de correspondências recebidas, Documentação não numerada; *Correspondência de Luiz Veloso Miranda Brandão para a Câmara de Mariana sobre assuntos diversos*. Paulo Moreira, 03 de outubro de 1835. AHCMM, Coleção avulsa, Caixa de correspondências recebidas, Documentação não numerada.

antes dispersos entre outro (sic) postos [...]”.¹⁰⁵ A figura do Juiz parece resolver os problemas distanciando a desordem do corpo municipal.

Residentes em suas localidades, muitos acabaram se dedicando à agricultura, ao comércio, à mineração, ao ensino nas escolas, entre outras atividades.¹⁰⁶ Alguns ocuparam cargos na Câmara como secretários, procuradores e vereadores. Outros fizeram parte da Guarda Nacional ou se dedicavam ao sacerdócio. Em alguma medida, o destaque ou reconhecimento nessas áreas de atuação levaram à eleição desses oficiais, os quais, uma vez eleitos buscaram articular seus interesses pessoais com o cargo no Judiciário.

Assim, se em uma primeira análise, admitimos que o cargo representou o crescimento da autonomia local e a ramificação da estrutura jurídica através do “[...] leigo e eletivo em base local [...]”, não podemos nos esquecer, em contrapartida, que essas autoridades distritais ainda se subordinavam às municipais.¹⁰⁷ Vê-se, portanto, abalada a idéia de que a criação do cargo beneficiaria à autonomia distrital. Outrossim, a autonomia ao mesmo tempo em que garante aos distritos uma via para a resolução de seus conflitos locais, resguardava os Municípios das contendias menores e apertava ainda mais forte as amarras do Estado. Deste modo o cargo teve grande importância como elo entre municípios e distritos, mesmo após o chamado “esvaziamento” de seu poder, em 1840, com a reforma do Código do Processo Criminal, daí seu destaque nas correspondências e em nossa análise.¹⁰⁸

3.3.2. Lei de 1º de outubro de 1828: a divisão do Legislativo e do Judiciário?

Depois de criado o cargo de Juiz de Paz em 1827, a Lei de 1º de outubro de 1828 é responsável pelo enfraquecimento do poder institucional das Câmaras uma vez que retira as funções judiciárias destas a fim de torná-las “[...] *corporações meramente / administrativas, não exerceraõ jurisdicção alguma / [sen]tenci[oz]a*”.¹⁰⁹ Entre as diversas atribuições, a Lei alterava o número de membros da Câmara de seis (três vereadores, um Tesoureiro, um

¹⁰⁵ VELLASCO, Ivan de Andrade. *Op. Cit.* p. 119.

¹⁰⁶ Cf. Listas Nominativas de Mariana 1819/22; 1831/32; 1838/40.

¹⁰⁷ VELLASCO, Ivan de Andrade. *Op. Cit.* p. 119.

¹⁰⁸ A pesquisadora Joelma Aparecida do Nascimento vem desenvolvendo, na pós-graduação da UFJF, um trabalho de maior fôlego sobre a atuação dos juizes de paz em Mariana. A ela agradeço a colaboração, tanto pelas discussões sobre o tema quanto pelo acesso as informações.

¹⁰⁹ AHMM. *Registro da Carta de Lei de 1º de Outubro de 1828*. Mariana, 1º de Abril de 1829. Códice 88. Folhas 01 frente a 08 verso. Transcrito por: Pablo de Oliveira Andrade em entre 8-16 de Abril de 2008 e revisada em 28 de abril de 2008. É importante salientar que, se a Lei de 1º de outubro de 1828 representou, oficialmente, a queda do poder das Câmaras Municipais, há indícios que sustentam que tal abalo foi sentido apenas posteriormente uma vez que, mesmo pela falta de magistrados, os membros da vereança acabaram por ocupar cargos simultaneamente de Juiz Municipal, Juiz de Direito, Criminal, ou seja, continuavam, na prática a terem suas jurisdições. Sobre o tema vem se debruçando o historiador Pablo de Oliveira Andrade ao qual agradeço, tato pela transcrição da Lei quanto pelas conversas e discussões a respeito.

Procurador e um Escrivão), para onze (nove vereadores, um Procurador e um Secretário).¹¹⁰ Marcava-se o dia sete de setembro para a eleição conjunta dos vereadores e juizes de paz, devendo empossar-se no dia sete de janeiro do ano subsequente. A substituição das listas tríplexes pela eleição paroquial garantiu relativa continuidade no exercício das funções administrativas para os vereadores eleitos a partir de então.¹¹¹

A Lei de 1º de outubro de 1828 foi um ataque a autoridade da Câmara enquanto instituição. Na dimensão prática, contudo, a Lei parece não ter sido tão contundente. Não é incomum encontrarmos vereadores ocupando outros cargos dentro da burocracia local, conforme pode ser verificado no Quadro I que arrola os vereadores que ocuparam, simultaneamente cargos na vereança e na justiça. Mesmo que oficialmente essa ruptura haja se dado, existem indícios que justificam nossa desconfiança quanto a sua efetiva aplicação. Não que o vereador continuasse a julgar crimes, na condição de juizes ordinários. Ocorreu, de fato, uma separação entre o Legislativo e Judiciário. Contudo, o poder continuava nas mãos da camada populacional prestigiosa, que já de longa data ocupavam os cargos de vereança. Nada mais natural, haja vista a carência de letrados e, principalmente, de magistrados, que poderiam suprir as necessidades da justiça local.

¹¹⁰ De fato, havia uma distinção entre a eleição para as Vilas e Cidades, nestas elegiam-se nove vereadores, sendo o mais votado o Presidente, naquelas, apenas sete.

¹¹¹ As listas tríplexes constituíam o sistema pelo qual se elegiam dentre os “homens bons” da cidade seis (não sendo parentes ou cunhados) e, divididos em três duplas a cada uma caberia elaborar uma lista com os indicados para Juiz, vereadores, Procuradores, Tesoureiro e Escrivão para os próximos anos as quais eram sorteadas por menino de idade menor que sete anos. Cf. PORTUGAL. “Em que modo se fará a eleição dos juizes, Vereadores, Almotacés e outros Ofícios”. *In.*: _____. *Código Filipino...* Vol. 38-A. Tít. LXVII. Há de se considerar que muitas das vezes os funcionários da Câmara se perpetuavam em seus postos mesmo vigorando a eleição por listas tríplexes.

Quadro I: Camaristas que ocuparam simultaneamente cargos judiciários e administrativos em Mariana (1824 – 1853)¹¹²

Antônio José Ribeiro Bhering (Reverendo Cônego)	Conselheiro geral da província (1830), <i>Juiz Municipal (1833)</i> , <i>Vereador (1833 – 1852)</i> , <i>Juiz de Paz de Mariana (1840)</i> .
Fortunato Rafael Arcanjo da Fonseca (Tenente Coronel, Advogado)	2º Tabelião Público (1808), Tesoureiro da Câmara (1814), Arrendatário dos ofícios de 2º Tabelião e de Escrivão de Órfãos (1819), Vereador da Câmara em 1821, <i>Presidente da mesma entre 1829 – 1832 e 1835 – 1838</i> , <i>Juiz Municipal (1832)</i> , Suplente no Conselho Geral da Província (1833) e <i>Delegado do 2º Círculo Literário (1835)</i> .
Gonçalo da Silva Lima	<i>Vereador da Câmara (1837 – 1840)</i> , <i>Juiz Municipal Suplente (1840)</i> .
Inácio José Rodrigues Duarte (Capitão)	<i>Vereador da Câmara (1829 – 1832)</i> , <i>Juiz de Órfãos (1837)</i> ,
Lucindo Pereira dos Passos (Advogado)	<i>Promotor Público (1833)</i> , <i>Vereador da Câmara (1838)</i> .
Manuel Francisco Damasceno (Capitão)	<i>Juiz Ordinário (1836)</i> <i>Juiz Municipal (1837 – 1839)</i> , <i>Vereador (1833 – 1840)</i> , <i>Presidente da Câmara (1845 – 1852)</i> .
Manuel Júlio de Miranda (Cônego)	<i>Juiz de Órfãos (1833)</i> , <i>Vereador da Câmara (1833 – 1836)</i>

FONTE: nota 112.

A situação corrobora com a hipótese acima indicada de que, apesar da preocupação dentro do corpo administrativo com a formação - ou ao menos experiência jurídica - dos ocupantes dos novos cargos, existia uma escassez de letrados na região. Isso explicaria a possível permanência do mesmo grupo de pessoas, tanto no legislativo quanto no judiciário. De fato, a alteração ocorrida em 1828 com relação às Câmaras, só veio a ampliar as necessidades de instrução do corpo de *cidadãos*.¹¹³ Tal necessidade transbordou as discussões

¹¹² AHCMM, Cód. 221, fls. 46 – 46v; 70 – 70v; Cód. 222, fls 1v – 2v; 59v – 60; 67v – 68 Listas Nominativas de 1819/22; 1831/32; 1838/40; *Correspondência Remetida pelo Senhor Fortunato Rafael Arcanjo da Fonseca à Câmara de Mariana*. Mariana, 20 de julho de 1835. AHCMM, Cód. 729, fl. 86; *Receita e Despesa da Câmara Municipal*. 1809 – 1817. AHCMM, Cód. 333, fl. 130v; *Livros dos Termos e Acordãos da Câmara*. 1822. AHCMM, Cód. 248, fl. 55v; *Miscelâneas*. 1816 – 1839. AHCMM, Cód. 651, fl. 70v; AHCSM, 1º ofício, Cód. 097, Auto 2017; Cód. 341, Auto 7548; Cód. 444, Auto 9604; Cód. 476, Auto 10606; Cód. 323, Auto 7001; Cód. 406, Auto 8873; Cód. 401, Auto 8780; Cód. 472, Auto 10476; Cód. 308, Auto 6406; Cód. 097, Auto 2017.

¹¹³ IGLÉSIAS. *Op. Cit.* p. 19. O termo *Cidadão* aqui utilizado merece maiores explicações. Adotamos a definição de Ilmar Rohloff Mattos que enquadra esse grupo como os participantes diretos da política nacional opostos assim do “povo”, camada representada, mas sem o poder direto de escolher seus representantes ou tão pouco ser um destes. MATTOS. *Op. Cit.*. Distinção semelhante é apontada por Rafael de Bivar Marquese e Márcia Regina Berbel segundo os quais, no Brasil, distinguam-se “[...] os cidadãos passivos, que gozariam apenas os direitos civis, dos cidadãos ativos, que participavam diretamente no jogo eleitoral por atenderem determinadas condições censitárias”. Cf. MARQUESE, Rafael de Bivas; BERBEL, Márcia Regina. A ausência da raça: escravidão, cidadania e ideologiapró-escravista nas Cortes de Lisboa e na Assembléia Constituinte do Rio de Janeiro (1821 – 1824). *In.*: CHAVES, Cláudia Maria das Graças. SILVEIRA, Marco Antônio. (orgs.). *Território, Conflito e Identidade*. Belo Horizonte, MG: Argvmentvm; Brasília, DF: CAPES, 2007. pp. 63 – 88.

políticas e se consolidou em ação. O que se verifica no reforço do ensino mútuo e misto, bem como no aumento do número de escolas e na contratação de professores no segundo quarto do XIX, conforme trataremos em capítulo mais a frente.

3.3.3. Debate em torno do Código Penal e do Código do Processo Criminal

Como foi apresentado, a Constituição de 1824 buscou reformular aspectos administrativos, legislativos e judiciários, com o objetivo de revisar a influência portuguesa, adequando-os ao novo Império que se formava. É preciso termos em mente que a revisão tinha relações com discussões políticas que se desenvolveram desde a Revolução do Porto, em 1820. Com o remanejamento da política econômica mundial, encabeçada pela Inglaterra e, posteriormente, pela França, o Brasil independente de Portugal via a necessidade da reformulação dos antigos parâmetros coloniais. Em primeiro lugar, deixou de fazer parte do império lusitano, mesmo mantendo um Imperador da dinastia portuguesa dos Bragança. Em um segundo momento, os cidadãos, fossem eles monarquistas liberais ou constitucionalistas conservadores, pediam alterações legislativas.¹¹⁴

Neste contexto, promulgou-se, em 16 de dezembro de 1830, o novo Código Penal Criminal, que aposentou o Livro V das Ordenações Filipinas, anteriormente responsável pela descrição dos crimes e das penas a serem aplicadas aos infratores.¹¹⁵ A nova organização teve como característica marcante, o “abrandamento” em relação aos crimes políticos e suas respectivas e penas.¹¹⁶ Aqui, a participação dos mineiros foi marcante. Bernardo Pereira de Vasconcelos apresentou, já em 1827, um projeto para a reformulação criminal e penal no País.¹¹⁷ Por seu turno, não podemos esquecer as “*Memórias do Desembargador Manuel Inácio de Melo e Souza, posteriormente Barão do Pontal, apresentado em 1827*” que apontavam para a urgente necessidade de reforma na “*prolongada prática dos Processos Forenses*”.¹¹⁸ Mais marcante que o Código de 1830 foi o *Código do Processo Criminal* promulgado pela Lei de 29 de novembro de 1832.

Na situação que se traçou em 1830 dividiram-se os organismos políticos do Império, muito influenciado pelo liberalismo norte americano e o pensamento francês o que é demonstrado pela divisão dos *farroupilhas* entre os “*liberais puros* de inspiração

¹¹⁴ CASTRO, Paulo Pereira de. A “experiência republicana”, 1831 – 1840. In.: HOLANDA, Sérgio Buarque de (Org.). *O Brasil Monárquico: dispersão e unidade*. Livros 1. Cap. I. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. pp. 19 – 84. (História Geral da Civilização Brasileira; Tomo II; Vol. 4).

¹¹⁵ ANDRADE, Francisco Eduardo de. *Op. Cit.*

¹¹⁶ MALERBA, Jurandir. *Os Brancos da Lei: liberalismo, escravidão e mentalidade patriarcal no Império do Brasil*. Maringá: Eduem, 1994.

¹¹⁷ ANDRADE, Francisco Eduardo de. *Op. Cit.* p. 156.

¹¹⁸ APM. *Memórias do Desembargador... Op. Cit.* p. 5.

jeffersoniana” e os “*agitadores*”, com a promessa de nova ordem social.¹¹⁹ A imagem de Dom Pedro I já havia se desgastado politicamente após a outorga da Carta Constitucional e a consulta às Câmaras, feita às pressas, como já mencionamos em tópico acima. O reconhecimento político da Carta Constituinte só se daria, dizia o liberal puro Teófilo Otoni, quando “[...] o vício da outorga se tivesse redimido através de um *referendum popular*, que apenas uma assembléia com expressos poderes constituintes poderia representar”.¹²⁰ Lutava-se pela eliminação dos resíduos de absolutismo presentes na Carta Constitucional, além do “[...] reforço dos aspectos federativos nela presentes”, luta que ganharia fôlego com a abdicação de Dom Pedro I e a Regência de Feijó.¹²¹

3.4. De volta as Minas e delas a Portugal

Vendo a situação que se instalou na capital do Império Brasileiro com as discussões constitucionais e antevendo o possível desconforto político e a rebeldia, Dom Pedro toma a decisão de voltar a Minas Gerais. Na agora “Imperial Cidade de Ouro Preto”, antiga Vila Rica, o jovem Pedro havia ganhado fôlego político com seu discurso inflamado em 1821, o que esperava poder repetir em 1830. A medida parecia sensata, atrair o apoio local e manter o poder, controlando os desafetos políticos e contornando os mais exaltados. A informação da viagem correu entre os camaristas de Mariana, em data de 17 de dezembro de 1830, quando receberam, por ofício do Presidente da Província, Manuel Inácio de Melo e Souza, a “*noticia, da vinda de Suas Magestades Imperiaes, a esta Provincia [...]*”.¹²²

A chegada do Imperador foi informada em 12 de janeiro de 1831 quando, por ofício, “*Expos o Senhor Presidente que havendo já certeza de estar nesta Provincia Sua Magestade o Imperador e Sua Augusta Esposa, convinha tomarem se medidas para o seu recebimento*”.¹²³ No entanto, a Lei de 1º de Outubro de 1828, Título 4º “*Da Aplicação das Rendas*” restringia o uso do orçamento público: “*Naõ despenderaõ as Rendas dos Conselhos, senaõ em objetos proprios de suas atribuiçoens, nem daraõ aos Juizes, ou outros Empregados senaõ oque por Lei estiver determinado*”.¹²⁴

Vale aqui um parêntese para ressaltar algumas questões envolvendo, tanto a economia do período quanto a política local. Sobre as rendas, em 1828, expressou-se a preocupação do

¹¹⁹ CASTRO. *Op. Cit.* p. 20. [grifos do autor].

¹²⁰ CASTRO. *Op. Cit.* p. 21. [grifos do autor].

¹²¹ CARVALHO, José Murilo de. Federalismo e centralização no Império brasileiro: história e argumento. In.: _____, *Pontos e Bordados: escritos de história e política*. 2. ed. rev. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998. p. 164.

¹²² *Sessão Ordinária a 17 de dezembro de 1830*. AHCMM, Cód. 206, fls. 51 – 51v.

¹²³ *Sessão Extraordinária de 12 de janeiro de 1831*. Cód. 206, fl. 57.

¹²⁴ *Registro da Carta de Lei de 1º de Outubro de 1828*. Mariana, 1º de Abril de 1829. Códice 88. Fls. 01 – 08v.

poder central em controlar o uso das arrecadações por parte das Câmaras, o que pode ser entendido como uma intervenção na autonomia local. A desconfiança foi expressa na correspondência remetida em pelo Senhor Manuel José de França, então secretário da dos Negócios do Império que em 27 de junho de 1831 informava a ordem da Regência para que “[...] *lhe sejam enviadas todas e quaisquer informações sobre os abusos, que houverem na Administração das rendas das respectivas Províncias*”.¹²⁵ O encaminhamento ouviria respostas por parte do Conselho da Província que oficiou à Câmara, em 7 de dezembro de 1831, resolvendo, em virtude do da ordem do Conselho de Negócios do Estado, que trataria de solicitar às “[...] *Camaras Municipais da Província se transmittisse a referida Portaria, a fim de que possa d’ella obter mais circunsunciadas informações acerca dos abusos introduzidos na Publica Administração*”.¹²⁶ O controle das rendas era, do ponto de vista político, ação centralizadora que partia, tanto da província para a Câmara quanto do Conselho do Império para a primeira.

Cabe ressaltar ainda o caráter específico da economia mineira do segundo quartel do XIX. Tratava-se de uma província que se dedicou à exploração aurífera até a década de 1760. Desde então, a arrecadação aurífera que atingiu no ano fiscal de 1763 – 1764 seu ápice, aferindo cerca de 130 arrobas de ouro, assistiu uma vertiginosa queda no período seguinte, não alcançando 85 arrobas.¹²⁷ Alternando entre curtos picos de arrecadação, estabilidades e sucessivas quedas, a cota das 100 arrobas anuais, pretendidas em 1750 com o retorno das Casas de Fundação, jamais voltou a ser atingida.¹²⁸ Em seu lugar, distinguia-se a produção para o consumo interno e comércio interprovincial, o que ficaria ainda mais marcado com a chegada ao Rio de Janeiro da Família Real.¹²⁹ Os problemas econômicos apareceram não

¹²⁵ *Correspondência Remetida à Câmara de Mariana pela Secretaria da Província Sobre a Investigação Acerca de Abusos Dentro da Província*. Rio de Janeiro, 27 de junho de 1831. Coleção avulsa, Caixa de correspondências recebidas, Documento não numerado.

¹²⁶ *Correspondência Remetida à Câmara de Mariana pela Presidência de Província Sobre a Investigação Acerca de Abusos Dentro da Província*. Ouro Preto, 07 de dezembro de 1831. Coleção avulsa, Caixa de correspondências recebidas, Documento não numerado.

¹²⁷ A situação causou reações por parte do governo português que tratou logo de declarar a derrama. Nos entanto, os esforços da coroa para solapar o problema da arrecadação do Quinto não obtiveram sucesso.

¹²⁸ CARRARA, Ângelo Alves. *Administração fazendária e conjuntura financeiras da Capitania de Minas Gerais, 1700-1808*. Working paper 01-07, processo CNPq 302728/2003-1. p. 3. (versão de fevereiro de 2007). O centralismo político e a racionalização das contas da coroa promovida a partir da criação do Erário Régio permitiram a constatação de que o buraco nas contas era realmente grande, chegando quase a casa das 600 arrobas em 1788-1789.

¹²⁹ É longa a lista de pesquisadores que se debruçaram sobre isso. Não me alongarei a explicá-lo agora já que não se trata do tema central deste capítulo. No entanto, a compreensão da chamada “readaptação das atividades produtiva” será relevante para o entendimento de algumas das conclusões. Assim, resumo-me a opor duas chaves interpretativas acerca do assunto. A primeira, representada por Celso Furtado, “*Formação Econômica do Brasil*”, para a qual, a economia mineira pós a queda da exploração do ouro, não voltara a alcançar o mesmo dinamismo. Já na segunda destacam-se, entre outros: Alcir Lenharo, “*As Tropas da Moderação*”; Roberto e Amílcar Martins, que defendem o dinamismo comercial da agricultura mineira, que voltava-se para o mercado interno,

apenas nos livros de Receita e Despesa, mas também nas correspondências da Câmara. Os códices do Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Mariana (AHCMM) abarrotam-se de cobranças feitas aos cofres públicos pelos criadores de expostos, professores e funcionários com o pagamento em atraso. A baixa de arrecadação e produção mostrou-se de forma mais canhestra quando, em 1833, a Câmara Municipal de Ouro Preto informa sobre a situação da sua Casa de Misericórdia, destacando falta de medicamentos para cuidar dos 84 presos e 44 pobres que deles necessitavam.¹³⁰ No mesmo ano, o Conselho Geral da Província solicita à Câmara de Mariana que resolvesse, por todos os meios legais, o problema da alta dos preços que ameaçava, pela fome, à ordem dos povos.¹³¹ Além do centralismo político, portanto, o controle das contas tinha uma necessidade prática, fruto do abalo na receita da Câmara promovido pela queda na arrecadação de ouro.

No entanto, nem as restrições legais ou o abalo econômico impediram os vereadores de preparar, pelo menos nos registros oficiais, planos para uma grandiosa recepção.¹³² Assim, a Lei de 1º de outubro decidiu não “*proibir como não proíbe que cada hum preste de Livre arbitrio sua demonstração de prazer pela honra que recebe de uma tal vizita*”. O contorno político que, de certa forma, transferia os gastos para os abastados e políticos locais, fez com que se lavrasse edital comunicando os povos da vinda do Imperador. Estes deveriam

“[...] *por onde se espera sua vinda que tenham limpas e Jun[e]gadas Suas testadas, Caiadas as frentes de Suas Cazas Ornadas Suas Janellas, e portas, em quanto passar illuminando por tres montes as mesmas frentes, e que a expensas proprias delle, Senhor, Prezidente e dos mais Senhores Vereadores que quizerem concorrerse organize na entrada da Cidade hum Arco a maneira de porta, que seja bem Ornado, aonde os Senhores Vereadores receberão com o Palio as Imperiaes Pessoas, Lançandose ao Ar grande numero de fogos e com a melhor Musica entoando alegres hinos chegando a Se, e havendo o Thedeum serão lançados ao Ar igualmente fogos, aSsim como ao*

principalmente com o Rio de Janeiro, a partir das dificuldades da atividade mineradora; e ainda, Robert Slenes, “Os Múltiplos de Porcos e Diamantes”, Douglas Cole Libby, “Transformação e Trabalho em uma Economia Escravista”, Carla Maria de Almeida, “Alterações nas Unidades Produtivas Mineiras (1750-1850)”. No entanto, não havemos de desconsiderar análises como a do professor Ângelo Alves Carrara para o qual, o que ocorrera foi um movimento natural de permanente adaptação desde os primeiros anos da extração aurífera. Cf.: CARRARA, Ângelo Alves. *Minas e Currais: produção rural e mercado interno de Minas Gerais 1674 – 1807*. Juiz de Fora: Editora da UFJF, 2007.

¹³⁰ *Correspondência Remetida à Câmara de Mariana pela Câmara de Ouro Preto Sobre a Situação da Casa de Misericórdia*. Ouro Preto, 18 de março de 1833. Coleção avulsa, Caixa de correspondências recebidas, Documento não numerado.

¹³¹ *Correspondência Remetida à Câmara de Mariana pelo Conselho Geral da Província Sobre a Situação de Fome na Província*. Ouro Preto, 18 de março de 1833. Coleção avulsa, Caixa de correspondências recebidas, Documento não numerado. Vale lembrar que no ano de 1833 ocorreu em Ouro Preto e imediações, a Revolta do Ano da Fumaça que, ao que parece, agravou ainda mais a situação da economia no local.

¹³² “*Supposto a Carta de Lei do primeiro de Outubro do anno de mil oito centos e vinte oito não consentia despezas em Festas*”. *Sessão Extraordinária de 12 de janeiro de 1831*. AHCMM, Cód. 206, fls. 57 – 58v.

*chegar ao paço donde Serão recebidos. Precendendoa entrada a Salva de cento e hum Tiros pedindo se ao Excellentissimo Prezidente e Comandante Militar permiSSão para o uzo de duas Peças que aqui se achão, e a vinda de Artilheiros, Suprindose por tres Membros da Camara do que se pertende fazer; e que outro sim se illuminará a frente da Caza da Camara em as tres noites o melhor que for poSsivel, havendo em todas ellas fogos de artificio e a Musica pelas Ruas, e ultimamente tudo o mais que decorrer e tratarem de fora de Sessão”.*¹³³

Ao que parece, os planos de Pedro I era o de restaurar seu prestígio com os poderes locais e o prestígio com a população. Estes foram abalados pelas sucessivas medidas de assédio à autoridade das periferias e concessão de autonomia provincial.¹³⁴ Na verdade, a vinda de Dom Pedro, que havia assegurado suas glórias em 1822 não se repetira em 1831. No dia 15 de abril de 1831, a presidência da Província noticiava à Câmara de Mariana “*haver O Imperador Abdicado a Côroa em [nome de] O Senhor D. Pedro segundo seu Augusto Filho, e da nomeação da Regencia Provizoria, que governa em nome do mesmo Augusto Senhor*”.¹³⁵

3.5. O período das Regências

A tensão política que a abdicação desencadeara fez-se sentir-se dentro dos grupos políticos da época. Os *farroupilhas*, ou *jurubebas*, extremos liberais, passavam a negociar mais abertamente com os *chimangos*, moderados. Do outro lado, estavam os restauradores, *caramurus* ou *corcundas*, que defendiam o retorno de Dom Pedro I. No período, contudo, foi necessária a articulação desses pólos políticos em torno de um projeto de manutenção da ordem e de segurança do Estado. “O grande tema da época era a eliminação dos resíduos absolutistas da Constituição e o reforço dos aspectos federativos nela presentes”, o que foi sentido nos ministérios de estado e nas câmaras municipais.¹³⁶

De fato, o acúmulo de poder nas mãos do grupo liberal – que naquele momento aproximava *jurubebas* e *chimangos* – se corporificou na aprovação, em 1831, da reforma que criou uma monarquia federal e constitucional. A Constituição reformada trazia consigo o aumento da autoridade regional, estabelecendo assembleias provinciais e a divisão das rendas

¹³³ *Sessão Extraordinária de 12 de janeiro de 1831*. AHCMM, Cód. 206, fls. 57 – 58v.

¹³⁴ ANDRADE, Francisco Eduardo de. A reforma do Império e a Câmara da Leal Cidade de Mariana. In.: CHAVES, Cláudia Maria das Graças; MAGALHÃES, Sônia Maria de; PIRES, Maria do Carmo (org.). *Casas de Vereança de Mariana: 300 anos da Câmara Municipal de Mariana*. Ouro Preto: Editora da UFOP, 2008. pp. 152 – 167.

¹³⁵ *Sessão Extraordinária de 17 de abril de 1831*. AHCMM, Cód. 206, fl. 83v.

¹³⁶ CARVALHO, José Murilo de. Federalismo e centralização no Império brasileiro: história e argumento. In.: _____. *Pontos e Bordados: escritos de história e política*. 2. ed. rev. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998. p. 164.

entre governo central e províncias.¹³⁷ Não obstante essas mudanças, as câmaras municipais ainda parecia esquecidas pelo governo. É como se as ações do liberalismo político fossem limitadas às províncias e de lá não se espalhassem aos outros níveis de administração. Na mesma medida que a autonomia provincial cresceu, a liberdade das câmaras decaiu. Isso, é claro, gerou o desconforto político por parte do poder local que leu como “medidas absolutistas” as atitudes do governo central.

3.5.1. Uma visão sobre a política local: a Câmara de Mariana e seus secretários

Em dezembro de 1831, a Câmara de Mariana, foi acusada pelo Conselho Geral da Província de possuir “*muitos defeitos em sua administração*”. Em sua defesa, a Câmara argumentou ter a seu favor “*a Ocupação Publica; pois q' pela maioria de votos, e aprazimento geral de todos os habitantes deste Municipio forão elleitos*”. Além disso, levantava a seu favor seu papel público, uma vez que “*estão gratuitamente servindo a Patria, e ao Publico com Sacraficio (sic) de seus particulares interesses*” e faziam o que lhes era de alcance para garantir o benefício geral da Pátria. Para nosso trabalho, no entanto, o ponto crucial viria a seguir, com o destaque dado pelos camaristas à condição em que se encontravam, servindo “*com suas fracas Luzes, e escaSsas rendas do Municipio; dignadamente da Ordem; p.r. q' faltando a boa intelligencia entre os Empregados*”.¹³⁸

O argumento desenvolvido pelos membros da vereança perpassava a questão econômica, a eleição pelo povo e o abandono dos interesses pessoais em prol das vontades da Pátria, mas também não deixou de lado a escassez de funcionários com o conhecimento necessário para ocuparem seus cargos. Como vimos no tópico 3.3. e em seus desdobramentos, a burocracia não cessou sua expansão desde o início do império brasileiro. Construiu-se um cenário no qual, para os cargos mais próximos ao centro, a formação jurídica era exigida e, para os cargos periféricos, o simples conhecimento das letras poderia garantir o acúmulo de funções, como mostramos no *quadro I*.

A escassez de pessoas com “*boa intelligencia entre os Empregados*” e entre a população em geral teve implicações, por exemplo, na sucessão do cargo de secretário da Câmara de Mariana, entre os anos de 1831 e 1833. Em 5 de fevereiro de 1831, o então proprietário do cargo de secretário da Câmara Mariana, o Tenente Manuel Caetano Machado de Magalhães informou que o então Secretário, Antônio Júlio de Souza Novais “*não quer mais continuar e que por tanto nomeava a Manoel Bernardo Acurcio Nunan que já Servio*

¹³⁷ *Ibidem*. p. 165 - 166.

¹³⁸ *Sessão Extraordinária de 12 de dezembro de 1831*. AHCMM, Cód. 214, fls. 16 – 18.

sem notta”.¹³⁹ A medida foi vista com desaprovação pelo vereador Inácio José [Rodrigues] Duarte, porém não haveria outra pessoa mais capacitada e/ou disponível na cidade para ocupar o cargo de secretário. Os demais vereadores, mesmo reconhecendo o zelo de Novais, aprovaram sua saída e a entrada de Nunan. As palavras do Vereador Duarte, no entanto, demonstram, mesmo que de maneira velada, a falta de pessoas idôneas capazes para ocuparem os cargos que envolviam o conhecimento da escrita, o que ficaria evidenciado, mais tarde, pelo então Presidente da Câmara, o Tenente-coronel Fortunato Rafael Arcanjo da Fonseca.

Uma vez no cargo, Nunan começa a ter problemas que envolviam a publicação do jornal “*Estrella Mariannense*”, do qual era o editor. Quase um ano antes, em 24 de março de 1830, Nunan manifestou à Câmara, por meio de carta, que

“pertende Redigir nesta Cid.ª hum periódico com o Titulo de Estrella Marianense Offerecendo o apresentar nelle os Serviços desta Camr.ª eficando am.ª inteirada do seu com theudo ReSolveo officiarselhe q. sua oferta foi recebida com expecial aggrado, q. espera o desempenho de Sua promeSsa [...]”.¹⁴⁰

Nem um ano havia se passado, quando o recém empossado escrivão foi denunciado como “*incendiario e inimigo da Naçaõ*” pelo Sargento-mor José Joaquim Gonçalves Serra, na sessão de 28 de fevereiro de 1831. Montou-se, então, uma comissão, composta pelos senhores Luiz Gonzaga Gomes Pereira, Manoel Francisco Silva Costa e José Ferreira Oliveira, para investigar as denúncias.

Na sessão de 2 de março a comissão apresentou à Câmara o parecer de que a acusação “*deveria ter lugar no Tribunal do Juri*”. Não deixou, porém, de ressaltar que

“os indecorozos, erudes termos com que tem depremido a força moral desta corporação em conversaçoes, emesmo inservindo censuras acrimoniozas em seu jornal: O secretario he Subdito da Camara, enaõ arbitrário censor se suas operaçoes; he executor sedas ordens, enaõ fiscal deseu procedimento”.¹⁴¹

As discussões em torno do texto publicado no “*Estrella*”, com o título de “*Cartas das liberdades Brasilleiras*”, se agigantaram diante do risco de se manter no corpo de Câmara um “*oficial incendiário*”. Posto em discussão, o parecer ainda gerou comentários de quase todos

¹³⁹ Não localizamos na legislação o cargo de Secretário Proprietário. No entanto, o que a documentação indica era que o arrendatário do cargo, o proprietário poderia contratar alguém de sua confiança para exercer na prática as funções do cargo. O contratado não estava eximido de ser testado pela Câmara antes de assumir o posto. *Sessão extraordinária de 5 de fevereiro de 1831*. AHCMM, Cód. 206, fls. 61v – 63v

¹⁴⁰ *Sessão Ordinária de 24 de março de 1830*. AHCMM, Cód. 640, fl 77f.

¹⁴¹ *Sessão Ordinária de 02 de março de 1831*. AHCMM, Cód. 206, fls. 68v – 69v.

os vereadores. “*Os Senhores Costa, Oliveira, Campos, e Carvalho, adicionando este que para admissão deste Secretário elle se oppuzera, eathe protestara*”.¹⁴² O senhor Gomes Pereira levantou novamente a questão sobre a Câmara aceitar Numan, dada as acusações que sobre ele recaía. Por sua vez, Fortunato Rafael Arcanjo, que presidia a sessão “*fes ver, que não tem amizade ou odio contra peSsoa alguma, quando trata dos negocios publicos*”.¹⁴³ Seja como for, Nunan acabou demitido o que, se por um lado, garantia o cessar das ameaças quanto a honra e lealdade da Câmara, por outro criava a necessidade de substituí-lo por pessoa confiável e capaz de “escrever em boa língua”.

O debate veio à tona na sessão de 21 de março de 1831, quando os vereadores debateram sobre a importância do cargo de secretário. “*Ajustiça, o dever, o decoro, aimparcialidade, eos intereSses geraes do Municipio*” foram apontados como motivos para que a Câmara descartasse um funcionário “pregador da federação”.¹⁴⁴ Na ata o cargo de secretário foi descrito como crucial ao reto “*eixo dos trabalhos da Camara*”, o “*fiel do Archivo*” e “*o guarda dos Livros, e papeis*”, funções que exigiria homem de confiança pública. A discussão ficou polêmica quando o Tenente Coronel Fortunato, como Presidente da Câmara, declarou que seu voto não foi por conveniência e “*sim por nomeação do Proprietario, e conhecer que nesta Cidade seria o único capas deredigir uma Acta sem se lhe dictar palavra por palavra, como mostrou nos tres dias das SeSsoens ordinarios*” [grifos nossos].¹⁴⁵ A afirmativa de Fortunato obteve logo resposta de outro membros da Câmara, isso porque colocava em xeque, não apenas o conhecimento e competência dos demais cidadãos da cidade, como ainda de seus colegas de Câmara. Neste sentido,

“*OS.^r Gomes Pereira pedia a palavra, e diSse que o Senhor Prezidente avaliava em muito pouco os conhecimentos dos Cidadãos desta Cidade quando diz que seria Bernardo o único capas de redigir uma Acta sem se lhe ditar palavra por palavra, que este seu modo de pensar não so offendia a todos os Cidadãos desta Cidade; senão ao novo Secretario, que não o considera na neceSsidade de se lhe dictar palavra por palavra*” [grifo nosso].¹⁴⁶

Por sua vez, o senhor Joaquim José Campos voltou suas críticas à Nunan, dizendo “*que não supunha taõ habil o ex Secretário*” já que em atas anteriores, redigidas pelo mesmo, se encontravam defeitos. Para o lugar deixado vago com a saída de Nunan foi chamado o antigo Secretário, Antônio Júlio de Souza Novais, agora já considerado inocente das

¹⁴² *Ibidem*.

¹⁴³ *Ibidem*.

¹⁴⁴ Sessão Ordinária de 21 de março de 1831. AHCMM, Cód. 206, fls. 77v – 81.

¹⁴⁵ *Ibidem*.

¹⁴⁶ Sessão Ordinária de 21 de março de 1831. AHCMM, Cód. 206, fls. 77v – 81.

acusações de “*ter comido dinheiros, mostrando um recibo de certa quantia recebida, que elleProprietario não recebera*”.¹⁴⁷

O caso acima descrito nos trouxe algumas lições. A primeira é que, a capacidade de escrever de maneira “correta” uma ata de Câmara era observada pelos membros da vereança no momento da escolha de um secretário. O que, a princípio, pode parecer óbvio, mas que merece uma análise mais profunda. É fundamental destacar a fluidez da escrita praticada diante das regras ortográfica. Isso poderia ser notado em cartas de conteúdo mais particular, onde a escrita se apresentava mais afastada da gramaticalização.

Dentro da Câmara e em documentos oficiais privilegiar-se-ia a escrita gramatical. Outro ponto a ser considerado é prática da escrita como fator de distinção social. Na fala de Gomes Pereira fica claro que não ser capaz de escrever, ou ser acusado disso, era algo ofensivo, mesmo em uma sociedade em que poucos eram os conhecedores das normas ortográficas. O caso de Nunan, cujo foco central era problemas políticos que envolviam na defesa do federalismo, não deixou de revelar como a capacidade de escrita era um fator de distinção, potencializado pela gradual expansão burocrática, pelo aumento do número de cargos e pela escassez, alegada ou verdadeira, de conhecedores das letras.

3.5.2. Momentos de Rebeldia

O período das Regências teve na rebeldia um de seus elementos mais marcantes. Manifestações e motins nasciam pelas mãos das elites políticas e econômicas, bem como por escravos e pessoas de pouca qualidade. Uma onda de revoltas teria lugar no ano de 1831, estendendo-se até 1835, com especial participação das tropas militares e do povo. Tratava-se de uma série de inquietações da população “urbana” das cidades de Recife, Pernambuco, Ceará, Pernambuco, Alagoas, Salvador e Ouro Preto envolvendo, predominantemente, as tropas e a população. A partir de 1835, com o poder descentralizado pelo Ato Adicional de 1834, as revoltas tiveram como principais participantes os proprietários de terras, os camponeses e os escravos.

O cenário de rebeldia entre 1831 e 1850 foi expresso por José Murilo de Carvalho no quadro que se segue:

Quadro II: Principais Revoltas, 1831 – 1848

<i>1831-1835</i>	<i>Duração</i>	<i>Localização</i>	<i>Participantes principais</i>
1. Seis rebeliões	1831-32	Corte	Tropa e povo
2. Setembrizada	1831	Recife	Tropa
3. Novembrada	1831	Recife	Tropa

¹⁴⁷ *Sessão Ordinária de 02 de março de 1831*. AHCM, Cód. 206, fls. 68v – 69v.

4. Abrilada	1832	Pernambuco	Tropa
5. Pinto Madeira	1831-32	Ceará	Tropa
6. Cabanos	1832-35	Pernambuco/ Alagoas	Pequenos proprietários, camponeses, índios, escravos
7. Crise Federalista	1832-33	Salvador	Tropa
8. Sedição de Ouro Preto	1833	O. Preto	Tropa
9. Carneirada	1834-35	Recife	Tropa
10. Revolta dos Malês	1835	Salvador	Escravos
<i>1835-1848</i>			
1. Cabanagem	1835-40	Pará	Camponeses, índios e escravos
2. Farroupilha	1835-40	R. G. do Sul	Estancieiros e charqueadores
3. Sabinada	1837-38	Salvador	Tropa e povo
4. Balaiada	1838-41	Maranhão	Proprietários, camponeses e escravos
5. Revolução Liberal	1842	São Paulo / Rio de Janeiro	Proprietários
6. Revolução Liberal	1842	Minas Gerais	Proprietários
7. Praieira	1848-49	Pernambuco	Proprietários

FONTE: CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem: a elite política imperial. Teatro de Sombras: a política imperial*. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 250 (Quadro I).

Em nossa análise nos deteremos a comentar os motins ocorridos em Minas Gerais e dos quais encontramos notícias mais detalhadas.

3.5.2.1. 1833: a revolta do ano da fumaça

Apesar do ano que marca o ápice do movimento ser 1833, acontecimentos anteriores, datados de 1831, já encetavam o motim. A abdicação de Dom Pedro I marcou o início das ações de caráter restaurador. Tais ações defendiam o retorno do então rei português como solução para os problemas político que acarretou a sua saída. Entre eles podemos mencionar as discussões sobre o liberalismo na constituição ou ainda a forma de administração da regência.

Em julho de 1831 o Presidente da Província de Minas Gerais, Inácio de Melo e Souza, redigiu ofício à Câmara de Mariana para que

“vistas as criticas circunstancias, em q’ se acha a corte do Imperio, e o perigo q’ ameaça ao Nosso Jovem Imperador, a Assembleia, e a Regencia, Officiam aos S^{res} Juizes de Pas, ao menos das Freguesias, elugares mais populosos [...] convoque aos Cidadãos do seu Destricto p^a. voluntariam^{te}. Correrem as armas, e aSsim defenderem a Patria ameaçada”.¹⁴⁸

¹⁴⁸ Correspondência expedida pela Câmara Municipal de Mariana ao Juiz de Paz de Antonio Pereira sobre os perigos que ameaçavam o Império. Mariana, 26 de julho de 1831. AHCM, Avulsos, caixa de correspondências

Em 18 de dezembro de 1831, um grupo de mais ou menos cinquenta pessoas se reuniu em Santa Rita do Turvo e espalharam a notícia de que Dom Pedro I voltaria, gritando vivas ao antigo monarca do Brasil.¹⁴⁹

O movimento chega a seu ápice quando, na noite de 22 para 23 de março de 1833, os sediciosos libertaram “presos militares, vítimas políticas da situação” que passaram a compor o grupo. Inácio de Melo e Souza havia deixado vazio o acento de Presidente da Província para viajar a Mariana e o grupo de rebeldes, liderados pelos restauradores, aproveitando sua ausência, cercaram o palácio do governo.¹⁵⁰ Entre as exigências dos amotinados estavam a deposição do Presidente de Província, a demissão do seu vice e do Conselho de Governo, o que atingia diretamente a pessoa de Bernardo Pereira de Vasconcelos. Este busca restaurar a legalidade transferindo São João Del-Rei a capital da província.¹⁵¹

Em Mariana, as discussões não pararam, ocupando quase por completo as atas das sessões de 23 de março de 1833. Nessa ocasião, o senhor Gonçalo da Silva Lima, que presidia a sessão, confirmava que em Ouro Preto “*se tinham manifestado hua facção insurgida a deposição do Presidente desta Província*”.¹⁵² Nesta sessão registrava-se, ainda, uma correspondência do Juiz de Fora Francisco de Paula Leite, datada do mesmo dia, declarando que não mediria “*exforçoes para que essa facção desorganizadora não triunfe, e farei quanto em mim estiver para que o consigamos*”.¹⁵³ As correspondências trazem indícios de como o governo acompanhou a trajetória dos amotinados. Em Furquim, no dia 28 de agosto de 1833, o Major do quarto batalhão da Guarda Nacional informou à Câmara de Mariana que os sediciosos teriam desprezado aquele distrito “*pois tendo vindo, como he publico, ao Arraial de S. Caetano, seguiraõ p^a. o da Caxoeira procurando aquelle trilho somente p^r. onde tranzitarão os Sediciozos de 22 de Março*”.¹⁵⁴

expedidas, documento não numerado e não disponível a consulta. 1 f. dupla e mais bilhetes avulsos.

¹⁴⁹ GONÇALVES, Andréa Lisly. *Estratificação social e mobilidade política no processo de formação do estado nacional brasileiro: Minas Gerais, 1831 – 1835*. São Paulo: Aderaldo & Rothschild; Belo Horizonte, MG: Fapemig, 2008. p. 58. (Coleção Estudos Históricos; vol. 69).

¹⁵⁰ IGLÉSIAS, Francisco. Minas Gerais. In.: HOLANDA, Sérgio Buarque de (Org.). *O Brasil Monárquico: dispersão e unidade*. Livros 4. Cap. III. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. pp. 458 – 462. (História Geral da Civilização Brasileira; Tomo II; Vol. 4).

¹⁵¹ *Ibidem*.

¹⁵² *Sessão Extraordinária de 23 de março de 1833*. AHCMM, Cód. 214, fls. 138 – 139v.

¹⁵³ *Texto anexo a correspondência recebida pela Câmara Municipal de Mariana nas figuras de seu presidente e mais vereadores, enviado pelo Juiz de Fora o senhor Francisco de Paula Leite*. Mariana, 23 de março de 1833. AHCMM, Avulsos, caixa de correspondências recebidas, documento não numerado e não disponível a consulta.

¹⁵⁴ *Correspondência recebida pela Câmara Municipal de Mariana, nas pessoas de seu presidente e mais vereadores, enviada pelo senhor Candido Joaquim da Rocha, Juiz de Paz de Furquim*; Furquim, 28 de agosto de 1833. AHCMM, Avulsos, caixa de correspondências recebidas, documento não numerado e não disponível a consulta.

A pesar do enérgico empenho governista em controlar os revoltosos e restabelecer a ordem na capital da Província, o exemplo dos sediciosos do ano da fumaça – nome dado em razão de que, no ano de 1833, haver se espalhado na Província espessa neblina que chegou a atemorizar as pessoas simples – não pode ser tratado como vitória incontestável do governo.

A vitória governista não deteve o medo que se espalhou na Província em razão do movimento foi expresso na carta enviada à Câmara de Mariana datada de 4 de junho de 1833, assinada por seis componentes da vereança de Ouro Preto. Nela os vereadores

“[...] *dezejando promover o abastecim^{to} dos viveres de 1^a. neceSsid^e. Roga a V^{as} S^{as}. Aque convidem os Fazend^{ros}. Agricultores rezidentes neSse Municipio hajaõ de mandar os Seus generos ao Mercado dista Cidade, onde encontraraõ todo a Segurança peSsoal devida ao restabelecim^{to} da Ordem. Acam^a espera que V^{as} S^{as}. annoindo a esta Sua Rogativa cooperem por este modo p^r a como dit^o. dos habitantes dista Cidade*”.¹⁵⁵ [grifo nosso]

O assunto foi retomado na Câmara de Mariana em data de 1º de dezembro do mesmo ano, quando se solicitava às Câmaras de Barbacena, São João Del Rey, São José e Pombal a remessa de mantimentos.¹⁵⁶ Ao fim, no relatório da presidência da Província de 1835, Antônio Paulino Limpo de Abreu descreveu o motim como tendo “*abalado profundamente toda a província*”.¹⁵⁷ Ou seja, apesar de debelada, a revolta teve implicações consideráveis.

3.5.2.2. Rebeldia em outras províncias: a formação do espaço público de discussão

Como dito acima, a rebeldia foi marca do período das regências. Não foi apenas a sedição de Ouro Preto que foi assunto das reuniões da Câmara de Mariana, como revelam as atas e a troca de correspondências com a Corte. Em 29 de novembro de 1837 faziam parte da Câmara: o Tenente Coronel Fortunato Rafael Arcanjo da Fonseca, o Padre Mestre José Souza Silva Roussin, o Cônego e Professor de Retórica Antônio José Ribeiro Bhering, Custódio José Coelho Pinto e o Cônego Manuel Júlio Miranda, além do Secretário Antônio Júlio de Souza Novais, nomeado interinamente. Na ocasião, Fortunato Rafael solicitou que se oficiasse ao Conselho Geral. Em sua participação o senhor Miranda destacou “*as notícias desastrosas dos acontecimentos da Bahia, em que um partido Anarquista acusou derrubar o Trono Imperial,*

¹⁵⁵ Correspondência recebida pela Câmara Municipal de Mariana, na figura de seu presidente e mais vereadores, enviada pela Camara de Ouro Preto nas figuras de seu presidente, o senhor Antonio Ribeiro Fernandes Torres e vereadores Lourenço Antonio Monteiro, et all; Ouro Preto, 04 de junho de 1833. AHCMM, Avulsos, caixa de correspondências recebidas, documento não numerado e não disponível a consulta.

¹⁵⁶ Sessão Extraordinária de 1º de dezembro de 1833. AHCMM, Cód. 221, fls. 55 – 56.

¹⁵⁷ Revista do APM n° 7. Apud. In.: GONÇALVES, Andréa Lisly. *Estratificação social e mobilidade política no processo de formação do estado nacional brasileiro*: Minas Gerais, 1831 – 1835. São Paulo: Aderaldo & Rothschild; Belo Horizonte, MG: Fapemig, 2008. p. 99 (Coleção Estudos Históricos; vol. 69).

e a *Constituição do Império*”.¹⁵⁸ É importante percebermos que a informação sobre a rebelião baiana, conhecida como Sabinada, gerou a reação da Câmara mineira, 22 dias após o deflagrar do movimento, datado de 7 de novembro. Em pouco mais de vinte dias, a notícia da ameaça na Bahia chegou aos mineiros e, com tamanha força, que passou logo à Câmara.

A farroupilha, movimento iniciado em 1835 no Rio Grande do Sul, foi outra revolta que pode ser identificada na fala de Miranda. No discurso, elogioso às ações do trono, Miranda apelava à “*energia, luzes, e Patriotismo do seu (do Imperador) Governo o suplantar logo ao nascer essa hidra a fim de que tão funesto exemplo não seja imitado*”.¹⁵⁹ A informação circulava e com ela ganhava corpo a ameaça ideológica dos revoltosos. Exemplo disso vem da discussão sobre aprovar-se ou não o envio da correspondência. Bhering, Roussin e Coelho Pinto posicionaram-se contra o envio da mesma “*visto não haver inda notícia oficial a semelhante respeito*”.¹⁶⁰

Seja como for, encontra-se no AHCMM, um documento em forma da carta, assinado por Fortunato Rafael e Antônio Júlio de Souza Novais, datado do dia 29 de novembro do mesmo ano em que a Câmara apresentou apoio ao governo contra “*tal procedimento, filho sem dúvida da sórdida ambição, do capricho e da criminosa indiferença com que olham a desgraça de sua pátria*”.¹⁶¹ Até mesmo na caligrafia de Novais, muito mais estilizada que a que costumava usar nas atas de Câmara, se distingue a importância do evento e da circunstância. Recheada de expressões pomposas, a carta é um elogio retórico à figura de Dom Pedro II e à monarquia.¹⁶²

No entanto, o destaque maior dentro da correspondência está logo em suas primeiras linhas, “*A Câmara Municipal da leal cidade de Mariana certifica pelas folhas públicas*”, ou seja, pelos jornais da época. Não é sem razão que a Câmara de Mariana se diz *certificada*, antes mesmo da chegada de alguma informação oficial, seja da presidência da Província, seja da capital do Império. Era limitada a capacidade do trono em encobrir as notícias das revoltas da Bahia ou Rio Grande do Sul. Afinal, a imprensa se configurava como um espaço de circulação de informações mais ágil do que os correios e a correspondência oficial.

¹⁵⁸ *Sessão Extraordinária de 29 de novembro de 1837*. AHCMM, Cód. 222, fls. 10 – 12.

¹⁵⁹ *Ibidem*.

¹⁶⁰ *Sessão Extraordinária de 29 de novembro de 1837*. AHCMM, Cód. 222, fls. 10 – 12.

¹⁶¹ *Correspondência remetida pela Câmara Municipal da Leal Cidade de Mariana à Sua Majestade Imperial Dom Pedro II sobre os revoltosos da Bahia de 1837*. AHCMM, Avulsos, caixa de correspondências recebidas, documento não numerado e não disponível a consulta.

¹⁶² Vale ressaltar que, no ano de 1842, o Tenente Coronel Fortunato Rafael Arcaño da Fonseca aparece portando o título da Imperial Ordem da Rosa, condecoração originalmente criada por Dom Pedro I mas que perdurou ao longo do segundo reinado, dada as pessoas fieis ao Imperador e ao Estado.

Além da ameaça das rebeldias e as relações de interesse entre algumas Câmaras Municipais e o Trono, a correspondência enviada por Fortunato Rafael e Antonio Júlio demonstra um espaço público de discussão em formação, no entanto mais autônomo e afastado do controle imperial. Os jornais não foram apenas veículos de idéias ou de valores políticos, mas foram também transmissores de um princípio de nacionalidade nos moldes do Império.¹⁶³

3.5.2.3. Revolução Liberal de 1842

A assembléia que se reuniu na Corte em 12 de agosto de 1834 tinha poderes para alterar a Constituição, poder esse, amplamente defendido, principalmente, pelos federalistas. Tal direito era garantido no projeto de Constituição apresentado no Conselho de Estado, em 1823, mas que seria removido na Carta constitucional de 1824.¹⁶⁴ Diante disso, os liberais defenderiam o direito, originalmente garantido, da população, por meio dos seus representantes, alterar a constituição.

No “*O Novo Argos*”, jornal de tendência liberal que circulou em Minas Gerais no período das regências, encontramos publicado um artigo intitulado “*Opinião do Novo Argos sobre o Republico e Federação*”.¹⁶⁵ Nele, o Projeto Constitucional de Pedro I é elogiado pois “*ensinado pela historia do gênero humano*”, teria elaborado uma Constituição que não “*quadra a todos os tempos, e a todas as circunstancias*” e, sendo assim, os artigos 174 a 177, garantiam a possibilidade de alterá-la, haja vista a necessidade dos povos.¹⁶⁶

A promulgação do *Ato Adicional*, em 1834, apoiado pelo *Código do Processo Criminal* de 1832, foi o ponto alto da regência liberal de Feijó. As alterações levadas à cabo pelo Ato de 1834 “estabeleceram um regime de rigorosa concentração administrativa em

¹⁶³ Sobre os periódicos como veículos da consciência nacional Cf.: ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. Trad. Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. Sobre o estabelecimento do espaço público Cf.: HABERMAS, Jürgen. *Mudança Estrutural da Esfera Pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Trad. Flávio R. Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984. Sobre jornais e o espaço público no Brasil Cf.: MOREL, Marco. *As transformações dos Espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial (1820-1840)*. São Paulo: Editora Hucitec, 2005.

¹⁶⁴ “*Se passado quatro annos, depois de jurada a Consti-tuição do Brasil, se conhecer, que algum dos seus arti-/gos merece reforma, se fará a preposição por escripto, / apoiada pela terça parte d’elles. Const. Art. 174*” Citado em: *O Novo Argos*. Nº 68. Março de 1831. Fundação Biblioteca Nacional, Acervo de Obras Raras, Rolo: PR-SOR 01825.

¹⁶⁵ A Saber: “*ARGOS. Constelação Astral, que segundo a mais commua opinião contem 45 estrellas, & segundo a de Bayer 63 quase todas da narureza de Saturno, segundo as fabulas hea não fabricada por Minerva, & manformada em estrellas.*” (BLUTEAU 1712, 492). As referências celestiais eram muito comuns entre os periódicos defensores do liberalismo. Podemos destacar entre eles, o “*Estrella Mariannense*”, já trabalhado mais acima.

¹⁶⁶ *O Novo Argos*. Nº 68. Março de 1831. Fundação Biblioteca Nacional, Acervo de Obras Raras, Rolo: PR-SOR 01825.

âmbito provincial, fazendo depender das Assembléias Provinciais toda a vida econômica municipal”.¹⁶⁷

Feijó renunciou seu cargo em 1837 deixando em seu lugar um conservador. Como reação, os liberais passaram a defender a antecipação da maioridade de Dom Pedro II o que chegou a se efetivar em 1840. No entanto, o que parecia ser uma vitória da facção liberal logo tomou o corpo do conservadorismo. Ainda em quarenta, foi interpretado o Ato Adicional e em quarenta e um, reformado o Código do Processo Criminal. Como conseqüências imediatas: as assembleias estaduais perderam parte de sua jurisdição para o governo central; o Ministro da Justiça e do Império passou a controlar o funcionalismo da justiça e da política; o delegado e subdelegado de polícia passaram a ocupar-se de parte das atribuições dos juizes de paz, os quais tiveram seus poderes esvaziados; os cargos de justiça e indicações passaram às mãos do Ministro da Justiça; os juizes passaram a serem nomeados pelo Imperador; aboliu-se as juntas e o júri de acusação e; *passou-se “a exigir maior renda e alfabetização”* dos jurados.¹⁶⁸

Para Ivan Vellasco, o momento foi marcado pela expansão do aparelho judiciário e a conseqüente ampliação de sua confiabilidade entre as camadas mais baixas da população.¹⁶⁹ Além disso, crescia “[...] a necessidade de pessoas instruídas, profissionais – lê-se bacharéis – para preencher os cargos do judiciário a fim de sanar-se tal problema”.¹⁷⁰ A afirmativa corrobora com nosso pensamento que visa entender a alteração burocrática como elemento excludente dentro do aparelho administrativo. Mesmo com o aumento do número bruto de cargos, a exigência de instrução para ocupá-los excluía a maior parcela da população.

O “golpe da maior idade” acabou por causar efeitos contrários aos previstos pelos seus idealizadores. Os liberais, confiantes na reciprocidade de favores por parte do jovem Imperador, acabaram logrados. Em 1841 os Conservadores estavam de volta ao poder e a centralização voltava a vigorar. As reformas de 1840 e 1841 foram a gota d’água, o estopim que deflagraria a revolta liberal de 1842.¹⁷¹

¹⁶⁷ CASTRO, Paulo Pereira de. A “experiência republicana”, 1831 – 1840. In.: HOLANDA, Sérgio Buarque de (Org.). *O Brasil Monárquico: dispersão e unidade*. Livros 1. Cap. I. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. p. 52. (História Geral da Civilização Brasileira; Tomo II; Vol. 4).

¹⁶⁸ CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem: a elite política imperial. Teatro de Sombras: a política imperial*. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 255; VELLASCO, Ivan de Andrade. *As Seduções da Ordem, Criminalidade e Administração da Justiça: Minas Gerais – século 19*. São Paulo: Edusc, 2004. p. 135. (Coleção História).

¹⁶⁹ VELLASCO, Ivan de Andrade. *As Seduções da Ordem, Criminalidade e Administração da Justiça: Minas Gerais – século 19*. São Paulo: Edusc, 2004. (Coleção História).

¹⁷⁰ *Ibidem*. p. 136.

¹⁷¹ CASTRO, Paulo Pereira de. A “experiência republicana”, 1831 – 1840. In.: HOLANDA, Sérgio Buarque de (Org.). *O Brasil Monárquico: dispersão e unidade*. Livros 1. Cap. I. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. pp. 19 – 84. (História Geral da Civilização Brasileira; Tomo II; Vol. 4).

Unidas pela bandeira da descentralização, as províncias de Minas Gerais e São Paulo se levantaram contra as imposições do Ato Interpretativo e da Reforma do Código do Processo Criminal. No entanto, a falta de unidade do grupo permitiu ao Governo Central uma tomada mais ágil e enérgica. Foram suspensas as garantias constitucionais, a Guarda Nacional foi armada e cogitava-se o confisco dos bens dos amotinados, conforme previa o Código Criminal.¹⁷² As facções revoltosas sucumbiram ao governo e os liberais foram forçados a se recolherem. Só voltaram ao poder em 1844 quando o exerceram, de forma anódina, até 1848, sem nada alterarem do esquema precedente.¹⁷³

3.6. A conciliação em torno do conservadorismo

Tendo deixado novamente o poder em 1848, os liberais abriram o caminho aos conservadores. Em 1850 estes chegaram a ocupar 110 dos 111 acentos da Câmara de Deputados. Segundo Ilmar Mattos, em torno do conservadorismo criou-se o poder dos Lusias (liberais), minados pelas suas contradições internas, ou melhor, pela falta de aceitação das suas idéias. Se a aproximação entre exaltados e moderados foi importante para que estes acendessem à governança no princípio das regências, o mesmo era necessário para a manutenção da força política durante o regresso.¹⁷⁴

Apoiados nas críticas das contradições internas dos Liberais que defendiam a escravidão, mas se atrelavam ao novo modelo econômico e ao princípio da liberdade desenvolvido na Revolução Francesa, os Conservadores passariam a defender medidas contra o tráfico negreiro. A ação condizia com o idela de civilização proposto e defendido pelos Conservadores uma vez que o escravo africano era visto como não civilizado e o tráfico negreiro desembarcava em costas brasileiras, a cada dia, mais e mais africanos. De fato, a promulgação da Lei Euzébio de Queiroz, bem como a Lei de Terras e a reforma da Guarda Nacional articularam em torno do ano de 1850 a ruptura decisiva com o modelo Liberal.¹⁷⁵

¹⁷² IGLÉSIAS, Francisco. Minas Gerais. In.: HOLANDA, Sérgio Buarque de (Org.). *O Brasil Monárquico: dispersão e unidade*. Livros 4. Cap. III. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. p. 466. (História Geral da Civilização Brasileira; Tomo II; Vol. 4). Vale ressaltar que, a despeito do que tem afirmado uma historiografia mais clássica, como a citada acima, mesmo que a unidade de propósito liberal não pode ser tomada como uma “*democracia*” em questão de convergência de ação. “[...] não apenas os Liberais divergiam a respeito dos fundamentos e dos modos de agir em direção àquele propósito [...] sobretudo como decorrência da prevalência dos interesses mais imediatos e particulares dos grupos locais”. MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema: a formação do estado imperial*. 4. ed. São Paulo: Access, 1999. p. 99.

¹⁷³ CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem: a elite política imperial. Teatro de Sombras: a política imperial*. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 256.

¹⁷⁴ MATTOS, Ilmar Rohloff. *Op. Cit.* pp. 100 – 150 *passing*.

¹⁷⁵ CARVALHO, José Murilo de. *Op. Cit.* p. 256.

Para os Conservadores, a manutenção da Ordem, ou sua imediata restauração sempre que abalada, aliava-se com a difusão da civilização e com o projeto de se formar um novo Estado Nacional. Aos poucos, utilizando-se das oportunidades deixadas pelos Liberais e do jogo político associativo, os Conservadores alcançavam os ouvidos da população e difundiam seus ideais. Manter a ordem, para os Conservadores, pode ser lido como manter uma ordem social estabelecida que visava civilizar a população. E Civilizar, por seu turno, era aderir à ordem.¹⁷⁶ Assim, em 1853, quando o Marquês do Paraná sobe ao poder, as coisas já estão, resolvidas. Os Conservadores haviam conseguido difundir seus ideais, a fim de garantir a ordem estabelecida. Com isso, “ser Cidadão” passava a ser sinônimo de “ser Conservador”. Os Liberais haviam se afogado em suas contradições e na falta de habilidade associativa. Desta forma, o que ocorreu entre 1853 e 1856 foi a acomodação em torno das necessidades do Estado.

No tocante aos intentos de civilizar a população o papel dos professores foi fundamental como difusores dessa civilidade. Cabe ressaltar que, como vimos nos exemplos explícitos no capítulo I deste trabalho, haviam divergências quanto a origem de autoridade com relação ao estabelecimento da ordem e a língua portuguesa, bem como o domínio dos números, desempenhava papel destacado. O perfil desses funcionários e do gradual estabelecimento de centros de ensino será tratado no capítulo seguinte.

¹⁷⁶ MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema: a formação do estado imperial*. 4. ed. São Paulo: Access, 1999. pp. 267 – 270.

Capítulo III

A situação da instrução e do ensino no novo Império: Mariana e Ouro Preto

Como vimos nos tópicos anteriores, houve uma ampliação do corpo burocrático entre 1824 e 1853 e a necessidade de difusão do ideal de civilização. Ambas tiveram a intenção de ampliar o exercício da justiça ao mesmo tempo em que davam lugar a acondicionamentos e acomodações políticas.¹⁷⁷ Junto com os cargos criados vinham portas abertas à politicagem local. Entrementes, a demanda dos novos cargos pela instrução era maior que sua efetiva oferta, o que fez com que vários dos vereadores da Câmara de Mariana acabassem por ocupar cargos como juízes, mesmo depois da Lei de 1º de outubro de 1828 (Cf. Quadro I).

A Revista do Arquivo Público Mineiro ano 7 trás um levantamento bastante significativo acerca da instrução na Comarca de Ouro Preto (Cf. tabela III). A partir dela é possível ter uma relativa idéia acerca o ensino na região. Relativa por haver o ensino particular, as “escolas familiares”, o caráter instrutivo das atividades como o comércio ou o artesanato, que não são contemplados referido estudo. O número de instituições apresentadas pela tabela a seguir não condiz com o número total das relações de ensino/aprendizado, mas já é um indicador do empenho da Comarca em promover a instrução.

¹⁷⁷ VELLASCO, Ivan de Andrade. *As Seduções da Ordem, Criminalidade e Administração da Justiça: Minas Gerais – século 19*. São Paulo: Edusc, 2004. (Coleção História).

Tabela II: *Relação das Cadeiras dos Professores Regios de Gramatica Latina, e Primeiras Letras, existentes, e vagas ate fim de Julho de 1814*

Villa Rica	Primeiras Letras	Antonio Leonardo da Fonseca: provido sem limitação de tempo.
Dita	Dita	Joaquim Jose Benavides; na m. ^a forma
Dita	Gramatica Latina	Silverio Teixeira de Gouvea: na m. ^a forma
Dita	Filosofia Racional	Manoel Joaquim Rib ^o . na m. ^a forma
Mariana	Primeiras Letras	Vaga
Dita	Gramatica Latina	Fran. ^{co} Xavier de França: sem limitação
Dita	Rhetorica	Vaga
Sumidouro	Primeiras Letras	Vaga
Guarapiranga	Dita	Vaga
Dita	Gramatica Latina	Felipe Neri de Castro— sem limitação
Forquim	Primeiras Letras	Vaga
Barra longa	Dita	Manoel Ferr. ^{ra} Velho— sem limitação
Inficionado	Dita	Jose Teixeira Romão— na m. ^a forma
Catas Altas	Dita	Francisco Xavier Augusto de França. Finda em Maio de 1817
Cong[onh]as. do Campo	Dita	Jose Antonio Freire— sem limitação

FONTE: APM. *Dados sobre a instrução pública – 1814*. RAPM. Belo Horizonte: Imprensa Oficial. ano 7. fascículo III e IV. Jul./Dez., 1902. p. 990-995.

Das quinze cadeiras régias, 33,3% se encontravam vagas e, entre os professores, o nome de Francisco Xavier Augusto França se repetiu para mais de uma localidade. Portanto, no compito total encontramos nove professores que seriam os responsáveis pela instrução pública na comarca.

Dez anos mais tarde, o relatório enviado ao Governo da Província acerca da instrução pública na Comarca de Ouro Preto revela um novo retrato dos estabelecimentos de ensino. O documento apresenta a dimensão do ensino particular na região, com 264 alunos, ela relaciona o número de escolas públicas com um total de 472 alunos, ou seja, cerca de 60% do total levantado. O documento ainda demonstra o calibre do funil educacional, que se estreita na medida em que se afasta da sede Governista. No entanto, movimento inverso ocorre ao se considerar o passar dos anos. A concentração das aulas públicas ainda continuou nas sedes políticas, mas o número de escolas se aplicou entre 1824 e 1853 como demonstraremos mais abaixo.

Tabela III: *Dos Estabelecimentos Literários Existentes nesta Imperial Cidade e seu Termo 1824/1825*

Aulas										
Povoações Onde se Acham Estabelecidas	1ª Letras		Gram. Latina		De Filosofia		De Desenho		De Anatomia	
	Publi.	Part.	Publi.	Part.	Publi.	Part.	Publi.	Part.	Publi.	Part.
Imperial Cidade de Ouro Preto	2	7	1	–	1	–	1	–	1	–
Congolhas	–	1	–	–	–	–	–	–	–	–
S. Bartholomeo	–	2	–	–	–	–	–	–	–	–
Ouro Branco	–	1	–	–	–	–	–	–	–	–
Lavras Novas	–	1	–	–	–	–	–	–	–	–
Itatiaia	–	1	–	–	–	–	–	–	–	–
Caxeira do Campo	–	1	–	–	–	–	–	–	–	–
Itabira	–	1	–	–	–	–	–	–	–	–
Totalidades	2	15	1	–	1	–	1	–	1	–

FONTE: APM. *A Instrução Publica e Particular em Minas Gerais nos Anos de 1824 e 1825*. RAPM. Ouro Preto: Imprensa Oficial de Minas Gerais. ano III, 1898. p. 640.

Vale ressaltar, contudo, que, no ensino público, o número de alunos por turma é bastante superior ao particular.¹⁷⁸ Nas 7 escolas particulares de 1ª letras na sede estavam matriculados uma média de 38 alunos por classe. Já nas duas escolas públicas os 169 alunos contabilizados compunham a média aproximada de 85 alunos por classe. A sobrecarga dos mestres públicos se apresenta quando lembramos que a metodologia de ensino da época era bastante distinta da que atualmente se pratica. O ensino da época era o das longas argüições, do “ensino individual” criticado pelo “[...] uso de um livro diferente por aluno, enviado pelos pais, contendo estes erros de gramática e ortografia e que ‘não interessam a mocidade, causando-lhes muitas vezes prejuízos’ [...]”¹⁷⁹

¹⁷⁸ Vale lembrar a tentativa por parte do Estado de ampliar, a eficácia do ensino e o número de alunos através do método de ensino mútuo ou Método Lancasteriano. Segundo este, os alunos seriam divididos em grupos de cerca de dez pessoas sendo que um “decurião”, geralmente um aluno de melhor desempenho se poria a ajudar no aprendizado da turma. Caberia ao mestre, a supervisão do trabalho e a escolha do “decurião” bem como a solução de dúvidas que eventualmente surgissem durante as aulas. O método foi discutido na Câmara de Mariana em 10 de janeiro de 1834 quando “*O Snr’ Presid.º propoz que se passasse Attestação / ao Professor Publico deCatás Altas Ciprianno Celestino / Augusto deFigueredo sobre seo bom serviço a prepa / ratorio daAula segundo o Ensino de Lancaster, e / se resolveo que se passasse aAttestação, retendo-se / oSnr’. Figueredo por ser parte entereSsada*”. Sobre o tema Cf.: FARIA FILHO, Luciano Mendes de; CHAMON, Carla Simone; ROSA, Walquiria Miranda (orgs.). *Educação Elementar: Minas Gerais na primeira metade do século XIX*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006. (Inéditos & Esparsos).

¹⁷⁹ FARIA FILHO. *Op. Cit.* p. 80.

Os Relatórios da Presidência de Província de entre 1837 e 1853 completam o quadro da educação no período. Para 1837, os números apontam, para o 1º grau, uma frequência de 3111 alunos, já o 2º grau contava com 1476 estudantes, sendo poucas as meninas, 332 no total. Isto porque, “*alem de faltarem geralmente commodos para ellas, em lugares separados, há da parte dos pais, ou educadores, alguma repugnância em tê-las entre os meninos*”.¹⁸⁰ Em 1840, haveria 180 Cadeiras de Instrução primária, das quais, 126 de 1º grau, sendo que dezesseis se encontravam vagas, e 35 do 2º, com apenas uma vaga. Destas 180 apenas 19 eram para o sexo feminino e ainda assim três estariam vagas. Sendo assim, de um total de mais de 8000 crianças matriculas freqüentavam aulas. Mais precisamente 5844 alunos e 650 alunas que ocupavam cerca de 81% das cadeiras disponíveis.¹⁸¹

Para 1842 os números são os seguintes: 184 escolas públicas de ensino primário das quais 171 eram providas e atendiam 7073 alunos (6468 meninos e 605 meninas). Para o ensino secundário, havia 116 cadeiras providas e 6308 meninos e 604 meninas matriculados.¹⁸² Para 1845, o total de cadeiras era de 178 de ensino primário, que eram freqüentadas por 5650 alunos (4090 meninos e 560 meninas).¹⁸³ Os números seguem aumentando e, em 1847, os números atingem a marca de 5953 alunos.¹⁸⁴ Ao fim, em 1853, o quadro era: “*132 cadeiras de 1º grão, e 49 do 2º d’aquellas estão providas 103, e d’estas 48*”, além de 24 escolas do sexo feminino, das quais 22 se encontravam providas.¹⁸⁵ Dos 8970 alunos matriculados, 7382 freqüentavam as aulas e, das 792 alunas matriculadas, 705 iam às escolas.¹⁸⁶ Nas 32 cadeiras de ensino secundário haviam

¹⁸⁰ PINTO, Antonio da Costa. *Falla dirigida á Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes na sessão ordinaria do anno de 1837 pelo presidente da provincia*. Ouro-Preto, Typ. do Universal, 1837. p. VI. Disponível em: http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/minas_gerais

¹⁸¹ VEIGA, Bernardo Jacintho da. *Falla dirigida á Assembléa Legislativa Provincial de Minas-Geraes na sessão ordinaria do anno de 1840 pelo presidente da provincia*. Ouro-Preto, Typ. do Correio de Minas, 1840. p. XXXV. Disponível em: http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/minas_gerais

¹⁸² PENNA, Herculano Ferreira. *Falla dirigida á Assembléa Legislativa Provincial de Minas-Geraes na abertura da sessão ordinaria do anno de 1842, pelo vice-presidente da provincia*. Ouro-Preto, Typ. do Correio de Minas, 1842. p. 23. Disponível em: http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/minas_gerais

¹⁸³ A saber, o mapa do ensino secundário está ilegível, por isso não lançamos os dados. Cf.: SILVA, Quintiliano José da. *Falla dirigida á Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes na sessão ordinaria do anno de 1845 pelo vice-presidente da provincia*. Ouro Preto, Typ. Imparcial de B.X. Pinto de Sousa, 1845. pp. 13-14. Disponível em: http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/minas_gerais

¹⁸⁴ SILVA, Quintiliano José da. *Falla dirigida á Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes na sessão ordinaria do anno de 1847 pelo presidente da provincia*. Ouro Preto, Typ. Imparcial de B.X. Pinto de Sousa, 1847. p.84. Disponível em: http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/minas_gerais

¹⁸⁵ BARBOSA, Luiz Antonio. *Relatorio que á Assembléa Provincial da provincia de Minas Geraes apresentou na sessão ordinaria de 1853 do presidente da mesma provincia*. Ouro Preto, Typ. do Bom Senso, 1853. p. 8-9. Disponível em: http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/minas_gerais

¹⁸⁶ BARBOSA, Luiz Antonio. *Relatorio que á Assembléa Provincial da provincia de Minas Geraes apresentou na sessão ordinaria de 1853 do presidente da mesma provincia*. Ouro Preto, Typ. do Bom

486 alunos matriculados, dos quais 308 freqüentavam as aulas. No relatório, o Presidente da Província ainda apontou que

“o entusiasmo pelas Lettras, e sciencias, o empenho dos Pais de Familia em prover o talento dos Filho para assegurar-lhes por meio da instrucção uma carreira brilhantes, tem provocado o estabelecimento de grande numero de Collegios particulares, que teem sobre as Aulas Publicas a consideravel vantagem do internatu”.¹⁸⁷

Nessa altura, havia 13 Colégios particulares em Minas Gerais, além dos Seminários Episcopais de Mariana, do Caraça, de Congonhas do Campo e de Campo Belo.¹⁸⁸ A partir dos dados apresentados é possível afirmar que, ao longo da primeira metade do XIX, houve um aumento do número de profissionais e de estabelecimentos dedicados a educação.

4.1. Espalhar as letras e a civilização: perfil dos educadores entre 1813 e 1853.

Ao professor do século XIX coube a tarefa de difundir o conhecimento escrito e formar indivíduos capazes, pelo menos aos olhos do Estado, de trabalharem na administração. Essa questão vinha sendo colocada pelo governo há longa data, desde o período pombalino, pelo menos. A instrução da escrita, da leitura e das principais operações matemáticas, era essencial para formar pessoas *“úteis ao estado”*.¹⁸⁹ Para essa formação contribuíram um grupo de professores, alguns dos quais podemos localizar a partir da análise uma ampla gama de documentos, tais como as listas nominativas de 1819/22, 1831/32 e 1838/40, disponibilizadas pelo Cedeplar/UFMG; atas de reuniões da Câmara de Mariana; Correspondências dessa mesma Câmara; entre outras fontes documentais. Pela análise dessas fontes foi possível identificar um total de 134 professores entre 1813 e 1853.¹⁹⁰

Para os professores identificados não nos foi possível determinar a data exata em que começaram a exercer seu ofício. Sendo assim, optamos, para efeito de classificação, por apresentar o ano em que o professor é citado na documentação, o que

Senso, 1853. p. 8-9. Disponível em: http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/minas_gerais

¹⁸⁷ *Ibidem*.

¹⁸⁸ *Ibidem*.

¹⁸⁹ *Alvará para que intensifique o estudo da Língua Portuguesa nos Reinos e Dominios de Portugal*. OURO PRETO. 30 de setembro de 1770, Arquivo Público Mineiro Coleção Casa dos Contos de Ouro Preto (APM CC), rolo 532, planilha 20516, documento 1. Palácio de Nossa Senhora da Ajuda a 30 de setembro de 1776. (original na Torre do Tombo).

¹⁹⁰ A listagem desses professores está no anexo VI, Tabela I: *Mestre e Professores do Termo Mariana 1813 – 1853*. A saber, quatro professores lecionaram disciplinas diferentes em tempos diferentes, sendo assim subtraídos de nossa análise para garantir a consistência dos dados.

não implica que ele não exercesse o ofício anteriormente ou posteriormente ao período indicado. A tabela V indica essa distribuição.

Tabela IV: *Distribuição cronológica dos professores encontrados (1813 – 1853)*

<i>Data</i>	<i>Frequência</i>	<i>%</i>	<i>% variado¹⁹¹</i>
18??	4	3,1	3,1
1813	1	0,8	0,8
1814	6	4,6	4,7
1818	3	2,3	2,4
1819	5	3,8	3,9
1820	3	2,3	2,4
1822	31	23,8	24,4
1823	1	0,8	0,8
1826	2	1,5	1,6
1828	2	1,5	1,6
1829	1	0,8	0,8
1830	6	4,6	4,7
1831	12	9,2	9,4
1832	7	5,4	5,5
1833	6	4,6	4,7
1834	4	3,1	3,1
1835	11	8,5	8,7
1836	4	3,1	3,1
1837	1	0,8	0,8
1838	11	8,5	8,7
1839	1	0,8	0,8
1840	4	3,1	3,1
1843	1	0,8	0,8
Tota	127	97,7	100,0
NC	0	3	2,3
Total	130	100,0	

FONTE: Anexo ***: *Contribuições para a História da educação em Minas Gerais no segundo quartel do século XIX*, Tabela I.

O que observamos é um aumento substancial de profissionais no ano em que o Brasil tornou-se independente. Justamente nesse ano o senso habitacional foi apresentado, muito embora estivesse sendo elaborado desde 1819. Tratava-se de uma iniciativa pioneira não é pioneira, em SP vc tem esses sensos desde o XVIII, e muuuuito mais completos; uma iniciativa que almejava conhecer a estrutura populacional mineira.¹⁹² Isso pode ter elevado o número de professores encontradas, no entanto não se pode atribuir, apenas a essa situação, a responsabilidade sobre o alto número de professores afinal, em 1831 e 1838, a presença de listas nominativas não levou aos mesmos dígitos. É preciso considerar ainda, a continuidade do exercício da profissão

¹⁹¹ Desconsiderando a variável NC, que significa Não Consta.

¹⁹² Essa problemática afeta todas as demais tabelas elaboradas com base na lista de professores.

pelos professores a partir do ponto indicado na tabela. A análise da tabela permite conhecer que, no período que se estende de 1830 a 1840, houve um aumento significativo do número de professores. Tais números corroboram com a hipótese, já levantada por Ilmar Mattos, de que o aumento das disputas políticas trazia consigo o caráter civilizacional desempenhado pela instrução. A alta do número de professores no período é espelho da preocupação em civilizar a população, de enquadrá-la na ordem almejada. Isso explícita ainda a constante busca governista em formar mais indivíduos aptos à ocupar os cargos criados e reformulados pelas alterações burocráticas. Foi nesse período que se difundiu o método lancasteriano, como uma resposta às necessidades prementes de se formar os quadros administrativos e atender as demandas de parcela da sociedade que desejava e tinham condições de instruir suas crias.¹⁹³

O método lancasteriano consistia, basicamente, no ensino que privilegiava o coletivo, o grupo, em detrimento da instrução individual. Por meio de um sistema de tutoria, um professor poderia multiplicar sua capacidade de atender um contingente bem maior de alunos. Tal método agradou à Câmara de Mariana a ponto do seu presidente propor “*que se passase Attestação ao Professor Publico de Catas Altas Ciprianno Celestino Augusto de Figueredo sobre seo bom serviço a preparatorio da Aula segundo o Ensino de Lancaster*”.¹⁹⁴ Em um movimento convergente em sentido, aumentava-se o número de professores, ao mesmo tempo em que ampliava-se o número de cadeiras e o de alunos por turma. A civilização pelas letras se espalhava na Província, que cada vez mais, necessitada de funcionários hábeis na leitura e na escrita.

As aulas de ensino mútuo são ainda o motivo pelo qual a freguesia de Catas Altas possuía um número elevado de professores em relação às demais localidades (veja Tabela VI). Cerca de 33% do total de professores que identificamos a localidade em que lecionava são de Catas Altas do Mato Dentro. Ao que parece, o lugar se constituiu em um centro educacional. Um indício para tal afirmação é que, apenas 14 dos 38 professores encontrados para a localidade tinham mais de 20 anos. Consideramos assim

¹⁹³ Sobre o método Cf.: FARIA FILHO, Luciano Mendes de; CHAMON, Carla Simone; ROSA, Walquiria Miranda (orgs.). *Educação Elementar: Minas Gerais na primeira metade do século XIX*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006. (Inéditos & Esparços); FERNANDES, Rogério António. *Os Caminhos do ABC: Sociedade Portuguesa e Ensino das Primeiras Letras*. Porto: Porto Editora, 1994. (Coleção Mundo de Saberes).

¹⁹⁴ *Sessão Ordinária de 10 de Janeiro de 1834*. AHCMM, Cód. 641, fl. 29v.

que os menores de 20 anos eram decuriões, provavelmente do Professor Cipriano Celestino Augusto de Figueiredo.¹⁹⁵

Tabela V: *Distribuição geográfica dos professores encontrados (1813 – 1853)*

Localidades	Frequência	%	% variado
Antônio Pereira	1	0,8	0,9
Barra do Bacalhau	1	0,8	0,9
Barra Longa	1	0,8	0,9
Camargos	2	1,5	1,7
Catas Altas Mato Dentro	38	29,2	32,8
Congonhas do Campo	1	0,8	0,9
Freguesia do Pomba	4	3,1	3,4
Furquim	7	5,4	6,0
Guarapiranga	1	0,8	0,9
Inficionado	4	3,1	3,4
Mariana	21	16,2	18,1
Martire Manoel Rio Pomba	1	0,8	0,9
Minas	1	0,8	0,9
Ouro Preto	1	0,8	0,9
Passagem	3	2,3	2,6
Pinheiro	2	1,5	1,7
Piranga	3	2,3	2,6
Ponte Nova	6	4,6	5,2
Presidio	1	0,8	0,9
Remédios	1	0,8	0,9
Sabará	1	0,8	0,9
Santa Bárbara	1	0,8	0,9
São Caetano	3	2,3	2,6
São José do Xopotó	2	1,5	1,7
São Sebastião	1	0,8	0,9
Saúde	1	0,8	0,9
Sumidouro	3	2,3	2,6
Vila Rica	4	3,1	3,4
Total	116	89,2	100,0
NC	14	10,8	
Total	130	100,0	

FONTE: Anexo ***: *Contribuições para a História da educação em Minas Gerais no segundo quartel do século XIX*, Tabela I.

Ao lado de Catas Altas, Mariana, sede do termo e do Seminário da Boa Morte, apresenta-se como um dos maiores centros de instrução do Século XIX, compondo 18% do total de professores localizados. Concentrada nas localidades de Mariana e Catas Altas, distantes uma da outra, a instrução não deixava de marcar outros distritos como Furquim e Ponte Nova.

¹⁹⁵ Sobre a função dos decuriões Cf.: FERNANDES, Rogério António. *Os Caminhos do ABC*: Sociedade Portuguesa e Ensino das Primeiras Letras. Porto: Porto Editora, 1994. (Coleção Mundo de Saberes).

Quanto aos cargos e ocupações dos professores, a tabela VII aponta para um baixo número de professores acumulando cargos simultaneamente a sua profissão. De fato, o acúmulo de cargos colocava em risco o bom exercício de ambos. A prática era prevista pela lei de 1º de outubro de 1828 que aceitava a escusa de cargos eletivos quando o cidadão possuísse “*Emprego Civil, Eccleziastico ou Militar, cujas obrigaçoens sejaõ incompative[i]s de se exercerem conjuntamente*”.¹⁹⁶

Tabela VI: *Ocupações e Cargos dos professores encontrados (1813 – 1853)*

Cargos/ocup.	Freqüência	%	% variado
Farmacêutico	1	0,8	20,0
Juiz de Fato	1	0,8	20,0
Vereador	3	2,3	60,0
Total	5	3,8	100,0
NC	125	96,2	
Total	130	100,0	

FONTE: Anexo ***: *Contribuições para a História da educação em Minas Gerais no segundo quartel do século XIX*, Tabela I.

Apenas cinco professores desempenharam, conjuntamente, outras atividades profissionais ou ocuparam cargos público-administrativos. Os encargos da profissão parecem que lhes impediram de desempenhar outras atividades.

A tabela VIII mostra a relação percentual dos títulos dos professores que, relativamente, é baixo, apenas 22 possuidores de títulos entre os 130 professores encontrados. O número pode nos levar por dois caminhos, primeiro, de que os professores preferiam utilizar seu próprio título ao invés de uma patente ou indicativos eclesiásticos o que apontaria prestígio da profissão ante as camadas sociais. Um segundo caminho é imaginar que os títulos não aparecem pois eles simplesmente não existiam. Isso nos levaria novamente a questão de que os encargos da profissão docente não deixaria tempo para o exercício de atividades de capitão ou sargento. Podemos pensar, no entanto, que o prestígio da profissão não era tão grande e os professores, ou, não obtinham mesmo patentes, ou, deixavam a docência para ocupá-las.

Tabela VII: *Distribuição geográfica dos professores encontrados (1813 – 1853)*

Cargos/ocup.	Freqüência	%	% variado
Presbítero secular	1	0,8	4,5
Alferes	1	0,8	4,5
Cônego	1	0,8	4,5
Padre	13	10,0	59,1

¹⁹⁶ *Registro da Carta de Lei de 1º de Outubro de 1828*. Art. 19, parágrafo 2º. Mariana, 1º de Abril de 1829. Códice 88. Fls. 01 – 08v. Transcrito por: Pablo de Oliveira Andrade em entre 8-16 de Abril de 2008 e revisada em 28 de abril de 2008.

Reverendo	2	1,5	9,1
Sargento-mor	1	,8	4,5
Tenente	2	1,5	9,1
Vigário	1	,8	4,5
Total	22	16,9	100,0
NC	108	83,1	
Total	130	100,0	

FONTE: Anexo ***: *Contribuições para a História da educação em Minas Gerais no segundo quartel do século XIX*, Tabela I.

Há ainda de se considerar, a forte presença de títulos ligados à igreja. Se considerarmos o percentual relativo, observaremos o total de professores com títulos ligados à instituição eclesiástica chega a casa dos 80%. O dado revela a primazia dos títulos da igreja em relação aos civis, indício para supormos que, a pesar na tentativa do Estado de tomar as rédeas da educação, a maioria dos educadores continuava com fortes ligações com o clero.¹⁹⁷

Por sua vez, a tabela IX apresenta a cor apontada nas listas nominativas para os professores.

Tabela VIII: Cor dos professores encontrados (1813 – 1853)

Cor	Freqüência	%	% variado
Branco	54	41,5	83,1
Pardo	11	8,5	16,9
Total	65	50,0	100,0
NC	65	50,0	
Total	130	100,0	

FONTE: Anexo ***: *Contribuições para a História da educação em Minas Gerais no segundo quartel do século XIX*, Tabela I.

Como era de se esperar, notamos a ausência de professores negros mas os pardos marcam sua presença, ocupando quase 17% do percentual relativo. O percentual, combinado com o total de forros educadores encontrados (6%), pode revelar as dificuldades de se encontrar pessoas qualificadas, o que levaria a aceitação de pardos e forros. Poderia também demonstrar, a profissão de professor aparece nesse período como uma alternativa ante a queda da arrecadação aurífera.

De uma forma ou de outra, o perfil dos professores do período pode ser delineado como: um homem branco, sem títulos ou patentes, que não ocupava outros cargos e que, ao longo do século XIX foi ganhando importância como difusor de uma *cultura política*

¹⁹⁷ Obviamente, a hipótese pode ser problematizada ao pensarmos que os próprios títulos eclesiásticos, não significavam filia a igreja em detrimento do estado. Exemplo disso seria o do Padre Antônio José Ribeiro Bhering.

que vinculava civilização à cidadania.¹⁹⁸ Não podemos esquecer que o que foi feito aqui, apenas esboça o perfil dos professores do período. Nem de longe atinge suas peculiaridades, tão importantes para melhor compreensão das estratégias individuais.¹⁹⁹ No entanto, acreditamos ter atingido nossos objetivos ao expor, mesmo que de maneira rudimentar, grupo tão importante para a difusão política das letras, tema central de nossa pesquisa. No capítulo que se seguiu, apresentaremos nossa metodologia de trabalho que visou quantificar a prática da escrita como ação cultural, sem, com isso, incorrer no erro de avaliá-la como certa ou errada.

¹⁹⁸ O termo “cultura política” aqui em destaque se refere ao “conjunto de atitudes, normas, crenças, mais ou menos largamente partilhadas pelos membros de uma determinada unidade social e tendo como objeto fenômenos políticos”. Na definição enquadraram-se, por exemplo, a exigência do domínio da palavra escrita por parte de um escrivão ou professor. Além da paulatina exigência, em relação a burocracia local, de que a hierarquia burocrática devia se equivaler a hierarquia de conhecimento. Cf.: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (coords.). *Dicionário de política I*. trad. João Ferreira; rev. geral João Ferreira e Luis Guerreiro Pinto Cacaís. - Brasília : Editora Universidade de Brasília, 1ª ed., 1998. (Vol. 1: 674 p. 30b. (total: 1.330 p.) Vários Colaboradores. Obra em 2v.

¹⁹⁹ Casos excepcionais podem ser mencionados como o do Padre, professor de retórica do Seminário de Mariana, Antônio José Ribeiro Bhering que, como mostrado, ocupou, simultaneamente, o cargo de Vereador. Ou ainda o caso do professor José de Souza Roussin, professor de Filosofia e, também vereador da Câmara.

Capítulo IV

Aperfeiçoando o foco: a história serial quantitativa e a sociolinguística variacional

Segundo Michel de Certeau, a escrita da História resulta de uma prática social e, por isso mesmo, ela impõe ao leitor certo ponto de vista. Este é expresso pela forma como o historiador equaciona os limites das variáveis encontradas na documentação, a disposição seguiu uma ordem cronologia. Tal ordem “toma o mais anterior como ponto de partida” permitindo a disposição da História em um texto esta que esconde parte do caminho da pesquisa que em sua infinitude de possibilidades e interpretações fica reduzida.²⁰⁰ Categorias são criadas impondo limites que, ora são fruto ausência de fontes, ora de sua abundância de fontes e ora da capacidade de entendimento do próprio historiador.

A fim de minimizar estas perdas, acreditamos que o melhor caminho seja expor a forma como articulamos metodologicamente às fontes e os acontecimentos Históricos salientando que o texto aqui apresentado é apenas uma sistematização e, como qualquer uma, possui falhas. Apresentar estas nos parece o caminho mais honesto para conduzir nossa pesquisa. Sendo assim, neste capítulo apresentaremos os aspectos metodológicos da presente monografia cujo assunto analisou *a prática da escrita da região do termo de Mariana entre 1813 e 1853*. Esclareceremos as dificuldades enfrentadas no decorrer da análise, incluindo os problemas relacionados à temática e às fontes das quais dispusemos. Em seguida discutiremos a ficha de coleta de dados utilizada e quais os seus campos mais relevantes. Os caminhos tomados pela pesquisa e o envolvimento com a documentação serão, desta maneira, principal assunto desse capítulo.

5.1. Delimitação cronológica:

Em 1813 foi publicada a segunda edição do “*Dicionário da Língua Portuguesa*” de Antonio de Moraes Silva. Como já mencionado no primeiro capítulo, o autor pode ser considerado uma figura emblemática da formação ilustrada portuguesa do período pombalino.

²⁰⁰ CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Trad. Maria de Lourdes Menezes, 2. ed. Rio de Janeiro: Universitária, 2007. p. 94.

Seu dicionário “costuma ser apontado como a obra que colocou a lexicologia portuguesa em sintonia com a lexicologia européia contemporânea”.²⁰¹

A maioria dos escriturários de nossas fontes foram instruídos no período pombalino, sofreram suas influências, ou seja, estudaram entre 1772 e 1835.²⁰² Ao nos voltarmos para o conjunto de escriturários levantados nas correspondências recebidas pela Câmara Municipal de Mariana, os limites de nascimento encontrados foram: 1765 e, coincidentemente, 1813. Claro que é preciso levar em conta que um estudante nascido em 1765 e que, portanto, teve sua formação inicial possivelmente nos idos de 1772 a 1779, não a tivera com a obra de Morais.

No ano de 1853, Braz da Cunha Rubim publica um complemento ao dicionário de Morais Silva tal publicação serve de marco para um novo período da gramática portuguesa no Brasil no qual se valoriza as diferenças entre o vocabulário de Portugal e o brasileiro.²⁰³ No âmbito da política, José Murilo de Carvalho, ao debruçar-se sobre a formação superior dos Ministros imperiais brasileiros desde a independência, indica que em 1853 o número de Ministros com educação superior conseguida no Brasil superava, pela primeira vez, o número dos que conseguiram o título em Coimbra.²⁰⁴ Ou seja, pela primeira vez a formação no Brasil, dentro do corpo burocrático central, supera a coimbrã.

²⁰¹ TRASK, R. L. alguns dados sobre dicionários de português. In: _____. *Dicionário de Linguagem e Lingüística*. Trad. Rodolfo Ilari. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006. p. 313.

²⁰² Para nossa pesquisa adotaremos como o período de instrução básica nas escolas entre 7 e 14 anos. O intervalo já foi defendido por Clotilde Andrade Paiva, mas apesar disso, o tema é ainda bastante controverso, verificando as Listas Nominativas de 1819 – 1822, disponibilizadas pelo CEDEPLAR, encontraremos as descrições ocupacionais “estudante”, “aprende a ler” ou “na escola” em pessoas entre 7 e 32 anos. O fato já é demonstrativo da dificuldade de se identificar o verdadeiro intervalo potencialmente educacional no período. Lembramos ainda que a entrada da criança na escola com 7 ou 8 anos representa um ideal, proposto no Art. V do “*Plano e Regimento dos Estudos*” (1799), atribuído à Francisco Borja Garçon Stocker. O que não significa, claro, o impedimento do estudo após esse limite etário. Cf.: PAIVA, Clotilde Andrade. *População e Economia nas Minas Gerais do Século XIX*. São Paulo, Julho de 1996. p. 99. (Tese de Doutorado); FERNANDES, Rogério Antônio. *Os Caminhos do ABC: Sociedade Portuguesa e Ensino das Primeiras Letras*. Porto: Porto Editora, 1994. p. 87. (Coleção Mundo de Saberes).

²⁰³ Cf. NUNES, José Horta. *Dicionários no Brasil: análise e história*. Campinas, SP: Pontes Editores; São Paulo, SP: Fapesp; São José do Rio Preto, SP: Faperp, 2006. Ou, FÁVERO, Leonor Lopes; MONTILA, A.G. Márcia. *As concepções lingüísticas no século XIX: a gramática no Brasil*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006.

²⁰⁴ CARVALHO, José Murilo. *A Construção da Ordem: a elite política imperial. Teatro de Sombras: a política imperial*. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. pp. 81.

Tabela IX: Local de Educação Superior dos Ministros, por Período, 1822-1889 (%)

<i>Local</i>	<i>Período</i>					<i>Total</i>
	<i>1822-31</i>	<i>1831-40</i>	<i>1840-53</i>	<i>1853-71</i>	<i>1871-89</i>	
Coimbra	71,80	66,68	45,00	-	-	28,50
Outro*	28,20	16,67	-	-	-	8,00
Total Portugal	100,00	83,35	45,00	-	-	36,50
São Paulo	-	3,33	30,00	35,42	49,20	27,50
Olinda/Recife	-	-	15,00	39,58	34,92	22,00
Outro*	-	6,66	10,00	20,83	14,28	11,50
Total Brasil	-	9,99	55,00	95,83	98,40	61,00
Outro País	-	6,66	-	4,17	1,60	2,50
Total Geral	100,00 (N=39)	100,00 (N=30)	100,00 (N=20)	100,00 (N=48)	100,00 (N=63)	100,00 (N=200)

*Indica quase sempre formação em escolas militares, de Portugal ou do Brasil.

FONTE: CARVALHO, José Murilo. A Construção da Ordem: a elite política imperial. Teatro de Sombras: a política imperial. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 81.

A ênfase que o autor coloca no período de formação superior das elites brasileiras se encontra também na obra de Ilmar Rohloff de Mattos que remete ao próprio José Murilo. Ao analisar os elementos aglutinadores dos Saquaremas Mattos destaca,

“sem dúvida a educação superior foi um poderoso elemento de unificação ideológica da ‘elite’ imperial, sobretudo por meio da formação jurídica, que fornecia um núcleo homogêneo de conhecimentos e habilidades”.²⁰⁵

Importa ainda a questão de que, formados em Portugal ou no Brasil, permanecia as orientações da universidade reformada aos moldes pombalinos dentro dos quais encurtava-se o espaço para o Direito Canônico que sofria baixas para o Direito Pátrio e o Direito Natural.

Não poderíamos deixar de mencionar ainda que 1853 foi o ano de formação do Gabinete da Conciliação. Segundo Maria Odilla Leite da Silva Dias, os fatos que tiveram início em 1808 com a chegada da corte portuguesa no Brasil, culminaram com a interiorização do sentimento de nacionalidade com a centralização política e social.

“Pode-se dizer que este processo, que parte do Rio e do Centro-Sul, somente se consolidaria com a centralização política realizada por homens como Caxias, Bernardo de Vasconcelos, Visconde do Uruguai, consumando-se politicamente com o Marquês de Paraná e o Ministro da Conciliação (1853 – 1856)”.²⁰⁶

²⁰⁵ MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema: a formação do estado imperial*. 4. ed. São Paulo: Access, 1999. p. 171.

²⁰⁶ DIAS, Maria Odila Leite da Silva. A interiorização da metrópole (1808 – 1853). In.: MOTA, Carlos Guilherme. *1822: dimensões*. São Paulo: Perspectiva, 1986. p. 171.

Assim, pelo conjunto de acontecimentos políticos e lingüísticos que permearam o ano de 1853, o elegemos como término de nosso recorte temporal uma vez que, a partir desse ano, passamos a pensar em um “português brasileiro” e um governo formado no Brasil que consegue reunir em torno de um mesmo eixo, a idéia de nacionalidade, Liberais e Conservadores.²⁰⁷

5.2. Delimitação espacial:

Esclarecida a delimitação cronológica, cabe-nos ainda mencionar os motivos pelos quais escolhemos trabalhar com a região do termo de Mariana. A definição de região que adotaremos em nossa pesquisa se assemelha a utilizada por Ilmar Rohloff de Mattos de que,

*“a região não deve ser reduzida a determinados limites administrativos, como o das capitânias. Ela não deve ter também como referência apenas a distribuição de seus habitantes em um determinado território, definido como uma área ecológica, pois não é o fato de um grupo de pessoas habitar um mesmo território que determina o estabelecimento de uma rede de relações sociais e o desenvolvimento de uma consciência comum de pertencer a um mesmo mundo, embora seja certo que uma região não prescinde de uma base territorial”.*²⁰⁸

O trecho resume bem a multiplicidade relações existente em uma região, interesses comuns e a constituição de redes de sociabilidade entre os habitantes são características fundamentais. Assim, consideraremos a região do termo de Mariana como: o conjunto das localidades que se corresponderam com a Câmara Municipal da sede e, com ela estabeleceu vias de circulação de informação além de dependência e/ou reciprocidade.

Ao colocar em jogo as subdivisões territoriais mineiras durante a primeira metade do XIX, produto do aumento do número de habitantes e do constante fluxo migratório para a região, mesmo após a diminuição da arrecadação aurífera, as divisões políticas tornaram-se mais frágeis.²⁰⁹ Esse aumento populacional expande a ocupação das áreas de fronteira aberta e a ramificação judiciária e administrativa nas novas cidades e vilas dificultaria o estabelecimento da região. Segundo Ivan de Andrade Vellasco,

“é certo que durante todo o século ocorrem mudanças administrativas que alteram significativamente a área geográfica da

²⁰⁷ Sobre a formação do “português brasileiro” Cf.: FÁVERO, Leonor Lopes; MONTILA, A.G. Márcia. *As concepções lingüísticas no século XIX: a gramática no Brasil*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006; sobre a período consiliador, Cf.: MATTOS. *Op. Cit.* e DIAS. *Op. Cit.*

²⁰⁸ MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema: a formação do estado imperial*. 4. ed. São Paulo: Access, 1999. p. 23.

²⁰⁹ Cf.: ALMEIDA, Carla Maria de. *Alterações nas Unidades Produtivas Mineiras: Mariana – 1750 – 1850*. Niterói, 1994. (Dissertação de Mestrado).

comarca, que veio sendo paulatinamente reduzida em sua abrangência espacial [...]”.²¹⁰

Por seu turno, pensada sobre o ponto de vista lingüístico, a divisão do termo de Mariana em regiões é complexa. O contato com povos indígenas, a forte migração portuguesa em determinada localidade em oposição a pouca concentração européia em outras, a presença de colégios e seminários, todos estes fatores tornam mais complexa a determinação de uma região lingüística em Minas Gerais do XIX.

Vale lembrar que as correspondências recebidas são uma via de informação que funciona tanto na *vertical ascendente* – uma correspondência de um Fiscal para o Presidente da Câmara –, quanto na *vertical descendente* – remetida do Presidente da Província para a Câmara – e o mesmo sentido *horizontal* da hierarquia administrativa – trocas, por exemplo entre os vereadores se correspondendo entre si. A diversidade de assuntos discutidos e a preocupação com o respeito à “norma padrão” da época podem também se manifestar seguindo essa disposição. Uma correspondência entre iguais poderia, portanto, revelarmos cuidado em relação ao respeito do padrão de escrita quando comparada com uma que envolvesse distinção hierárquica.

Assim chegamos a um total de 58 localidades (anexo V). Apesar de a atualização ortográfica ter-se feito necessária para o bom desenvolvimento do banco de dados – a ausência deste procedimento “dificulta a ordenação alfabética de nomes, e é questão a ser considerada quando se constrói um banco de dados nominativo” – os dados lingüísticos acerca das variabilidades nominativas não foram perdidos, como veremos no decorrer deste capítulo.²¹¹ A “Leal Cidade de Mariana” foi assim incluída em campo diverso de “Mariana”, ou ainda, “Santo Antônio do Calambão” diferencia-se de “Calambão”. Mesmo que em termos geográficos se enquadrasse na mesma localidade, uma hipótese é que a utilização da nomenclatura composta poderia indicar sinal de respeito ou, no caso de Mariana, exaltação do título de “Leal Cidade” obtido após a revolta de 1720 em Vila Rica.²¹²

5.3. As fontes:

5.3.1. As correspondências recebidas como fonte:

²¹⁰ VELLASCO, Ivan de Andrade. *As Seduções da Ordem, Criminalidade e Administração da Justiça*: Minas Gerais – século 19. São Paulo: Edisc, 2004. p. 291. (Coleção História).

²¹¹ BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. arrolando os habitantes no passado: as listas nominativas sob um olhar crítico. In. *LOCUS*: revista de história. Juiz de Fora: Programa de Pós-Graduação em História / Departamento de História, 2008. v. 14, n. 01. pp. 107 – 124.

²¹² Cf. ANDRADE, Francisco Eduardo de. “A Reforma do Império e a Câmara da *Leal Cidade* de Mariana”. In.: CHAVES, Cláudia Maria das Graças; MAGALHÃES, Sônia Maria de; PIRES, Maria do Carmo (org.). *Casas de Vereança de Mariana*: 300 anos da Câmara Municipal de Mariana. Ouro Preto: Editora da UFOP, 2008. pp. 152 – 167.

Mesmo que não se tratassem de textos com teor predominantemente particular, o que dificulta a investigação do coloquialismo, é no correspondente camarista onde encontramos maiores marcas de distinções hierárquicas.²¹³ Se nos correspondentes particulares é comum localizarmos tratamentos como “amigo e senhor” ou “meu caro”, entre os correspondentes para a Câmara Municipal temos “Ilustríssimo Senhor” ou “Vossa Excelência”. Ademais, é no segundo tipo de correspondentes em que o uso de títulos e patentes é mais comum. Mesmo que o uso coloquial da língua se constitua em uma preocupação temática aqui desenvolvida, não é o principal foco desta pesquisa. Prioritariamente ela presa pelas relações sócio-políticas envoltas a prática da escrita entre 1813 e 1853. A constante utilização de títulos e cargos como Capitão-mor, Capitão, Tenente, Tenente-coronel, Juiz de Paz, Vereador eleito, são registros da distinção social dentro do grupo de correspondentes. Esses usos fizeram parte do jogo político e das estratégias em torno do prestígio em relação ao grupo aqui trabalhado.

As correspondências traziam ainda a assinatura de seus remetentes e/ou escriturários o que também foi parte importante para a escolha da documentação a ser analisada. Com a assinatura podemos, partindo de uma comparação caligráfica com o corpo do texto, determinar, com certa exatidão, se o remetente e o escriturário são as mesmas pessoas. Ademais a assinatura vem sendo utilizada como critério de avaliação da familiaridade com escrita pelos historiadores que se debruçaram sobre o tema.²¹⁴

Relevante também é diferenciarmos a correspondência de seu registro em reunião de Câmara já que cada correspondência ou participação enviada a mesa não era copiada literalmente mas resumida e/ou adaptada para as discussões de Câmara. Isso pode ser visto quando Fiscal de Tapera, em 1º de julho de 1830 remete relatório no qual, palavras dele, “*imploro as atenções, e reconheci-/do patriotismo de V.V.S.S. sobre o deploravel estado de idu/cação damocidº deste Destricto [...]*”.²¹⁵ Recebida em Câmara, a correspondência foi lida em sessão de 05 de julho do mesmo ano, registrada da seguinte maneira em livro oficial,

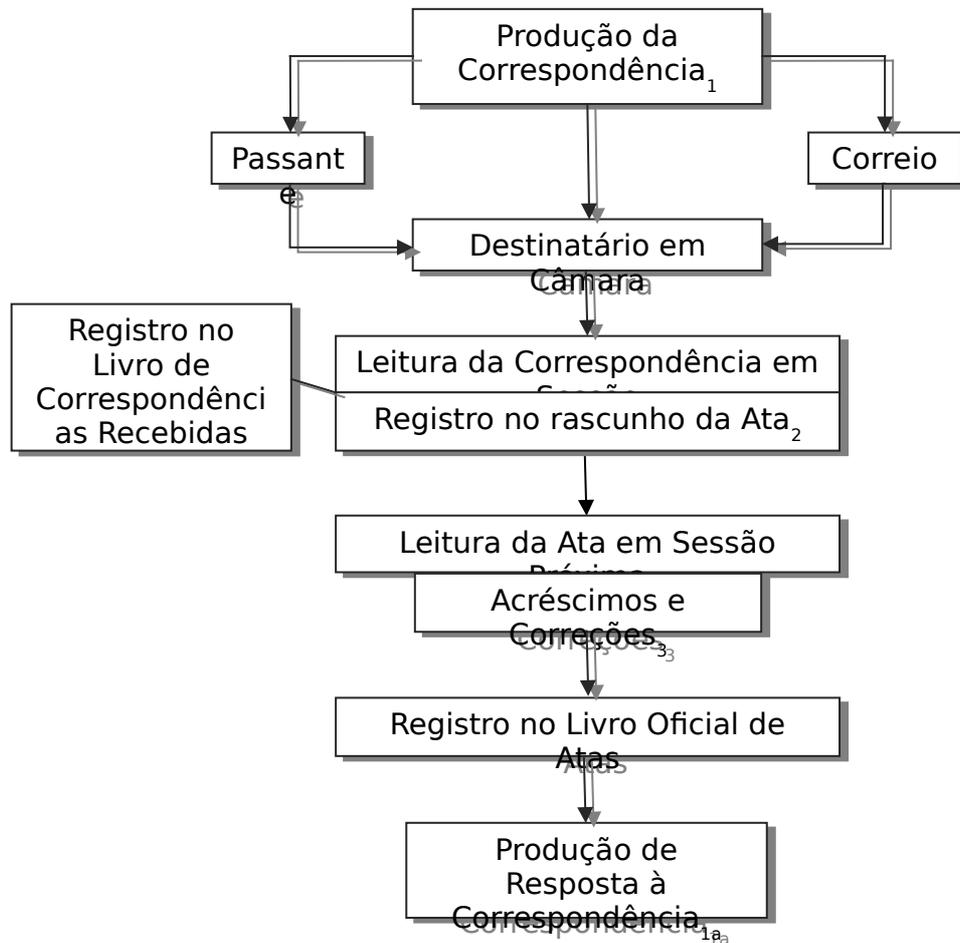
²¹³ O Acervo Histórico de Monsenhor Horta consiste em uma coleção de documentos encontrados no Distrito de Monsenhor Horta, na década de 1990 com documentação que se espalha de 1825 até meados do século XX. A coleção de correspondências desse acervo conta com 111 documentos que foram organizados em formato digital e constituem uma inestimável fonte para a lingüística histórica. Cf. CHAVES, Elaine; ALKIMIM, Mônica G. R. (orgs.) *Cartas Pessoais do Século XIX: Acervo Histórico Monsenhor Horta*. Mariana: Instituto de Ciências Humanas e Sociais (ICHS/UFOP), 2002. (Publicação em CD-ROM).

²¹⁴ Cf.: CHARTIER, Roger. “as práticas da escrita”. In.: ÁRIES, Philippe; CHARTIER, Roger (orgs.). *História da vida privada: da renascença ao século das luzes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. pp. 111-161. (Coleção: História da Vida Privada. Vol.: 3); VENÂNCIO, Renato Pinto. “migração e alfabetização em Mariana colonial”. In.: SILVA, Rosa Virginia Mattos e (org.). *Para a História do português brasileiro*. São Paulo: Humanista / FFLCH / USP: FAPESP, 2001. pp. 391-399. (Volume II: primeiros Estudos; tomo II).

²¹⁵ *Relatório apresentado pelo Fiscal de Tapera, José Antonio de Araújo Silva*. Tapera, 1º de Julho de 1830. AHCM, Códice 693, Livro de Miscelâneas, fl. 425 verso.

“*Ultimam.^{te} / sobre a proposta de escolla de 1^{as} Letras [...]*”.²¹⁶ Nos trechos temos mostras da adaptação discursivo que a passagem vertical ascendente pode promover no texto das correspondências. Os registros de reuniões da Câmara são uma leitura, feita pelos próprios membros de Câmara da correspondência que receberam. O organograma I esboça o caminho da informação até ser registrada no livro oficial.

²¹⁶ *Sessão Ordinária de 5 de julho de 1830*. AHCMM, Cód. 640, fls 091 e 091v.

Organograma I: Caminho da informação até a reunião de Câmara (1828 – 1853)²¹⁷

Uma vez redigida, a correspondência pode ser remetida à Câmara por, no mínimo, três vias: entregue pelo próprio remetente, por um passante (ou caminhante), ou remetida pelo correio oficial. Recebida, ela é lida em reunião e a registra, modificando seu texto inicial como vimos acima. Este é ainda novamente modificado antes da aprovação oficial da ata, o que geralmente ocorria na sessão posterior a de sua feitura. Nesta, os vereadores podem acrescentar ou corrigir sua leitura. Por fim, ela é registrada no livro oficial de atas. Neste rápido desenho do caminho da correspondência até o livro de registros assistiu, pelo menos, três oportunidades claras de alteração discursiva, indicadas no organograma como correspondência um, dois e três.

Outras possibilidades de alteração existiam, por exemplo, no caminho do passante ou no registro no livro de correspondências recebidas. Havia a preocupação da Câmara no envio das correspondências por meio dos correios e não via passantes. Os correios formam tema de razoável frequência em Câmara. Em 21 de março de 1831 ganha dispensa o secretário Manoel Bernardo Acúrcio Nunan pela “[...] *peSSima ademenistração do Correio, por se entregar*

²¹⁷ Para a elaboração desse organograma tomamos como base o conjunto de códices que registraram as reuniões de Câmara e as Correspondências presentes no AHCMC entre o período de 1828 a 1853.

cartas aber/tas, eportes [augmentados]”.²¹⁸ A importância dos correios se viu ressaltada ainda na sessão de 23 de agosto de 1831 quando foi registrada a proposta da Câmara Municipal de Ouro Preto “[...] para a criação de um / Correio em dias intercalados desta para aquella Cidade / e reconhecido por todos os Senhores Vereadores a necessidade, e / proveito ao Publico [...]”.²¹⁹

Os esforços em constituir maneiras mais seguras e econômicas para a circulação de informação dentro e fora da Capitania continuam, desta vez, apoiados por Antonio Paulino Limpo de Abreu, Presidente da Província em 1835. As preocupações recaem mesmo sobre o “correio ordinário” que chegava na cidade nos dias nove, dezanove e vinte nove de cada mês. Em 27 de janeiro, o Presidente da Província oficia que este,

*“[...] deverá Ser inspecionado aSsim que chegar a esta Cidade as honze / horas do dia [...] Hé constante que o Correio chega mui tarde a esta Cidade p’ vir quaze / sempre bêbado, deixando muitas vezes as malas nos [baleoens] das vendas / e as vezes dormindo Sobre ellas no Campo”.*²²⁰

As correspondências, ao mesmo tempo em que se constituíram em um espaço de privacidade. Posto a correr, o texto original dos correspondentes se alterava, modificando-se, pela apropriação e interpretação dos vereadores e demais membros da Câmara.

O sentido de produção da correspondência nos permitiria defini-la como “o que chega pelo correio” excluindo-se então o leva e trás dos passantes e caminhanes; ou como “o documento informativo” como os jornais do período; ou ainda, “o documento que se remete de uma localidade com propósito oficial” como os Decretos, Alvarás e Cartas de Lei. Uma série de outras definições pode ser elaborada e daí vem a dificuldade do próprio arquivista em determinar a natureza do fundo “Correspondências”.

Adotamos a própria seleção presente no AHCMM como base para a pesquisa. Isto não significa um descuido metodológico, mas uma preocupação com questões que envolveram a crítica interna e externa da documentação. Assim, a seleção obedeceu critérios de estruturação formal, como o uso de pronomes de tratamentos – v.g. Ilustríssimo(s) Senhor(es) – e termos de encerramento – v.g. Deus Guarde a Vossa(s) Senhoria(s) muitos anos –. As marcas de dobras trazidas por cada documento foram indicativas de seu possível acondicionamento dentro de envelopes. Pesou ainda a utilização de expressões como, “em resposta ao ofício de vossas senhorias” ou “remeto a vossas senhorias”, tais expressão

²¹⁸ Sessão Extraordinária de 21 de Março de 1831. Op. Cit. fl. 78v.

²¹⁹ Sessão Ordinária de 23 de Agosto de 1831. AHCMM. Cód. 214. fl. 1v.

²²⁰ Correspondência Remetida Pelo Presidente da Província com Planos Para o Estabelecimento de Correios em Mariana. 27 de janeiro de 1835. AHCMM. Cód. 223. fl. 19v.

indícios da circulação de informações que condicionaram a produção do documento.²²¹ Vale lembrar que isso é válido apenas para a documentação manuscrita, objeto de nossa análise. Os impressos, mesmo que possam ser considerados correspondências, não traziam a variabilidade lingüística desejada e, portanto, não foram considerados.²²²

Mesmo com este recorte, a definição levou a um corpo documental de 20 códices de Correspondências Recebidas e 56 códices de *Misselânias* referentes ao período em questão. O volume documental, mesmo tomando em consideração apenas as correspondências manuscritas, ainda superou nossa capacidade de análise. Sendo assim, recorreremos a uma amostragem que levou em consideração apenas o *corpus* da coleção avulsa do arquivo, no caso, a caixa de Correspondências Recebidas que também levou em conta o critério da forma. Com isso, chegamos a um total de 298 correspondências espalhadas entre 1822 e 1853 que totalizaram 4939 linhas escritas 58 localidades de onde eram remetidas. Infelizmente a distribuição não pode ser estritamente homogênea ao longo dos anos o que nos fez adotar, ao invés de um recorte por décadas, uma distribuição em três períodos, balizados por acontecimentos educacionais e/ou políticos.²²³ Assim temos em foco três períodos:

- 1) 1822 – 1833 com 1817 linhas escritas, referentes a algum momento entre a independência e as vésperas da reforma liberal de 1834.
- 2) 1834 – 1840 com 1812 linhas escritas. Período marcado pela reforma e o fim do Período Regencial.
- 3) 1841 – 1853, com 1812 linhas escritas. Compreende o início da rebeldia liberal até o gabinete conciliador do Marquês do Paraná.

As informações escritas nas correspondências raramente traziam informações sobre a idade do remetente, sua ocupação, cor, entre outros elementos capazes de caracterizá-lo. Na tentativa de suprir essa deficiência, recorreremos a outras três fontes que poderíamos chamar de “fontes periféricas” para compor o nosso cenário. São elas: os registros de reuniões da Câmara Municipal, os Inventários *post mortem* e as Listas Nominativas.

²²¹ ROQUETTE, J. I. *Código do Bom-tom, ou, Regras da Civilidade e de Bem Viver no Século XIX*. Lilia Moritz Schwarcz (org.). São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1997. pp. 268-282. (Retratos do Brasil, 12)

²²² Claro que a variabilidade aparece mesmo nos impressos, no entanto, torna-se questão bem mais complexa, determinar quem foi o escriturário da documentação, parte essencial para a pesquisa. Uma carta publicada em um jornal local poderia trazer a palavra “casa”, grafada como “caza”, porém, fica a dúvida sobre a origem da variação, que poder ter sido no próprio manuscrito, ou na montagem da prensa.

²²³ Mesmo que a cronologia das correspondências analisadas não seja compatível com o recorte estabelecido para esta pesquisa, não nos foi possível encontrar correspondências manuscritas para o período entre 1813 e 1821 na coleção avulsa do arquivo. A documentação catalogada revela-nos um pequeno número de cartas, 25 no total, que não eram encontradas nos livros de correspondências recebidas, mas sim nos de miscelâneas. Optamos por adotar portanto, apenas a documentação que, segundo os critérios de catalogação do arquivo já se encontram como correspondências uma vez que isso não prejudicaria a pesquisa ou tão pouco a escolha da edição de 1813 do dicionário de Moraes Silva. Sobre isso trataremos no decorrer do capítulo.

5.3.2. As reuniões da Câmara Municipal:

As reuniões da Câmara Municipal são outro tipo de fonte sobre o qual nos debruçamos. Cabe aqui retomarmos a discussão do capítulo II acerca da mudança administrativa de 1828. Criada a Câmara em 1711, os resultados ou proposições dessas reuniões eram registrados sobre o nome de Acorãos da Câmara. O termo “Ata” só veio a se tornar comum a partir de 1829, produto da Lei 1º de outubro de 1828. Nos Acordãos temos uma descrição bastante sucinta dos acordos tomados pelos vereadores e Juiz de Fora. Já nas Atas, registram-se, resumidamente, a série de correspondências recebidas desde a sessão anterior e das participações presenciais dos cidadãos. Seguidas da decisão, e mais raras vezes, da discussão, a respeito do assunto.

Trata-se de fonte bastante rica que se alonga por assuntos como: concerto de pontes; falta de alimento; Guarda Nacional; educação, eleições distritais, abandono de crianças, padronização de pesos e medidas; tomada de posse de professores e Juizes de Paz; entre outros. No entanto, cabe lembrar, são tão somente uma síntese e por isso serão aqui problematizadas buscando identificarem-se correlações, acréscimos e supressões no caminho entre as correspondências recebidas e seu registro no livro oficial de atas.

5.3.3 Os inventários:

Através dos inventários, foi possível traçar um perfil mais detalhado dos escriturários e remetentes de correspondências para a Câmara Municipal. Na documentação estão dispostos os bens, móveis e imóveis, bem como as dívidas deixadas ou créditos a receber pelo falecido. Isso nos permite “um conjunto de relações sociais e materiais que nos transportam para parte do mundo cotidiano dessas pessoas”.²²⁴

No entanto, não são raros os autores que apontam as falhas existentes na utilização dessa fonte para a pesquisa histórica. Se, por um lado, o inventário é um levantamento de bens, muito mais minucioso do que o existente nos testamentos, por outro lado, ainda é mistério o critério utilizado por cada grupo de louvados no arrolamento dos objetos. Tomando como exemplo, as listagens de livros arrolados na documentação, lembramos as críticas de Roger Chartier,

“[...] não podemos exigir-lhes [dos inventários,] mais que indicações muito globais sobre a presença de livros numa determinada sociedade [...] devemos ser prudentes ao comparar os dados observados em locais diferentes, pois podem afetá-lo a diversidade das práticas notariais e a composição variável das populações, em cada uma das

²²⁴ SILVA, Diana de Cássia. *O processo educacional no Termo de Mariana (1772-1835)*. Belo Horizonte, Minas Gerais: [s. d.], 2004. p. 85. (dissertação de mestrado).

*situações históricas, nas quais são inventariados os bens de um morto”.*²²⁵

Em Minas Gerais, agora abrangendo os bens como todo, Carla Maria Carvalho de Almeida, comentou que “[...] embora capazes de fornecer um importante retrato da realidade passada, não é uma amostragem que abarque a totalidade da população”.²²⁶ Nem todas as pessoas deixavam inventários, somente uma camada minoritária da população, aquela que possuía uma quantidade de bens considerados de valor mais elevado (como uma casa, ouro, dívidas a receber...), era inventariada. Desta forma, mesmo trabalhando com o conjunto de escriturários da Câmara, hipoteticamente grupo de maior distinção social, apenas uma minoria, 28,35% do total, tiveram seus inventários localizados no Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana.

5.3.4. As listas nominativas:

As listas nominativas são outra fonte bastante importante para o levantamento de perfil dos escriturários e remetentes das correspondências. Elas são largamente utilizadas pela historiografia por se tratarem de índices populacionais com certa regularidade de campos, já que a entrada para o nome, a idade, a cor e a ocupação parecem comuns a maioria os documentos e que alinhavam juntas camadas distintas da população.²²⁷

As listas não se distribuem de maneira homogênea pelos arquivos brasileiros, em São Paulo, por exemplo, são anuais, confeccionadas a partir de 1765 sob a política de reorganização da colonial. Em Minas Gerais, não podemos dizer o mesmo, os arrolamentos não possuem a periodicidade paulista, sendo disponíveis, de modo mais sistemático, nos anos

²²⁵ CHARTIER, Roger. “as práticas da escrita”. In.: ARIÈS, Philippe; CHARTIER, Roger (org.). *História da Vida Privada: da renascença ao século das luzes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 129. (vol. 3).

²²⁶ ALMEIDA, Carla Maria de. *Alterações nas Unidades Produtivas Mineiras: Mariana – 1750 – 1850*. Niterói, RJ, 1994. p. 134. (Dissertação de Mestrado).

²²⁷ Cf.: Para um estudo sobre a pesquisa com censos populacionais e listas de habitantes, BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. “arrolando os habitantes no passado: as listas nominativas sob um olhar crítico”. In. *LOCUS: revista de história*. Juiz de Fora: Programa de Pós-Graduação em História / Departamento de História, 2008. v. 14, n. 01. pp. 107 – 124. ; CUNHA, Alexandre Mendes; GODOY, Marcelo Magalhães. Redes clientelares e as listas nominativas de 1831/32 para a província de Minas Gerais: reflexões conceituais e metodológicas. Trabalho apresentado no XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambú-MG – Brasil, de 20- 24 de Setembro de 2004. ; MARTINS, Maria do Carmo Salazar. Fontes para o estudo da província de Minas Gerais. In.: BOTELHO, Tarcísio Rodrigues *et. al.* (orgs.). *História quantitativa e serial no Brasil: um balanço*. Goiânia, GO: Anpuh-MG, 2001, pp. 185 – 204. Para estudos específicos sobre a Província das Minas Gerias Cf.: LIBBY, Douglas Cole. *Transformações do trabalho*. São Paulo: Brasiliense, 1988. ; PAIVA, Clotilde Andrade. *População e Economia nas Minas Gerais do Século XIX*. São Paulo, Julho de 1996. (Tese de Doutorado). ; ANDRADE, Francisco Eduardo de. *Entre a roça e o engenho: roceiros e fazendeiros em Minas Gerias na primeira metade do século XIX*. Viçosa, MG: Ed. UFV, 2008. ; GONÇALVES, Andréa Lisly. *Estratificação social e mobilidade política na formação do estado nacional brasileiro: Minas Gerais, 1831 – 1835*. São Paulo: Aderaldo & Rothschild; Belo Horizonte, MG: Fapemig, 2008. (Coleção Estudos Históricos; vol. 69).

de 1819/1822; 1831/1832; 1838/1840 e 1872.²²⁸ Trazem a “[...] relação dos habitantes de cada distrito especificando, para cada indivíduo, da residência, o nome, a raça, a idade, o estado civil, a condição, a ocupação e, algumas vezes, outras características [...]”.²²⁹

Mesmo se tratando da “documentação mais rica e mais completa sobre a população existente para o século XIX”, os arrolamentos habitacionais devem ser tomados com bastante cautela.²³⁰ Segundo Clotilde Andrade Paiva, não é incomum o aparecimento de variações de nomenclatura na designação da ocupação. Um mesmo indivíduo poderia aparecer com a ocupação de Juiz de Paz em um determinado ano e, no ano seguinte, com a de agricultor ou mineiro. Isso não significa, que ele tivesse abandonado a carreira jurídica e passado a se dedicar ao plantio ou ao garimpo. Na verdade, o preenchimento do campo “ocupação” variava de acordo com os critérios adotados pelo pesquisador da época.²³¹ É importante percebermos aí que no contexto de uma “acomodação evolutiva”, para utilizarmos a terminologia de Douglas Cole Libby, a diversificação produtiva era algo corrente, ser arrolado como agricultor não significava que o indivíduo não possuísse garimpos ou vendas. Consideradas todas essas ressalvas, resta ainda a multiplicidade no termo “agricultor” ou “vive de vendas”, viver da vendagem de livros é bastante diferentes de viver da vendagem de produtos alimentícios, por exemplo.

A idade, informação que hoje nos parece tão banal, revela alguns problemas. Dentro do universo nominativo, como aponta Carlos de Almeida Prado Bacellar, “uma simples tabulação de idades encontramos mostra, com facilidade, e enorme concentração de idades arredondadas: 20, 25, 30, 35...”.²³² Não é difícil encontrar registradas pessoas com “mais que

²²⁸ BACELLAR. *Op. Cit.* p. 108. SOBRE O CONTEXTO HISTÓRICO SOBRE O QUAL, TANTO AS LISTAS NOMINATIVAS QUANTO AS RELAÇÕES DE ENGENHOS E CASAS DE NEGÓCIOS FORAM PRODUZIDOS CF. ANDRADE, LEANDRO BRAGA DE. *SENHOR OU CAMPONÊS? ECONOMIA E ESTRATIFICAÇÃO SOCIAL EM MINAS GERAIS NO SÉCULO XIX*. MARIANA: 1820-1850. BELO HORIZONTE: FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS DA UFMG. MAIO DE 2007.

. Para nosso trabalho, utilizaremos das listas de disponibilizadas pelo Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (Cedeplar/UFMG), especificamente dos censos datados de 1819/1822, 1831/8132 e 1838/40, o que não impede o uso de outras fontes habitacionais seriais quando estas estiverem disponíveis. Com eles pretendesse um levantamento mais volumoso dos dados selecionados para compor o banco de dados (confira o tópico 4 e desdobramentos).

²²⁹ MARTINS. *Op. Cit.* 185 – 204. *passim*.

²³⁰ GONÇALVES. *Op. Cit.* p. 103.

²³¹ O mesmo acontece com o campo “raça” que poderia dissonar com o decorrer do tempo. É clara a existência de uma margem escorregadia entre o “mestiço”, o “crioulo” e o “pardo”. Margem talvez delineada pela condição social do indivíduo arrolado ou pela do próprio pesquisador que o lançava na lista. Assim, indicações de pessoas pardas que se tornam, na lista seguinte, crioulas, por exemplo, não são incomuns. Ainda cabe mencionar, a designação dos indígenas, ora chamados de “cativos”, “índios” e “negros da terra”.

²³² BACELLAR. *Op. Cit.* p. 113.

sessenta” ou “quase vinte” ou ainda “uns cinqüenta”. Mesmo o nome dos habitantes arrolados não é uniforme, aparecendo, ora com os conectivos, ora sem, ou mesmo suprimindo nomes intermediários, como o modo “Cipriano Celestino Augusto de Figueiredo”, registraram como “Cipriano Celestino de Figueiredo”. Registrava-se o nome “José” em todas as suas variações, “Jozé”, “Joze”, “Jusé”... Como dissemos no início deste capítulo, a dissonância na escrita dos nomes é de grande valor para nossa pesquisa, uma vez que indica variabilidade lingüística existente no período analisado. No entanto, em um universo serial quantitativo, que conta com mais de 40.000 entradas, a falta de padronização dificultaria, ou até impossibilitaria, a pesquisa. Neste sentido, as listas utilizadas eliminaram boa parte dessas divergências enquadrando ocupações como “ensina meninos”, “mestre” como uma mesma entrada, “professor”.

As listas nominativas, mesmo com seus problemas ainda constituem uma importante fonte para a pesquisa histórica. Em nosso texto, tivemos cuidado com as informações trazidas por elas sem nos iludirmos de que, em algum momento, elas não serão toda a informação que teremos, para além das correspondências. Já que não localizamos todos os nomes na lista de inventários do Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana (AHCSM).

5.4. História Serial e a Padronização Lingüística para o Século XIX:

Outro problema essencial a ser analisado aqui diz respeito à existência ou não de uma norma para a escrita da época. Vasculhando a documentação da Câmara Municipal, é comum, encontrarmos a mesma palavra escrita de maneiras diferentes em um mesmo documento ou por uma mesma pessoa. Assim seriam “Casa” – “caza”, “Serviço” – “Çerviso”, “arremate” – “aRemate”... As normas da ortografia na época eram tão esparsas e/ou pouco difundidas que cada indivíduo possuía seus próprios padrões e escrevia seguindo suas próprias convicções. De certo modo isso é bem verdade. Cada indivíduo guardava peculiaridades de escrita quanto utilização de terminologias mais pomposas, caligrafia mais ou menos rebuscada e a própria grafia. A gramática do princípio do XIX, como foi demonstrada no capítulo I, previa a ocorrência de alterações ao longo do tempo. Mesmo que a sua intenção fosse impor a norma atrelando-a aos “bons autores”, o aparecimento de novos doutos poderia fundamentar a mudança lingüística. Aqui, vale lembrar Morais Silva, “*não te contentes toda vida com as noções elementares deste compêndio: Sirvam te somente de guia para leres os bons autores [...]*”²³³

²³³ MORAIS SILVA. *Op. Cit.* p. II. Não encontramos uma definição muito clara sobre o termo “bons autores” ao qual se refere Morais Silva. No entanto, podemos imaginar, com base em suas leituras em Coimbra, nas citações que se encontram ao longo de seu dicionário, na relação de autores portugueses informada por ele no início do tomo I e na definição encontrada para os vernáculos “bom” e “autor”, que se tratam daqueles indivíduos capazes de restituir a língua a seu estado natural, via de regra, original. Entre estes autores encontramos: Duarte Nunes

O que se vê no posicionamento de Morais Silva é a admissão da diversidade lingüística e da mutabilidade da língua ao longo do tempo. Mais forte seria a proposta da já mencionada “*Carta, / em que eu um Amigo, que foi perguntado por outro, mostra qual deve ser / a nossa Ortografia*” de 18 de maio de 1800.²³⁴ A mutabilidade da língua era de forma geral considerada desvio à norma do período (Cf. capítulo I). Bastante justo uma vez que os frutos da filosofia renascentista e, posteriormente ilustrada, trariam consigo a busca de uma verdade única e, portanto, universal.

Para a lingüística contemporânea, as diversas maneiras de se escrever uma mesma palavra sem que se altere seu valor de verdade são lidas como “Variação”. Esta foi “encarada por muito tempo pela maioria dos lingüistas como uma mera coleção de detalhes enfadonhos que atravessavam o caminho das boas descrições [...]”.²³⁵ Neste tom, a década de 1960 trouxe consigo os trabalhos do americano William Labov que colocou a variação lingüística no palco central dos estudos sobre o uso da língua.

Uma vez que o uso prático da língua varia de acordo com a localidade em que cada indivíduo reside, seu lugar na sociedade, seu grau de instrução, entre outros, é possível pensar a sociedade sobre a ótica de seu uso lingüístico. Note-se que em momento algum a proposta foi a de “avaliar” o uso da língua por parte do sujeito mas sim, mensurar a proximidade ou afastamento em relação a uma norma tida como padrão. Não significa, portanto, maior ou menor capacidade, mas sim a adequação a uma forma de escrita considerada padrão. Mensurar essa distância pode fornecer indícios sobre a cristalização de uma norma padrão e da valorização desta como moeda social.²³⁶

Está aí o “foco” para nossa “lente”, tomando a língua nessa perspectiva podemos considerá-la em seu âmbito prático.²³⁷ Assim conseguimos, a partir da possibilidade aberta por Labov, romper a distância entre a “História Serial” e nossos objetivos. O autor permitiu-nos enquadrar a língua no terceiro grupo de fontes passíveis de serialização,

“as fontes não estruturalmente numéricas, mas que o historiador trata e utiliza de modo quantitativo, mediante um procedimento duplamente substitutivo; é necessário que ele lhe atribua uma significação unívoca, relativamente à questão colocada, mas, também que possa organizá-las em séries, que quer dizer, em unidades

Leão, Camões, Luis Figueiredo, Antonio Galvão, Padre Antonio Vieira, Voltaire, entre outros.

²³⁴ *Carta, em que eu um Amigo, que foi perguntado por outro, mostra qual deve ser a nossa Ortografia*. 18 de maio de 1800. ANTT, Real Mesa Censória (RMC), Documento nº 4130.

²³⁵ TRASK, R. L. *Dicionário de Linguagem e Lingüística*. Trad. Rodolfo Ilari. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006. p. 303.

²³⁶ CAMACHO, Roberto Gomes. Sociolingüística. In.: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Cristina (orgs.). *Introdução à Sociolingüística: domínios e fronteiras*. Parte II. São Paulo: Cortez, 2001. pp. 49 – 75.

²³⁷ TRASK, R. L. *Op. Cit.* p. 303.

cronológicas comparáveis, à custa de um trabalho de padronização [...]’”.²³⁸

Pretendemos uma metodologia que, mesmo sem a redução da escala de análise, aos moldes da chamada Micro-história italiana, “aproxima as lentes de modo a captar, o quanto possível, a riqueza dos detalhes [...]”.²³⁹

5.5. Morais Silva como norma ortográfica para a primeira metade do XIX:

Como apontamos no capítulo I, a autoridade que legitimava a norma padrão foi se multifacetada ao de fins do século XVIII ao início do XIX. Antes, mesmo concentrada mãos do “Rey”, essa autoridade ainda aceitava intervenções legitimadas pelos “bons autores”. É importante ressaltar, que mesmo com a carta de 1800, que conferia autoridade à pronúncia como legitimadora da escrita, a proposta não era corrente o que polarizava os gramáticos entre a autoridade real e a tradição dos autores.

Optamos pelo “*Diccionario de língua portugueza*” de Antonio de Morais Silva como o padrão ortográfico para nossa análise. A segunda edição, datada de 1813, além de ter sido o primeiro dicionário monolíngüe português publicado no Brasil, possui ainda as marcas do pombalismo. Dieter Messner, ao analisar os verbetes encontrados no intervalo entre “ABC” e “ABU” das edições de 1789, 1813, 1831, 1844 e 1858 do dicionário de Morais, verifica que a edição de 1813 é a que trás mais inovações vocabulares entre todas as demais. Como foi apontado no capítulo I.

Um último ponto que nos chamou a atenção para a escolha do dicionário de Morais como base para a ortografia da época, foi o fato das aberturas ortográficas de que dá indício o próprio autor (como apontado acima). Ao definir “PH” em seu livro Morais escreve,

“as palavras com Ph que faltarem aqui, busquem-se com F, o qual na nossa pronuncia substitue muito bem o o (sic) dos Gregos, e o ph, com que os Latinos o substituíão, e por consequencia escusa o ph, que tambem não indica a Etimologia, ou assim o faz como o nosso F”
[grifos do autor].²⁴⁰

Com isso, Morais mostra a flexibilidade que a língua falada provoca na escrita e aponta também a sua aceitação quanto a esta variabilidade, mesmo que não a aceite enquanto

²³⁸ FURET, François. “L’histoire quantitative et la construction Du fait historique”. *Apud. In.:* CARDOSO, Ciro Flamarion; BRIGNOLI, Héctor Pérez. *Os Métodos da História*. 6. ed. São Paulo: Graal Editora. 2002. p. 36.

²³⁹ ANTUNES, Álvaro de Araújo. *Fiat Justitia: os advogados e a prática da justiça em Minas Gerais (1750-1808)*. Campinas SP: [s.n.]. 2005, p. 31. (Tese de doutoramento). Sobre a redução da escala de análise Cf. REVEL, Jacques (org.). *Jogos de Escala: a experiência da microanálise*, Rio de Janeiro: FGV, 1988. Ou, LIMA FILHO, Henrique Espada. *Microstoria: Escala, Índícios e Singularidades*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

²⁴⁰ MORAES SILVA, Antônio de. *Diccionario de língua portugueza: epitome da grammatica portugueza*. Ed.2, Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813. p. 445 (edição fac-similar de 1922, Tomo II).

norma preferencial. O texto de Moraes nos permite pensar sobre o uso, por exemplo, da variante “F” no lugar do “PH” o que, condiz com nossa proposta lingüística inicial e fortalece nossa análise. Tivemos assim o cuidado de, ao quantificar a variação ortográfica existente em uma correspondência, apontar os momentos em que aquela se deveu a situações como essa, ou seja, aceitas pelo autor, mas não apontadas como a maneira de escrita prestigiada.

Neste trabalho fazemos uma comparação sistemática entre a prática da escrita dos correspondentes da Câmara de Mariana, dentro do recorte analisado, com a norma proposta por Moraes em seu dicionário. Assim, palavra por palavra, quantificamos o número total de ocorrências de variação à norma proposta – “*Dicionário da Língua Portuguesa*” de Antonio de Moraes Silva – e comparamos esse número com o total de linhas escritas do documento. O valor percentual extraído daí demos o nome de Percentual de Variação (PV).

5.6. Ficha de coleta de dados:

O PV é nosso valor-chave para comparações espaciais, de hierarquia administrativa ou jurídica e em reação as demais entradas do banco de dados.

AHCMM, Documentação avulsa, Caixa de Correspondências Recebidas, Documento não numerado

1. REFERÊNCIA CR0113		2. DATA 17/04/1836		3. TEOR POLÍTICO			4. ASSUNTO VIAGEM PARA O RIO DE JANEIRO					
5. ORIGEM MARIANA				6. DESTINO MARIANA				7. Nº DE FOLHAS/LINHAS ESCRITAS 1/16				
8. NOME	8.1. CIT.	8.2. CARGO	8.3. COR	8.4.1. T. PAT.	8.4.2. T. NOB.	8.4.3. T. ECL.	8.5. MORADA	8.6. OCUP.	8.7. REPRESENT.	8.8. COND.	8.9. NATU.	8.10. ASS.
1º BHERING, ANTONIO JOSE RIBEIRO	R/E*	VEREADOR	N/C	SENHOR	N/C	REVERENDO	MARIANA	PROF. DE FILOSOFIA	N/C	LIVRE	N/C	OTIMISTA
2º MARIANA, PRESIDENTE DA CAMARA MUNICIPAL	D**	VEREADOR	N/C	SENHOR	N/C	N/C	N/C	N/C	CÂMARA DE MARIANA	LIVRE	N/C	N/C
9. RESUMO POR TER QUE VIAJAR PARA O RIO DE JANEIRO NO DIA SEGUINTE, O REMTENTE RASCUNHA UM OFICIO QUE DEVE DAR AS RESPOSTAS QUE A CAMARA DE MARIANA LHE SOLICITARA. DEIXA ESTE NAS MÃOS DO SENHOR MIRANDA PARA QUE LHE ENTREGUE.												
10. VARIAÇÕES ORTOGRÁFICAS esboço_esbosso; au_aõ						11. PV 12,5%	12. PALAVRAS COM MAIÚSCULA Corrente					
13. ANEXOS () SIM (X) NÃO	13.1. RESUMO N/C					14. TRATAMENTO ILUSTRÍSSIMOS SENHORES			15. DESPEDIDA DEUS GUARDE A VOSSAS SENHORIAS			
16. PALAVRAS-CHAVE VIAGEM; RIO DE JANEIRO; OFÍCIO												

17. CONSERVAÇÃO	() ÓTIMA	() BOA	() REGULAR	(X) RUIM	() PÉSSIMA	18. OBS. NA PARTE SUPERIOR ESQUERDA ENCONTRA-SE UMA COROA REAL E LOGO ABAIXO DELA, A PALAVRA "BATH", AMBOS ENVOLVIDOS EM UMA LINHA OITAVADA QUE OS CIRCUNDA.
DATA DE PREENCHIMENTO 02/09/2005				DATA DE REVISÃO 02/05/2006		

FONTE: Banco de dados do pesquisador. * R/E = Remetente/Escriturário. ** D = Destinatário.

No caso, as entradas 2 a 6 dizem respeito à circulação de informação nota-se ainda que com a data em que a correspondência é provavelmente redigida, o que não significa remetida, existe a possibilidade de verificar a dinâmica da informação dentro da região do termo de Mariana.

Os campos 3 e 4 nos permitem pensar os temas que estiveram presentes nas discussões da Câmara no período. Desta forma, “Teor” divide-se entre “Administrativo”, quando se discute a construção ou reforma de uma ponte, por exemplo, “Político”, como o resultado de uma eleição, “Jurídico”, discussão sobre uma lei ou conjunto delas, e “Pessoal”, um atestado de residência em determinada localidade ou um pedido pessoal. O campo “Assunto” é uma especificação do campo 3, o teor político, por exemplo, se desdobra nos assuntos: obras públicas, abusos administrativos, pedidos de lista de cidadãos, prestação de contas, entre outros. Um balanço destes campos pode nos revelar as necessidades dos cidadãos de cada distrito bem como as imposições ou solicitações do governo da província sobre a Câmara Municipal. Não podemos esquecer que, como mencionado acima, a Correspondência Recebida estabelece relações, tanto horizontais como verticais, o que pode ter afetado a utilização da norma da língua portuguesa ao longo da escrita.

O campo 8 e seus desdobramentos nos trazem um perfil, mesmo que ainda muito superficial, das pessoas envolvidas na produção e nas discussões geradas pelos pedidos, mandos ou problemas apresentados na correspondência. Elencamos o nome de qualquer indivíduo que apareça na abertura ou no corpo do texto. Seus desdobramentos têm como objetivo aprofundar nossa análise sobre a hierarquia administrativa e jurídica existente em Mariana bem como verificar as diferenciações de condição social dos escrivães e remetentes. Neste sentido, verificar a correspondência de “não brancos” com a Câmara poderia significar o aumento do espaço social de camadas pardas e crioulas no espaço administrativo, por exemplo. Destacam-se ainda, o campo “morada” diferenciando-se do campo “origem”, o primeiro, diz respeito a localidade residente do indivíduo que se corresponde, já o segundo, foca a própria correspondência, o local de onde ela foi enviada. Assim, mesmo considerando a intensa migração ocorrida no período, ainda poderíamos considerar a “morada” mais fixa que a “origem”. A ocupação nos permite hipótese do

tipo “professores escrevem mais próximos da norma que oficiais mecânicos” ou, “advogados mais que secretários”.

Cabe mencionar ainda a utilização do campo “Assinatura”. Segundo Roger Chartier,

*“hoje parece admitir-se que a porcentagem de signatários pode indicar muito globalmente o limite de familiaridade com a escrita alcançada por determinada sociedade, mas não pode ser considerada como a medida direta de uma competência cultural particular”.*²⁴¹

Em Minas Gerais, o trabalho com as assinaturas foi desenvolvido pelo professor Dr. Renato Pinto Venâncio que as quantificou em Catas Altas, Barão de Cocais e na sede de Mariana entre 1731 e 1772.²⁴² O levantamento constatou que a migração Portuguesa significou o aumento do número de “alfabetizados ou semi-alfabetizados”. No entanto, junto aos europeus, chegavam milhares de africanos para se juntarem aos cativos indígenas já em Minas Gerais o que promoveu uma forte diversidade lingüística no período de elevada exploração aurífera.

Adotando perspectiva dialética, o professor Dr. Luiz Carlos Villalta analisou as assinaturas nos inventários *post-mortem* do primeiro ofício de Mariana entre 1714 e 1822, na busca de “indícios da elitização da instrução escolar e, ao mesmo tempo, do interesse que a mesma despertava na sociedade”.²⁴³ Neste sentido, sua investigação partia, tanto para a posse e circulação da cultura escrita, foco principal de sua pesquisa, quanto para as assinaturas.

A metodologia com as assinaturas continuou a ser desenvolvida por Marco Antônio Silveira. Analisando os processos de devassas de Vila Rica e suas freguesias, o autor contabilizou 327 testemunhas dentre as quais, 78,28% assinam. Novamente predominam os signatários brancos e homens, moradores na sede sobre os das freguesias. O autor considerou que a maioria dos signatários possuía o domínio da leitura e da escrita, seguindo à informação trazida pelos escrivães dos processos “por

²⁴¹ CHARTIER, Roger. “as práticas da escrita”. In.: ARIÈS, Philippe; CHARTIER, Roger (org.). *História da Vida Privada: da renascença ao século das luzes*. São Paulo: Companhia das Letras. 1990. pp. 112. (vol. 3).

²⁴² VENÂNCIO, Renato Pinto. “migração e alfabetização em Mariana colonial”. In.: SILVA, Rosa Virgínia Mattos e (org.). *Para a História do português brasileiro*. São Paulo: Humanista / FFLCH / USP: FAPESP, 2001. pp. 391-399. (Volume II: primeiros Estudos; tomo II).

²⁴³ VILLALTA, Luiz Carlos. “o que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura”. In.: SOUZA, Laura de Mello e [org.]. *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América Portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 356. (volume 1).

saber ler, e escrever”.²⁴⁴ No entanto, devemos considerar que “[...] a capacidade de assinar o próprio nome poderia ser o nível máximo de instrução de um indivíduo no campo das letras”.²⁴⁵

Os esforços com as assinaturas como norte para o grau de letramento dos signatários ganhou nova contribuição com os trabalhos de Christianni Cardoso Morais (2009). A autora se utiliza de uma escala para a qualidade de assinaturas proposta por Justino Pereira de Magalhães que equaciona as assinaturas em cinco níveis: 1) “não assinatura (siglas, sinais)” ou assinaturas em cruz; 2) “assinatura imperfeita, rudimentar, de ‘mão guiada’”; 3) “assinatura normalizada, completa (podendo ser abreviada)”; 4) “assinatura caligráfica, estilizada”; e 5) “assinatura pessoalizada, criativa”.²⁴⁶ A pesquisa, desenvolvida com base nos testamentos, inventários e processos-crime, ainda levou em conta a ocupação das testemunhas e testamentados, bem como sua condição financeira e bens legados.

Claro que a assinatura não indica o conhecimento prático de uma norma ortográfica, apenas a capacidade de desenhar no papel um determinado conjunto de símbolos, sem a obrigatoriedade de saber combiná-los de maneira ordenada por princípios ortográficos e/ou gramaticais. No entanto, saber desenhar o próprio nome é indicativo de uma postura favorável frente à escrita e a valorização de sua prática como moeda social. Além disso, a presença deste campo na ficha de coleta permitiu diálogo entre o estudo desenvolvido aqui e os trabalhos apontados acima.

Assinar é diferente de dominar a prática da escrita. Neste sentido, alguns indícios são relevantes para a análise da assinatura. O uso ou não de firulas no fim do traço, a junção das letras indicando continuidade no traçado, o uso claro das abreviaturas entre outras.²⁴⁷ Elaboramos uma classificação para as assinaturas encontradas tomando como base esses critérios.

²⁴⁴ SILVEIRA, Marco Antônio. *O Universo do Indistinto: estado e sociedade nas minas setecentistas (1735-1808)*. São Paulo: Editora HUCITEC. 1997. pp. 95-96.

²⁴⁵ ANTUNES, Álvaro de Araújo. Considerações sobre o domínio das letras nas minas setecentistas. *Revista do LPH*, ano 10, nº 10, 2000, p. 25.

²⁴⁶ MORAIS, Cristianni Cardoso de. *Estratégias de acesso ao ler/escrever/contar, usos das palavras escritas e graus de letramento da população da Vila e Termo de São João del-Rei, Minas Gerais (1750-1850)*. Belo Horizonte, MG: [s.d.], 2009. (tese de doutoramento).

²⁴⁷ Claro que o fator idade pode afetar os pontos indicados aqui, não se assina aos oitenta anos da mesma maneira que se assinava aos vinte, letras trêmulas, fraqueza nas marcas ou uso abreviado dos nomes podem ser produtos dessa diferença.

Temos como exemplo de ótima assinatura, o Tenente-coronel, Advogado, Tabelião de notas, Juiz Municipal, Vereador e Cavaleiro da Ordem de Cristo, Fortunato Rafael Arcanjo da Fonseca.

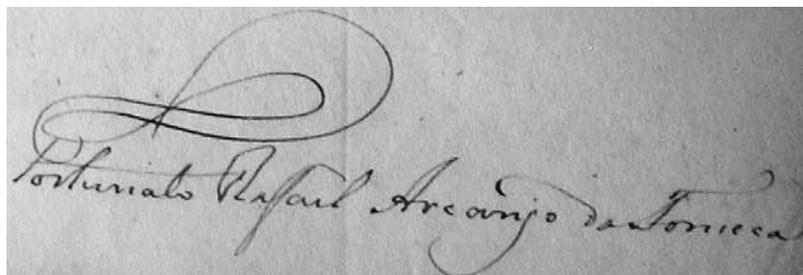


IMAGEM I: Assinatura de Fortunato Rafael Arcanjo da Fonseca. FONTE: AHCMM, documentação avulsa, *caixa de correspondências recebidas*, 15 de dezembro de 1836.

O reverendo cônego João José Ribeiro Bhering foi também vereador da Câmara e professor de Retórica e Filosofia no Seminário da Boa Morte. Ele é nosso exemplo de boa assinatura.

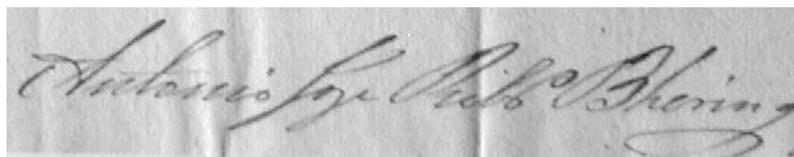


IMAGEM II: Assinatura de Antônio José Ribeiro Bhering. FONTE: AHCMM, documentação avulsa, *caixa de correspondências recebidas*, 17 de abril de 1836.

Por seu turno, o Juiz de Paz José Antônio de Freitas possui, a nosso ver, uma assinatura classificada como Ruim.

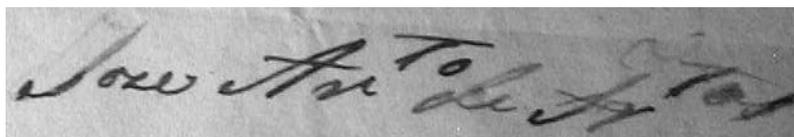


IMAGEM III: Assinatura de José Antônio de Freitas. FONTE: AHCMM, documentação avulsa, *caixa de correspondências recebidas*, 08 de setembro de 1836.

E finalmente, as mal traçadas linhas do senhor Antônio da Silva Leite, morador em Santa Rita no ano de 1828, é nosso exemplo de péssima assinatura.

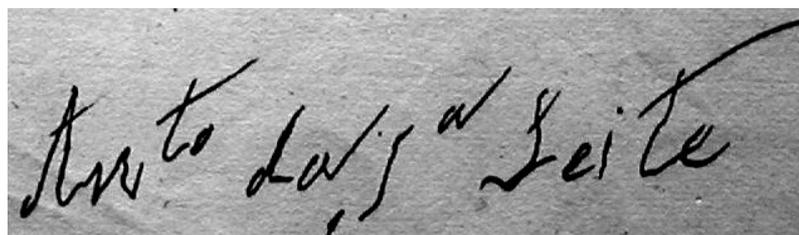


IMAGEM IV: Assinatura de Antônio da Silva Leite. FONTE: AHCMM, documentação avulsa, *caixa de correspondências recebidas*, 28 de janeiro de 1828.

No campo 10 apresentamos as variantes ortográficas encontradas, logo a frente de suas formas prestigiosas registradas no dicionário de Moraes. Esse campo nos permite avaliar, por exemplo, quais os desacordos em relação à norma, mais recorrentes dentro da escrita dos correspondentes. O campo 11 registra o que definimos acima como PV (percentual de variação). No campo “Palavras com Maiúscula”, registramos a grafia de palavras com uso de letras maiúsculas dentro do corpo das correspondências. Convencionalmente, acreditasse que a grafia com maiúscula indica, ora, um prolongamento fonético da letra – como o caso de “aRemate” ou “aSim” – ora, o reforço da importância do termo dentro do contexto de escrita – como no caso de “Ordem”, “Lei” e “Súplica”.

Apresentadas as fontes documentais a serem utilizadas e a aproximação metodológica adotada, que permitiu a serialização da escrita enquanto prática e sua posterior qualificação, o capítulo IV, trás os resultados obtidos ao longo da pesquisa.

Capítulo V

Considerações e contribuições metodológicas para o estudo da familiaridade com a escrita

Como foi demonstrado nos capítulos anteriores, a problemática da instrução compôs o cenário da formação do Estado Nacional no Brasil. As alterações do aparelho burocrático envolveram e demandaram a difusão do conhecimento da escrita. Uma valorização sensível no período da independência, mas que tinha raízes na política pombalina de capacitação e formação dos funcionários aos cargos administrativos. No entanto, comensurar os diferentes graus de difusão e domínio do conhecimento da palavra escrita é, ainda, uma tarefa difícil se não um mistério para a historiografia.

Nossa intenção aqui foi a de contribuir com as discussões a esse respeito analisando a documentação por meio de uma metodologia diferenciada, sem, contudo, desconsiderar as anteriores. Quanto a isso, vale apontar duas das principais formas de análise que se encontram, de certa forma, consolidadas na historiografia relativa ao tema. Em uma primeira vertente, José Murilo de Carvalho, ao analisar a elite política do império, quantifica a formação superior dos Deputados.²⁴⁸ O autor, defendendo que um “elemento poderoso da unificação ideológica da elite imperial foi a educação superior” quantifica maioria de Deputados com esse perfil.²⁴⁹ Entre suas conclusões o autor pondera que o curso superior e a própria alfabetização não foram comuns a maioria da população do Império, sendo que, em 1872, os registros pesquisados por Carvalho indicavam apenas 15,75% de alfabetizados.²⁵⁰ Os números

²⁴⁸ CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem: a elite política imperial. Teatro de Sombras: a política imperial*. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 78 – 81.

²⁴⁹ *Ibidem*. p. 65. Cf.: Tabela X.

²⁵⁰ *Ibidem*. p. 80.

permitem ao historiador afirmar: “a elite era uma ilha de letrados num mar de analfabetos”.²⁵¹

De fato, como demonstramos no capítulo II, a expansão burocrática foi acompanhada de uma maior difusão espacial e um aumento numérico de escolas/ cadeiras que ampliariam a oferta e a gama de alunos atendidos. No entanto, a demanda pela instrução escolar ainda era muito superior a sua oferta.²⁵² O governo parecia se encontrar desamparado de oficiais locais capacitados, o que levaria os letrados a desempenharem mais de um cargo administrativo ou ao afrouxamento dos rigores dos determinantes raciais, de modo a aproveitar professores pardos, por exemplo.

Entrementes, a metodologia de José Murilo de Carvalho, voltada para pessoas de formação superior, não poderia ser utilizada para avaliar o domínio da escrita entre os grupos menos abastados e, muito menos, entre forros e escravos. A solução para esse problema já se esboçava no início da década de 1990, quando Roger Chartier se utilizou da quantificação das assinaturas presentes nos documentos franceses a fim de medir “[...] o limite de familiaridade com a escrita alcançado por determinada sociedade [...]”.²⁵³ Uma perspectiva analítica assentada nas assinaturas e voltada para o caso de Minas Gerais pode ser encontrada no trabalho do professor Renato Pinto Venâncio. Este historiador quantificou assinaturas em livros de matrícula em irmandades para as regiões Catas Altas, Barão de Cocais e para sede de Mariana, entre 1731 e 1772.²⁵⁴ O levantamento constatou que a migração portuguesa significou o aumento do número de signatários. A presença de milhares de africanos e de cativos indígenas teria um efeito contrário sobre o domínio das letras, bem como promoveria uma forte diversidade lingüística, especialmente no período em que a exploração aurífera estaria mais elevada. Já no período de “readaptação das

²⁵¹ *Ibidem*. p. 65.

²⁵² Demonstramos isso para o caso de Minas Gérias, mais especificamente para o termo de Mariana. No entanto, há de se convir que tratava-se de um lócus privilegiado para a instrução, seja pela presença do Seminário da Boa Morte ou pelo impacto administrativo português, que trouxe consigo vários funcionários conhecedores da escrita. Embora isso, não são poucas as solicitações de professores e alertas dos fiscais e juizes de paz sobre a falta de instrução para a mocidade.

²⁵³ CHARTIER, Roger. “as práticas da escrita”. *In.*: ÁRIES, Philippe; CHARTIER, Roger (orgs.). *História da vida privada: da renascença ao século das luzes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 112. (Coleção: História da Vida Privada. Vol.: 3)

²⁵⁴ VENÂNCIO, Renato Pinto. “migração e alfabetização em Mariana colonial”. *In.*: SILVA, Rosa Virgínia Mattos e (org.). *Para a História do português brasileiro*. São Paulo: Humanista FFLCH USP: FAPESP, 2001. pp. 391-399. (Volume II: primeiros Estudos; tomo II).

atividades produtivas”, ocorreu um duplo fenômeno: diminuía a vinda de escravos africanos, mas também a de portugueses.²⁵⁵

Adotando perspectiva semelhante, o professor Luiz Carlos Villalta analisou as assinaturas presentes nos inventários *post-mortem* do primeiro ofício de Mariana, entre 1714 e 1822, na busca de “indícios da elitização da instrução escolar e, ao mesmo tempo, do interesse que a mesma despertava na sociedade”.²⁵⁶ Sua investigação focava tanto a posse de livros e circulação da cultura escrita – objeto principal de sua pesquisa – quanto as assinaturas. O autor encontrou o percentual de 63,20% de inventariantes que assinavam o próprio nome. Entre os signatários predominavam os homens sobre as mulheres e os brancos sobre os mulatos e negros.²⁵⁷ Vale a ressalva, porém, de que os inventários se referiam a camada mais abastada da população.

O cruzamento entre as assinaturas e a posse de livros constitui uma estratégia bastante frutífera, na medida em que permite ampliar o espectro da análise das relações entre a sociedade e a cultura letrada. No entanto, há de se ressaltar que o universo de inventários com bibliotecas era, nas Minas, bastante restrito. Para a segunda metade do século XVIII e princípio do XIX, Junia Ferreira Furtado levantou para o Tejuco cerca de 21,20% de inventários com livros; Thábata de Araújo Alvarenga encontrou para Vila Rica apenas 7,59% e Villalta, para Mariana, 8,34%.²⁵⁸ Dessa forma, apesar da importância dessa metodologia que aproxima a leitura e a escrita, fica-se restrito às descrições dos inventários e à falta de dados sobre o interesse de consumo por parte dos inventariados. Assim como a posse de livros de gramática ou dicionários pelos inventariantes não significa propriamente sua aplicação prática ou, contrapartida, a não existência destes também não indica o desconhecimento da palavra escrita.

²⁵⁵ ALMEIDA, Carla Maria de. *Alterações nas Unidades Produtivas Mineiras: Mariana – 1750 – 1850*. Niterói, RJ, 1994. (Dissertação de Mestrado). Vale ressaltar que o termo “readaptação das atividades produtivas” encontra seus opositores. Um deles é o professor Ângelo Alves Carrara para o qual, o que ocorrera foi um movimento natural de permanente adaptação desde os primeiros anos da extração aurífera. Cf.: CARRARA, Ângelo Alves. *Minas e Currais: produção rural e mercado interno de Minas Gerais 1674 – 1807*. Juiz de Fora: Editora da UFJF, 2007.

²⁵⁶ VILLALTA, Luiz Carlos. “o que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura”. In.: SOUZA, Laura de Mello e [org.]. *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América Portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 356. (volume 1).

²⁵⁷ *Ibidem*.

²⁵⁸ ANTUNES, Álvaro de Araújo. Considerações sobre o domínio das letras nas minas setecentistas. *Revista do LPH*, ano 10, nº 10, 2000, pp. 16 – 17.

A análise das assinaturas também foi desenvolvida por Marco Antonio Silveira. Tratando devassas civis de Vila Rica e seu termo. Novamente predominam os signatários brancos e homens, moradores na sede sobre os das freguesias. O autor considerou que a maioria dos signatários possuía o domínio da leitura e da escrita com base na informação trazida pelos escrivães dos processos: “por saber ler, e escrever”.²⁵⁹ No entanto, devemos considerar que “[...] a capacidade de assinar o próprio nome poderia ser o nível máximo de instrução de um indivíduo no campo das letras”.²⁶⁰

O trabalho com as assinaturas como norte para a compreensão do grau de letramento dos signatários ganhou nova contribuição com a professora Christianni Cardoso de Moraes. A autora se utiliza de uma escala que qualifica as assinaturas, conforme a proposta por Justino Pereira de Magalhães, pesquisador português quem tem se dedicado a questão da alfabetização. Christianni Cardoso divide os signatários em cinco níveis: 1) “não assinatura (siglas, sinais)” ou assinaturas em cruz; 2) “assinatura imperfeita, rudimentar, de ‘mão guiada’”; 3) “assinatura normalizada, completa (podendo ser abreviada)”; 4) “assinatura caligráfica, estilizada”; e 5) “assinatura pessoalizada, criativa”.²⁶¹ A pesquisa, desenvolvida com base nos testamentos, inventários e processos-crime, ainda levou em conta a ocupação das testemunhas e testadores, bem como sua condição financeira e bens legados.

Devemos lembrar que, mesmo para uma população considerada abastada, a feitura dos testamentos e inventários ainda era bastante pequena uma vez que se vinculava, principalmente no caso dos inventários ao acúmulo de um maior número de bens. Além de não permitir um olhar diacrônico sobre a escrita já que se trata do arrolamento de bens ao fim da vida o que desconsidera a circulação destes ao longo da vida do indivíduo. Existe ainda um longo caminho entre redigir o nome de modo estilizado e “*escrevêr com pureza, evitando aquelles erros, que tanto disfiguraõ a*

²⁵⁹ SILVEIRA, Marco Antônio. *O Universo do Indistinto: estado e sociedade nas minas setecentistas (1735-1808)*. São Paulo: Editora HUCITEC. 1997. pp. 95 – 96.

²⁶⁰ ANTUNES, Álvaro de Araújo. *Op. Cit.* p. 24.

²⁶¹ MORAIS, Cristianni Cardoso de. *Estratégias de acesso ao ler/escrever/contar, usos das palavras escritas e graus de letramento da população da Vila e Termo de São João del-Rei, Minas Gerais (1750-1850)*. Belo Horizonte, MG: [s.d.], 2009. (tese de doutoramento). Especialmente o Capítulo IV.

nobreza dos pensamentos”.²⁶² Nos processos-crime, outro tipo documental utilizado por Christianni, ocorre outro problema, os depoimentos das testemunhas trazem apenas suas assinaturas, sem que haja material de escrita corrente com o qual possam ser comparadas.

Enquanto a quantificação da formação dos ministros de Estado em cursos superiores revelou a significativa articulação da política com o ensino, o mesmo não se apresentaria entre os membros da administração local. Dentre vereadores, escrivães, promotores e fiscais, poucos eram os que possuíam formação superior.²⁶³ A metodologia ou análise baseada nas assinaturas, importante por revelar a proximidade da escrita por parte da população menos abastada, não consegue, entretanto, contemplar os “[...] níveis diferenciados de conhecimento”.²⁶⁴

Para avaliar os níveis de instrução dos agentes administrativos, partimos da hipótese de que “o exercício de funções na esfera da administração local não impunha, por seu turno, habilitação que excedessem, geralmente, o limite do ensino das Primeiras Letras”.²⁶⁵

A metodologia proposta no presente trabalho avançou na análise da familiaridade com as letras; permitiu, por exemplo, avaliar casos como o do Juiz de Paz eleito para o distrito de São José do Barroso, em 1836. Nessa data, Joaquim José Ferreira, que pediu escusa de seu cargo alegando inabilidade, conforme a proibição da já citada lei 13 de Novembro de 1642. Ferreira, acrescenta ainda, que sabia assinar

²⁶² *Alvará para que intensifique o estudo da Língua Portuguesa nos Reinos e Domínios de Portugal*. OURO PRETO. 30 de setembro de 1770, Arquivo Público Mineiro Coleção Casa dos Contos de Ouro Preto (APM CC), rolo 532, planilha 20516, documento 1. Palácio de Nossa Senhora da Ajuda a 30 de setembro de 1776. (original na Torre do Tombo). 2f.

²⁶³ O levantamento dos oficiais da Câmara de Mariana mostra que de 203 camaristas entre 1808 e 1853, apenas 26 traziam a ocupação de Advogado ou o título de Doutor CHAVES; PIRES; MAGALHÃES, 2008, pp. 220-230.

²⁶⁴ ANTUNES, Álvaro de Araújo. Considerações sobre o domínio das letras nas minas setecentistas. *Revista do LPH*, ano 10, nº 10, 2000, p. 21.

²⁶⁵ FERNANDES, Rogério António. *Os Caminhos do ABC: Sociedade Portuguesa e Ensino das Primeiras Letras*. Porto: Porto Editora, 1994. P. 54. (Coleção Mundo de Saberes).

“apenas o meo nome, quaze de orelha”.²⁶⁶ A assinatura, ao pé da folha, apresenta caligrafia facilmente confundida com à escrita dos escrivães mineiros do XIX.

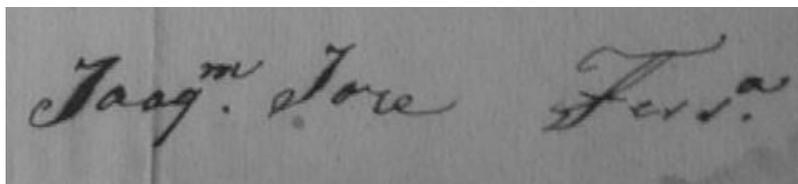


IMAGEM V: Assinatura de Joaquim José Ferreira. FONTE: AHCMM, documentação avulsa, *caixa de correspondências recebidas*, 10 de dezembro de 1836.

Comparada com as categorias de assinaturas, a de Joaquim José Ferreira se enquadraria como “ruim”. No entanto, mesmo que não alcance o topo na qualidade de assinatura, um domínio ruim parece muito mais do que ele possui uma vez que diz não saber escrever.

Claro que fica a dúvida se de fato Joaquim José dizia a verdade ou se apenas apresentava uma justificativa para não assumir o cargo. De toda forma, fica claro, com base nesse documento, que o conhecimento da palavra escrita se dava comumente em etapas e que a primeira delas, em muitos casos a única a se atingir, era a escrita do próprio nome.

Portanto, a metodologia proposta contempla a camada intermediária, sem formação superior, mas com instrução suficiente para redigir mais que o próprio nome. Esta era a camada social que se correspondia com a Câmara Municipal.

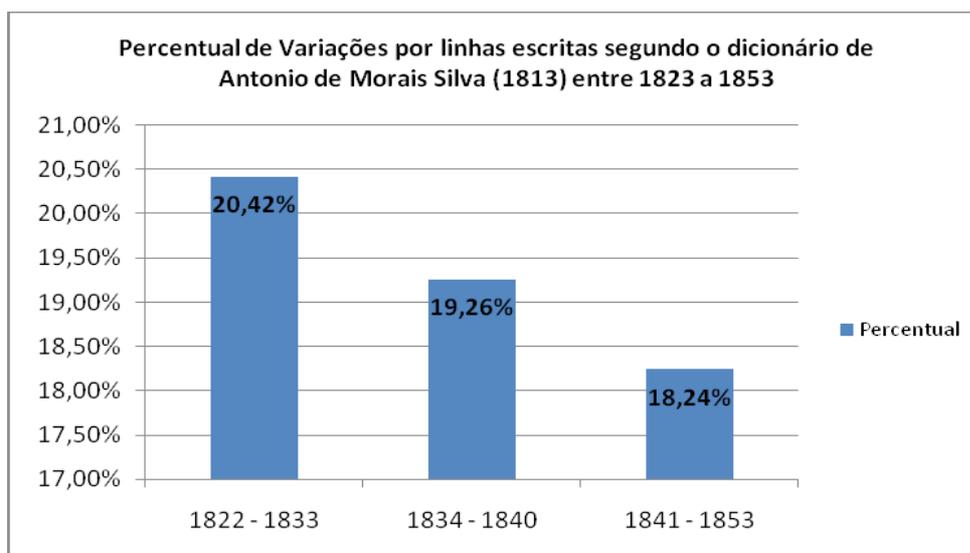
6.1. Panorama geral sobre a familiaridade com a escrita dos correspondentes

De maneira geral, o percentual de variação (PV) – relação entre o número de desvios à norma proposta por Morais Silva e o total de linha redigidas – não variou

²⁶⁶ *Correspondência do senhor Joaquim Jose Ferreira para a Câmara de Mariana na qual escusa o cargo de Juiz de Paz de São José do Barroso*. Mariana, 10 de dezembro de 1836. Coleção avulsa, Caixa de correspondências recebidas, Documentação não numerada. A saber, a legislação mencionada na correspondência é a seguinte: “Eu EL-REI faço saber aos que este Alvará virem, que, [...] Hei por bem e me praz, que d’aqui em dian/te não possam servir de juizes senão pessoas que saibam ler e escrever; o que assim mando por Lei geral, por pelo contrario ser em grande prejuízo do segredo da Justiça. E mando a todas as Justiças Officiaes e pés-/soas, a que o conhecimento disto pertencer, que cumpram e guardem este Alvará, como nelle se contém ; o qual se publicará na Chancellaria-mór. e se registrará aonde for necessário, para se saber como assim o tenho ordenado, por Lei geral. E este valerá. Como Carta, sem embargo da Orde-/nação, que o contratio dispõem. Manoel do Couto o fez, em Lisboa a 13 de Novembro de 1642. Jacinto Fagundes Bezerra e fez escrever. = REI.” Cf.: SILVA, Thomé Justino de Andrade e. *Coleção Cronologica da Legislação Portugueza Copilada e Annotada (1640-1647)*. Lisboa: Imprensa de P. X. de Souza. 1856. p. 162.

oscilou muito ao longo dos anos. Há apenas um pequeno decréscimo com o passar das décadas. O gráfico I demonstra esse movimento segundo a divisão feita no Capítulo III.

Gráfico I:



FONTE: AHCMM, Coleção Avulsa, Caixa de Correspondências Recebidas pela Câmara Municipal de Mariana. Documentação não catalogada.

A média geral, razão entre o total de variações encontradas em todas as correspondências analisadas pelas linhas escritas, foi de 19,56%, ou seja, 19,56 variações à norma a cada 100 linhas escritas. Sendo assim o mais baixo percentual, indicado após 1841, não alterou nem dois por cento a media de variações. Os dados nos permitem afirmar que havia, já em 1822, uma relativa homogeneidade do padrão de escrita. Relativa, pois em certos casos, como a palavra “presidente”, era muito mais comum o aparecimento da grafia com “z” que com “s”, mesmo que Moraes Silva há tenha dicionarizado da segunda forma. Assim, essa homogeneidade não respeitava, necessariamente, a forma de escrita do gramático, mas sim uma norma própria, internalizada no corpo social.²⁶⁷ De toda forma, esses casos não são muito freqüentes, o que nos permitiu, tomando certos cuidados, utilizar o padrão proposto por Moraes Silva em 1813 como parâmetro lingüístico da época.

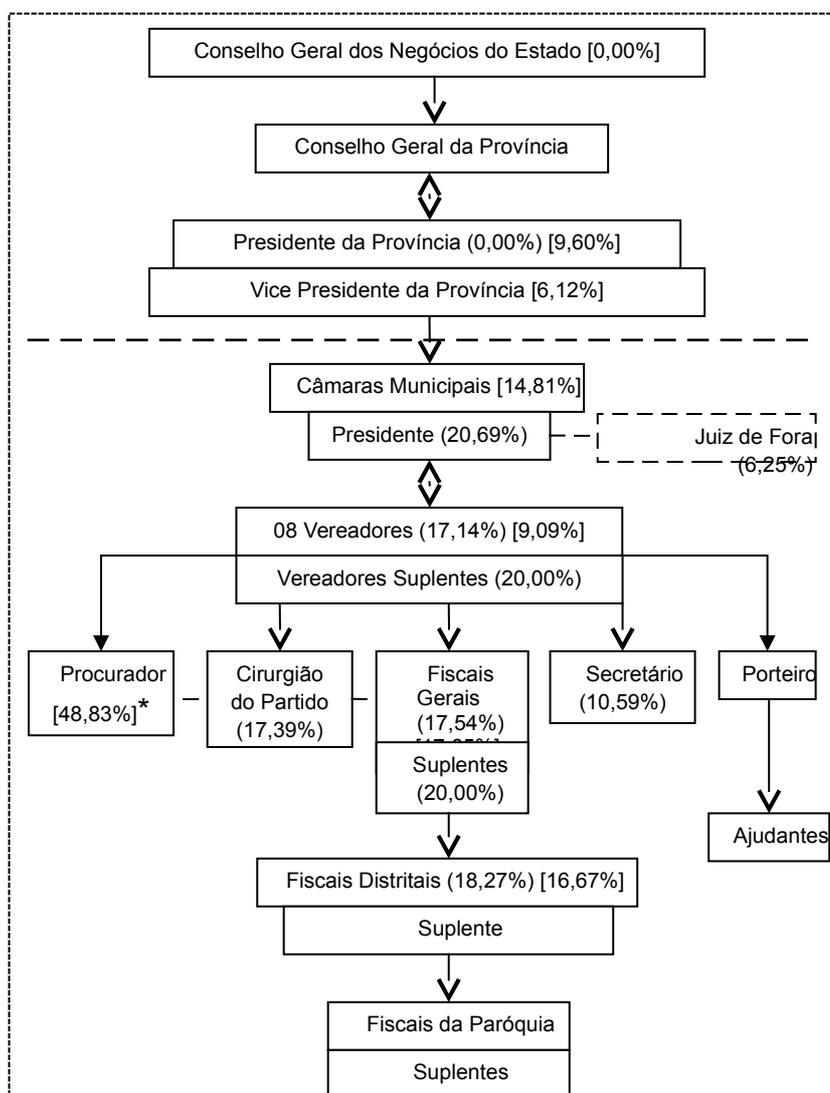
²⁶⁷ Sobre as distintas formas de se encarar a língua no período Cf.: CARVALHO, Pedro. Eduardo. A. *Escrever e Publicar Gramáticas no Império Luso-brasileiro 1770 -1813*. Crátilo: revista discente de estudos lingüísticos e literários, v. 1, p. 122-132, 2009. Disponível em: http://www.unipam.edu.br/cratilo/index.php?option=com_content&view=article&id=9:revista-cratilo-no-2-2009&catid=3:numeros-editados&Itemid=4

Vale ressaltar que, mesmo que limitada, a aproximação ao padrão ocorreu ao longo do segundo quartel do XIX, indicando assim, o produto da política educacional e da necessidade de aprimoramento no campo da escrita para participação no aparelho burocrático. Não descartando o fato de que, a própria língua no XIX, aos poucos iria se fechando, se categorizando o que pode ter influenciado nesse decréscimo.²⁶⁸

No que diz respeito às hierarquias administrativas e judiciárias, o levantamento mais esclarecedor correlacionou os percentuais de variação e os respectivos organogramas, administrativo e judiciário do período.

²⁶⁸ FÁVERO, Leonor Lopes; MONTILA, A.G. Márcia. *As concepções lingüísticas no século XIX: a gramática no Brasil*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006.

Organograma II: Hierarquia administrativa municipal após 1830²⁶⁹



FONTE: AHCMM, Coleção Avulsa, Caixa de Correspondências Recebidas pela Câmara Municipal de Mariana. Documentação não catalogada.

* O percentual apresentado teve como base, apenas duas correspondências o que pode ter prejudicado sua validade.

Os números entre parênteses indicam PVs com base em textos redigidos de próprio punho pelos detentores dos cargos indicados.²⁷⁰ Já os números entre colchetes, indicam correspondências enviadas em nome do cargo indicado. Por exemplo, as correspondências remetidas pela presidência de província raramente

²⁶⁹ Adaptado de: ANDRADE, Francisco Eduardo de. “A Reforma do Império e a Câmara da *Leal Cidade* de Mariana”. In.: CHAVES, Cláudia Maria das Graças; MAGALHÃES, Sônia Maria de; PIRES, Maria do Carmo (org.). *Casas de Vereança de Mariana: 300 anos da Câmara Municipal de Mariana*. Ouro Preto: Editora da UFOP, 2008. p. 165.

²⁷⁰ Não encontramos indícios explícitos para tal afirmativa, em nenhuma correspondência aparecem expressões como “bem fielmente escrevi”. No entanto, nos utilizamos do critério caligráfico, comparando a assinatura ao pé de página com o corpo do texto, para determinar tal questão.

eram redigidas pelo próprio Presidente. No entanto, não podemos afirmar qual o cargo da hierarquia administrativa o redator ocupava, uma vez que ele não assinava a correspondência, o que era incumbência do Presidente. A linha tracejada indica o limite entre poder periférico, cujo marco era os vereadores, e o poder central.

Há ainda de se ressaltar que o limite entre esses cargos e hierarquias é apenas o que constava na legislação. A realidade política era bem mais complicada que o descrito nas posturas e leis do Império. Envoltos pelos acasos, pelas disputas familiares e monetárias, pelas sociabilidades locais, pela capacidade de adaptação dos detentores dos cargos, entre outros muitos fatores, o posicionamento hierárquico do sujeito não se limitava à mera posse de um cargo. Eles poderiam ascender dentro da administração. Exemplo dessa transversalidade nos é fornecido por casos como o Advogado e Tenente Coronel Fortunato Rafael Arcanjo da Fonseca e do Cônego e Professor de Filosofia Antônio José Ribeiro Bhering. Ambos transitaram na hierarquia local, ora como tabeliães, ora como vereadores, mas que também foram representantes no Conselho Geral da Província.

A despeito dessa fluidez, o que a disposição das variações no organograma hierárquico nos revelou foi um afastamento significativo com relação à norma ortográfica de Moraes Silva, observável nas variações entre os níveis de poder central e local. O Conselho Geral dos Negócios do Estado não se afasta da norma. Já no âmbito provincial, esse afastamento fica marcado, principalmente, entre os funcionários súbditos dos presidentes da Província. Cruzando a linha para os organismos locais, o que observamos é um disparar de variações que eleva os percentuais em quase 10%.

Devemos considerar ainda, o percentual de 14,81% daqueles que redigiam em nome da Câmara de Mariana, o que era feito, prioritariamente, por pessoas que ocupavam cargos ligados à escrita. Assim, a inversão do que ocorria com relação ao poderio central, no qual os escrivães que redigiam em nome da Província variavam mais que os efetivos detentores dos cargos, apresenta-se corroborando para uma hipótese levantada por Rogério Fernandes e adotada por nosso trabalho, qual seja a de que: “o exercício de funções na esfera da administração local não impunha, por seu turno, habilitação que excedessem, geralmente, o limite do ensino das

Primeiras Letras”.²⁷¹ Verificasse assim, a preocupação com o aprimoramento da escrita dos secretários e demais responsáveis por escrever em nome da Câmara.

O problema é expresso em ata de Câmara quando a ortografia foi tema na Sessão datada de 08 de janeiro de 1834 quando a preocupação com o respeito à norma de escrita gerou discussões. Na ocasião,

“Sendo pres.^e Gabriel Gomes Pinheiro para dar provas de suficiência para o Emprego de Secre-/tario, oSnr’ Presid.^{te} por concenso da Camara lhe ordenou redegisse hum Officio a Assembleia Geral sobre as Bases pelo mesmo apreSentadas; escolhendo Se a Secretaria apresentou o esboço que nao agradou a Camara, tanto pela pecima redação, como pela falta de Ortografia, e ruim letra, e por isso foi regeitado, mandando-Se officiar ao Proprietario, para q.’ na Sessao de manham apreSente peSsoa habil para o Emprego, e q.^{da} sesaõ faça aCamara provera o lu-/gar” [grifos nossos].²⁷²

Compunham a mesa de Câmara em data de 1834, os senhores: Honório José Ferreira Armandes, Manoel Júlio Miranda, Manoel Francisco Damasceno, Fernandes, João Batista de Souza Novais e João Batista Figueiredo. O importante aqui é salientar a preocupação desses com um padrão de escrita para nós ainda oculto. Infelizmente não localizamos o esboço apresentado pelo candidato a secretário que foi rejeitado pelos membros da Câmara. Não nos foi possível encontrar, nem mesmo, outro qualquer manuscrito redigido por este, o que nos forneceria mostra da orografia que ele praticava. Mas não é difícil imaginar a rejeição a escriturários como, por exemplo, o senhor José Antônio de Oliveira Alves que remetera à Câmara, correspondência datada de 10 de julho de 1833. Escreveu ele:

“Ao Ill.^{mo} Sr’ Maximiano Pires G.^e D^s m.^s a.^s Dignissimo Secretario da Camara Municipal desta Cid^e [Mariana] // Ill.^{mo} Sr’ Maximiano Pires Acuzo o reSebim.^{to} do Officio q’ V.^a S.^a me deregio no dia de hoje des corente mês de Julho, emque me participa a detreminaSaõ, dos IlustriSimos Senhores do Senado p.^a heu cumprir com as obrigaSoins do meu officio, o q’. cumpro exzatam.^{te}, as q’. Sei q’. a lei me permite e como ignoro as que naõ, tenho cumprido, vou a rogar a V.^a S.^a a Saber dos mesmos IlustriSimos Senhores quais são, as obrigaSoins q’ devo cumprir para heu as

²⁷¹ FERNANDES, Rogério António. *Os Caminhos do ABC: Sociedade Portuguesa e Ensino das Primeiras Letras*. Porto: Porto Editora, 1994. p. 54. (Coleção Mundo de Saberes).

²⁷² *Sessão Ordinária da Câmara de 08 de janeiro de 1834*. AHCMM, Cód. 701, fl.141f.

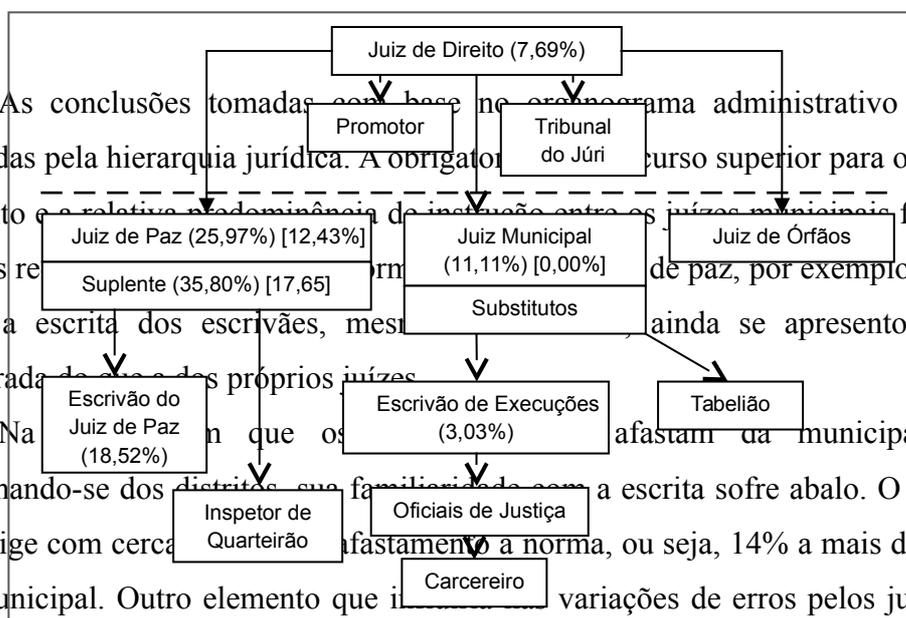
*cumprir exzatom.^{te}, D.^s G.^e a V.^a S.^a Mn.^{na}, 10 de Julho de 1833 João An^{to} de Olivr.^a Alv.^{es} //”.*²⁷³

Questão importante a ser levantada é que a avaliação da escrita do secretário era feita pelo próprio corpo de vereadores que, como mostramos, afastavam-se da norma da língua portuguesa mais do que os próprios secretários. Como poderia, então, um conjunto de pessoas com menos familiaridade com a escrita do que o próprio candidato indicá-lo como capaz ou não de escrever? A resposta pode estar nas peculiaridades de cada vereador. É claro que, dentro de uma mesma vereança, coabitavam vereadores com maior e menor capacidade de adequação à norma. No entanto, ao que parece, e como foi revelado, pelas discussões em torno da substituição de Manuel Bernardo Acúrcio Nunan, apresentada no capítulo II deste trabalho, a decisão sobre o bom uso da norma pelos candidatos à Secretário ficava por conta dos membros de Câmara com maior conhecimento da escrita, como Fortunato Rafael Arcanjo e o Professor Bhering.

O organograma III apresenta a distribuição dos PVs no quadro do judiciário.

²⁷³ *Correspondência do Senhor João Antônio de Oliveira Alves para o Senhor Maximiano Pires da Costa na qual pede esclarecimentos quanto aos seus deveres.* Mariana, 10 de julho de 1833. AHCMM, Coleção avulsa, Caixa de correspondências recebidas, Documentação não numerada.

Organograma III: Estrutura da Justiça Municipal a partir de 1832²⁷⁴



As conclusões tomadas com base no organograma administrativo só são reforçadas pela hierarquia jurídica. A obrigação de curso superior para os juízes de direito e o relativo predomínio de instituição entre os juízes municipais faz com que eles reforcem a escrita dos escrivães, mesmo os próprios juízes. Na esfera municipal, que os juízes afastam da municipalidade, aproximando-se dos distritos, sua familiaridade com a escrita sofre abalo. O Juiz de Paz redige com cerca de 14% a mais do que o Juiz Municipal. Outro elemento que variações de erros pelos juízes de paz é a

FONTE: AHCMM, Coleção Avulsa, Caixa de Correspondências Recebidas pela Câmara Municipal de Mariana. Documentação não catalogada.

Preto, por exemplo, tinham um percentual de variação (PV) de 10,26% enquanto que, entre juízes de paz de localidades mais afastadas, o PV ficava na casa dos 23,63%. Mais uma vez vale ressaltar que o Escrivão do Juiz de Paz varia menos que seu detentor o que reafirma a hipótese apontada acima.

A familiaridade com a escrita parece ligar-se, primeiramente, à exigência prática do cargo e, somente depois, à hierarquia em relação aos demais. Isto em ambas as esferas, central ou local. Na esfera do poder central, a hierarquia dos cargos refletia a necessidade do conhecimento das leis e da burocracia. No âmbito local, por sua vez, essa hierarquia estava mais ligada à capacidade de manter a ordem por meio da negociação e da sociabilidade. Ao longo do segundo quartel do XIX, as letras foram se interiorizando e seu conhecimento ganhava espaço ante a expansão do aparato burocrático que passava a exigí-lo como pré-requisito para a obtenção de cargos. Corroborar com essa afirmação a tabela XI que correlaciona a familiaridade com a escrita com a posse de títulos eclesiásticos e títulos patente.

Tabela X: Familiaridade com a escrita segundo títulos e patentes

Tit. Eclesiásticos	17,60%
--------------------	--------

²⁷⁴ Adaptado de: ANDRADE, Francisco Eduardo de. "A Reforma do Império e a Câmara da *Leal Cidade* de Mariana". In.: CHAVES, Cláudia Maria das Graças; MAGALHÃES, Sônia Maria de; PIRES, Maria do Carmo (org.). *Casas de Vereança de Mariana: 300 anos da Câmara Municipal de Mariana*. Ouro Preto: Editora da UFOP, 2008. p. 166.

Tit. Patentes	17,10%
Sem Título ou Patente	21,02%

FONTE: AHCMM, Coleção Avulsa, Caixa de Correspondências Recebidas pela Câmara Municipal de Mariana. Documentação não catalogada.

Dado surpreendente foi que o percentual para os títulos patentes foi praticamente o mesmo que para os títulos civis. Mesmo assim, a ligação entre os clérigos e a instrução era bem mais evidente que os detentores de patentes, como apresentado com o perfil dos professores no capítulo II. Por sua vez, os indivíduos sem titulação se afastam da norma da língua o que reforça a validade de nossa metodologia já que se mostra capaz de refletir as hierarquias sociais.

Ainda com relação à posse de títulos, a tabela XII compara a posse de títulos patentes dos membros das vereanças com ofícios e títulos ligados a instrução – v. g. professores, advogados, mestres.

Tabela XI: *Comparação entre títulos de instrução e patentes para os oficiais de vereança 1822 – 1853*

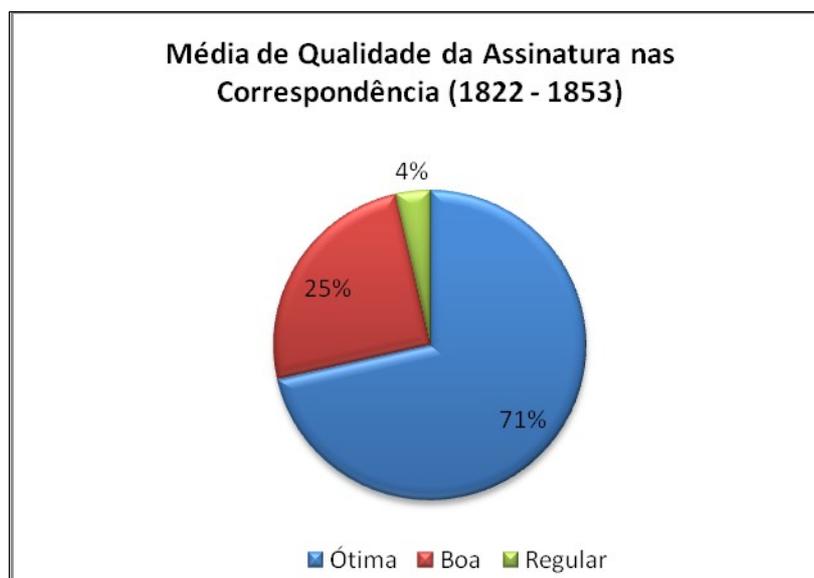
	1822/1828	1828/1834	1834/1842	1842/1853
Instrução	6	4	9	13
Patentes	29	12	9	10

FONTE: CHAVES, Cláudia Maria das Graças; MAGALHÃES, Sônia Maria de; PIRES, Maria do Carmo (org.). *Casas de Vereança de Mariana: 300 anos da Câmara Municipal de Mariana*. Ouro Preto: Editora da UFOP, 2008.

Observamos que há uma inversão a partir da Lei de 1828. De um predomínio quase absoluto de indivíduos com patentes, passa-se para a situação contrária. Desse modo podemos afirmar que, a medida que passam os anos, a ligação com as letras ganha força para o público eleitor em relação as patentes militares.

A fim de dialogar com outros trabalhos, analisaremos a qualidade da assinatura dos escriturários para a Câmara de Mariana. O Gráfico II mostra o percentual da qualidade de assinatura entre os escriturários.

Gráfico II:



FONTE: AHCMM, Coleção Avulsa, Caixa de Correspondências Recebidas pela Câmara Municipal de Mariana. Documentação não catalogada.

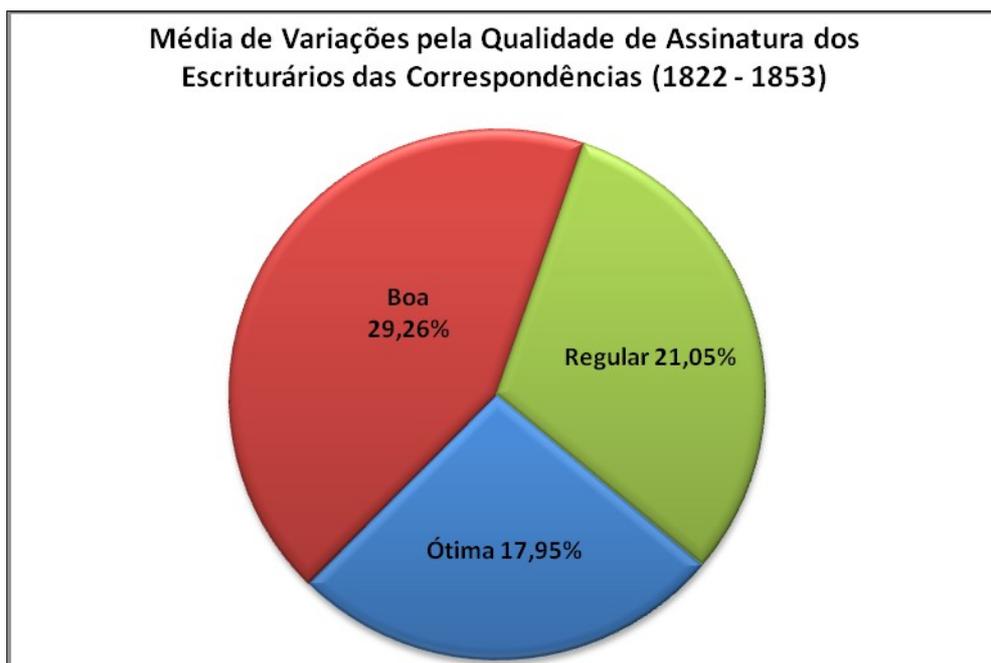
Observamos que a distinção sociocultural dos escriturários está contida em sua qualidade de assinatura. Apenas 4% dos escriturários apresentam uma qualidade de assinatura regular quando comparada aos parâmetros explicitados no capítulo IV. No entanto, 71% deles assinam com uma caligrafia trabalhada e com letra corrente. Este fato pode ser explicado por dois vieses. O primeiro supõe que a boa assinatura é devida à familiaridade propriamente dita com as letras por parte de uma camada privilegiada da população, o que reforçaria hipótese já amplamente defendida pela historiografia.²⁷⁵ O segundo, interpreta que a caligrafia corrente e o uso de firulas e marcas de identificação não são suporte para distinguir sobre o contato com a escrita. Após o contato com as primeiras letras, o escriturário assimilaria uma certa caligrafia característica que poderia variar segundo a idade, doenças ou mesmo, a situação em que escreve. Ao escrever atas de Câmara, Antônio Júlio de Souza Novais possuía

²⁷⁵ Cf.: CHARTIER, Roger. “as práticas da escrita”. In.: ÁRIES, Philippe; CHARTIER, Roger (orgs.). *História da vida privada: da renascença ao século das luzes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. pp. 111-161. (Coleção: História da Vida Privada. Vol.: 3); VENÂNCIO, Renato Pinto. “migração e alfabetização em Mariana colonial”. In.: SILVA, Rosa Virgínia Mattos e (org.). *Para a História do português brasileiro*. São Paulo: Humanista / FFLCH / USP: FAPESP, 2001. pp. 391-399. (Volume II: primeiros Estudos; tomo II); VILLALTA, Luiz Carlos. “o que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura”. In.: SOUZA, Laura de Mello e [org.]. *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América Portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. pp. 331 – 385. (volume 1); SILVEIRA, Marco Antônio. *O Universo do Indistinto: estado e sociedade nas minas setecentistas (1735-1808)*. São Paulo: Editora HUCITEC. 1997 e; MORAIS, Cristianni Cardoso de. *Estratégias de acesso ao ler/escrever/contar, usos das palavras escritas e graus de letramento da população da Vila e Termo de São João del-Rei, Minas Gerais (1750-1850)*. Belo Horizonte, MG: [s.d.], 2009. (tese de doutoramento).

caligrafia diferente de quando redigiu ao Imperador em 1837. Isso não é devido a uma melhora ou piora de seus dotes para as letras, mas sim de sua relação para com o sujeito a quem destinava o documento.²⁷⁶

Assim, o Gráfico III apresenta a distribuição dos percentuais de variação pelas qualidades de assinatura.

Gráfico III:



FONTE: AHCMM, Coleção Avulsa, Caixa de Correspondências Recebidas pela Câmara Municipal de Mariana. Documentação não catalogada.

Aqui, observamos que a relação entre a caligrafia e a familiaridade de escrita se manteve nas assinaturas de ótima qualidade. No entanto, a situação é oposta ao comparamos as assinaturas boas e regulares. É possível que esse camada intermediária, com estudo das primeiras letras, mas sem maiores instruções, ocupassem estas posições e, portanto, estivessem fora do mapeamento metodológico do estudo com as assinaturas.

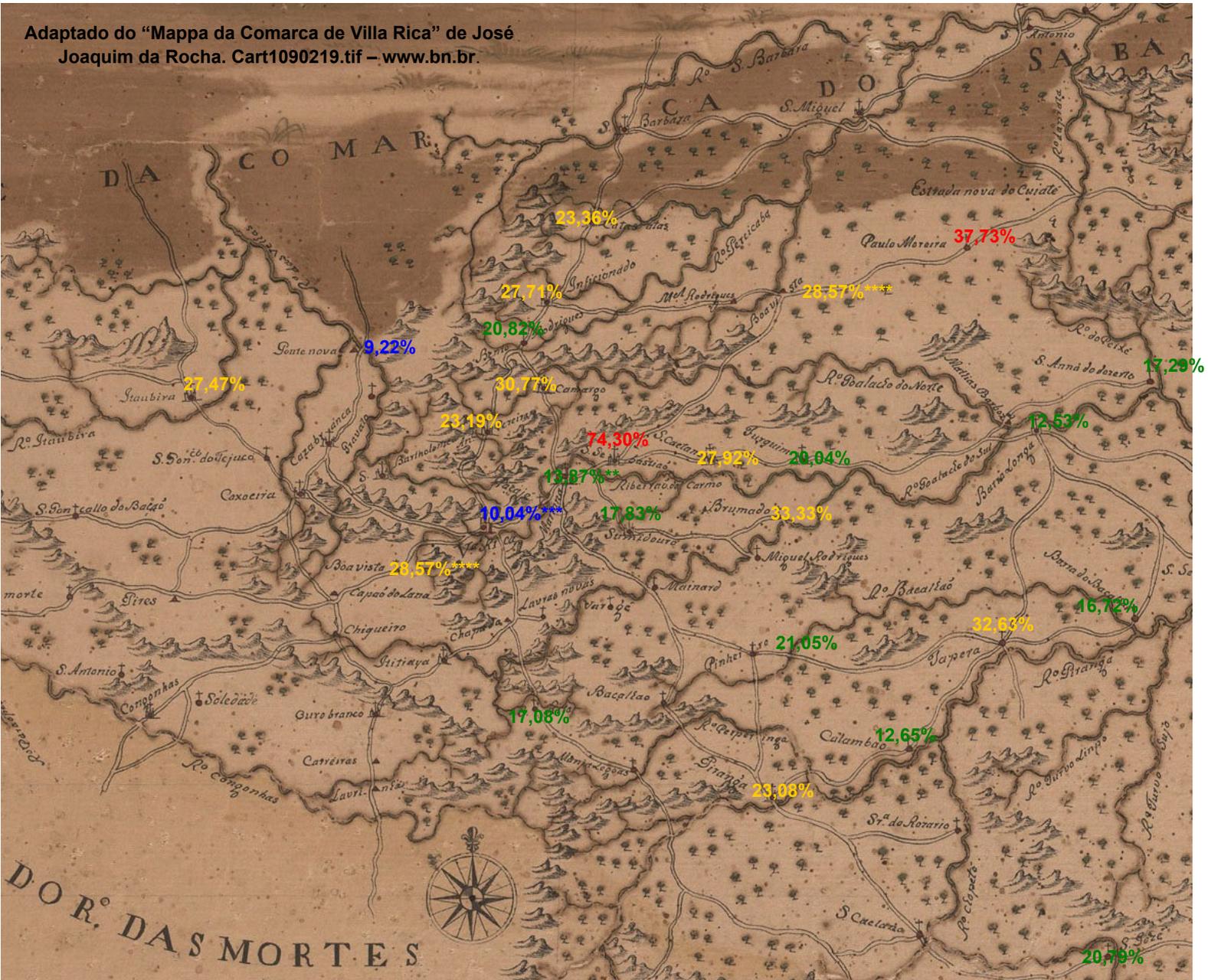
Uma última disposição a ser analisada neste ponto é a variabilidade espacial das dos PVs no termo de Mariana. No mapa seguinte distribuímos as variações entre as localidades do termo de Mariana revelando o predomínio do respeito à norma entre as localidades próximas aos centros administrativos. A exceção fica a cargo de

²⁷⁶ Sobre os limites da metodologia com as assinaturas Cf.: ANTUNES, Álvaro de Araújo. Considerações sobre o domínio das letras nas minas setecentistas. *Revista do LPH*, ano 10, nº 10, 2000, pp. 13 – 30.

São Sebastião, localizada próxima de Ouro Preto e Mariana, mas que apresentaria um elevado grau de variação.

Vale ressaltar, ainda, a localidade da Catas Altas do Mato Dentro que, como demonstrado no capítulo II, contou com um alto número de professores. A hipótese que levantamos é a de que se pretendeu estabelecer naquela localidade, um novo pólo de instrução, como demonstrado. No entanto é preciso lembrar que a grande quantidade de professores não é sinônimo de familiaridade com a escrita por parte dos escriturários da localidade. Isto porque quem redigia à Câmara era, geralmente, maiores de 25 anos que ocupavam cargos civis, ou seja, não se referia ao grupo de estudantes que naquela altura estavam se instruindo.

IMAGEM VI: Mapa relacionando o Percentual de Variações ortográficas de acordo com o dicionário de Antônio de Moraes Silva*



* A saber: os resultados foram divididos entre **Ótimo** (0,0% e 10,66%), **Bom** (10,67% e 22,66) e **Regular** (22,67% e 34,66%) e **Péssimos** (acima de 34,66%).

** Média ponderada entre as variações computadas para **Mariana** (14,32%) e **Leal Cidade de Mariana** (6,06%).

*** Média ponderada entre as variações computadas para **Ouro Preto** (10,90%), **Imperial Cidade de Ouro Preto** (6,40%) e **Vila Rica** (0,0%).

**** Como havia duas localidades com o nome de Catas Altas e nos foi impossível diferenciá-las nos registros analisados, optamos por registrar os desvios em ambos os locais.

Conclusão

Comportamento Ortográfico e Alterações Burocráticas

Ao longo deste trabalho, analisamos a relação entre a familiaridade com a escrita e as alterações do aparelho burocrático no século XIX. Nesse período, forças distintas colaboraram para a valorização da cultura letrada em meio à população. De fato, a complexidade do novo estado brasileiro exigia de seus participantes maior conhecimento da escrita. Na difusão da norma da língua, que interligava ordem e civilidade, os professores tiveram papel fundamental. Eles ajudavam nos primeiros passos rumo à manutenção da ordem e ao aprimoramento dos funcionários do Estado.

No exercício da docência na língua portuguesa, os professores estavam sujeitos às contradições do Estado que traziam, desde o período pombalino, três formas básicas de se pensar a gramática. A primeira, como instrumento nas mãos do reis, difusora da ordem. A segunda, produto do Iluminismo, sobre a qual, os bons autores da língua seriam os responsáveis pela normatização lingüística, ainda que, essa normatização fosse fluida, capaz de sofrer alterações ao sabor dos novos autores. A terceira colocava na fala comum dos povos o fundamento para a escrita da língua.

As metodologias desenvolvidas pela historiografia até aqui, polarizam as análises entre, de um lado, os formados coimbrãos e, de outro lado, os indivíduos com contato meramente superficial com a escrita. Quanto a este aspecto, se dedicam à quantificação de livros em inventários e à capacidade de assinatura. Nosso trabalho contribuiu com as discussões tocantes ao assunto, uma vez que propõe uma metodologia diferenciada, que busca analisar justamente a camada intermediária, ocupante majoritária do aparelho burocrático.

A nova metodologia trouxe novos resultados que corroboraram para antigas explicações. Como os organogramas administrativo e judiciário demonstram, o

estabelecimento da cultura política que coloca o letramento como fator distintivo para a obtenção de cargos se deu em velocidade desigual entre os eleitores e eleitos. Isso explica o fato do Secretário da Câmara redigir com maior proximidade da norma que o próprio Vereador. Fora da vereança, os eleitores viam na posse de títulos patentes fator mais distintivo que o letramento. O que fazia com que continuassem a eleger, não pela competência, mas pelo status. A partir da Lei de 1º de outubro de 1828, notou-se um aumento do número de letrados participando das vereanças, como apontado na tabela XII. Isso demonstra como a questão do letramento foi aos poucos incorporada pelos eleitores.

Formada a vereança, esta sente a necessidade do comportamento formal frente às normas da língua portuguesa, principalmente quando envolvida em relações hierárquicas, o que fica evidente nas correspondências enviadas à presidência da Província. Por fim, do ponto de vista espacial, a norma parece ter sido mais efetiva nos arredores dos centros educacionais e burocráticos.

Desta maneira, ao longo deste trabalho apontamos os paços das letras no império brasileiro. Em 1813 os debates sobre a gramática no império luso-brasileiro tinham influência direta da política e da filosofia, como demonstrado no capítulo I. A situação se transferiu para o império brasileiro uma vez que as alterações burocráticas elevaram a “questão educacional” a uma “questão de estado”. Era preciso criar novos cargos a fim romper os vínculos com o passado português, mas ainda os cidadãos não possuíam a formação adequada para participarem do novo estado. A situação gerou o acúmulo de cargos e a exigência de certo enquadramento no comportamento ortográfico esperado para os membros da burocracia.

Reciprocamente, a ampliação do aparelho burocrático levou a exigência mais rigorosa do conhecimento da escrita que aos poucos se fechava gramaticalmente e consolidou formas certas e erradas de ortografia. Por seu turno, ele mesmo, o próprio aparelho burocrático necessitava de letrados para participar de seus cargos. Portanto, analisamos escrita e o domínio das letras por parte da camada intermediária da população, que não frequentou a faculdade, mas nem por isso deixava de possuir familiaridade com a escrita. Esta foi fonte de identidade e marcava-se, mais como uma necessidade prática do que por uma hierarquia social, pelo menos no poderio local.

8. Bibliografia e Fontes:

Fontes Manuscritas:

Centro de Estudos do Ciclo do Ouro (CECO)

Alvará para que intensifique o estudo da Língua Portuguesa nos Reinos e Domínios de Portugal. OURO PRETO. 30 de setembro de 1770, Arquivo Público Mineiro Coleção Casa dos Contos de Ouro Preto (APM CC), rolo 532, planilha 20516, documento 1. Palácio de Nossa Senhora da Ajuda a 30 de setembro de 1776. (original na Torre do Tombo). 2f.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT)

Carta, em que eu um Amigo, que foi perguntado por outro, mostra qual deve ser a nossa Ortografia. 18 de maio de 1800. Real Mesa Censória (RMC), Documento nº 4130.

Parecer da Real Mesa Censória sobre o pedido de inclusão do ensino de gramática portuguesa nas escolas dentro das aulas de latinidade feito por Antônio José dos Reis Lobato. 03 de agosto de 1770. RMC, Documento não numerado.

Resumo da Grammatica da Lingua Portugueza, composto pelo Bacharel Antonio Jozé dos Reis Lobato para uso das Escolas de Ler, e escrever. 06 de maio de 1771. RMC, 1771, documento nº 42.

Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Mariana (AHCMM)

Correção feita pelo Corregedor Garcia na qual se discute a semântica do termo “aposentadoria”. Mariana, 13 de fevereiro de 1823. Cód. 373, fls 52 a 54.

Correspondência de Cândido Joaquim da Rocha para a Câmara de Mariana na qual informa sobre os revoltosos de 23 de março. Furquim, 28 de agosto de 1833. Coleção avulsa, Caixa de correspondências recebidas, Documentação não numerada.

Correspondência de Francisco Luiz Soares de Carvalho para a Câmara de Mariana na qual remete o mapa da população de seu distrito. Nossa Senhora da Saúde, 17 de setembro de 1833. Coleção avulsa, Caixa de correspondências recebidas, Documentação não numerada.

Correspondência de Luiz Veloso Miranda Brandão para a Câmara de Mariana sobre assuntos diversos. Paulo Moreira, 03 de outubro de 1835. Coleção avulsa, Caixa de correspondências recebidas, Documentação não numerada.

Correspondência do Juiz de Paz de Barra Longa para a Câmara de Mariana na qual remete a lista da Guarda Nacional. Barra Longa, 02 de setembro de 1832. Coleção avulsa, Caixa de correspondências recebidas, Documentação não numerada.

Correspondência do senhor Joaquim Jose Ferreira para a Câmara de Mariana na qual escusa o cargo de Juiz de Paz de São José do Barroso. Mariana, 10 de dezembro de 1836. Coleção avulsa, Caixa de correspondências recebidas, Documentação não numerada.

Correspondência do Senhor João Antônio de Oliveira Alves para o Senhor Maximiano Pires da Costa na qual pede esclarecimentos quanto aos seus deveres. Mariana, 10 de julho de 1833. Coleção avulsa, Caixa de correspondências recebidas, Documentação não numerada.

Correspondência Remetida à Câmara de Mariana pela Secretaria de Estado dos Negócios do Império sobre o projeto de Constituição de 1823. Rio de Janeiro, 17 de dezembro de 1823. Coleção avulsa, Caixa de correspondências recebidas, Documento não numerado.

Correspondência Remetida à Câmara de Mariana pela Secretaria da Província Sobre a Investigação Acerca de Abusos Dentro da Província. Rio de Janeiro, 27 de junho de 1831. Coleção avulsa, Caixa de correspondências recebidas, Documento não numerado.

Correspondência Remetida à Câmara de Mariana pela Presidência de Província Sobre a Investigação Acerca de Abusos Dentro da Província. Ouro Preto, 07 de dezembro de 1831. Coleção avulsa, Caixa de correspondências recebidas, Documento não numerado.

Correspondência Remetida à Câmara de Mariana pela Câmara de Ouro Preto Sobre a Situação da Casa de Misericórdia. Ouro Preto, 18 de março de 1833. Coleção avulsa, Caixa de correspondências recebidas, Documento não numerado.

Correspondência Remetida à Câmara de Mariana pelo Conselho Geral da Província Sobre a Situação de Fome na Província. Ouro Preto, 18 de março de 1833. Coleção avulsa, Caixa de correspondências recebidas, Documento não numerado.

Correspondência Remetida Pelo Presidente da Província com Planos Para o Estabelecimento de Correios em Mariana. Mariana, 27 de janeiro de 1835. Cód. 223. fls. 18 a 19v.

Relatório apresentado pelo Fiscal de Tapera, José Antonio de Araújo Silva. Tapera, 1º de Julho de 1830. Códice 693, fls. 425 e 425v.

Registro da Carta de Lei de 1º de Outubro de 1828. Mariana, 1º de Abril de 1829. Códice 88. Fls. 01 – 08v. Transcrito por: Pablo de Oliveira Andrade em entre 8-16 de Abril de 2008 e revisada em 28 de abril de 2008.

Sessão Extraordinária de 21 de Março de 1831. Cód. 206, fls. 77v a 81.

Sessão Ordinária de 23 de agosto de 1831. Cód. 214. fls. 1v – 2.

Sessão Ordinária de 08 de janeiro de 1834. Cód. 701, fl.141f.

Sessão Ordinária de 24 de março de 1830. Cód. 640, fl 77f.

Sessão Ordinária de 05 de julho de 1830. Cód. 640, fls. 91 e 91v.

Sessão Ordinária a 17 de dezembro de 1830. Cód. 206, fls. 51 – 52v.

Sessão Extraordinária de 12 de janeiro de 1831. Cód. 206, fls. 57 – 59v.

Sessão Extraordinária de 5 de fevereiro de 1831. Cód. 206, fls. 61v – 63v

Sessão Extraordinária de 17 de abril de 1831. Cód. 206, fls. 83 – 83v.

Sessão Extraordinária de 12 de dezembro de 1831. Cód. 214, fls. 16 – 18.

Sessão Ordinária de 02 de março de 1831. Cód. 206, fls. 68v – 69v.

Sessão Ordinária de 21 de março de 1831. Cód. 206, fls. 77v – 81.

Sessão Extraordinária de 23 de março de 1833. Cód. 214, fls. 138 – 139v.

Sessão Extraordinária de 1º de dezembro de 1833. Cód. 221, fls. 55 – 56.

Sessão Ordinária de 10 de Janeiro de 1834. Cód. 641, fl. 29v.

Receita e Despesa da Câmara Municipal 1809 – 1817. Cód. 333, fl. 86.

Livro dos Termos e Acordãos da Câmara Municipal 1822. Cód. 248, fl. 55v.

Correspondência Remetida pelo Senhor Fortunato Rafael Arcanjo da Fonseca à Câmara de Mariana. Mariana, 20 de julho de 1835. Cód. 729.

Correspondência remetida pela Câmara Municipal da Leal Cidade de Mariana à Sua Majestade Imperial Dom Pedro II sobre os revoltosos da Bahia de 1837. Avulsos, caixa de correspondências recebidas, documento não numerado e não disponível a consulta.

Texto anexo a correspondência recebida pela Câmara Municipal de Mariana nas figuras de seu presidente e mais vereadores, enviado pelo Juiz de Fora o senhor Francisco de Paula Leite. Mariana, 23 de março de 1833. Avulsos, caixa de correspondências recebidas, documento não numerado e não disponível a consulta.

Correspondência expedida pela Câmara Municipal de Mariana ao Juiz de Paz de Antonio Pereira sobre os perigos que ameaçavam o Império. Mariana, 26 de julho de 1831. 1 f. dupla e mais bilhetes avulsos. Avulsos, caixa de correspondências expedidas, documento não numerado e não disponível a consulta.

Correspondência recebida pela Câmara Municipal de Mariana, nas pessoas de seu presidente e mais vereadores, enviada pelo senhor Candido Joaquim da Rocha, Juiz de Paz de Furquim; Furquim, 28 de agosto de 1833. Avulsos, caixa de correspondências recebidas, documento não numerado e não disponível a consulta.

Correspondência recebida pela Câmara Municipal de Mariana, na figura de seu presidente e mais vereadores, enviada pela Camara de Ouro Preto nas figuras de seu presidente, o senhor Antonio Ribeiro Fernandes Torres e vereadores Lourenço Antonio Monteiro, et all; Ouro Preto, 04 de junho de 1833. Avulsos, caixa de correspondências recebidas, documento não numerado e não disponível a consulta.

Receita e Despesa da Câmara Municipal. 1809 – 1817. Cód. 333.

Livros dos Termos e Acordãos da Câmara. 1822. Cód. 248.

Miscelâneas. 1816 – 1839. Cód. 651.

Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana (CSM/IPHAN):
Ofício/Códice/Auto

1/308/6406	1/119/2466	1/57/1242	2/137/2770
1/472/10476	1/120/2508	1/60/1316	2/22/558
1/401/8780	1/131/2741	1/82/1744	2/28/686
1/406/8873	1/138/2880	1/83/1762	2/28/688
1/323/7001	1/139/2883	1/9/339	2/45/1011
1/476/10606	1/143/3001	1/97/2017	2/57/1298
1/444/9604	1/144/3009	1/98/2057	2/89/1913
1/341/7548	1/146/3063	1/99/2073	2/89/1931
1/104/2167	1/151/3155	2/108/2228	
1/105/2176	1/44/1023	2/123/2473	
1/116/2399	1/52/1161	2/124/2503	

Biblioteca Nacional:

O Novo Argos. Nº 68. Março de 1831. Fundação Biblioteca Nacional, Acervo de Obras Raras, Rolo: PR-SOR 01825.

Fontes Primárias Digitalizadas:

APM. *A Instrução Publica e Particular em Minas Gerais nos Anos de 1824 e 1825*. RAPM. Ouro Preto: Imprensa Oficial de Minas Gerais. ano III, 1898. pp. 639 – 673.

APM. *Dados sobre a instrução pública – 1814*. RAPM. Belo Horizonte: Imprensa Oficial. ano 7. fascículo III e IV. Jul./Dez., 1902. pp. 990 – 1017.

APM. *Memórias do Desembargador Manuel Inácio de Melo e Souza, posteriormente Barão do Pontal, apresentado em 1827*. RAPM. Ouro Preto: Imprensa Oficial de Minas Gerais. ano III, 1898. pp. 5 – 22.

ARAÚJO JÚNIOR, Figueiredo. *Código do Processo do Império do Brasil e Todas as Mais Leis que Posteriormente Forão Promulgadas, e Bem assim Todos os Decretos Expedidos pelo Poder Executivo, Relativamente a's mesmas Leis, Tendo em Notas Todos os Avisos que Entendem com a Matéria do Texto e Também os Acordãos do Supremo Tribunal e das Relações do Império, que Explicão a Doutrina das Diversas Leis e Regulamentos e Ensinão a Melhor Prática*. 2. Tomos. Rio de Janeiro: Em Casa dos Editores-Proprietários Eduardo & Henrique Laemmert. 1874. Disponível em: [HTTP://bdjur.stj.gov.br](http://bdjur.stj.gov.br)

BARBOSA, Luiz Antonio. *Relatorio que á Assembléa Provincial da provincia de Minas Geraes apresentou na sessão ordinaria de 1853 do presidente da mesma provincia*. Ouro Preto, Typ. do Bom Senso, 1853. Disponível em: http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/minas_gerais

BARBOZA, Luiz Antonio. *Relatorio que á Assembléa Provincial da provincia de Minas Geraes apresentou na sessão ordinaria de 1852, presidente da mesma provincia*. Ouro Preto, Typ. do Bom Senso, 1852. Disponível em: http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/minas_gerais

Bíblia Sagrada Contendo o Velho e o Novo Testamentos. Livro do Gênese, Cap. XI, Versículos 01 – 08. Trad. Padre João Ferreira A; d'Almeida. Nova York: Sociedade Americana da Bíblia. 1848.

BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário portuguez e latino*. Coimbra: Collego das artes da Companhia de Jezus, 1712. (edição fac-similar em CR-ROM).

BRASIL. *Lei de 29 de Novembro de 1832, ou, Código do Processo Criminal de primeira instancia com disposição provisoria ácerca da administração da Justiça Civil*. Brasília: Presidência da República Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. 2009.

CHAVES, Elaine; ALKIMIM, Mônica G. R. (orgs.) *Cartas Pessoais do Século XIX*: Acervo Histórico Monsenhor Horta. Mariana: Instituto de Ciências Humanas e Sociais (ICHS/UFOP), 2002. (Publicação em CD-ROM)

COLLECÇÃO DAS LEIS DO IMPÉRIO DE 1821. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. 1889. Parte 2. Retirado de: <http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/colecoes/Legislacao/> [27.fev.07].

COLLECÇÃO DAS LEIS DO IMPÉRIO DE 1822. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. 1889. Parte 2. Retirado de: <http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/colecoes/Legislacao/> [27.fev.07].

CONSTITUIÇÃO POLÍTICA DO IMPÉRIO DO BRAZIL DE 1824. Brasília: Presidência da República. 2009.

DOM PEDRO I. *Proclamação de 13 de Novembro de 1823*: sobre a dissolução da Assembléa Constituinte e Legislativa. Brasília: Presidência da República.

LISBOA. *Castas Dirigidas a S. Magestade o Senhor D. João VI pelo Principe Real o Senhor D. Pedro de Alcantara*. Lisboa: na Imprensa Nacional. 1822

Listas nominativas dos distritos mineiros por municípios, 1819/1822; 1831/1832; 1838/40.

PENNA, Herculano Ferreira. *Falla dirigida á Assembléa Legislativa Provincial de Minas-Geraes na abertura da sessão ordinaria do anno de 1842, pelo vice-presidente da provincia*. Ouro-Preto, Typ. do Correio de Minas, 1842. Disponível em: http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/minas_gerais

PINTO, Antonio da Costa. *Falla dirigida á Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes na sessão ordinaria do anno de 1837 pelo presidente da provincia*. Ouro-Preto, Typ. do Universal, 1837. Disponível em: http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/minas_gerais

QUEIROGA, Bernardino José de. *Falla dirigida á Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes na sessão ordinaria do anno de 1848 pelo presidente da provincia*. Ouro Preto, Typographia Social, 1848. Disponível em: http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/minas_gerais

RAMOS, José Idelfonso de Sousa. *Falla dirigida á Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes na sessão ordinaria do anno de 1849 pelo presidente da provincia*. Ouro Preto, Typ. Imp. de B.X.P. de Souza, 1849. Disponível em: http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/minas_gerais

REGO José Ricardo de Sá. *Relatorio que á Assembléa Provincial da provincia de Minas Geraes, apresentou na sessão ordinaria de 1851, presidente da mesma provincia*. Ouro-Preto, Typ. Social, 1851. Disponível em: http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/minas_gerais

RIO DE JANEIRO. Manifesto do Povo do Rio de Janeiro sobre a Residencia de Sua Alteza Real no Brasil, dirigida ao Senado da Camara. In.: LISBOA. *Cartas e mais Peças Officiaes Dirigidas a Sua Magestade o Senhor D. João VI pelo Principe Real o Senhor D. Pedro de Alcantara*: e junctamente os officios e documentos que o

general commandante da tropa expedicionária existente na Provincia do Rio de Janeiro tinha dirigido ao Governo. Lisboa: na Imprensa Nacional. 1822, pp. 15 – 22.

SILVA, Quintiliano José da. *Falla dirigida á Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes na sessão ordinaria do anno de 1845 pelo vice-presidente da provincia*. Ouro Preto, Typ. Imparcial de B.X. Pinto de Sousa, 1845. Disponível em: http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/minas_gerais

SILVA, Quintiliano José da. *Falla dirigida á Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes na sessão ordinaria do anno de 1847 pelo presidente da provincia*. Ouro Preto, Typ. Imparcial de B.X. Pinto de Sousa, 1847. Disponível em: http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/minas_gerais

SILVA, Thomé Justino de Andrade e. *Coleção Cronologica da Legislação Portuguesa Copilada e Annotada (1640-1647)*. Lisboa: Imprensa de P. X. de Souza. 1856.

SIQUEIRA, Alexandre Joaquim de. *Relatorio do presidente da provincia de Minas Geraes, o ill.mo e ex.mo dr. Alexandre Joaquim de Siqueira, na abertura da sessão extraordinaria da Assembléa Legislativa Provincial no dia 25 de março de 1850*. Ouro Preto, Typ. Social, 1850. Disponível em: http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/minas_gerais

VEIGA, Bernardo Jacintho da. *Falla dirigida á Assembléa Legislativa Provincial de Minas-Geraes na sessão ordinaria do anno de 1840 pelo presidente da provincia*. Ouro-Preto, Typ. do Correio de Minas, 1840. Disponível em: http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/minas_gerais

Fontes Primárias Impressas:

BARBOSA, Jerônimo Soares. *Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza ou Principios da Grammatica Geral Aplicados à Nossa Linguagem*. Lisboa: Na Typographia da Academia das Sciencias, 1822. pp. I – XIV.

FIGUEIREIRA, Luiz. *Arte da Grammatica da Lingua do Brasil*. Lisboa: Na Typografia Patriarcal, 1745.

LOBATO, António José dos Reis. *Arte da grammatica da lingua portugueza*. Lisboa: Na Regia Officina Typografica, 1770. - XLVIII (Versão digitalizada do exemplar do CLUL (R-116).

MORAES SILVA, Antônio de. *Diccionario de língua portugueza: epitome da grammatica portugueza*. Ed.2, Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813. (edição fac-similar de 1922).

PORTUGAL. *Código Filipino, ou, Ordenações e Leis do Reino de Portugal*: recopilada por mandado d’el-Rei D. Filipe I. – Ed. fac-similar da 14ª ed., segundo a primeira, de 1603, e a nona, de Coimbra, de 1821 / por Cândido Mendes de Almeida. – Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2004. V. 38-A – (Edições do Senado Federal).

SILVA, Thomé Justino de Andrade e. *Coleção Cronologica da Legislação Portuguesa Copilada e Annotada (1640-1647)*. Lisboa: Imprensa de P. X. de Souza. 1856.

SOUZA, Manoel Dias de. *Gramatica Portugueza ordenada segundo a doutrina dos mais celebres Gramaticos conhecidos, assim nacionaes como estrangeiros, para facilitar á mocidade Portugueza o estudo de ler e escrever a sua própria Lingua, e a intelligência das outras em que se quizer instruir*. Coimbra: Na Real Imprensa da Universidade, 1804.

Livros e Capítulos de Livros:

ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. Trad. Denise Bottmam. São Paulo: Companhia das Letras. 2008.

ANDRADE, Francisco Eduardo de. *Entre a roça e o engelho: roceiros e fazendeiros em Minas Gerias na primeira metade do século XIX*. Viçosa, MG: Ed. UFV, 2008.

ANTUNES, Álvaro de Araújo. Considerações sobre o domínio das letras nas minas setecentistas. *Revista do LPH*, ano 10, nº 10, 2000, pp. 13 – 30.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (coords.). *Dicionário de política I*. trad. João Ferreira; rev. geral João Ferreira e Luis Guerreiro Pinto Cacaís. - Brasília : Editora Universidade de Brasília, 1ª ed., 1998. (Vol. 1: 674 p. 30b. (total: 1.330 p.) Vários Colaboradores. Obra em 2v.

CAMACHO, Roberto Gomes. Sociolinguística. In.: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Cristina (orgs.). *Introdução à Sociolinguística: domínios e fronteiras*. Parte II. São Paulo: Cortez, 2001. pp. 49 – 75.

CAMARA JR, M. J. *Dicionário de Filologia e Gramática*. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora J. Ozon + Editor, 1970.

CARRARA, Ângelo Alves. *Minas e Currais: produção rural e mercado interno de Minas Gerais 1674 – 1807*. Juiz de Fora: Editora da UFJF, 2007.

CARDOSO, Ciro Flamarion; BRIGNOLI, Héctor Pérez. *Os Métodos da História*. 6. ed. São Paulo: Graal Editora. 2002.

CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem: a elite política imperial. Teatro de Sombras: a política imperial*. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARVALHO, José Murilo de. Federalismo e centralização no Império brasileiro: história e argumento. In.: _____. *Pontos e Bordados: escritos de história e política*. 2. ed. rev. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998. pp. 155 – 188.

CASTRO, Paulo Pereira de. A “experiência republicana”, 1831 – 1840. In.: HOLANDA, Sérgio Buarque de (Org.). *O Brasil Monárquico: dispersão e unidade*.

Livros 1. Cap. I. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. pp. 19 – 84. (História Geral da Civilização Brasileira; Tomo II; Vol. 4).

CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Trad. Maria de Lourdes Menezes, 2. ed. Rio de Janeiro: Universitária, 2007.

CHARTIER, Roger. “as práticas da escrita”. In.: ÁRIES, Philippe; CHARTIER, Roger (orgs.). *História da vida privada: da renascença ao século das luzes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. pp. 111-161. (Coleção: História da Vida Privada. Vol.: 3)

CHAVES, Cláudia Maria das Graças. SILVEIRA, Marco Antônio. (orgs.). *Território, Conflito e Identidade*. Belo Horizonte, MG: Argvmentvm; Brasília, DF: CAPES, 2007. pp. 181 – 204.

CHAVES, Cláudia Maria das Graças; MAGALHÃES, Sônia Maria de; PIRES, Maria do Carmo (org.). *Casas de Vereança de Mariana: 300 anos da Câmara Municipal de Mariana*. Ouro Preto: Editora da UFOP, 2008.

CHOMSKY, Noam. *Sobre Natureza e Linguagem*. Adriana Belletti; Luigi Rizzi (orgs.). trad. Marylene Pinto Michael. São Paulo: Martins Fontes, 2006. (Coleção Tópicos)

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. A interiorização da metrópole (1808 – 1853). In.: MOTA, Carlos Guilherme. *1822: dimensões*. São Paulo: Perspectiva, 1986.

FAÓRO, Raymundo. *Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro*. 3. ed. rev. São Paulo: Globo, 2001.

FARACO, Carlos Alberto. *Linguística histórica: uma introdução ao estudo da história das línguas*. São Paulo: Parábola Editorial, 2005. (coleção: na ponta da língua, vol.: 12).

FARIA FILHO, Luciano Mendes de; CHAMON, Carla Simone; ROSA, Walquiria Miranda (orgs.). *Educação Elementar: Minas Gerais na primeira metade do século XIX*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006. (Inéditos & Esparsos).

FÁVERO, Leonor Lopes; MONTILA, A.G. Márcia. *As concepções lingüísticas no século XIX: a gramática no Brasil*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006.

FERNANDES, Rogério Antônio. *Os Caminhos do ABC: Sociedade Portuguesa e Ensino das Primeiras Letras*. Porto: Porto Editora, 1994. (Coleção Mundo de Saberes).

GONÇALVES, Andréa Lisly. *Estratificação social e mobilidade política no processo de formação do estado nacional brasileiro: Minas Gerais, 1831 – 1835*. São Paulo: Aderaldo & Rothschild; Belo Horizonte, MG: Fapemig, 2008. (Coleção Estudos Históricos; vol. 69).

HABERMAS, Jurgen. *Mudança Estrutural da Esfera Pública*: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Trad. Flávio R. Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

IGLÉSIAS, Francisco. Minas Gerais. In.: HOLANDA, Sérgio Buarque de (Org.). *O Brasil Monárquico*: dispersão e unidade. Livros 4. Cap. III. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. pp. 416 – 472. (História Geral da Civilização Brasileira; Tomo II; Vol. 4).

LENHARO, Alcir. *As Tropas da Moderação*: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil, 1808 – 1842. São Paulo: Símbolos, 1979.

LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e Trabalho em uma economia escravista*: Minas Gerais no século XIX. São Paulo: Brasiliense, 1988.

LIMA FILHO, Henrique Espada. *A Microstoria Italiana*: Escala, Índícios e Singularidades. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

MALERBA, Jurandir. *Os Brancos da Lei*: liberalismo, escravidão e mentalidade patriarcal no Império do Brasil. Maringá: Eduem, 1994.

MARTINS, Maria do Carmo Salazar. Fontes para o estudo da província de Minas Gerais. In.: BOTELHO, Tarcísio Rodrigues et. al. (orgs.). *História quantitativa e serial no Brasil*: um balanço. Goiânia, GO: Anpuh-MG, 2001, pp. 185 – 204.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. a trama dos interesses na Constituição da unidade política. In.: JANCSÓ, István (org.). *Independência*: história e historiografia. São Paulo: Hucitec; Fapesp, 2005. pp. 271 – 300. (Coleção Estudos Históricos, 60).

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema*: a formação do estado imperial. 4. ed. São Paulo: Access, 1999.

MAXELL, Kenneth. *Marquês de Pombal*: o paradoxo do iluminismo. 2. ed. Trad. Antônio de Pádua Danesi. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

MOREL, Marco. *As transformações dos Espaços públicos*: imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial (1820 – 1840). São Paulo: Editora Hucitec, 2005.

MOURÃO, Paulo Krüger Correa. *O ensino no tempo do Império*: primeira parte, ensino primário e normal. Belo Horizonte: Centro Regional de pesquisa Educacional de Minas Gerais. 1959.

NARO, Anthony Julius; SCHERRE, Maria Marta Pereira. “Sobre as origens do português popular do Brasil”. In.:_____. *Garimpo das origens do português brasileiro*. Capítulo 1. São Paulo: Parábola Editora, 2007.

NUNES, José Horta. *Dicionários no Brasil*: análise e história. Campinas, SP: Pontes Editores; São Paulo, SP: Fapesp; São José do Rio Preto, SP: Faperp, 2006.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação o Brasil Contemporâneo: colônia*. São Paulo: editora Brasiliense, 2008.

REVEL, Jacques (org.). *Jogos de Escala: a experiência da microanálise*, Rio de Janeiro: FGV, 1988.

SILVEIRA, Marco Antônio. *O Universo do Indistinto: estado e sociedade nas minas setecentistas (1735-1808)*. São Paulo: Editora HUCITEC. 1997.

TRASK, R. L. *Dicionário de Linguagem e Lingüística*. Trad. Rodolfo Ilari. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

VELLASCO, Ivan de Andrade. *As Seduções da Ordem, Criminalidade e Administração da Justiça: Minas Gerais – século 19*. São Paulo: Edusc, 2004. (Coleção História).

VENÂNCIO, Renato Pinto. “migração e alfabetização em Mariana colonial”. In.: SILVA, Rosa Virgínia Mattos e (org.). *Para a História do português brasileiro*. São Paulo: Humanista / FFLCH / USP: FAPESP, 2001. pp. 391-399. (Volume II: primeiros Estudos; tomo II).

VILLALTA, Luiz Carlos. “o que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura”. In.: SOUZA, Laura de Mello e [org.]. *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América Portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. pp. 331 – 385. (volume 1).

VOLTAIRE, François Arouet de. *Dicionário filosófico*. Trad. Marilena de Souza Chauí; et. al. – 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (coleção Os Pensadores).

Artigos Publicados em Revistas e Anais de Eventos:

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. “arrolando os habitantes no passado: as listas nominativas sob um olhar crítico”. In. *LOCUS: revista de história*. Juiz de Fora: Programa de Pós-Graduação em História / Departamento de História, 2008. v. 14, n. 01. pp. 107 – 124.

CUNHA, Alexandre Mendes; GODOY, Marcelo Magalhães. Redes clientelares e as listas nominativas de 1831/32 para a província de Minas Gerais: reflexões conceituais e metodológicas. Trabalho apresentado no XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambú-MG – Brasil, de 20- 24 de Setembro de 2004.

Dissertações e Teses:

ANDRADE, Leandro Braga de. *Senhor ou Camponês? Economia e estratificação social em Minas Gerais no século XIX*. Mariana: 1820-1850. Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG. Maio de 2007. (Dissertação de mestrado)

ANTUNES, Álvaro de Araújo. *Fiat Justitia: os advogados e a prática da justiça em Minas Gerais (1750-1808)*. Campinas SP: [s.n.]. 2005. (Tese de doutoramento).

ALMEIDA, Carla Maria de. *Alterações nas Unidades Produtivas Mineiras: Mariana – 1750 – 1850*. Niterói, RJ, 1994. (Dissertação de Mestrado).

MORAIS, Cristianni Cardoso de. *Estratégias de acesso ao ler/escrever/contar, usos das palavras escritas e graus de letramento da população da Vila e Termo de São João del-Rei, Minas Gerais (1750-1850)*. Belo Horizonte, MG: [s.d.], 2009. (tese de doutoramento).

SILVA, Diana de Cássia. *O processo educacional no Termo de Mariana (1772-1835)*. Belo Horizonte, MG: [s. d.], 2004. (dissertação de mestrado).

PAIVA, Clotilde Andrade. *População e Economia nas Minas Gerais do Século XIX*. São Paulo, Julho de 1996. (Tese de Doutoramento).

VILLALTA, Luiz Carlos. *Reformismo Ilustrado, Censura e Práticas de Leitura: usos do livro na América Portuguesa*. São Paulo, 1999. (Tese de Doutoramento).

Outras formas de publicação:

ABREU, Márcia A. “*A liberdade e o erro: a ação da censura luso-brasileira (1769-1834)*”. 2007. (Texto apresentado XXIV Simpósio Nacional de História).

ALKIMIM, Mônica G. R.; SANTOS, Débora Ribeiro. *Norma Lingüística no Brasil: a busca das referências padronizadoras (estudo dos prefácios)*. Ouro Preto, agosto de 2007. (Relatório final, referente ao período de Agosto de 2006 à Agosto de 2007, apresentado à Universidade Federal de Ouro Preto, como parte das exigências do programa de iniciação científica PIP/UFOP)

CARRARA, Ângelo Alves. *Administração fazendária e conjuntura financeiras da Capitania de Minas Gerais, 1700-1808*. Working paper 01-07, processo CNPq 302728/2003-1. p. 3. (versão de fevereiro de 2007).

CARVALHO, Pedro. Eduardo. A. *Escrever e Publicar Gramáticas no Império Luso-brasileiro 1770 -1813*. Crátilo: revista discente de estudos lingüísticos e literários, v. 1, p. 122-132, 2009 Disponível em: http://www.unipam.edu.br/cratilo/index.php?option=com_content&view=article&id=9:revista-cratilo-no-2-2009&catid=3:numeros-editados&Itemid=4

MESSNER, Dieter. Prefácio. In.: _____. *Dicionário dos Dicionários Portugueses*. 2º volume. (ABC – ABU). 1994. Disponível em: <http://www.sbg.ac.at/rom/people/prof/messner/dddport.htm> [18. maio. 09].

ANEXOS

9.1 Anexo I: Parecer da Real Mesa Censória sobre o pedido de inclusão do ensino de gramática portuguesa nas escolas dentro das aulas de latinidade feito por Antônio José dos Reis Lobato²⁷⁷

Ex.^{mo} e R.^{mo} S.^r

Sua Magestade hê Servido, que / vendo-se na Meza Censoria a Petição / incluza do Bacharel Antonio Jozé dos / Reys Lobato, se lhe consulte o que pa-/recer.

Deoz g.^{de} a V Ex.^a Paço, a 3 de Agosto / de 1770. Conde de Beja

Vr / S. Bispo Elleito de Beja // *fot. 01*

A Real Prezença de V Mag.^{de} / Sobre / An 27 de Ag.^o de 1770

Huma Consulta / Da Real Meza Censoria / Sobre / A p.^{ano} do Bacharel Ant.^o Joze / dos Reys Lobato.

Reg.^{do} f 106 // *fot. 02*

Senhor

<Como parece, com a declaração / de que os mesmos Mestres da Gramma-/tica Latina, quando receberem os / discípulos para lhe enSinarem, / os [cultoairão] previamente por tem-/pó de Seis meses nesta Gramateca / da lingua Portugueza. E Subo / Alvará nesta Conformidade / para Eu assignar. [?] da / Ajuda em 11 de Setr.^o de 1770 / R>²⁷⁸

Por Aviso de três de Agosto / deste anno foi V.^a Mag.^e servido man/dar se lhe-consultasse o que parecesse / sobre a Petição do Bacharel Antonio / Jozé dos Reys

²⁷⁷ *Parecer da Real Mesa Censória sobre o pedido de inclusão do ensino de gramática portuguesa nas escolas dentro das aulas de latinidade feito por Antônio José dos Reis Lobato*. 03 de agosto de 1770. Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), Real Mesa Censória (RMC), Documento não numerado.

²⁷⁸ A margem esquerda lê-se.

Lobato, na qual expon-/do elle a V. Mag.^e haver dado ao Pu/blico huma nova Gramática da lin/gua Portuguesa, que computera pa/ra instrução da Mocidade; e ser o es/tudo della necessario , não só para fal/lar com perfeição a lingua Nacional, / mas para aprender com facilidade qual-/quer outra extranha; pedia a V.^a / Mag.^e fosse servido mandar que os / Mestres da Latinidade recomendas/sem aos seus Dicipulos o estudo da / dita Grãmática, e que nas Escolas de / Ler se ensinasse esta em lugar dos / ProceSsos letigiosos; offerecendo-se a / isso o Supp^e; para deste modo poder / conseguir os meios de acabar a compo/sição de hu' novo Diccionnario Por/tuguez.

E mandando-se informar pelo / Deputado Fr. Joaquim de Anta Anna / <Reg.^{da} a p.65.>²⁷⁹ os- // *fol. 03* este disse o que consta da sua própria / informação sobe com esta a Re/AL Presença de V Mag.^e E vendo-se

Parece a Meza que sendo o pri/meiro, e louvável objecto do Author / desta Grãmática instruir a Mocida/de nos principios fundamentaes da / sua Lingua, e facilitar-lhe o meio de / aprender as Extranhas; achando-se pelo exposto na Informação do dito / Deputado, que a mesma Grãmá-/tica pelo seu methodo, clareza, e boa / ordem he proporcionada a estes fins; / ella se faz tanto mais útil, e digna / de se-recommendar pelos Professores / da Lingua aos seus Discipulos, / quanto he importante que estes fallem / e escrevam com pureza a lingua ma/terna, e que adquiram com mais fa-cilidade, e sem perda de tempo a perfeita intelligencia das outras línguas / vivas, e mortas; porque sendo a Grã-mática Portuguesa a mesma de to/das as outras Linguas, terem nellas / me- // *fol. 04* menos que estudar os Principiantes / todos os Rudimentos, que levarem sa-/bidos na materna; e porque sendo as / mesmas Linguas os vestibulos, e por-/tas das Artes, Sciencias se adianta/ram para estas, todos os paSsos, que s / tiverem avançado naquellas.

Por isso os Gregos, e os Romanos cul-/tivavam os estudos das suas línguas / com cuidado, ensinando as Regras da / Grãmática a seus filhos: Este bem / entendido espirito de Educação os-el-/levou ao grão de gosto, e de perfeição, / em que se viram nos mais formosos / Seculos de Athenas, e Roma: A que / sabedoria, e esplendor não tem chega-/do a lingua Francesa nestes dous / últimos com o exemplo desta illus-/ter Republica? Que progressos / não fez a portuguesa nos, em que flo/receram com os nossos grandes Capi-/tães, os nossos melhores Escriptores?

Ainda hoje em quase toda a Asia / he mais conhecida, e vulgar a lingua-/gem portuguesa, do que qualquer outra / da // *fol. 05* da Europa: Os Estrangeiros a-a-/prendem, seja para tratarem o co/mercio com aquellas Nações, sea pa/ra nellas pregarem a Fé do Chris-/tianismo.

Todos estes motivos Sam bem si-/gnificantes, para que se-deva procu-/rar a cultura do nosso idioma pe-/lo meio do estudo da sua propri Grã-/mática, e para que este se consiga com toda a possível utilidade parece com / toda a possível utilidade

²⁷⁹ A margem esquerda lê-se.

parece ne-/cessario que V. Mag.^e defira ao Re-/querimento do Supplicante, man-/dando que nas Aulas da Latinidade / sejam os Estudantes obrigados a ap-/plicar-se por seis Mezes ou por a-/quelle tempo, que os Mestres dellas / julgarem conveniente à lição desta / Grãmática Portugueza; não pás-sando antes de bem instruídos nel/La ao estudo da Latina; sem que se / devam esquecer de os-appliar ao / mesmo tempo à Lição dos bons Authores; porque esta, e a viva conversação de homens sábios, e / instruídos he ainda mais capaz / de // *fot. 06* de formar hum estylo puro, e corre-/cto, do que o seco, e fastidioso estudo / das Gramaticas.

Não julga porem a Meza que esta / se deva ensinar aos Meninos nas / Escollas de ler, e escrever, não só por / defeito de capacidade nos Mestres, / que pela maior parte sam pouco / habeis para entenderem a anato-/mia da lingua por mais clara que / se lhes-exponha, e para comprehen-/derem as partes da Grãmática, / que he feita sobre o plano da Lati-/na, por forma que scientifica-/mente possam instruir os seus / Discipulos, mas tambem porque a / tenra idade destes lhes-não permit-/te o estudo das muitas regras, precei-/tos, e excepções de huma Grãmática / perfeita; sendo na verdade muito / mais útil que V Mag.^e ordene ao / Author desta faça hum simples / Epithome, ou Abreviado, em que se/ achem os Elementos da Lingua Por/tuguesa clara, e sucintamente ex-/postos; porque por este meio se / con- // *fot. 07* conseguirá que elles se applicuem / com gosto a este estudo pela brevida-/de das lições, que podem sem muito / custo decorar; e que vertendo sobre / principios geraes da sua propria / lingua, os-não necessitará a mai-/ores reflexões, que dependem de ou-/tra idade: Vindo assim a preparar-/se de longe o caminho da Latinida-/de, aos que nelle entrarem, e a se adi-/antar ao conhecimento das regras Grã-/máticaes de qualquer lingua pelas / primeiras noções, que deste modo / facilmente poderam alcançar nas / ditas Escolas.

Dellas será justo que V. Mag.^e / mande abolir a lição dos ProceSsos / letigiosos, e Sentenças, que somente / servem de consumir o tempo, e de / costumar a Mocidade às Calumni-/as, e trapaças do Foro, que antes se / lhes-devia evitar com positivo pre-/ceito.

João de Barros gran-/de Mestre da Lingua Portuguesa / em hum dos seus Dialogos havia / lamentado este abuso, que ja se / pra- // *fot. 08* praticava no seu tempo, e o-achava/ digno de que elle fosse logo proscri-/pto por Authordade Regia; o / mesmo João de Barros sem em-/bargo de haver composto huma / Gramatica Nacional de muito / menor extenção do que a-do Sup-/plicante, conheço que ella não era / proporcionada para as Escolas de / ler; e escrever; pelos motivos assima / ponderados fez huma chamada / Cartinha para nella ministrar os / primeiros Elementos da Lingua.

Restou, que deo à França hu-/ma excelente Grãmática, persua/dido deste sentimento fez della hum / Extracto para o mesmo uso; e isto / por mostrar a

experiencia, que sen-/do só este proporcionado à capacida-/de da Infancia, e dos Mestres que a-/doutrinam lhes-poderia ser o ma-/is útil; e proveitoso.

A força destas razões fez que / a Meza se não podesse tambem / conformar com o Parecer do De- // *fol. 09* Deputado Informante em quan-/to a não admittir-se alguém às / Aulas da Latinidade sem fazer ex-/ame, e ser aprovado na Grãmati-/ca Portuguesa; e alem dellas acres-/ce não se dever impor semelhante / obrigação sem preceder Ley que / ordenasse este gênero de estudo; / paSsados porem alguns annos, e / depois de novas Instruções então / poderá ordenar-se o dito exame / tão sómente a respeito daquelles / Principios Elementares

O trabalho, a que se-tem offereci-/do nesta Composição o seu Author, / e o que continua no Diccionnario, que pormette: A sua applicação, / e o fim que nella se tem proposto, / tudo parece digno da Real Pro-/tecção de V Mag.^e; ordenando q'. / ou ensine em Aula publica a sua mesma Gramatica, ou se/ja empregado por qualquer ou-/tro modo que a V Mag.^e parecer; / na certeza de não haver cousa // *fol. 10* que seja mais propria do Paternal / Amor; e incansável disvello, com / que V Mag.^e procura a felicida-/de deste Reyno, do que soccôr-rer a hum Vassallo benemérito, / e facilitar os meynos de se adian-tar, e aperfeiçoar a Educação / da Mocidade Portuguesa.

E ao Deputado Fr. Joaquim de / Santa Anna parece o que consta / do seu Voto original, que tambem / sobe à Real Presença de V Mag.^e

Bispo de Beja Prezidente.

Lx.^a 27 de Agosto de 1770

Azevedo Eleito de [Lacedem.^a]

Bispo Eleito de Brag.^a

Pedro Nigas de Novaes

An^{to} Manoel Nogr.^a de Abreu

Joze Bern.^{do} da Gama e Atayde

Fr João Baptista da S. Caetano

Fr. M.^{el} da ReSurreição F.^r Francisco de Sá

Fr. Francisco Xavier de Sancta Anna // *fol. 11*

Anexo II: Alvará para que intensifique o estudo da Língua Portuguesa nos Reinos e Domínios de Portugal ²⁸⁰

Copia = Eu ElRey= Faço saber aos que este Alvara vi=/rem, que em Conselho da Real Mesa Censoria / Me foi Presente, que sendo a correção das Lingoas / Nacionais hum dos objetos mais attendireis, para /a cultura dos Povos Civilizados, por dependerem /della a clareza a energia, e a magistade comque de-/vem estabelecêr as Leis, persuadir a verdade da / Religiaõ, e fazer uteis, e agradaveis os Escriptos: / Sendo pelo contrario a barbaridade das= / Lingoas a que manifesta a ignorancia das / Nações; e naõ havendo maio, que mais pos-/sa contribuir para polir, e aperfeiçoar q^l/quer Idioma, e desterrar delle esta rudêz, / do que a applicação da Mocidade ao es/tudo da Gramática de sua propria / Lingoa; por que sabendo-a por princi-/pios, e naõ por mero instinto, e habito, / Se costuma a fallar, e escrevêr compuresa, / evitando aquelles erros, que tanto disfi-/guraõ a nobreza dos pensamentos, e = / vem ad'quirir-se com maior facilidade / e sem perda de tempo aperfeita intel-/ligencia d'outras differentes Lingoas; pois / que lendo todas principios communs, a=/charaõ nellas asprincipiantes menos que / estudar todos os rudimentos, que o referido / elevar as Lingoas Gregas, e Romanas ao graõ de / gosto, eperfeiçaõ, em que Seviraõ nos famosos / Seculos de Athenas, e Roma, eque bem tes-/temunhaõ as excellentes, e emitaveis obras, que / Delles ainda nos restaõ. Conformando Me / Hum com exemplo destas ede outras Nações / illuminadas, e desejando quanto em Mim / hé, adiantar a cultura da Lingoa / Portuguesa nestes Meus Reinos, e Dominios / para que nelles possa haver Vassalos u= // *fort.* 01 uteis ao Estado: Sou Servido ordenar que / os Mestres da Lingoa Latina, quando rece/berem nas suas Classes os Discipulos para lha=/iniciarem as instruções previamente por tem/po de seis mezes setantos forem neceSsarios para / a instrução dos Alunnos na Gramatica Portu/guesa composta por Antonio José dos Reis / Lobato, e por Mim approvada para o uso / das ditas Classes, pelo methodo, clareza, e boa or/dem, com que hé feita. E por quanto Me cons=/tou, q' nas Escollas, de Ler, e escrever se praticava / até agora alicão de processos litigiosos, e Sem=/tenças, que somente servem de diminuir o tempo, / e de costumar a mocidade áo orgulho, e enLeios / do Fôro: Hé por bem abolir para sempre / hum abuso taõ prejudicial: E mando que em / lugar dos ditos proceSsos, e Sentenças se ensi=/nem os meninos por impreSsos, ou manus-/criptos de diferente natureza especialmente / pelo Catecismo pequeno do Bispo de Mon/tpellier Carlos Joaquim Colbert, mandado / traduzir Diocesana para que por elle vão / taõ bem aprendendo os principios da Religiaõ, / em que os Mestres os devem instruir com especial / cuidado, e preferencia a outro qualquer es-/tudo. Eeste se cumprira taõ inteiramente co=/mo

²⁸⁰ *Alvará para que intensifique o estudo da Língua Portuguesa nos Reinos e Dominios de Portugal.* OURO PRETO, Centro de Estudos do Ciclo do Ouro (CECO). 30 de setembro de 1770, Arquivo Público Mineiro Coleção Casa dos Contos de Ouro Preto (APM CC), rolo 532, planilha 20516, documento 1. Palácio de Nossa Senhora da Ajuda a 30 de setembro de 1776. (original na Torre do Tombo). 2f.

nelle se contem sem duvida ou embargo / algum. Pelo que Mando a Real Mesa Com-/soria, Mesa do Desembargo do Paço, Diretor / Geral dos Estudos, Senado da Camara, e / a todos os Desembargadores, Corregedores, Pro-/vedores, Juizes, e mais PeSsoas deste Meus Rei-/nos, e Dominios o cumpraõ, e guardem, e fa-/çaõ inteiramente cumprir e guardar, es-/te meo Alvará com inviolavel observan=/cia, e Registrar tem todos os Livros das Ca/maras das suas respectivas jurisdicções. E= // *fol. 02* E ao Doutor Pacheco Pereira do Meu Com-/selho Do embargador do Paço, que serve de Chancel/ler Mór destes Reinos, Mando q' faça publicar / ne Chancellaria, Registrando-se o original / para a Torre do Tombo. — Dado no Palacio / de N. Senhora da Ajuda á os 30 de Septem=/bro de 1770 = Rey = Bispo de Béja P.

9.3. Anexo III: Resumo da Grammatica da Lingua Portugueza, composto pelo Bacharel Antonio Jozé dos Reis Lobato para uso das Escolas de Ler, e escrever²⁸¹

Resumo da Grammatica da / Lingua Portugueza, composto pelo Bacharel Anto-nio Jozé dos Reis Lobato p.^a uso das Escolas de / Ler, e escrever.

O Assumpto deste Autor, como elle na Introdução / ou Prologo se-explicou, consiste em dar huã perfeita / e necessaria noticia da Syntaxe Portugueza, e dos Ru-/dimentos p.^a ella necessarios, como tembem da Orthogra-/fia; para que todas as pessoas prinicipalmente as que / servem á Republica no Foro, Tribunaes, e Secretarias, / saibão com toda a perfeição fallar, e escrever o Portu-/guez Idioma.

Por esta causa ensina o mesmo Autor, que na Or-/thografia Portugueza se-devem dobrar as Consoantes, assim / como se-escrevem na Latina; e p.^a isto usou d hum / exemplo no Tratado da sobredita Orthografia Lição 3. / pag. 57. e 58. advertindo que o Pronome Elle se-deve / escrever com LL, porque Ille, donde aquelle se-deri-/va, assim se-escreve. De sorte que sempre insinuajusta-/mente, que a Orthografia Portugueza deve seguir a Lati-/na, quanto permitem as diversas propriedades, que nes-/tes Idiomas se-conhecem. <as que importa estabele-/cer esta bem fundada e universal Regra, se elle conti-/nuamente se-contradiz?

Escreve Dicera, Dicesse com C, e devia escrever dois / SS. Oceano com dois cc; e devia ser hum só. Emfermo / com m antes do E; e devia ser hum n. Lenbrar com / n antes do b, e devia ser hum m. Mapa com hum / só p, e devia ser com dois. Melão com hum só L, e / devia escrever com dois tambem. Pasado com hum só s, / reconhecendo, e ensinando elle, q' hum so S entre duas vo-/gaes se-pronuncia como Z. Setensa com s na ul-/tima Syllaba, e devia ser hum C com cedilha. Sus-/pensso com dois SS depois da penultima Syllaba pen, / o que he crassissimo erro, porque o S ultimo se pro-/fere com a vogal o; e o outro não se pode absolutamen-/te pronunciar, pois não há vogal, a que se-ajunte, assim / na Portugueza, como na Latina Orthografia. Final-/mente além de escrever Arithmetica, Filosofia, etc. com as / Letras fóra do seu Lugar, e com iniciaes pequenas; sempre / escreve o Fidellissima, e Escolla com dois ll, o que he / contrario á Orthografia Latina, e a outra qualquer moderna.

Agora notarei com a brevidade possivel aquel/les maiores defeitos, que julgo haver em muitas Re-/gras, excogitadas pelo Autor deste Compendio p.^a / dar // fl. 17f. dar, como elle diz, huã perfeita noticia da Grammatica Portu-/gueza.

²⁸¹ *Resumo da Grammatica da Lingua Portugueza, composto pelo Bacharel Antonio Jozé dos Reis Lobato para uso das Escolas de Ler, e escrever. ANTT, Real Mesa Censória, 1771, doc. 42.*

Na Parte 1. Livro 1. diz que as Partes da Oração / Portugueza são nove, Artigo, Nome, Pronome, Verbo, etc. e que / o Artigo he huã palavra, que serve p.^a distinguir genero, / <+ / appllativo>²⁸² numero, e caso[s.] Qualquer Nome Portuguez + só tem hum caso / no singular, e hu só no plural, como v. g. A virtude, As / virtudes; O vício, os vícios. Pelo que ainda que eu repita seis / vezes, ou muitas mais, hum Artigo com hum Nome, ou sempre / hei de proferir o mesmo caso. He logo falso, que o Artigo / sirva p.^a distinguir os casos do mesmo nome. Distingue / certamente o genero, e numero; poque dizendo-se v. g. A virtu-/de; já se-conhece que este Nome he feminino, e singular; e dizendo-se As virtudes; consta que o mesmo Nome he femi-/nino, e plural. Isto se-confirma com os diversos Arti-/gos; porque dizemos v. g. A grande, O grande; As grandes / Os grandes. Finalm.^{te} os casos dos Nomes, e Artigos são diversos por sua instituição.

Daqui se-deduz, que tambem he falso, o que na / Pag. 2 affirma o Autor, isto he, que o Nome Portuguez, / de que alli trata, tem seis Casos, Nominativo, Genitivo, Dá-/tivo, etc. porque nunca tem senão hum no singular, e outro / no plural.

Na Lição 3. diz, que o Artigo se declina por este modo / v. g. A virtude, que he Nominativo; genitivo Da virtude, / Dativo A' virtude; Accusativo Para a vitude; Ablativo / Da virtude, ou Na virtude, ou Pela virtude. Faltou-lhe / o Vocativo O' virtude. Esta Regra, ou explicação he insofri-/vel; porque o caso do Nome Virtude sempre he o mesmo; e / tambem o Artigo A he o mesmo. Quem faz analogar, ou / mentalmente referir, e proporcionar este Nome com hum só / caso aos diversos casos Latinos, não he o Artigo, como já disse; / mas as Preposiçoens Portuguezas, que se-lhe ajuntão. Para / significar o Genitivo, usamos da Preposição De, e do Artigo A; / mas não dizemos De a virtude, de o vicio, porque pela Figu-/ra Synereze pronunciamos Da, Do, Da virtude, Do vicio; / e isto mesmo observamos com as outras Preposiçoens e Artigo, / p.^a significar, ou fazer analogia aos distintos casos dos La-/tinos.

Na Lição 8. Pag. 7. pertende o Autor dar as Regras / Geraes das terminaçoens, ou casos dos Nomes Portuguezes. / Diz pois que os Nomes terminados em Al tem no plural / o caso aes, como v. g. Sal, Saes; e que desta Regra se exceptua / sómente o Nome Mal, que no plural he Males. Esta ex-/cepção he deminuta; porque o Substantivo Real, não sómente / faz no plural Reaes, mas tambem Réis com accento agudo / no e p.^a distinção do Nome Rêis, que significa Monarcas.

Na mesma Pag. 7. Estabeleceo outra Regra geral, dizendo / que o Nomes em il formão o plural mudando o l em s, / como Buril, Burís; e q' desta Regra geral se exceptuaõ Facil, Dif/ficil, Docil, que formão Faceis, etc. Eis aqui huã Regra geral / falsissima; por que, ainda mais do que o Autor diz, a-excede a sua propria / excepção. Os Nomes terminados em il com accento dominante / nesta // fl 17v. nesta

²⁸² A margem direita.

Syllaba, e que por isso formão o plural em is, como Anil, / Barril, Boril, Funil, Anís, Barrís, en-são m.¹⁰ poucos; e os No-/mes terminados em il com accento dominante na Syllaba prece-/dente, são muitos certamente como v. g. Ágil, Aquátil, Dúctil, Ré-/ptil, Verosímil, Volátil, Útil, etc. aos quaes se-devem accres/centar todos aquelles, que se-derivão dos Latinos Verbaes em / <+ / com a penulti-/ma brêve,^{>283} [ilegível]ilis, + como v. g. Adductilis, Fietilis, Inco[ntil], Inconsutilis, etc. / dos quaes arbitrariamente se-derivão Nomes Portuguezes, termina-/dos em il com accento dominante na Syllaba precedente. Desde que / ainda prescindindo destes Nomes arbitrarios, aquelles, de que o Autor in-/ventou a sua Regra géral, não excedem aos outros, que formão o plural / em eis. A verdadeira Regra neste Ponto he a que eu ja dei em hum Com-/pendio de Orthografia, isto he, que o Nomes terminados em il com / accento dominante nesta ultima syllaba, formão o plural em is, co-/mo Barril, Barrís; e os que tem o mesmo accento na Syllaba antece-/dente, formão o plural em eis, como Fácil, Fáceis, etc.

Na referida Pag. 7 e na 8. Diz que há Nomes terminados em ão, / ou am, q' formão o plural em ães, ãos, e ães; mas não ensina, nem / distingue estas diversas Classes, ou terminações, para que os homens / do Foro, Tribunaes, e Secretarias saibão perfeitamente proferir, / e escrever a sua Lingua, como elle promete no seu Prologo.

No Livro 2. excogitou o Autor diversas Regras p.^a conhecer / os generos dos Vovabulos Portuguezes, que devem concordar com / Adjectivos; mas em primeiro Lugar não ensina que genero tem / os Infinitivos dos Verbos, quando se-usa delles ao modo de Substan-/tivos, como v. g. O amar a Deos, e ao proximo, he a primeira obriga-/ção de hum Catholico. Em segundo lugar diz na Lição 2. / pag. 10. que os Nomes acabados em a são do genero feminino; e que desta Regra geral se-exceptuão Dia, Mapps, Clima, e / outros q' são do genero masculino. Mas como não diz, quaes sejam / <+ / como são^{>284} estes, + v. g. Anagramma, Anathema, Axioma, Diadema, [E]pigramma / Lemma, Problema, Programma, Thema, Theorema, etc. de nada serve / aquella Regra, assim como outras, p.^a huã perfeita noticia da Gramma-/tica Portugueza.

3º Na mesma Pag. 10. Estabelece como Regra géral, que os Nomes / acabados em e são femininos, como Arte, Neve; e desta Regra / somente exceptuou Bosque, e Valle. Não lhe-lembrarão v. g. / Aleive, Alfeire, Alfnete, Alicerce, Aljube, Almadraque, Almece, / Alqueire, Alume, Appetite, Aproche, Arenque, Arrobe, Ata-/le, Ataque, Alaude, Asougue, e tantos outros, com os quaes pode-/ria eu encher duas folhas de papel, discorrendo por todas as Le-/tras de nosso Abecedario. A estes innumeraveis Nomes do / genero masculino podia qualquer Erudito eccrescentar outors / Nomes deminutivos e arbitrarios, que se-terminão em ête, como / v. g.

²⁸³ A margem esquerda.

²⁸⁴ A margem esquerda.

Macête, Alhête, etc. que também são masculinos. Eu algum / dia tive a curiosidade superflua de inquirir exactamente o maior / numero dos Nomes femininos, ou masculinos, terminados em e; / mas depois de huã grandissima applicação julguei que era moralmente / impossivel estabelecer Regra geral nesta materia; e que só devia / dizer-se, que os Nomes acabados em dade, e ice, como v. g. Castida-/dade, Meiguice, são femininos; e os terminados em ete, são / masculinos: os outros porém se-devião deixar ao uso, q' facilmen-/te os-ensina. Certamente o Autor deste Compendio não teve / nesta materia estudo sufficiente; e por isso se-avançou a dar semelhan-/tes Regras, que ou são falsas em si mesmas, ou por causa das excepções.

4.º Na citada Pag. Resolve que os Nomes acabados em o são mascu-/linos, como Livro, Negocio; e sómente exceptuou Não, Enxó, / Mó. Mas devia também exceptuar Ichó, Eiró, Filhó, etc.

5º Alli mesmo decidio que o Nomes terminados na syllaba em / são femininos, como Ordem, Imagem; e não exceptuou desta Regra / senão Trem, Bem, Armazem; porq' não advertio, que também são / masculinos // *fol. 18f.* masculinos Assém, Múgem, Vai vém, Vintém, etc.

Na Pag. 11. Resolve que são masculinos os Nomes terminados em az, ez, iz, como Antraz, Arnez, Verniz; mas na excepção / desta Regra diz que são femininos Atanaz, que devia ser Tenaz, / Arnez, que he masculino como elle advertio nos exemplo da / sua Regra géral, Paz, Vez, Raiz, Sobrepelliz, e Antraz que tem-/bem lhe-servio de exemplo p.^a os masculinos. Não pode haver / <+ / Matriz / + / Rêz, Rézes; >²⁸⁵ Regra mais confusa, nem mais deminuta excepção; porq' também / são femininos + Fêz, Fezes; + Tez Tezes; Aboiz, Codorniz, Perdiz, / etc.

Nas Conjugações dos Vrbos Portuguezes falou bem; / porque as-transcreve da Grammatica Portugueza, e de outros / muitos Livros, que tratão deste Assumpto. He verdade que na / Pag. 24 adverte que muitos Verbos da pr.^a Conjugação carecem do Par-/ticipio activo acabado em ante, porque não se-diz v.g. Comprante, / Louvante; mas não explicou os mais exceptuados; porque talvez / ignorava a Regra géral da excepção, a qual sabem os Orthólogos / eruditos.

Na Parte 2 Pag. 44. definio a Syntaxe por estas palavras = Perfeita composição das partes da Oração entre si. Esta / Definição não he boa. Porque escede o Definido. Syntaxe he huã cons-/trução, ou composição de partes, a qual pode perfeita, ou imperfei-/ta; é por isso ninguém até agora definio, que a Syntaxe he perfeita / composição.

Finalmnte na Parte 3^a Livro 1. Pag. 54. e seguintes, em q' no-/vamente tratou da Orthografia Portugueza, não fez menção da Letra / Z do nosso Abcedario; nm deo Regras suficientes para qie os / homens do Foro, Tribunaes, e Secretarias possuão

²⁸⁵ A margem esquerda.

fallar, e escre-/ver com perfeição os Vacabulos Portuguezes, como elle a todos / affirmou na sua Introducção.

Peloque, sendo este Sapientissimo e Rgio Tribunal, instituido / por El Rei Nosso Senhor, p.^a promover com suavidade e prudencia, / quanto lhe-seja possivel, as boas Letras, Artes Liberais, e como Catho-/lico; não me-parece justo, que esta Obra manuscrita, assim como / está, se-aprove; mas que ou se-entregue a seu Autor, para que / a-emende na Orthografia, e Regras; ou fique já supprmda.

Os S.^{rs} Deputados Adjuntos julgarão o mesmo isto he / que ou esta Obra se-supprima, ou se-entregue ao Autor, / paraq' emende a Orthografia, e as Regras. Lisboa em Meza, 6 de Maio de 1771.

Fr. Luis do M.^{te} Carmelo

Fr. Fran.^{co} X.^{er} de S.^{ta} Anna

Antonio Per.^a de Fig.^{do} // *fol. 18v.*

Anexo IV: Esquema da Ortografia de Manuel Dias de Souza²⁸⁶

DA ORTOLOGIA CAP. I.

5

ESQUEMA

Figura	Nome	Exemplos da pronuncia.	
Redonda	Bastarda	valor	
A	a	a	Anárda, Marmeláda.
B	b	be	Bala, beco, bico, bota, bulha.
C	c	que	Cana, -, -, cobre, cura.
Ç	ç	çe	Çafra, çera, çidra, çoco, çumo.
D	d	de	Dama, dedo, dito, dote, duro.
E	e	e	Elemento, eleger,
F	f	fe	Favá, ferro, fita, fogo, fumo.
G	g	gue	Gado, guerra, guita, goma, gume.
G	g	ge	- gelo, giga, - -
H	h	hé	Habil, hera, hidra, hora, hum.
I	i	i	Ilegítimo, inimigo.
J	j	je	Jarro, jejum, jinja, jogo, juro.
K	k	ke	Kalendas, kyrios.
L	l	le	Laço, lenha, liaho, lobo, lume.
M	m	me	Magro, menor, milho, moço, mudo.
N	n	ne	Nabo, negro, niahô, nobre, nuvem.
O	o	o	Ociozo, oratório.
P	p	pe	Pato, pedra, pipa, pote, pulo.
Q	q	qu	Quadra, quebra, quina, quotidiano.
R	r	re	Rama, regra, rico, roda, rumo.
S	s	se	Saco, selha, sine, sono, sumo.
T	t	te	Taça, telha, tiro, tocha, tude.
U	u	u	Unido, unha, uzura.
V	v	ve	Vaca, velho, vidro, voto, vulto.
X	x	xe	Xarope, xeringa, cochim, caixoto, queixuma
Y	y	y	Sylaba, mysterio.
Z	z	ze	Zafira, zelo, zizania, zoma, zurro.

O assinar aos caracteres do Alfabeto hum nome segundo o valor que na pronuncia, nada ofende o essencial da lingua, e contribue mui-facilitar a leitura aos principiantes; porque ensinando-lhes a pro-

²⁸⁶ SOUZA, Manoel Dias de. *Gramatica Portugueza ordenada segundo a doutrina dos mais celebres Gramaticos conhecidos, assim nacionaes como estrangeiros, para facilitar á mocidade Portugueza o estudo de ler e escrever a sua própria Lingua, e a intelligência das outras em que se quizer instruir.* Coimbra: Na Real Imprensa da Universidade, 1804. p. 5.

9.5. Anexo V: Localidades constituintes da região do termo de Mariana.

ANTONIO PEREIRA
ARREPIADO
BARRA DO BACALHAO
BARRA LONGA
BARRADO
BARROSO
BENTO RODRIGUES
BOA VISTA
BRAZ PIRES
BRUMADO
CAETE
CALAMBAO
CAMARGOS
CATAS ALTAS
CONCEIÇÃO DO TURVO
DESTRITO DE MELLO
ESPERA
FAZENDA DA BOA VISTA
FAZENDA DA TERRA
FAZENDA VARIAS
FREGUESIA DE SÃO JOAO BATISTA
DO PRESIDIO
FURQUIM
GUARAPIRANGA
IMPERIAL CIDADE DE OURO PRETO
INFICIONADO
ITABIRA
LEAL CIDADE DE MARIANA
LIBERDADE
MARIANA
OLIVEIRA
OURO PRETO
PALMIRA
PARAOPEBA DA POMBA
PAULO MOREIRA
PINHEIRO
PIRANGA
PONTE NOVA
RETIRO
RIO DE JANEIRO
SABARA
SANTA ANA DO DESERTO
SANTA CRUZ
SANTA CRUZ DO ERCULINDO
SANTA RITA
SANTO ANTONIO DO CALAMBAO
SÃO CAETANO
SÃO DOMINGO
SÃO JOSE DO BARROSO
SÃO JOSE DO CHAPECO
SÃO SEBASTIAO

SAUDE

SERRO

SOARES

SUMIDOURO

TAPERA

TESOURARIA DA FAZENDA

UBA

VILA DE SÃO JOSE

FONTE: AHCMM, Documentação Avulsa, Caixa de Correspondências Recebidas, 1822 – 1853.

9.6. Anexo VI: Mestre e Professores do Termo Mariana 1813 – 1853

<i>REFERÊNCIAS:</i>	<i>NOME:</i>	<i>FUNÇÃO:</i>	<i>Ano:</i>	<i>LOCALIDADE:</i>
SILVA 2004 p. 81; AHU/CX 62/Doc. 11	Agostinho Matos	Gramática Latina	NC	Vila Rica
AHCMM/165/105f.	Agostinho Resende Assumpção	Professor Retórica	1836	Mariana
Listas Nominativas 1819-22;	Antônio Alves Diniz	Mestre 1ª Letras	1822	Prezidio
SILVA 2004.	Antônio Assis Diniz	Mestre 1ª Letras	1823	Mariana
Lista Nominativa 1838/1840	Antônio Augusto	Professor	1839	PONTE NOVA
AHCMM/701/62f; AHCMM/727/144f; Testador em: ACSM/1º/291/5583; Degenere: Curia Arm. 11 pasta 63	Antônio Bernardino dos Reis	Mestre 1ª Letras	1833	Ouro Preto
Lista Nominativa 1838/1840; AHCMM/733/246	Antônio Ermínio Herculano	Professor	1838	SUMIDOURO
AHCMM/701/108f.	Antônio Felício Miranda Ribeiro	Mestre 1ª Letras	1832	Freguesia do Pomba
Listas Nominativas 1831-40	Antônio Felício Nascimento	Professor	1832	Freguesia do Pomba
SILVA 2004.	Antônio Fermino Herculano	Mestre 1ª Letras	1818	Sumidouro

Listas Nominativas 1819-22	Antônio Fernandes	Professor	1822	Catas Altas Mato Dentro
Lista Nominativa 1838/1840	Antônio Ferreira Viçoso	Professor	1838	Catas Altas Mato Dentro
AHCMM/752/268f-v	Antonio Ferreira Viveiros	Educador	1831	São José do Xopotó
SILVA 2004 p. 102	Antônio Gonçalves Nunes	1ª Letras	1830	Mariana
Listas Nominativas 1831-40	Antônio Ilegível Carlos	Professor	1831	Sumidouro
SILVA 2004.	Antônio João Gonçalves Nunes	Padre e Mestre 1ª Letras	1830	Freguesia do Pomba
AHCMM/206/43f; Inventariado em: ACSM/1º/44/1023; Testador em: ACSM/1º/291/5600; Testador em: ACSM/1º/250/4607	Antônio José Ribeiro Bhering	professor Retórica e Filosofia	1830	Mariana
AHCMM/222/72v; Testador em: ACSM/1º/291/5571 ou Testador em: ACSM/1º/291/5572 ou Testador em: ACSM/1º/211/3994; Lista Nominativa 1838	Antônio José Souza	professor	1840	Ponte Nova
RAPM/ano 7/p. 990-995/ Testamento em: ACSM//Lv15/f6v	Antônio Leonardo Fonseca	1ª Letras	1814	Vila Rica
Lista Nominativa 1831/1840	Antônio Luis	Professor	1831	Mariana
Lista Nominativa 1838/1840	Antônio Martins Machado	Professor	1838	Furquim
AHCMM/733/75	Antônio Pereira Ribeiro	Menino de	1835	Furquim

		escola		
Listas Nominativas 1819-22	Apolinário Moreira	Professor	1822	Catas Altas Mato Dentro
Listas Nominativas 1831-40	Bento	Professor	1832	Pinheiro
Listas Nominativas 1819-22	Bernardo Fernandes	Professor	1822	Catas Altas Mato Dentro
Testamento em: ACSM/1/Lv.20/f151v	Caetano Gomes Santa Rita	professor no seminário	1828	NC
AHCMM/431/9f.	Caetano Rodrigues Coura	Mestre	1840	Ponte Nova
AHCMM/733/75	Camilo Pereira Ribeiro	Menino de escola	1835	Furquim
SILVA 2004; Inventariado em: ACSM/1/52/1161; Testador em: ACSM/1º/166/3393; AHCMM/729/49; AHCMM/729/108; AHCMM/733/712; AHCMM/733/126f	Cândido Joaquim Rocha	Mestre 1ª Letras	1826	Furquim
Listas Nominativas 1831-40	Cipriano Celestino Augusto Figueredo	Professor	1832	São Caetano

AHCMM/640/29-30v; Listas Nominativas 1819-22; AHCMM/640/67f; AHCMM/221/62f; AHCMM/729/65; AHCMM/729/87; AHCMM/729/127; Testamenteiro em: AHCSM/Livro 31/fl.45; AHCSM/Livro 24/fl.116; AHCSM/1º/280/5052; Lista Nominativa de 1838/1840; Testamenteiro em: ACSM/1/L24/116	Cipriano Celestino Augusto Figueredo	Mestre	1835	Catas Altas Mato Dentro
SILVA 2004.	Domingues Souza Vieira Silva	Mestre 1ª Letras	1829	Catas Altas Mato Dentro
APM/SG/CX 88/DOC. 14; APM CC/Rolo 103/ Vol. 608/ fl. 219v; RAPM/ vol. 7/ p. 990-995	Felipe Meri Castro	Professor de Latim	1813	Guarapiranga
SILVA 2004; Lista Nominativa de 1838	Floriano José Oliveira	Mestre 1ª Letras	1835	Ponte Nova
AHCMM/165/21f.	Frances Henrique Brestus Philand	Professor Público	1835	NC
SILVA 2004; AHCMM/221/26f; Lista Nominativa de 1838	Francisca Paula Egina	Mestre 1ª Letras	1833	Mariana
AHCMM/729/65; Lista Nominativa de 1838/1840	Francisco Abreu Silva	Professor	1838	Catas Altas Mato Dentro
Listas Nominativas 1819-22; ACSM/2º/94/2012.	Francisco Fernandes	Professor	1822	Catas Altas Mato Dentro
Listas Nominativas 1819-22	Francisco José Machado	Professor	1822	Catas Altas Mato

				Dentro
AHU – Cons. Ultram. – Brasil/MG – Cx.: 173, Doc.: 63	Francisco José Pereira Sampaio	professor	19	Mariana
AHCMM/733/71v	Francisco José Silva	Professor de Música	1835	Furquim
Listas Nominativas 1819-22; pode ser Francisco de Paula Oliveira e Silva: ACSM/2 °/120/2426.	Francisco Paula	Professor	1822	Catas Altas Mato Dentro
SILVA 2004.	Francisco Paula Duarte Castro	Mestre 1ª Letras	1831	Barra do Bacalhau
AHCMM/641/84v	Francisco Ribeiro e Souza	Gramática Francesa	1834	NC
AHCMM/221/87f.	Francisco Sirillo Ribeiro e Souza	Gramática Francesa	1834	NC
RAPM/ vol. 7/ p. 990-995; Inventariado em: ACSM/1° of./151/3176; AHCMM/651/97f	Francisco Xavier Augusto França	Mestre 1ª Letras	1818	Catas Altas Mato Dentro
RAPM/ vol. 7/ p. 990-995; Inventariado em: ACSM/1° of./151/3176; AHCMM/651/97f	Francisco Xavier Augusto França	Gramática Latina	1814	Mariana
SILVA 2004.	Francisco Xavier Gonçalves Mendonça	Mestre 1ª Letras	1820	Furquim
AHCMM/586/f191	Henrique Brutos Thiobautte	Professor de Francês	1835	Mariana

AHCMM/221/135v.	Gabriel Gomes Pinheiro	professor 1 ^a Letras	1835	Mariana
AHCMM/214/56v-57f	Inacio Alves Silva	aulas públicas	1832	NC
Listas Nominativas 1819-22	Jacinto Soares	Professor	1822	Catas Altas Mato Dentro
Listas Nominativas 1831-40; AHCMM/729/67v;	João Alves Almeida França	Professor	1831	São Sebastião
RAPM/ vol. 7/ p. 990-995	João Batista Teixeira	1 ^a Letras	1814	Sabará
Listas Nominativas 1819-22	João Carvalho Aguiar	Professor	1822	Catas Altas Mato Dentro
Listas Nominativas 1819-22	João Fernandes	Professor	1822	Catas Altas Mato Dentro
Listas Nominativas 1819-22	João Francisco Albuquerque	Professor	1822	Catas Altas Mato Dentro
Listas Nominativas 1819-22; ACSM/2º/34/800.	João Gonçalves Pereira	Professor	1819	Remédios
Listas Nominativas 1819-22	João Januário Fernandes	Professor	1822	Catas Altas Mato Dentro
SILVA 2004; Listas Nominativas 1831-40; Inventariante em: ACSM/2º/45/1011; AHCMM/729/37; AHCMM/729/103; Lista Nominativa de 1838	João Maria Martins Estrela	Mestre 1 ^a Letras	1831	Mariana

Listas Nominativas 1819-22; Lista Nominativa de 1838/1840	João Moreira Garcês	Professor	1822	Catas Altas Mato Dentro
Listas Nominativas 1819-22	João Santos Batista	Professor	1822	Catas Altas Mato Dentro
Listas Nominativas 1819-22	Joaquim Antão	Professor	1822	Catas Altas Mato Dentro
RAPM/ano 7/p. 990-995	Joaquim José Benevides	1ª Letras	1814	Vila Rica
Listas Nominativas 1819-22; RAPM/ vol. 7/ p. 990-995;	Joaquim José Pereira	Professor	1822	Catas Altas Mato Dentro
AHCMM/701/50v.	Joaquim Romão Moreira Castro	Mestre 1ª Letras	1832	NC
RAPM/ vol. 7/ p. 990-995	José Antônio Freire	1ª Letras	1814	Congonhas do Campo
AHCMM/165/2v.	José Antônio Marinho	Professor Filosofia	1835	Mariana
Listas Nominativas 1819-22	José Antunes Siqueira	Professor	1822	Catas Altas Mato Dentro
Listas Nominativas 1831-40	José Custódio	Professor	1831	Camargos
SILVA 2004.	José Custódio Ferreira Brandão	Mestre 1ª Letras	1831	São Caetano
Listas Nominativas 1819-22.	José Ferreira	Professor	1822	Catas Altas Mato Dentro

Listas Nominativas 1819-22	José Goulart	Professor	1822	Catas Altas Mato Dentro
Listas Nominativas 1819-22	José Joaquim Álvares	Professor	1822	Catas Altas Mato Dentro
SILVA 2004.	José Joaquim Silva	Mestre 1ª Letras	1830	Catas Altas Mato Dentro
AHCMM/729/103	José Lopes Cruz	Professor público 1ª Letras	1835	Mariana
AHCMM/Cód.731/63v	José Luis Boitoco	Professor	1830	NC
AHCMM/639/154f.	José Manuel Fonseca	Professor	1840	Inficionado
AHCMM/752/54f; AHCMM/729/35	José Miguel Martins Chaves	Magistério	1843	Ponte Nova
AHCMM/165/133v.	José Pacífico Peregrinação	Retórica	1836	Mariana
Listas Nominativas 1819-22	José Pedro Dias	Professor	1822	Catas Altas Mato Dentro
AHCMM/431/9f.	José Pereira Bacelar	Mestre	1840	Ponte Nova
Lista Nominativa 1838/1840	José Rebelo Santa Rita	Professor	1838	Catas Altas Mato Dentro
AHCMM/729/104	José Silva Lana	Professor	1835	Piranga

		Particular		
AHCMM/221/16f.	José Souza	Professor 1 ^a Letras	1833	Catas Altas Mato Dentro
AHCMM/641/87f.	José Souza Roussin	professor Filosofia	1834	NC
AHCMM/214/142v.	José Souza Silva	Professor de Retórica	1833	NC
Listas Nominativas 1819-22	José Tomas Sousa	Professor	1822	Catas Altas Mato Dentro
AHCMM/221/12v.	José Venâncio Godoy	Professor 1 ^a Letras	1833	Pinheiro
Listas Nominativas 1819-22	Justino Pinto Ferreira	Professor	1822	Catas Altas Mato Dentro
AHCMM/733/128v	Juvenato	ensina meninos		NC
AHCMM/625/f. 1v; AHCMM/711/30	Licínio Jose Carvalho	Professor	1837	Camargos
AHCMM/701/116v.	Lourencio Antônio Pereira	Professor 1 ^a Letras	1833	NC
AHCMM/222/19v.	Lucio José Circuncizão	Professor 1 ^a Letras	1838	Inficionado

Listas Nominativas 1819-22; AHCMM/651/86f.	Luís Soares Ferreira	Mestre de 1ª Letras	1819	Mariana
Listas Nominativas 1831-40	Manuel Abreu Lima	Professor	1831	Passagem
SILVA 2004.	Manuel Antônio Brandão	Mestre 1ª Letras	1814	Freguesia do Pomba
ACSM/2/445/13934	Manuel Alves Cunha Ozório	Professor	1813	NC
Listas Nominativas 1819-22	Manuel Bibiano	Professor	1822	Catas Altas Mato Dentro
AHCMM/641/83f.	Manuel Bitencur Godinho	Professor 1ª Letras	1834	Piranga
SILVA 2004; Inventariante em: ACSM/2º/126/2529; ACSM/1º/149/3118.	Manuel Correia Burgos	Mestre 1ª Letras	1826	Inficionado
SILVA 2004.	Manuel Correia Burgos Júnior	Mestre 1ª Letras	1828	Inficionado
Listas Nominativas 1819-22	Manuel Dias Silva	Professor	1822	Catas Altas Mato Dentro
AHCMM/165/13f	Manuel Duarte Ferreira	Mestre 1ª Letras	1835	Mariana
AHCMM/165/134v.	Manuel Ferreira Costa	Professor 1ª Letras	1836	NC
AHCMM/701/52v.	Manuel Ferreira Silva	professor 1ª	1854	NC

		Letras		
Listas Nominativas 1819-22; Inventariado em: ACSM/1º/61/1328.	Manuel Ferreira Silva	Professor	1820	Martire Manuel Rio Pomba
SILVA 2004; Listas Nominativas 1831-40; Inventariado em: ACSM/1/22/578.	Manuel Ferreira Trindade	Mestre 1ª Letras	1831	Barra Longa
Listas Nominativas 1819-22	Manuel Francisco Xavier	Professor	1819	Mariana
Lista Nominativa 1838/1840	Manuel Gonçalves Chaves	Professor	1838	Furquim
Listas Nominativas 1819-22	Manuel Joaquim Ferreira	Professor	1822	Catas Altas Mato Dentro
AHU – Cons. Ultram. – Brasil/MG – Cx.: 173, Doc.: 63	Manuel Joaquim Pereira Coimbra	professor	19??	Mariana
AHU – Cons. Ultram. – Brasil/MG – Cx.: 175, Doc.: 50, AHU – Cons. Ultram. – Brasil/MG – Cx.: 180, Doc.: 14; AHU – Cons. Ultram. – Brasil/MG – Cx.: 180, Doc.: 9; AHU – Cons. Ultram. – Brasil/MG – Cx.: 183, Doc.: 17	Manuel Joaquim Ribeiro	professor de Filosofia	19??	Minas
SILVA 2004; Listas Nominativas 1831-40; Inventariante em: ACSM/2º/129/2601.	Manuel José Cunha	Mestre 1ª Letras	1818	Piranga
Listas Nominativas 1819-22	Manuel José Valente	Professor	1822	Catas Altas Mato Dentro
Listas Nominativas 1819-22	Manuel Maria Lacerda	Professor	1822	Catas Altas Mato

				Dentro
AHCMM/641/109f; AHCMM/221/24f; AHCMM/701/64f (9ª numeração). Inventariante em: ACSM/1º/95/1994; ACSM/1º/31/736; Lista Nominativa de 1838	Manuel Miguel Arcanjo Encarnação	Mestre 1ª Letras	1831	Mariana
AHCMM/222/40f.	Manuel Pedro Alcantra	Professor	1838	Saúde
Listas Nominativas 1819-22; Inventariante em: ACSM/2º/24/600.	Manuel Preto Rodrigues	Professor	1819	Mariana
Lista Nominativa 1838/1840	Manuel Ribeiro	Professor	1838	São Caetano
AHCMM/214/56v-57f	Manuel Silva Lessa	aulas públicas	1832	NC
Listas Nominativas 1819-22	Manuel Sousa	Professor	1820	Antônio Pereira
Listas Nominativas 1819-22	Manuel Zeferino Gonçalves	Professor	1822	Catas Altas Mato Dentro
Listas Nominativas 1831-40	Maximiano Abreu Lima	Professor	1831	Passagem
Listas Nominativas 1819-22	Quintiliano Fernandes	Professor	1822	Catas Altas Mato Dentro
Listas Nominativas 1819-22	Raimundo Nonato	Professor	1822	Catas Altas Mato Dentro
Lista Nominativa 1838/1840	Ribeiro	Professor	1838	Catas Altas Mato Dentro

Lista Nominativa 1838/1840	Roberto Fernandes Santiago	Professor	1838	Passagem
AHCMM/651/99v; Listas Nominativas 1819-22	Salvador Peregrino Aarão	Professor e Mestre Retorica	1819	Mariana
AHU – Cons. Ultram. – Brasil/MG – Cx.: 170, Doc.: 45	Silvério Teixeira Gouveia	professor de Gramática Latina	19??	Vila Rica
AHCMM/752/268f-v	Venâncio José Silva Tinoco	Mestre 1ª Letras	1830	São José do Xopotó

Anexo 9.7. Discussões em Câmara relativas à educação (1829 – 1842)

5.^a Sessão Ordin.^a a 18 de Dezbr.^o d'1829²⁸⁷

[...]

05 Foi presente huma Suplica dos-
habitantes do Arraial e Freg.^a de S. Se-
bastiao deste Termo, pedindo a creação
de Cadeira e Mestre de 1.^{as} Letras: ere-
zolvendose levar se a Suplica ao Ex.^{mo}
10 Prezid.^e da Prov.^a Propos o Senhor Car-
v.^o egual neceSsid.^e do Arraial de
Ant.^o Per.^a por ser tambem Freg.^a e pro-
xima ade Camargos ambas desti-
tui das de Mestre Publico edistantes
15 da do Inf.^o = Assim foi ReSolvido.
[...] //fl. 003f.
[...]
O Senhor Prezid.^e p.^r nao haver mais
q. tratar levantou a Sessao depois das
20 des horas dando p.^a Ordem do dia Se-
g.^e atratarse Sobre os Docum.^{tos} dos Credores
e engeita dos, ea Organizaçao do Officio
ao Ex.^{mo} P. Sobre as Cadeiras das 1.^{as} Letras
Ep.^a constar. //fl. 003v.

6.^a Sessão Ordin.^a a 19 de Dezbr.^o d'1829²⁸⁸

[...]

05 O mesmo S.^r [*Presidente*] apresentou
o Off.^o q.^r se dirigi ao Ex.^{mo} P. da P. Sobre
as Cadeiras das 1.^{as} Letras: E Sendo appro-
vado foi assignado.
[...] //fl. 005f.

1.^a Sessão Ordin.^a de a 22 de M.^{co} d'1830²⁸⁹

²⁸⁷. MARIANA, AHCMM. “5^a Sessão Ordinária de 18 de Dezembro de 1829 na qual se delibera sobre a criação de Cadeira de primeiras letras na freguesia de São Sebastião e Antonio Pereira; ainda discute-se sobre a organização do officio do Excelentissimo Presidente da Província sobre a criação de cadeiras de 1.^{as} Letras”. Mariana, 18 de Dezembro de 1829. Códice 701. *Miscelânea*. Folhas 003 frente e 003 verso. Transcrito em 18 de Fevereiro de 2008 e revisado em 11 de Março de 2008. (9^a numeração)

²⁸⁸. MARIANA, AHCMM. “6^a Sessão Ordinária de 19 de Dezembro de 1829 na qual se apresenta um officio à Presidência da Província, sobre a criação de Cadeira de primeiras letras”. Mariana, 19 de Dezembro de 1829. Códice 701. *Atas das Sessões da Câmara*. Folha 005 frente. Transcrito em 18 de Fevereiro de 2008 e revisado em 12 de Março de 2008. (9^a numeração).

²⁸⁹. MARIANA, AHCMM. “1^a Sessão Ordinária a 22 de Março de 1830 na qual se recebe officios do secretário do Conselho Geral da Província sobre a criação de escolas de 1.^{as} Letras no Arraial de São

05 [...] Foraõ presentes tres Officios do Secre-
tario do Ex.^{mo} Conselho Geral da Prov.^a o pri-
meiro com ofeixo do dia hum de Fevr.^o ex-
pondo o enserram.^{to} dom.^{mo}, o Segundo dedois
de Março de se haverem creado as Escollas
de Primeiras Letras no Arraial deSao Cae-
-tano, e S. J.^e do Xopoto, eo terceiro de 12 do
10 m.^{mo} mes corr.^e p.^a creação da Escolla dePri-
meiras letras no Arraial de Ant.^o Per.^a, de q.
fi cou aCamr.^a inteirada.
[...] //fl. 74f.

4^a Sessao Ordin.^a a 26 Fevr.^o Ma^{co} d'1830²⁹⁰

05 [...] Foi pres.^e hum reque-
rim.^{to} do P.^e Ant^o Glz'. Nunes, ProfeSsor das Pri-
meiras Letras da Parochia da Pomba com
aSua Prov.^m q. se mandou cumprir e Regis-
-tar, bem como outro de J.^e Custodio Per.^a Br.^m
pedin do attestado p.^a Mestre de Primeiras
Letras o q. se attendeo.
[...] //fl. 78f.

Caetano e São José do Xapotó”. Mariana, 22 de Março de 1830. Códice 640. *Miscelânea*. Folha 074 frente. Transcrito em 4 de março de 2008 e revisado em 11 de Março de 2008.

²⁹⁰. MARIANA, AHCMM. “4^a Sessão Ordinária de 26 de Março de 1830 na qual se manda cumprir a provisão do professor de 1^{as} Letras da Paróquia da Pomba”. Mariana, 26 de Março de 1830. Códice 640. *Miscelânea*. Folha 078 frente. Transcrito em 4 de março de 2008 e revisado em 11 de Março de 2008.

Ilmos Snr^{es} Vereadores²⁹¹

05 Em cumprimento da Lei venho pela primeira vez a
prezentar á esta Camara o estado da administração do
Destricto da Tapera, comfiado pella m^{ma} Camara ameio
Coidado.

10 Munto melizongeico, Snr.^{es} depoder escrever a V.V.S.S. que
o Destricto seacha emperfeito socego, e que sedescobre em se
os abitantes sentimentos Constitucionae, cujos fructos come
çaõ acolher.

15 Nada presentemente comonico a V.V.S.S. relativo aobservan
cia das Posturas desta Ill.^{ma} Camera, porque avinda dos segundos
empediraõ amarxa dos primeiras, e aquelas agora hé que vão
chegando ao conhecimento dos Povos.

20 Persuado-me que as poucas vendas existentes neste Destricto,
seachaõ licitadas p.^r esta Ill.^{ma} Camara, e eu fis p.^r Edital sã
ente a os Taberneiros, que sem licença não poderaõ vender, e
algumas meforaõ apresentadas.

25 As Estradas, Snr.^{es} não seachaõ em muito bom estado, há seo
descoido em alguns Proprietarios, e para conseguir-se, este bem
taõ sumo, primeiro movel da flicid.^e Publica será neceSsario
proceder-se com o vigor daLei.

30 Tambem vosparticipa, Snr.^{es} que os Povos concurrentes para
o concerto daPonte do Rio Piranga neste lugar, contenuaõ
comvigor no corte das madeiras, e para estas dispezas vão
gradualm.^{te} concorrendo segundo cada hum subscreveo,
cujas quantias seraõ oseo tempo apresentadas a esta
Ill.^{ma} Camra. Esta paSsagem Snr.^{es} taõ chorada dos Po
vos fará sem duvida huma grande parte da flicidade do
Termo pela facilidade do ceo Comercio.

05 Agora Ill^{mos} Senhores imploro as atençaõens, e reconheci
do patrio tismo de V.V.S.S. sobre o deploravel estado de idu
caçaõ damocid^e deste Destricto, achaõ-se Snr.^{es} dentro do mesmo
mais de quarenta meninos de idade desette, a doze annos sem
conhecim.^{to} algum das primeiras letras, hé impoSsivel Se= //fl.425f.
Senhores haver bom regimen no meio de tanta igno
rancia. Não existe no Destricto huã só Escolla, e esta
mocidade quase toda m^{to} pobre, em.^{mo} pela grd.^e falta da
educaçaõ não seapresentaõ á aSsistir aos officios Divinos
nesta Capella o que julgo que havendo huã Caza de e
ducaçaõ será tavez mais promptos p.^a á aSsistencia dos
sobreditos Officios, porque presentem.^e será mais certo
designarem os dias dedevoçaõ para praticarem coizas m.^{to}
impropias a estes dias, e que devemos esperar Snr.^{es} de Ci
10 dadaõns educados p.^r cimillante maneira. Deixo as priden

²⁹¹. MARIANA, AHCMM. “Relatório apresentado pelo Fiscal de Tapera, José Antonio de Araújo Silva”. Tapera, 1º de Julho de 1830. Códice 693. *Misselânea*. Folhas 425 frente e 425 verso. Transcrito em 3 de Março de 2008.

tes considerações de V.V.S.S. Lembra-me Senhores, que o
unico meio deos atrair aos bons costumes, eracriar aqui
huã Escolla deprimeiras letras, eattendendo apriquenez do
Destricto, poderá esta ser temporaria, isto hé, dequatro em
15 coatro annos, enaõ deve oconhecimento que tem esta
Ill.^{ma} Camara dafala de Edificio no lugar para este
es tabelicim.^{to} p.^r Ser depropriid.^e particular, servir de
embaraço; p.^r que Senhores, oPatriotismo, ebons dezejos
que tem os Proprietarios do terreno de serem uteis á se
20 os semelhantes, removerá q.^l q.^r duvida aeste respeito,
eseja qual for arezoluçãõ desta Ill.^{ma} Camara, fico
es perançaõ desocorro para amocidade deste Destricto, e
esta esperança mais sefortifica affentas as recomendaço
25 ens donoSso Chefe Augusto na Abertura daprezente se
çãõ da Assembleia Geral.
Hequanto prezentemente mepareceo digno de levar ao
Conhecimento de V.V.S.S. eo continuarei afazer detudo
o mais q' for decorrendo, e digno de atençãõ, econcluo
suplicando aindulgente bondade, esabedoria de V.V.S.S.
30 para suprir as faltas desta minha participaçãõ, como tb.^m
adenaõ ter comparecido no primeiro dia daprezente Seçaõ.
Tapera 1 deJulho de1830

oFiscal
Jozé Antonio deAraujo Silva //fl.425v.

**1.^a Sessão Ordinaria a 1 de Julho
de'1830²⁹²**

Foi prezente hum officio do *Exelentissimo Presidente*
05 da *Provincia* com o feixo de 5 deJunho, para que aos Mestres
das 1.^{as} Letras se prestem os auxilios para os Men
nos orfãos eneceSsitados conforme asPosturas
exigindose as laminas do Governo, e em
cumprimento deste officio foi resolvido que^o Se
10 cretario comuni que a deliberação das
Posturas e do Officio aos Mestres que^o ha no Termo
para que^o estes relacionando os Meninos que esti
verem em tais circunstancias, aauthoriza
da a Relação pelo Juiz de Paz, ou Fiscal, in
15 dique onceSsario para se lhe mandar
por estar.

[...]

Foi prezente outro officio do mesmo *Exelentissimo*

²⁹². MARIANA, AHCMM. “Sessão Extraordinária de 1 de Julho de 1830 na qual a presidencia da Província remete um officio sobre a criação de Cadeira de primeiras letras na freguesia de São Sabastião e Antonio Pereira”. Mariana, 1 de Julho de 1830. Códice 701. *Atas das Sessões da Câmara*. Folha 16 frente. Transcrito em 18 de Fevereiro de 2008. (9ª numeração)

20 | Presidente do dia 8 de Junho relativamente as Cadeiras
vagas de 1.^{as} Letras deste termo e foi Resolvido que
o Senhor Presidente fizesse publico por Edital a Resoluçao
do Conselho. Foi presente outro officio do mesmo Exellentissimo
Presidente
com o feixo do dia 8 de Junho sobre os Professores de
25 | 1.^{as} Letras que pediram tempo para se habilitarem
nas doutrinas da Lei, de que ficou a Camara
inteirada.
[...] //fl. 16f.

4.^a Sessao Ordin.^a a 5 de Julho d'1830²⁹³

[...]
O Fiscal da Tapera
05 | Cap^m Jose Ant.^o de Ar.^o e S.^a apresentou o seu
Relatorio, e depois de lido sendo-lhe louvado
o zelo q' mostra pela cauza Publica se Resolueo
recomendar-lhe energia para a perfeiçao das Estradas
provindose nao só da persuazao p.^a com os Proprietarios
como da imposiçao das penas
10 | das novas Posturas qd.^o a isso seja mister =
Quanto a Licenças heur^o o inspetor se as ha nas
Cazas de negocio do Destrito bem como os pezos e
balanças aferidas e certas tendo attençao as Posturas =
15 | Ultimam.^{te} sobre a proposta de escolla de 1.^{as} Letras
q' é indispensavel o esclarecimento Se- //fl. 91f.
Seguinte = Hum Mappa tirado do Destrito e lugares
Vizinhos do numero dos meninos feitas idades que
05 | poderao concorrer a Casa de educaçao = Indicar a
propried.^e que sera designada p.^a a Residencia do Mestre
e Discipulos, e Sendo ella [obtergada] p.^r seu Proprietario
obter e apresentar o papel da doaçao = Devendo na
10 | Sessao Ordin.^a de 7br.^o ser presente p.^a a Camara poder
proponer ao Ex.^{mo} Conselho Geral da Prov.^a sua creaçao.
[...] //fl. 91v.

6.^a Sessão Ordin.^a a 28 de Setembro de 1830²⁹⁴

²⁹³. MARIANA, AHCMM. “4.^a Sessão Ordinária de 5 de Julho de 1830 na qual se discute o relatório enviado pelo Fiscal de Tapera, Capitão José Antonio de Araújo e Silva”. Mariana, 5 de Julho de 1830. Códice 640. *Misselânia*. Folhas 091 frente e 91 verso. Transcrito em 4 de março de 2008. (o relatório está transcrito em: Códice 693. *Misselânea*. Folhas 425 frente e 425 verso, Tapera, 1 de julho de 1830).

05 [...] Sendo presente Joaquim Jose da S.^a ProfeSsor de 1.^{as} Letras de Catas Altas apresentou legalvia do o seu Mappa do 2.^o e 3.^o 3.^{me} deste anno pedindo seu attestado; elhe foi mandado paSsar.

10 [...] O mesmo S.^r Leo o parecer dad.^a C. sobre o off.^o do P.^e Ant.^o Glz Nunes prof. de 1.^{as} Letras da Ponta e do P.^e Candido Joaquim da Rocha do Forquim p.^a q. se cumpra a ~~Ordem~~ ReSoluçao do Ex.^{mo} Conselho sobre o q pertendem os mesmos ProfeSsores: deq. ficou a Camr.^a inteirada.
[...] //fl. 68v.

1.^a Sessão Ordinara a 13 de Dezembro de 1830.²⁹⁵

05 [...] Foi prezente hum Officio do ProfeSsor de Rhethorica desta Cidade o Padre Antonio Jose Ribeiro Bhering, expondo que como Com se lheiro Suplente, hia para os trabalhos do Conselho Geral da Provincia, e que ficou a Camara inteirada. ⁽¹⁾

10 [...] (1) O Senhor Gomes Pereira pedindo a palavra diSse que a instrucao nesta Prov.^a hera hum dos objectos de primeira neceSsidade, e que ficando parada a Aula parecia que nao devia vencer Ordenado o ProfeSsor neste tempo, por iSso que a Provincia
15 Soffre esta falta de instrucção. Depois de dizerem os Senhores Bernardino dos Reis, e Campos , que a Lei nao despensa a Cidadão algum de tal occupaõ, se conformavaõ com a expozição deste ProfeSsor: e aSsim foi reconhecido pelos mais Senhores. //fl. 43f.

20 [...] Foi prezente hua representaçãõ do Padre Antonio Gonçalvez

²⁹⁴. MARIANA, AHCMM. “6^a Sessão Ordinária de 28 de Setembro de 1830 na qual o professor de las Letras de Catas Altas, Joaquim José da Silva, apresentou os mapas do 2^o e 3^o trimestres deste ano; além disso, discutiu-se a forma do cumprimento da resolução do Presiente de Província sobre os professores”. Mariana, 28 de Setembro de 1830. Códice 640. *Misselânia*. Folha 068 verso. Transcrito em 4 de março de 2008.

²⁹⁵. MARIANA, AHCMM. “1^a Sessão Ordinaria de Dezembro de 1830 na qual se manifesta o professor Bhering pedindo para ir ao Conselho Geral; pede-se a entrega de uma casa para o ensino mútuo; pede-se a criação de escola de 1^{as} Letras em Remédios. Mariana, 13 de dezembro de 1830. Códice 206. *Atas das Sessões da Câmara*. Folha 43 frente a 44 frente.

05 Nunes, Professo^r das Primeiras Letras da Pom
ba, pedin do para que esta Camara interpo-
nha oSeu Parecer sobre a entrega da Caza
chamada dos Indios poSsuida por hum
particular para o exercicio da Aula do Em-
-sino Mutuo; esse ReSolveo que quando esta Cama-
10 ra organizar este de hir ao Excellentissimo Com-
selho do Governo, se inclua a informaçã
exigida, por ser verda deira a expoziçã des-
te ProfoSsor. //fl. 43v.

[...]

05 Foi lido o do dos Remedios, eporque
de novo insiste o Suplicarse escolla de pri-
meiras Letras, para aquelle Destricto por
haverem cento eonze meninos em idade
propria de aprender, se reSolveo que o Se-
cretario lhe officie que mande quanto
antes relaçao nominal expecfican
do tao bem as idades, e feliciaçoens. //fl. 44f.

2.^a Sessão Ordinaria a 14 de Dezbr.^o d'1830²⁹⁶

[...]

05 Om.^{mo} S.^r leo oparecer da m.^{ma} sobre a repre-
zentaçã d Juiz dePas de Guarap.^a em q.
pede Cadeira de Gramatica Latina p.^a a
Parochia, q' se officie ao Ex^{mo} P. p.^a em Com-
selho atendida aSuplica como for
justo: Assim foi Resolvido.

[...] //fl. 70v.

3.^a Sessão Ordinaria de 14 de Desbr.^o de 1831²⁹⁷

[...]

05 O S.^r Prezid.^e indicou q' visto haver denuncia em Peri-
odicos de q' o Professir das 1.^{as} letras do Prezidio não cum-
pre com seu dever se off pelo Secretario ao Fis. P.^a q'
informe circunstanciadamente sobre o seu proceder, e
ainda reprezente ao J. de P. de q.^m depende o Prof. O attes

²⁹⁶. MARIANA, AHCMM. “2.^a Sessão Ordinária de 14 de Dezembro de 1830 na qual discute a representação do Juiz de Paz de Guarapiranga para a criação de uma cadeira de Gramática Latina em sua Paróquia”. Mariana, 14 de Dezembro de 1830. Códice 640. *Misselânia*. Folha 070 verso. Transcrito em 4 de março de 2008.

²⁹⁷. MARIANA, AHCMM. “3.^a Sessão Ordinária de 14 de Dezembro de 1831 na qual o professor de 1.^{as} Letras do Prezidio é acusado de não cumprir com seus deveres”. Mariana, 14 de Dezembro de 1831. Códice 701. *Atas das Sessões da Câmara*. Folha 037 frente. Transcrito em 25 de Fevereiro de 2008. (9.^a numeração)

tado para seu pagamento.

[...] //fl. 37f.

2ª SeSãp Ordinaria em o 1º de Março de 1831²⁹⁸

[...]

05

Leo se hum Off.º Profe.º de 1^{as} Letras da Barra Longa ap
presentando omapa dos alunnos q' eitaõ nas circunstancia
de receber os utencilhos, ese rezolveo q' o Secr^{do} avistã das mais
rellaçõens dos outros Mestres faça hum resumo dos [Pasei
pulos], e utencilhos q' pedem p^a se deregir requeziçãõ ao Go
rº da Prov.^a

[...] //fl. 15f.

SeSsãõ Extraordinaria de 9 de Março de 1831.²⁹⁹

[...] Leose hum Off.º do Ex^{mo}

05

Prezidente mandando a Camara informar sobre o requerimento
do ProfeSsor de 1^{as} Letras do Ificionado, em que pedia pagamentos
de Ordenados constando ao mesmo Governo q' elle se achava
a tempos ausente do emprego q' exercia, resolveose officiar-se ao mesmo
estar na Serra do Caraça q^m lhe a concedeo, e q^{to} tempo tem ali es
se ao Pº Superior da Serra rogando lhe q' se dique informar a
esta Camara q.^d entrou p^a eSse Seminario M^{el} Correa Burgo, e q^{do}
delle Sahio. Leou huã Portaria do Ex^{mo} Prezidente ordinando
q' a Camara informasse sobre s capacid^e do substituto appresenta
do pelo ProfeSsor de Rhetorica desta Cid.^e resolveou approvalo, e q'
se officasse neste sentido. O Snrº Miranda appresentando a redaçaõ
do Offº q' se devia dirigir ao Ex^{mo}Prezid^e foi aprovado. //fl. 29v.

10

Sessaõ Extraordinária de 21 de Março de 1831³⁰⁰

[...] Foi prezenten outro

Off.º do mesmo Secretario do Conse. G. com o feixo do dia dezoito do
corren

²⁹⁸. MARIANA, AHCMM. “Sessaõ Ordinária de 1º de Março de 1831 na qual o pofessor de 1^{as} Letras da Barra Longa apresenta o mapa de seus alunos”. Mariana, 1º de Março de 1831. Códice 701. *Atas das Sessões da Câmara*. Folha 015 frente. Transcrito em 25 de Fevereiro de 2008. (9ª numeração)

²⁹⁹. MARIANA, AHCMM. “Sessaõ Extraordinária de 9 de Março de 1831 na qual o pofessor de 1^{as} Letras do Inficionado pedia pagamento de seus ordenados; leu-se uma portara do Presidente da Província sobre a capacidade de substituir o professor Manoel Correa Burgo; leu-se outra do mesmo Presidente pedindo informações sobre o Professor de Retórica de Mariana”. Mariana, 9 de Março de 1831. Códice 701. *Atas das Sessões da Câmara*. Folha 029 verso. Transcrito em 25 de Fevereiro de 2008. (9ª numeração)

³⁰⁰. MARIANA, AHCMM. “Sessaõ Extraordinária de 21 de Março de 1831 na qual o Conselho Geral regeita um pedido da Câmara para a criação das cadeiras de Gramática Latina e Medicina Obstetrícia”. Mariana, 21 de Março de 1831. Códice 640. *Atas das Sessões da Câmara*. Folha 67 frente. Transcrito em 12 de Fevereiro de 2007.

05 | te enviando a resolução do Conc. p.^a a criação de uma cadeira de medicina
| com preferencia da Arte Obstriticia, e a de Gramatica latina para
| de Arraial de Guara Piranga pelo denão poder concordar com a pro
| posta desta Cam.^a para a criação de uma cadeira de Medicina com prefe
| rencia da Arte Obstriticia, e a de Gramatica Latina p.^a o Arraial de Gua
10 | ra Piranga, e pela insufficiente quantia decretada na Lei do Orça
| mento, deq.~ ficou a Camara inteirada. [...] //fl. 67f.

Sessão Extraordinária de 21 de Março de 1831³⁰¹

05 | [...] Foi presente a Provisão obtida p.^r Seprianno Selesti
| no Augusto da Figrd.^o p.^a Mestre de 1.^{as} letras do Arraial de Cattas
| Altas, e a Cam.^a ahouve por cumprida, e mandou q' regeita da se entre
| gasSe aporte.
| [...] //fl. 67f.

1ª SeSsão Ordinaria de 27 de Junho de 1831³⁰²

05 | [...] Foi presente um officio do Exm.^o Prez. do dia 25 de
| Abril sobre escolas de 1.^{as} Letras e se mandou cumprir
| eq' sepaSsem editaes pelo S.^r Pr. com oitogra deoff da rezo
| lução p.^a o conhecimento geral.
| [...] //fl. 108f.

2ª SeSsão Ordinaria de 28 de Junho de 1831³⁰³

05 | [...] Foi presente uma representação de João Ma
| ria Maz' Profesor publico das 1.^{as} Letras desta
| Cid.^e expondo acalunia q'. Ihe foi feita pelo Pe
| riodico Estrella sobre o modo de ensinar quan
| do elle cumpre aLei, e conhecendo a Cam.^a q'.
10 | tem boa nota de Mestre procedendo talvez
| a Calunia de não haver annuncio para se
| saber o dia do exame a q'. aSsiste o Juis de Pas

³⁰¹. MARIANA, AHCMM. "Sessão Extraordinária de 21 de Março de 1831 na qual o Conselho Geral regeita um pedido da Câmara para a criação das cadeiras de Gramática Latina e Medicina Obstritícia". Mariana, 21 de Março de 1831. Códice 640. *Atas das Sessões da Câmara*. Folha 67 frente. Transcrito em 12 de Fevereiro de 2007.

³⁰². MARIANA, AHCMM. "1ª Sessão Ordinária de 27 de Junho de 1831 na qual se oficia as escolas de 1.^{as} Letras sobre resolução do Presidente da Província". Mariana, 27 de Junho de 1831. Códice 640. *Atas das Sessões da Câmara*. Folha 108 frente. Transcrito em 25 de Fevereiro de 2008. (9ª numeração)

³⁰³. MARIANA, AHCMM. "2ª Sessão Ordinária de 28 de Junho de 1831 na qual se discute a calúnia feita pelo periódico Estrella contra o professor João Maria Martins". Mariana, 27 de Junho de 1831. Códice 640. *Atas das Sessões da Câmara*. Folha 109 frente. Transcrito em 25 de Fevereiro de 2008. (9ª numeração)

15 resolveu q'. o Secretario lheresponda estar
a Cam.^a inteirada dos seus bons serviços, ezelo
mas q'. espera q'. elle faça anuncio do dia do seu
exame p.^a q'. os Paes di famillia, e os mais Ci
dadaõs q'. quizerem poSsaõ aSsistir, e q'. quren
do servir se da Caza da Cam.^a lhe sera esta
franqueada.
[...] //fl. 109f.

6 SeSsão Ordinaria de 4 de Julho de1831³⁰⁴

05 [...] Ordem do dia
O S^r Costa como membro da C^a de papeis expos q'. é ne
ciSario q'. o Secretario envie aos Fiscaes, e aonde os não houver
aos Mestres publicos diretam.^{te} a copia da resolução do Ex.^{mo}
Conselho de 13 de Abril do Corrente anno e a outro nesta
referia para q'. ate omesde Outubro impreterivelm^{te} cum
prão a ordem p.^a ser remetida em tempo p.^a Ex P. semandase
as q'. vierem vindo ao relatorio do Fiscal afim foi resolvdo
[...] //fl. 111v.

Sessaõ extraordinariade 23 de Agosto de 1831³⁰⁵

05 [...] Foi presente Officio do Cidadão Tenente Manoel
Suares do Couto, enviando oitenta exemplares de um
folheto intitulado = Sciencia do Bom Homem Ricar
do = utillissima a mocidade Brazilleira, para se destrei
buiem pelas escolas de 1.^{as} Letras, eo Senhor Presidente
fazendo ver que ja para ellas enviara, foi resolvido que
10 o mesmo lhe agradeça sua offerta, e lhe comunique há
ver repartido como indicou.
[...] //fl. 1v.

Sessaõ extraordinariade 26 de 9bro de 1831³⁰⁶

[...]

³⁰⁴. MARIANA, AHCMM. “6 Sessão Ordinária de 4 de Julho de 1831 na qual se informa ao secretário para que este envie aos mestres públicos a resolução do Excelentíssimo Presidente da Província datado de 13 de abril de 1831”. Mariana, 4 de Julho de 1831. Códice 640. *Atas das Sessões da Câmara*. Folha 111 verso. Transcrito em 25 de Fevereiro de 2008. (9ª numeração)

³⁰⁵. MARIANA, AHCMM. “Sessão Extraordinária de 23 de Agosto de 1831 na qual le-se um officio do cidadão Tenente Manoel Suares d Couto enviando exemplares da ciência do bom homem Ricardo”. Mariana, 23 de Agosto de 1831. Códice 214. *Atas das Sessões da Câmara*. Folha 1 verso. Transcrito em 21 de Fevereiro de 2008.

³⁰⁶. MARIANA, AHCMM. “Sessão Extraordinária de 26 de Novembro de 1831 na qual le-se uma supplica do professor do Sumidouro sobre a pobreza de seus discípulos”. Mariana, 26 de Novembro de 1831. Códice 214. *Atas das Sessões da Câmara*. Folhas 12 frente e 13 frente. Transcrito em 21 de Fevereiro de 2008.

05 Foi presente uma Suplica do Mestre das pri
meiras Letras do Sumidouro expondo a pobreza
de seus Discipulos, epedindo socorro desta Camara
e foi resolvido *que* o Procurador avista da attesta
ção do Juis de Pas Suplente lhe mande uma reis
ma de papel, cem pedras de escrever e quatro
duzias de pennas de lapis.
[...] //fl. 12f.
05 O Senhor Duarte propós *que* se officie a *Sua Excelencia* pedindo a
remossão da Cadeira d Filosofia para esta Cidade
a quem pertence des da sua criação não tendo havido
Lei *que* des aposses, e ainda tendose concidera ção de já não
haver no Sumiduro esta Cadeira, e affluirem para
ella os Jovens *que* se querem habilitar para o estado
Sacerdotal aSsim foi resolvido.
[...] //fl. 13f.

Sessão Extraordinaria de 1.º de Dezembro de 1831³⁰⁷

05 [...] O Senhor Presidente apresentou os esboços de sette Officios
a saber = quatro para a *Excelentissima* Presidencia, e tres para
o Conselho Geral, e sendo lidos, e aprovados forão pos
tos a limpo e aSsignados a saber um sobre Correios,
segundo sobre a Cadeira de Filosofia, terceiro, so
bre-pontes, ees tradas, quarro so bre o Juizado de
Paz da Caxoeira do Brumado = [...] //fl. 12f.

3ª Sessão Ordinariade 14 de Dezembro de 1831³⁰⁸

05 [...] O Senhor Presidente indicou que visto haver denuncia
em Periodicos de *que* o Professor das 1^{as} Letras do Prezi
dio não cumpre com seu dever se officie pelo Secre
tario ao Fiscal para *que* informe circuntanciadamente
dequem depende o Professor o attestado para seu pa
gamento.
[...] //fl. 20f.

6ª Sessão Ordinariade 17 de Dezembro de 1831³⁰⁹

[...]

³⁰⁷. MARIANA, AHCMM. “Sessão Extraordinária de 26 de Novembro de 1831 na qual se escreve à presidencia da Província a respeito da Cadeira de Flosafia desta cidade”. Mariana, 1º de Dezembro de 1831. Códice 214. *Atas das Sessões da Câmara*. Folha 15 frente. Transcrito em 21 de Fevereiro de 2008.

³⁰⁸. MARIANA, AHCMM. “Sessão Extraordinária de 14 de Dezembro de 1831 na qual le-se denúncia sobre o professor de 1^{as} letras do Prezidio”. Mariana, 14 de Dezembro de 1831. Códice 214. *Atas das Sessões da Câmara*. Folha 20 frente. Transcrito em 21 de Fevereiro de 2008.

05 Sobre Relatorio do Fiscal
de Arrepiados resolveu a Camara que' o Secetario lhe Offi
cie que' ja houve informaçã della sobre a criaçã de Mes
ter das primeiras Letras, equé' é decrer esteja creada, de
pendente de Oppositor, e que' como para o anno futuro
10 hade haver administrador das Aferiçoens, será instru
ido de obrar sem prejuizo dos Povos, e que' outro sim o
mesmo Secretario envie copia da parte, que' é relativa
ao= //fl. 24f.
ao Juis de Pas, eseguindo que' este responda; evisto que' parece haver
infraçã de Lei. [...] //fl. 24v.

**SeSsao extraordinaria de 1º de
Março de 1832³¹⁰**

[...]
05 Foi presente uma representação do Pro
fessor de primeiras letras desta Cidade João Maria
Martins expondo a neceSsidade de socorro para me
ninos pobres da sua Aula, e a Camara attendendo
as Posturas resolveu que' o Procurador lhe preste
ums Reisma de papel duas duzias de pennas
de lapis e dous mil e quatro centos para tinta
[...] //fl. 34f.

SeSsao extraordinaria de 12 de Maio de 1832³¹¹

[...]
05 Foi prezente um Officio do Fiscal do Prezídio
prestando informação de que' o ProfeSsor de primeiras
Letras esteve auzente a medicarse por muito infer
mo porem que' ja estava no seu exercicio
[...] //fl. 54f.

SeSsao extraordinaria de 22 de Maio de 1832³¹²

[...]
Foi prezen
te um Officio do Excelentíssimo Prezidente da Provincia para que'

³⁰⁹. MARIANA, AHCMM. “Sessão Extraordinária de 17 de Dezembro de 1831 na qual se delibera sobre criação de mestre de primeiras letras”. Mariana, 17 de Dezembro de 1831. Códice 214. *Atas das Sessões da Câmara*. Folha 20 frente. Transcrito em 21 de Fevereiro de 2008.

³¹⁰. MARIANA, AHCMM. “Sessão Extraordinária de 1º de Março de 1832 na qual le-se uma representação do professor João Maria Martins sobre a necessidade de seus alunos pobres”. Mariana, 1º de Março de 1832. Códice 214. *Atas das Sessões da Câmara*. Folha 34 frente. Transcrito em 22 de Fevereiro de 2008.

³¹¹. MARIANA, AHCMM. “Sessão Extraordinária de 12 de Maio de 1832 na qual se informa que o professor do Presídio esteve doente”. Mariana, 12 de Maio de 1832. Códice 214. *Atas das Sessões da Câmara*. Folha 54 frente. Transcrito em 22 de Fevereiro de 2008.

³¹². MARIANA, AHCMM. “Sessão Extraordinária de 22 de Maio de 1832 na qual o Presidente da Província pede que se faça exames em todas as disciplinas do ensino público”. Mariana, 12 de Maio de 1832. Códice 214. *Atas das Sessões da Câmara*. Folha 54 verso. Transcrito em 22 de Fevereiro de 2008.

05 os Professores publicos das diferentes Deciplinas façãõ ex
ames publicos como os das 1.^{as} Letras, ea Camara resolveu
que' o Secretario a todos Officie para sua inteligencia, e
execução.
[...] //fl. 54v.

SeSsao ex traordinaria de 2 de Junho de 1832³¹³

[...]
Foi presente um Officio do *Excelentissimo* Prezidente
da Provincia com o feixo de 28 do paSsado communican
do *que*' o Conselho do Governo reflectindo novamente sobre as
05 circunstancias dos Cidadãõs comprehendidos na lista da
rezerva pelo Conselho de qualificação desta Cidade; rezol
veu *que*' os Cidadãõs Joze Venancio de Godoy, Ignacio Alves da
Silva, e Manoel da Silva LeSsa prezistaõ na men
cionada lista uma ves *que*' o primeiros exerce actual
10 mente o Emprego de Escrivãõ da Camara, e aos //fl.56v.
mais por estudantes de aulas publicas, e a Camara re
zolveu *que*' o *Señhor* Prezidente trans mitta copia deste Offi
cio ao Juis de Pas para sua inteligencia e execução.
[...] //fl. 54v.

6^a SeSsão Ordinaria de 7 de Julhoo de 1832³¹⁴

[...]
Foi presente uma Representação do Professor de
primeiras letras desta Cidade sobre Cadernos, e Lou
05 sas, *que*' são necessarias para os meninos, esse remetteu á
ComiSsaõ para interpor seu Parecer avista das Postu
ras, eresoluçoens do Conse lho Geral, edo Governo.
[...] //fl. 73v.

SeSsão estraordinaria de 11 de Agosto de 1832³¹⁵

[...]
Foi presente um Officio do Fiscal Suplente da Bar
ra do Bacalhãõ dando resposta as *que*' esta Camara
exigio sobre a denuncia dada contra o Professor das pri

³¹³. MARIANA, AHCMM. “Sessão Extraordinária de 2 de Junho de 1832 na qual o Presidente da Província officia a Camara sobre a permanência dos Cidadãos Joze Venancio de Godoy, Ignacio Alves da Silva e Manoel da Silva Lessa na reserva do Conselho do Governo”. Mariana, 2 de Junho de 1832. Códice 214. *Atas das Sessões da Câmara*. Folha 56 verso e 57 frente. Transcrito em 22 de Fevereiro de 2008.

³¹⁴. MARIANA, AHCMM. “Sessão Extraordinária de 7 de Julho de 1832 na qual se fez presente uma representaçã do professor de 1^{as} Letras desta Cidade pedindo cadernos e lousas”. Mariana, 7 de Julho de 1832. Códice 214. *Atas das Sessões da Câmara*. Folha 73 verso. Transcrito em 22 de Fevereiro de 2008.

³¹⁵. MARIANA, AHCMM. “Sessão Extraordinária de 11 de Agosto de 1832 na qual delibera-se sobre denúncia contra o professor de 1^{as} Letras da Barra do Bacalhau”. Mariana, 7 de Julho de 1832. Códice 214. *Atas das Sessões da Câmara*. Folha 81 frente. Transcrito em 22 de Fevereiro de 2008.

05 | meiras Letras, e a Camara resolveu que o *Señhor* Presi-
| dente Officie ao Juis de Paz pedindo lhe informação
| sobre este objecto com copia dos dous Officios.
| [...] //fl. 81f.

**1ª Sessão Ordinaria de 1º de Outubro de
1832³¹⁶**

[...]
Leuse uma Suplica do Professor das primeiras Le-
tras da Barra do Bacalhaõ Francisco de Paula
05 | Duarte, e Castro, em *que*' nomeava paraSubstitu //fl.87v.
| tuto a Joaquim Romão Moreira de Castro epe =
| dindo aprovação avista do Despacho *que*' obtive da *Excelentíssima*
| Presidencia, e a Camara approvando, rezolveu que
| se lhe deSse Documento para ser presente ao Juis de Pas.
| [...] //fl. 88f.

**1.ª Sessão Ordinaria de 1º de Outubro
de 1832³¹⁷**

[...]
Leuse uma Suplica do ProfeSsor F[rancisco]. de P^a. D[uarte]. C[astro]. pu-
05 | blico da B[arra]. do B[acalhau] nomeando para seu substituto a Joaqui.^m
| Romaõ Moreira de Castro vista a licença q' se
| lhe deSse docum.^{to} p.^a ser presente ao Juiz de Paz
| [...] //fl.50v.

**2.ª SeSsaõ Ordinaria de 2 de Outubro
de 1832³¹⁸**

[...]
Leuse um Officio do Juis de Pas de Catas altas fazendo
| ver que naõ aceita a Reciliaõ para o quatrienio fu-
05 | turo por encontrar incompatibilidade com o seu
| exercicio de Professor Publico; mas *que*' para mostrar *que*'
| o seu fim naõ é subtrahirse a trabalhos esta prom-
| pto a inspecionar o Agueducto do Arraial de que
| esta encarregado = ACamara reconhecendo o

³¹⁶. MARIANA, AHCMM. “1ª Sessão Ordinária de 1º de Outubro de 1832 na qual leu-se uma suplica do professor de 1^{as} Letras da Barra do Bacalhau nomeando substituto”. Mariana, 1º de Outubro de 1832. Códice 214. *Atas das Sessões da Câmara*. Folha 87 verso e 88 frente. Transcrito em 22 de Fevereiro de 2008.

³¹⁷. MARIANA, AHCMM. “1º Sessão Ordinária de 1 de Outubro de 1832 na qual lê-se uma súplica do professor da Barra do Bacalhau nomeando para seu substituto o senhor Joaquim Romão Moreira”. Mariana, 1 de Outubro de 1832. Códice 701. *Atas das Sessões da Câmara*. Folha 50 verso. Transcrito em 25 de Fevereiro de 2008. (9ª numeração)

³¹⁸. MARIANA, AHCMM. “2ª Sessão Ordinária de 2 de Outubro de 1832 na qual o Juz de Paz de Catas Altas recusa a reeleição por já possuir o cargo de professor público”. Mariana, 2 de Outubro de 1832. Códice 214. *Atas das Sessões da Câmara*. Folhas 88 verso e 89 frente. Transcrito em 22 de Fevereiro de 2008.

10 | Patriotismo, zelo e probidade deste Juis de Paz
| Sente *que*' elle não poSsa continuar no exercicio, pa
| ra que fora reeleito, acabando comtudo o tem
| po de sua poSse, e resolveu que o *Señhor* Prezidente
| lhe transmitta o sentimento desta Corporação //fl.88v.
15 | e *que*' aceita sua promeSsa de continuar na tarefa do Agueducto.
| [...]
| Leuse uma Suplica do Professor das primeiras Le
| tras do Inficionado pedindo aprovação do Substi
| tuto, *que*' nomeava, para poder fazer uma viagem
| de urgencia, e a Camara approvando rezolveu *que*'
20 | se lhe deSse um documento para fazer constar ao
| Juis de Pas.
| [...]
| Entende a ComiSsão que o intento do ProfeSsor de pri
| meiras letras João Maria Martins é diametralmente
| opposto ao Artigo 229 das Posturas, eque por iSso não
| tem lugar. Salla das Sessoens dous de Outubro de 1832
25 | Magalhaens Barrozo = Oliveira Pinto.
| [...] //fl. 89f.

2.^a Sessão Ordinaria a 2 de 8br.^o de 1832³¹⁹

| [...]
| Louse um Officio do juis de Pas de Cattas altas fazem do
| ver q'. não aceita o Reeleição para o quatrienio futuro p.^r en
05 | contrar incompatibilid.^e com oseu exercicio de Prof. P. mas
| q'. p.^a mostrar q'. oseu [feito] não é subtrair se atrabalhos
| esta prompto a inspecionar o Aqueducto do Arraial
| deq'. esta encarregad = a Cam^a reconhecendo o
| Patriotismo Zelo, e probid.^e deste Juis de P. sente
10 | q'. elle não possa continuar no exercicio p.^a q'. fora
| reeleito acabando com tudo o tempo de sua poSse e
| rezolveu q'. o Snr' P. lhe transmitta de continuar
| na tarefa do Aqueducto =
| [...]
| Leuse uma Suplica do Professor do Inficionado pe
| dindo aprovação do //fl.51f.

3.^a Sessão Ordinaria de 3 de Outubro de 1832 ./.³²⁰

³¹⁹. MARIANA, AHCMM. “Sessão Extraordinária de 2 de Outubro de 1832 na qual o Juiz de Paz de Catas Altas não aceita a sua reeleição por seus afazeres de professor público”. Mariana, 8 de Outubro de 1832. Códice 701. *Atas das Sessões da Câmara*. Folha 51 frente. Transcrito em 25 de Fevereiro de 2008. (9ª numeração)

³²⁰. MARIANA, AHCMM. “3ª Sessão Ordinária de 3 de Outubro de 1832 na qual o professor de retórica desta cidade envia relação de alunos que freqüentam suas aulas”. Mariana, 2 de Outubro de 1832. Códice 214. *Atas das Sessões da Câmara*. Folhas 90 frente. Transcrito em 22 de Fevereiro de

05 [...] Leuse um Officio do Professor de Retorica desta Cidade enviando inclusza a Relaçã dos Alunos que frequentaõ sua aula, epedindo atestaçãõ pa ra poder cobrar o seu Ordenado, nesta occasiaõ in dicando o *Señhor Providente* o paSsarse iguaes ao Vigario do Inficionado, e *São Caetano*, aSsim se resolveu.
[...] //fl. 90f.

**3.^a Sessão Ordinaria a 1 de 8br.º de'1832
Presidencia do Senhor' Fonceca³²¹ [...] //fl. 51v.**

05 Foi presente um Officio do Professor publico depri meiras letras desta Cidade aceitando o Cargo deSecre tario da *Guarda Nacional* deste Municipio de *que'* ficava *Camara* inteirada
[...] //fl. 52f.

**4.^a Sessão Ordinaria a 1 de 8br.º
de1832
Presidencia do Senhor' Fonceca³²²**

05 [...] Igualmente foraõ aSsignados tres atestaçoes a 1.^a do Pro feSsor de Retorica desta *Cidade* a 2.^a do Vigario da *Cidade* 3.^a do de *São Caetano*.
[...] //fl. 52v.

Sessão Ordinaria a 6 de 8br.º de1832³²³

05 [...] O *Senhor' Magalhaes Barrozo* como *Membro* da ComiSsaõ de Papeis leu o seguinte Parecer sobre o Professor das 1.^{as} Letras da *Barra do Bacalhau* efoi desce tido sufficientemente epor adiçãõ do *Senhor Damasceno* para ser

2008.

³²¹. MARIANA, AHCMM. "Sessão Extraordinária de 3 de Outubro de 1832 na qual o professor municipal aceita o cargo de Secretário da Guarda Nacional". Mariana, 3 de Outubro de 1832. Códice 701. *Atas das Sessões da Câmara*. Folha 52 frente. Transcrito em 18 de Fevereiro de 2008. (9ª numeração)

³²². MARIANA, AHCMM. "Sessão Extraordinária de 5 de Outubro de 1832 na qual le-se um officio do professor de retórica de Mariana". Mariana, 5 de Outubro de 1832. Códice 701. *Atas das Sessões da Câmara*. Folha 52 verso. Transcrito em 18 de Fevereiro de 2008. (9ª numeração)

³²³. MARIANA, AHCMM. "Sessão Extraordinária de 6 de Outubro de 1832 na qual se estranha o relatório do fiscal sobre o professor de primeiras letras da Barra do Bacalhau". Mariana, 6 de Outubro de 1832. Códice 701. *Atas das Sessões da Câmara*. Folha 54 verso. Transcrito em 18 de Fevereiro de 2008. (9ª numeração)

10 demittido o tal Fiscal Suplente por ter dado uma parte falço vista informação do Juiz de Paz e Su-
mario que' enviou, e attestado do Fiscal Proprieta-
rio foi unanimemente resolvido que' o Senhor Pre-
zidente lhe Officie estranhandolhe o ter da
do aquella parte falça e por pestar os Senhores
Damasceno, = Carvalho = Magalhães = Costa = e Pinto [...] //fl. 54v.

Sessão extraordinaria de 9 de 9bro de 1832³²⁴

[...]
O Señor Presidente
indicou opaSarse attestado ao Professor de Cattas
05 altas emvista do que' paSsou o Fiscal Mapa dos Alu-
nos. aSsim foi resolvido
[...] //fl. 100v.

**SeSsaõ extraordr.^a de 7 de Fevr.^o
Presidencia do Snr' Miranda**³²⁵

[...]
05 OSnr Presid.^e propós que achando-se na Salla o P.^e Antonio Ber-
nardino dos Reis, Secretario eleito e aprovado para servir nesta
Camara, seja demitido do emprego publico de Mestre das 1.^{as}
letras que ocupava no Oiro Preto, julgava deurgencia dar
se-lhe posse juramento p^a continuar nos trabalhos, esendo
aSsim acordado, prestou juramanto etomou posse e foi
ocupar o lugar que lhe está destinado.
[...] //fl. 62f.

**1.^a – Sessão Ordinaria de 15 de Abril de
1833.**³²⁶

[...]
05 Leose hum requeri-
mento de Antonio Felicio de Miranda Ribeiro, em-
que pede huma atestaçaõ destaCamara em que declara
que em outro tempo se apelidava Antonio Felicio do -
Nascimento, Professor das primeiras letras naCapella
das Mesces daPomba, ser o proprio Antonio Felicio

³²⁴. MARIANA, AHCMM. “Sessão extraordinária de 9 de Novembro de 1832 na se officia ao professor de Catas Altas em vista do mapa que passou o fiscal”. Mariana, 9 de Novembro de 1832. Códice 214. *Atas das Sessões da Câmara*. Folhas 100 verso. Transcrito em 22 de Fevereiro de 2008.

³²⁵. MARIANA, AHCMM. “7 Sessão extraordinária de 7 de fevereiro de 1833 na informa-se que o Mestre de 1^{as} Letras, o padre Antonio Bernardino dos Reis, já se encontra demitido de sue cargo e podendo ocupar o cargo de secretário”. Mariana, 7 de fevereiro de 1833. Códice 701. *Atas das Sessões da Câmara*. Folha 62 frente. Transcrito em 25 de Fevereiro de 2008. (9^a numeração)

³²⁶. MARIANA, AHCMM. Ata da 1^a Sessão Ordinária de 15 de Abril de 1833, na ual se discute o requerimento do professor das primeiras letras da Capela de Nossa Senhora das Mercês da Pomba pedindo que lhe passe atestação sobre a mudança que houve em seu nome. Mariana, 15 de Abril de 1833. Códice 701, Misselânia, folha 107v. (9^a numeração).

10 de Miranda Ribeiro, fazendo esta mudança por
| haver outro denome Antonio Felicio do Nascimen-
| to nas Mercês da Pomba onde reside o Suplican-
| te, e posto a matéria a discussão, depois defa-
| larem alguns Snr.^s, foi resolvido que se passasse a
| atestação com as declarações exigidas =
| [...] //fl.107v.

Ill.^{mos} Snr.^{es} do Senado³²⁷

05 Diz Antonio Felicio de Miranda
| Rib.^o Profecor das primeiras Letras do-
| Lugar da Capella da Snr.^a; das Mercês da Pom-
| ba q' por encontrar no m.^{mo} Lugar hum homem
| do nome Antonio Felicio do Nascimento; mudou
| o Seo Sobre nome q'. Supra se vé. Ep.^r. q' agora.
| ha dever da requerendo o Seo pagamento.
10 Selhe São preciso q' VV. SS. Sedignem
| Mandarem passar huma Att.^{am} em como
| o Supp.^{te} he o proprio Antonio Felicio de-
| Miranda Ribeiro. q' outra hora se a Signava
| Antonio Felicio do Nascimento, afim de q.
15 em Vertude da Att.^{am} Seja pago na Com-
| petente Thezouraria da Provincia.

20 Pa V.^aS Sedignem
Mandalla pa Ssarce
Antonio Felicio de Miz d.^a Rib.^o ERM

**Sessão Extraordinaria de 25 de Abril
de 1833**³²⁸

[...]

05 Leo-se outro
| officio do Padre Miguel Archanjo com data de 20 de
| Abril do corrente em que se escusa de tomar assim
| to pelo Emprego de Mestre Publico de Latinidade,
| que exerce nesta Cidade, e posto a discussão foire-
| solvido unanimemente, que attenta a Lei do-
| 1.^o de 8br.^o de 1828 paragrafo 19 fosse escuzo=
| [...] //fl.2v.

³²⁷. MARIANA, AHCMM. Correspondência anexa a rascunho da ata da 1ª Sessão Ordinária da Câmara de Mariana Comunicado do professor das primeiras letras da Capela de Nossa Senhora das Mercês da Pomba anunciando que mudara o seu sobrenome. [Mariana], s/d. Códice 701, Misselânia, folha 108r. (9ª numeração).

³²⁸. MARIANA, AHCMM. “Sessão Extraordinária de 25 de Abril de 1833 na qual o professor público de latinidades, padre Miguel Archanjo da Enuniação em que se recusa a tomar acento na Câmara pelo emprego que tem”. Mariana, 25 de Abril de 1833. Códice 221. *Atas das Sessões da Câmara*. Folha 2 verso. Transcrito em 25 de Fevereiro de 2008. (9ª numeração)

**Sessão Extraordinária de 4 de Julho
d'1833.**³²⁹

[...]

05

Comparecerão os Cidadãos Joze Venancio de Godoy com seu diploma de Professor de primeiras Letras do Pinheiro e o Reverendo Manoel Bitancour Godinho da Piranga por seus Procuradores o Advogado Capitão Lucindo Pereira dos Passos, e Alferes Bernardo Pinto Monteiro prestarão juramento esse lhes deo posse e que se registra sem.

[...] //fl. 12v.

1ª Sessão Ordinária de 8 de Julho de 1833.³³⁰

[...]

05

Foi presente a Relação do Professor Publico de Rhetorica desta Cidade, fazendo ver o numero dos – seus Alunos, exigindo a competente attestaçãõ; e retirando-se por ser membro desta Camara, se mandou passar =, e tornou a tomar assento.

[...] //fl. 14f.

2ª Sessão Ordinária de 9 de Julho de 1833.³³¹

[...]

05

Leose hum requerimento do Professor de primeiras Letras do Arraial de Cattel Altas Cipriano Celestino Augusto de Figueiredo, que se retirou exigindo approvaçãõ de Jose de Souza para Substituto da Cadeira de primeiras Letras de Cattel Altas em conformidade do Despacho do Ex.^{mo} Snr' Presidente de 28 dias passado; foi approvedo, tendo prendido do informaçõens dasua suficiencia =

[...] //fl. 16f.

³²⁹. MARIANA, AHCMM. “Sessão Extraordinária de 4 de Julho de 1833 na qual os professores de 1as Letras, José Venâncio de Godoy e Manoel Bitencurt Godinho apresentaram diploma e tomaram posse de seus cargos”. Mariana, 4 de Julho de 1833. Códice 221. *Atas das Sessões da Câmara*. Folha 12 verso. Transcrito em 25 de Fevereiro de 2008. (9ª numeração)

³³⁰. MARIANA, AHCMM. “1ª Sessão Ordinária de 8 de Julho de 1833 na qual o professor de retórica de Mariana passa a relação de alunos que tem à Camara”. Mariana, 8 de Julho de 1833. Códice 221. *Atas das Sessões da Câmara*. Folha 14 frente. Transcrito em 25 de Fevereiro de 2008. (9ª numeração)

³³¹. MARIANA, AHCMM. “2ª Sessão Ordinária de 9 de Julho de 1833 na qual o professor de 1.ªs Letras em Cattel Altas, Cipriano Augusto de Figueiredo pede a aprovação do suplente Jose da Souza”. Mariana, 9 de Julho de 1833. Códice 221. *Atas das Sessões da Câmara*. Folha 16 frente. Transcrito em 25 de Fevereiro de 2008.

2.ª Sessão Ordinaria de 9 de Junho de 1833.³³²

[...]

05 Foi presente a informação do Fiscal desta Cidade contendo varios objectos ea acompanhando a este hum Officio do Professor de 1.^{as} Letras, foi a Comissãõ de parecer=

[...] //fl. 3f.

10 Leo se hum requerimento do Professor de Primeiras Letras do Arraial de Cattas Altas Ceprianno Celestino Augusto de Figueredo, que se retirou exegindo a aprovaçãõ de José de Sousa para substituto da Cadeira de primeiras Letras de Cattas Altas em conformidade do Desp.^o do Ex.^{mo} Snr.^o Presidente de 28 de Junho do

15 Passado, foi aprovado tendo precedido

3.ª Sessão Ordinaria de 10 de Julho de 1833³³³

[...]

05 Leose hum Officio do Juiz de Paz da Ponte Nova em data de 6 do corrente apresentando o estado actual da Escola de 1.^{as} Letras daquelle Arraial, e posto a discussãõ se achordou fosse officialmente remetido ao Ex.^{mo} Snr.^o Presidente p.^a em Conselho deliberar=

[...] //fl. 1f.

2ª Sessão Ordinaria de 9 de Julho de 1833.³³⁴

[...]

05 Leose o parecer da Comissãõ sobre a representaçãõ do Professor Pulico de 1.^{as} Letras desta Cidade em que pede

³³². MARIANA, AHCMM. “2ª Sessão Ordinária de 28 de Junho de 1831 na qual se discute a calúnia feita pelo periódico Estrella contra o professor João Maria Martins”. Mariana, 27 de Junho de 1831. Códice 640. *Atas das Sessões da Câmara*. Folha 109 frente. Transcrito em 25 de Fevereiro de 2008. (9ª numeração)

³³³. MARIANA, AHCMM. “3ª Sessão Ordinária de 10 de Julho de 1833 na qual leu-se um officio do Juiz de Paz de Ponte Nova sobre o estado da escola de 1.^{as} Letras daquelle lugar”. Mariana, 10 de Julho de 1833. Códice 640. *Misselânia*. Folha 001 frente. Transcrito em 4 de março de 2008.

³³⁴. MARIANA, AHCMM. “6ª Sessão Ordinária de 13 de Julho de 1833 na qual o professor de 1.^{as} Letras de Mariana solicita a Câmara utensílios para sua escola”. Mariana, 13 de Julho de 1833. Códice 221. *Atas das Sessões da Câmara*. Folhas 21 frente e 21 verso. Transcrito em 25 de Fevereiro de 2008. (9ª numeração)

10 Ser endennizado do que despendeo com os
utencilios para asua Escola mostrando ser de
parecer, que seofficie ao Fiscal remetendo-se-
lhe apropriã representaçã, paraque com
15 dous Peritos v á mesma Escola, e de' seo laudo
Sobre o valor dos utencilios indicados, afim de //fl.21f.
desepoder dar guia para poder odito Professor receber da
Fazenda Publica o que despende e quanto arequisi
çã deCartas elementares impressas aComissã
era de proceder, que o Fiscal de intelligencia com
o mesmo Proffessor indique a esta Camara
quantas Seraõ precisas com calculo da depeza que
deva custar, para esta Camara Seresolver a-
20 vista das suas vendas, eposto adescuçã foi ap-
provado com adiçã do Snr' Rosario, que daquelles
utencilios, que naõ fazem suceptiveis de conSsumo,
eviera pelo uso seria o mesmo Professor respon
savel por elles como bens do Publico, equando deixe
de exercer esse Magisterio=
[...] //fl.21v.

Sessão Extraordinaria de 27 de Julho de 1833.³³⁵

[...]
Foi apresentado
05 mapados Alunos que frequentã aAula
de gramatica Latina desta Cidade de que he
Professor Publico o Reverendo Miguel Archanjo da
Encarnaçã, e se lhe mandou paSsar a attestaçã
do costume.
[...] //fl.24f.

Sessão Extraordr.^a de 27 de Julho de 1833³³⁶

[...]
=Foi apresentado
05 O mapados Alunos que freuquentã
asAulas de gramatica Latina desta Cid.^e
de que he Professor Publico oRd.^o Miguel
Archanjo daEncarnaçã eselhe man-
dou paSsar aattestaçã docostume =

³³⁵. MARIANA, AHCMM. “Sessão Extraordinária de 27 de Julho de 1833 na qual o professor de Lingua Latinas desta cidade, Reverendo Miguel Archanjo da Encarnaçã apresenta mapa de seus alunos”. Mariana, 27 de Julho de 1833. Códice 221. *Atas das Sessões da Câmara*. Folha 24 frente. Transcrito em 25 de Fevereiro de 2008. (9ª numeração)

³³⁶. MARIANA, AHCMM. “Sessão extraordinária de 27 de Julho de 1833 na qual foi apresentado o mapa das aulas de gramática latina ministradas pelo Reverendo Miguel Archanjo da Enunciaçã”. Mariana, 27 de Julho de 1833. Códice 701. *Atas das Sessões da Câmara*. Folha 64 frente. Transcrito em 25 de Fevereiro de 2008. (9ª numeração)

[...] //fl.64v.

Sessão Extraordinaria de 5 de Agosto de 1833.³³⁷

[...]

05 Foi presente omapa das
Alunas de primeiras letras daEscola publi-
ca desta Cidade D. Francisca de Paula Hes-
gina daSilva exegindo atestaçaõ d costu-
me para haver manda se passar.

[...] //fl.26f.

**1ª Sessão Ordinaria e continuação daenter –
Rompida = 7 de 8br.º de 1833**³³⁸

[...]

05 O 6.º participando ter-se transferi-
do aCadeira de Professor Publico de 1.ºs Letras
de Saõ Jose do Chapoto, para Arrepiados,
inteirada e que se passe Edital para Ar-
repiados fazendo constar= [...] //fl.35f.

[...]

10 Foi presente
o mappa dos Alunos do professor de Gramati-
ca Latina desta Cidade P.º M.º Miguel
Archanjo da Incarnaçaõ, requerendo aesta
Camara a atestaçaõ do costume, esse accor-
dou que se lhe passace aatestaçaõ.

[...] //fl.36f.

5ª Sessão Ordinaria de 11 de 8br.º de1833³³⁹

[...]

05 Leo-se hum requerimento de
Manoel Correa Burgos Proffessor de 1.ºs
Letras do Inficionado pedindo aesta Cama-
ra faculdade denomear hum Substitu-

³³⁷. MARIANA, AHCMM. “Sessão Extraordinária de 5 de Agosto de 1833 na qual a professora de primeiras letras de Mariana, Dona Fransica de Paula Hegina da Silva remete mapa de suas alunas”. Mariana, 5 de Agosto de 1833. Códice 221. *Atas das Sessões da Câmara*. Folha 26 frente. Transcrito em 25 de Fevereiro de 2008.

³³⁸. MARIANA, AHCMM. “1ª Sessão Ordinária de e coninuação da interrompida 7 de outubro de 1833 na qual se transfere a cadeira de 1ºs Letras de São Jose do Chapoto para Arrepiados; o prfessor de Gramática de Mariana, padre mestre Miguel Archanjo da Incarnaçaõ entrega o mapa de seus alunos”. Mariana, 7 de outubro de 1833. Códice 221. *Atas das Sessões da Câmara*. Folhas 35 frente e 36 frente. Transcrito em 25 de Fevereiro de 2008.

³³⁹. MARIANA, AHCMM. “5ª Sessão Ordinária de 11 de Outubro de 1833 na qual o professor de 1.ºs Letras do Inficionado pede licença para ir estudar no Carassa”. Mariana, 11 de Outubro de 1833. Códice 221. *Atas das Sessões da Câmara*. Folha 43 frente. Transcrito em 25 de Fevereiro de 2008.

10 to para asua Cadeira, em quanto vai es-
tudar na Serra do Carassa, resolveose de-
clarar ao Supplicante, que não compete
aesta Camara odeferimento deseore-
querimento, e que se pessa ao Fiscal infor-
mação digo ao Fiscal do lugar informa-
ção Sobre arezidencia, e frequencia deste
Professor, e egualmente ao Parocho do lu-
gar=
[...] //fl.43f.

6.ª Sessão Ordinaria de 12 de 8br.º 1833³⁴⁰

[...]

05 Leo se hum officio do Juis
de Pas do Sumidouro, comunicando aboa
ordem, e desciplina da Aula de 1.ª Letras
do Arraial; ao Fiscal=
[...] //fl.79f.

Sessão Extraordinaria de 26 de Outubro de1833.³⁴¹

[...]

05 Leo-se
outro officio daPrezidencia datado de 11
de 8br.º, exigindo circunstanciada infor-
mação se ainda em abandono a
Cadeira de 1.ª Letras daPonte Nova, re-
solveo-se officiar denovo ao Juis de Pás
e o Fiscal domesmo Districto digo do-
mencionado Districto.
[...] //fl.46v.

Sessão Extraordinaria de 26 de8br.º 1833³⁴²

[...]

Leo se outro of-
ficio daPrezidencia datado de 11 de

³⁴⁰. MARIANA, AHCMM. “6ª Sessão Ordinária de 12 de outubro de 1833 na qual se informa sobre a boa ordem das aulas de 1ª Letras no Arraial do Sumidouro”. Mariana, 12 de Outubro de 1833. Códice 701. *Atas das Sessões da Câmara*. Folha 79 frente. Transcrito em 25 de Fevereiro de 2008. (9ª numeração)

³⁴¹. MARIANA, AHCMM. “Sessão Extraordinária de 26 de Outubro de 1833 na qual se discute o abandono da cadeira de 1ª Letras no Distrito de Ponte Nova”. Mariana, 26 de Outubro de 1833. Códice 221. *Atas das Sessões da Câmara*. Folha 46 verso. Transcrito em 26 de Fevereiro de 2008.

³⁴². MARIANA, AHCMM. “Sessão Extraordinária de 26 de Outubro de 1833 na qual o Presidente da Provincia pede informações sobre se ainda encontra-se abandonada a cadeira de 1ª Letras em Ponte Nova”. Mariana, 26 de Outubro de 1833. Códice 701. *Atas das Sessões da Câmara*. Folha 122 verso. Transcrito em 25 de Fevereiro de 2008. (9ª numeração)

05 | 8br.º exigindo circunstanciadas infor
| mação se ainda existe em abandono
| aCadeira de 1.ªs Letras dePonte Nova,
| resolveo-se officiar denovo ao juis de
| Pas, eo Fiscal domencionado Destricto.
| [...] //fl.122v.

Sessão Extraord.^a de 29 de Novembro de1833/³⁴³

[...]

05 | Leose
| Hum Officio do Vigario Lourenço
| Antonio Pereira informando
| sobre a faltadaresidencia do Pro
| fessor do Inficionado, eresolveo-se
| remeter o proprio officio aPre-
| zid.^a paraSer tomado nadevida
| concideraçãõ.
| [...] //fl.116v.

Sessão Extraordinaria de 30 de Dez.º de 1833³⁴⁴

[...]

05 | Leose hum Off.º do juis de
| Pas da Ponte Nova informando sobre
| Aconducta do professor de1.ªs Letras deste
| Arraial com huma inquerição detes-
| temunhas aque procedeo, eoutro do Fis-
| cal domesmo Destricto aomesmo Res-
| peito; quanto ao primeiro resolveo-se
10 | Officiar-se lhe denovo exigindo circuns-
| tanciada informação independente de
| inquirição detestemunhas visto ser o juis
| de Páz Autoridade legitima para expe-
| cionar aconducta dos Professores, Quanto
15 | ao segundo resolveo-se Officiar-se nomesmo
| Sentido.
| [...] //fl.105v.

2.ª Sessão, Ordinaria de 8 de Janrº de1834³⁴⁵

[...]

³⁴³. MARIANA, AHCMM. “Sessão Extraordinária de 29 de Novembro de 1833 na qual informa-se sobre a falta de residencia do professor do Inficionado”. Mariana, 29 de novembro de 1833. Códice 701. *Atas das Sessões da Câmara*. Folha 116 verso. Transcrito em 25 de Fevereiro de 2008. (9ª numeração)

³⁴⁴. MARIANA, AHCMM. “Sessão Extraordinária de 30 de Dezembro de 1833 na qual o Juiz de Paz de Ponte Nova informa ao fiscal sobre a conduta do professor de 1ªs Letras daquele mesmo distrito”. Mariana, 7 de fevereiro de 1833. Códice 701. *Atas das Sessões da Câmara*. Folha 105 verso. Transcrito em 25 de Fevereiro de 2008. (9ª numeração)

Sendo pres.^e

05 Gabriel Gomes Pinheiro para dar provas
de suficiência para o Emprego de Aun-
tario, o Snr^o Presid.^{te} por concenso da
Camara lhe ordenou redegisse hum
10 Officio a Assembleia Geral sobre as Bases
pelo mesmo apresentadas; escolhen-
do Se a Secretaria apresentou o esboço
que nao agradou a Camara, tanto
pela pecima redação, como pela
falta de Ortografia, e ruim letra, e
15 por isso foi regeitado, mandando-
Se officiar ao Proprietario, para q.^o
na Sessao de manham apresente
peSsoa habil para o Emprego, e q.^{do} s-
esaõ faça aCamara provera o lu-
gar. [...] //fl. 141f.

4^a SeSsaõ Ordinaria de 10 de Janeiro de 1834³⁴⁶

[...]

05 O Snr^o Presidente propoz q'
se passam Atestação ao Professor Publico de Cattas Al-
tas Cprianno Celestino Augusto de Figueredo sobre seo bom
serviço, e preparatorios da aula segundo o methodo de
Lencaster esse resolveo q' se passam a Attestação, retirando
se o Snr^o Figueredo por ser parte intereSsada
[...] //fl. 62f.

¶ 4.^a SeSsaõ Ordin.^a a 10 de Janr^o de 1834³⁴⁷

[...]

05 O Snr^o Presid.^e propos que se passase Attestação
ao Professor Publico deCatas Altas Ciprianno Celestino
Augusto deFigueredo sobre seo bom serviço a prepa-
ratorio daAula segundo o Ensino de Lancaster, e
se resolveo que se passase aAttestação, retendo-se
oSnr^o. Figueredo por ser parte entereSsada.

³⁴⁵. MARIANA, AHCMM. “2^a Sessão Ordinária de 8 de Janeiro de 1834 na qual se rejeita um esboço de officio a ser enviado à Assembléia Geral por conter muitos erros de ortografia”. Mariana, 8 de janeiro de 1834. Códice 701. *Atas das Sessões da Câmara*. Folha 140 e 141 frente.

³⁴⁶. MARIANA, AHCMM. “4^a Sessão Ordinária de 10 de Janeiro de 1834 na qual se manda atestar ao professor público de Catas Altas, Celestino Augusto de Figueredo, pela boa aplicação do método de Lancaster”. Mariana, 10 de Janeiro de 1834. Códice 221. *Atas das Sessões da Câmara*. Folha 62 frente. Transcrito em 26 de Fevereiro de 2008.

³⁴⁷. MARIANA, AHCMM. “4^a Sessão Ordinária de 10 de Janeiro de 1834 na qual envia-se atestação ao professor público de Catas Altas, Cipriano Celestino Augusto de Figueredo pelos bons serviços com o método Lancasteriano”. Mariana, 10 de Janeiro de 1830. Códice 640. *Misselânia*. Folha 029 verso. Transcrito em 4 de março de 2008.

[...] //fl. 29v.

1ª Sessão Ordinária de 14 de Abril de 1834³⁴⁸

[...]

05 Leose huã Representação dos Habitantes de S^{ta} Cruz do Escalvado fazendo ver a neceSsid^e que havia na quelle lugar de hua Aula deprimeiras Letras por se achar em gran de distancia a unica que ha com o Rio Piranga de permeio e outras defficul^{es} o que posto a discuSsaõ rezolveose que se levaSse ao conhecim^{to} do Ex^{mo} Prezid.^e a mesma Representaçãõ.
[...] //fl. 77f.

1ª Sessão Ordinária de 14 de Abril de 1834³⁴⁹

[...]

05 Leose huã Representaçãõ dos Habitantes de S^{ta} Cruz do Escalvado fasendo ver a neceSsid^e q' havia na quelle lugar de hua aula de primeiras letras, por se acharem em grandes distancias da q' há com o Rio Piranga de pormeio, e outras difficuldades: o q' posto a discuSsaõ resolveoSe q' se levaSse ao Conhecimento do Ex.^{mo} Conselho do Governo a mesma Representaçãõ.
[...] //fl. 130v.

2ª Sessão Ordinária de 15 de Abril de 1834³⁵⁰

[...]

05 Leose hum Officio d Proffessor Publico de 1^{as} Letras do Inficionado em resposta ao que esta Cama lhe tinha enviado exigindo d'elle esclarecim^{tos} sobre varios que zitos q' lhe fizera sobre ocumprimento dos deveres do seo empre go o q' posto a discuSsaõ o Snr Damasceno q' era de parecer que ficasse adiantado visto terse tambem Officiado ao Superior da Serra do Caraça, relativam^e ao mesmo ProffeSsor ainda não tinha elle respondido e aSsim se venveo.
[...] //fl. 78f.

³⁴⁸. MARIANA, AHCMM. “1ª Sessão Ordinária de 14 de Abril de 1834 na qual lê-se uma representação dos habitantes de Santa Cruz para a criação de escola naquele lugar”. Mariana, 14 de Abril de 1834. Códice 221. *Atas das Sessões da Câmara*. Folha 77 frente. Transcrito em 26 de Fevereiro de 2008.

³⁴⁹. MARIANA, AHCMM. “Sessão Extraordinária de 14 de Abril de 1834 na qual leu-se uma representação dos habitantes de Santa Cruz do Escalvado fazendo saber das dificuldades de distância para frequentarem as aulas”. Mariana, 14 de Abril de 1834. Códice 701. *Atas das Sessões da Câmara*. Folha 130 verso. Transcrito em 25 de Fevereiro de 2008. (9ª numeração)

³⁵⁰. MARIANA, AHCMM. “2ª Sessão Ordinária de 15 de Abril de 1834 na qual o professor público do Inficionado responde a um ofício d Câmara”. Mariana, 15 de Abril de 1834. Códice 221. *Atas das Sessões da Câmara*. Folha 78 frente. Transcrito em 27 de Fevereiro de 2008.

3ª Sessão Ordinaria de 16 de Abril de 1834³⁵¹

[...]

05 | Leose hua Portaria do Inspector do Thezoureiro Pu
| blico reenviando a esta Camara a conta do imorte dos
| utencilios feitos pelo Proffessor Publico destaCid^e Joaõ Maria
| Miz' p^a asua aula deprimeiras letras= a Commissão do Snr'
| Carneiro.
| [...] //fl.80v.

6ª Sessão Ordinaria de 19 de Abril de 1834³⁵²

[...]

05 | Compareceo tambem o Snr' Antonio Marianno
| como Pro^{cor} do P^e M^e Manoel deBitancour Godinho
| p^a prestar juramento p^a M^e de 1^{as} Letras do Arraial
| da Piranga, e se resolveo o porse na sua Patente o
| cumprase, e q' fosse registrado no Livro competente
| [...] //fl.86f.

6ª SeSsaõ Ordinaria de 19 de Abril de 1834.³⁵³

[...]

O Snr' Silva tomou posse eprestou juram^o pelo M^e
de1^{as} Letras do Piranga o P^e M^{el} Bitancour Godinho, e serecolheo q<^{pasaSse}> mandaSse
na sua pa[?] e q' foSse registrado no Livro comp^e.
[...] //fl.83f.

SeSsaõ Extraordinaria de 12 de Maio de 1834³⁵⁴

[...]

05 | Leose hum
| Officio do P^e Superior daSerra sobre o M^e de 1^{as} Letras
| do Inficionado informando a esta Camara o tempo em q'
| entrou e sahio da quelle Collegio o referido M^e, o qual era

³⁵¹. MARIANA, AHCMM. “3ª Sessão Ordinária de 16 de Abril de 1834 na qual o professor público de Mariana, senhor João Maria Martins, sobre o importe dos utencilios para ministrar suas aulas”. Mariana, 16 de Abril de 1834. Códice 221. *Atas das Sessões da Câmara*. Folha 80 verso. Transcrito em 27 de Fevereiro de 2008. Cf. a resposta na folha 37f do códice 729.

³⁵². MARIANA, AHCMM. “6ª Sessão Ordinária de 19 de Abril de 1834 na qual o procurador do Padre Mestre Manoel de Bitancour Godinho presta juramento para Mestre de 1^{as} Letras”. Mariana, 19 de Abril de 1834. Códice 221. *Atas das Sessões da Câmara*. Folha 86 frente. Transcrito em 27 de Fevereiro de 2008.

³⁵³. MARIANA, AHCMM. “6ª SeSsaõ Ordinária de 19 de Abril de 1834 na qual toma posse o professor de 1^{as} Letras o Padre Manoel Bitancour Godinho”. Mariana, 19 de Abril de 1834. Códice 641. *Atas das Sessões da Câmara*. Folha 83 frente. Transcrito em 28 de Fevereiro de 2008.

³⁵⁴. MARIANA, AHCMM. “Sessão Extradinária de 12 de Maio de 1834 na qual se discute sobre a ida do professor do Inficionado ao Caraça e entrega-se diploma de professor de gramática francesa para o senhor Francisco Sirillo Ribeiro e Souza”. Mariana, 12 de Maio de 1834. Códice 221. *Atas das Sessões da Câmara*. Folha 87 frente. Transcrito em 27 de Fevereiro de 2008.

de hum anno, hum mez, e quinze dias, o que posto a discussão, se resolveo enviar ao Governo todos os documentos a respeito do mencionado M.^e p^a cumprir se com a determinação do mesmo Governo, q' exegia informações sobre a frequência da quelle Professor no exercício do seu Emprego. Leose hum Officio do Juiz de Paz do Sumidouro, fazendo ver q' assistira aos exames do Alunos q' frequentão a Aula Publica da quelle Arraial, e que achava grande aproveitam^{to} nos mesmos por terem feito bem os seus exames = inteirada [...] //fl.86v.

[...]

Sendo

Prezentes os Senrs' Francisco Ribeiro e Souza, e Jose da Cunha Vianna, aquelle p^a prestar Juramento de Professor Publico de Grammatica Franceza, apresentando o seu Diploma, e este como Procurador de Bento Jozeda Silva e Cota p^a tomar posse e juram^{to} de Inspector de quarteirão do Districto do Pinheiro foraõ juramentados, e se resolveo q' se expedissem os Titulos do Costume, e q' se registrasse o Diploma do mencionado Professor. [...] //fl.87f.

SeSSão Extraordinaria de 12 de Maio de 1834³⁵⁵

[...]

Leose hum Officio do P.^e Superior da Serra sobre o M.^e de 1^{as} Letras de Inficionado informando a esta Camara o tempo em q' entrou, e sahio da quelle Collegio o mencionado M.^e <o qual era> o que <de 1 anno, hu' mes e 15 dias>

posto a discussão resolveose enviar ao Governo todos os p^o esclarecimentos a respeito do mencionado Mestre p^a darse cumprimento a determinação do mesmo Governo, q' exegia informações desta Camara sobre a frequência do mesmo da quelle Professor no exercício do seu emprego. [...] //fl.84f.

[...]

Sendo presentes os Snrs' Francisco Serillo Ribeiro Sousa e

Francisco Jose da Cunha Vianna, a qude p^a prestar juram^{to} de Professor Publico de Grammatica Franceza apresentando o dito seu Diploma, eeste como Pro^{co} de Bento J^e da Silva Costap^o tomar posse e juram^{to} de Inspector de Quarteirão do Districto do Pinheiro: foraõ ~~admitidos~~ e juramentados esse resolveo q' se expediSsem os titulos do costume e q' se registrasse o Diploma do mencionado ProffeSsor. O Snr' Miranda indicou q' senaõ se pagaSsem as custas no ProceSso sobre Posturas, entre o Fiscal, e Pro

1 <emq' fora condemnado pela junta de Pas [achado] porter ella achado>

0 Henrique Lebet poss^a <sobre secretario> de [?] do ProceSso e assim se resolveo. O

³⁵⁵. MARIANA, AHCMM. "6^a SeSSão Ordinária de 19 de Abril de 1834 na qual toma posse o professor de 1^{as} Letras o Padre Manoel Bitancour Godinho". Mariana, 19 de Abril de 1834. Códice 641. *Atas das Sessões da Câmara*. Folhas 84 frente a 84 verso. Transcrito em 28 de Fevereiro de 2008.

Snr'
Miranda indicou q' se officiasse ao Juiz de Paz da Passagem fê^azendo lhe
ver q' existe entulhado o cam^o q' vem de Bento Leitep.^o d Passagem e^q²
na Xacara do Francez An^o Bollen, e q' se repussera na forma da Postura
1 no seo [a---] estado por ser da servidaõ Publica, e q' posto a discussaõ
5 assim se resolveo. OSnr' Miranda indicou q' se por Editaes a exis
tencia das aulas no Seminario desta Cid.^e eaSsim se resolveo. [...] //fl.84v.

SeSsaõ Extraordinaria de 2 de Junho de 1834³⁵⁶

[...]

05 Leose hum Requerimento do Proffessor de 1^{as} Letras da Barra
do Bacalhão apprezentando hum Despacho da Ex^{ma} Prezi
dencia, authorizando a Camara p^a approvar o Substituto
por elle nomeado. = a ComiSsaõ do Snr' Novaes p^a informar
sobre o mencionado Substituto.
[...] //fl.88v.

SeSsaõ Extraordinaria de 22 de Junho de 1834³⁵⁷

[...]

05 Aberta a
SeSsaõ o Snr' Prezid^e diSse q' o objecto principal de convocar
a Camara era juramentarse ao P^e Jose deSouza RouSen
nomeando Substituto p^a a aula de Filosofia desta Cid^e
apprezentando o mesmo a Camara hum Despacho do Ex^{mo}
Vice Prezid^e q' o approvava, e estando presente foi lhe defferido
10 o Juramento na forma da Lei e resolveose q' fosse registrado
o Despacho e q' se passasse o Edital q' fizem constar nesta
Cid^e asua posse ejuramento.

[...]

O Snr' Novaes encarregado //fl. 89v.
de dar o seo parecer – sobre a nomeação do Substituto feita pe
lo Proffessor da Barra do Bacalhão deSse ser o nomeado
05 digno de toda a Consideraçãõ e mui capaz p^a o emprego p^a
o q^l fora apprezentado, e sendo este parecer posto a discussãõ
foi approvado, eresolveose q' foSse chamado a juramento o
Substituto.
[...] //fl.90f.

5^a SeSsaõ Ordinaria de 11 de Julho de 1834³⁵⁸

³⁵⁶. MARIANA, AHCMM. “Sessão Extrardinária de 2 de Junho de 1834 na qual lê-se um requerimento do professor de 1^{as} Letras da Barra do Bacalhau para lhe aprovarem suplente”. Mariana, 2 de Junho de 1834. Códice 221. *Atas das Sessões da Câmara*. Folha 88 verso. Transcrito em 27 de Fevereiro de 2008.

³⁵⁷. MARIANA, AHCMM. “Sessão Extrardinária de 22 de Junho de 1834 na qual se nomeia o professor de Filosofia padre Jose de Souza Roussin como vereador e discuti-se a nomeação de professor substituto para a Barra do Bacalhau”. Mariana, 22 de Junho de 1834. Códice 221. *Atas das Sessões da Câmara*. Folhas 89 verso e 90 frente. Transcrito em 27 de Fevereiro de 2008.

[...]

Quanto ao de S^m J^e do Xapoto
o 1^o de 1^{as} Letras não esta pro
vida foi por não haver q^r a ella se oppuzesse [...] //fl.89f.

2^a SeSsaõ Ordinaria de 8 de Julho de 1834³⁵⁹

[...]

05 Leose Outro Officio da mesma Presidencia determinando o tempo
em q' se deveriaõ fazer os exames Publicos dos Alunos de 1^{as} Le
tras e ordenando o Camara fizeSse constar aos Juizes dePaz
e Professores do seo Termo os tempos designados p^a os referidos
exames e posto a discuSsão resolveo Officiarse aos Juizes de Paz
p^a se entenderem com os Professores Publicos
[...] //fl.93v.

SeSsaõ Extraordinaria de 22 de Junho de 1834³⁶⁰

[...]

05 Prezid^e declarou aberta aSeSsaõ e disse q' o objecto prenci
pal de convo car a Camara era o juramentarse ao
Reverendo Joze de Souza Roussin nomeado Substituto p^a a
aula de Filosofia desta Cid.^e e lendose o Requerim^{to} do
Professor da mencionada cadeira de Philosophia feito ao
Ex^{mo} Vice Prezid^e da Provincia propondo p^a Substituto ao referi
do P^e J^e de S^a Roussin se resolveo q' selhe desse o juram^{to} e
10 poSse, e estando presente tomou poSse, juram^{to} <e q' se expedisse Edital>
[...]
O Snr' Vereador Novaes encarregado de dar oseo parecer sobre
a nomeaçãõ do Substituto feita pelo Professor da Barra do
Bacalho, disse q' sabia ser o nomeado digno de toda a consi
15 deraçãõ e mim capas p^a o Cargo já se q' fui nomeado, e esto
posto a discussãõ foi approvedo o se vencio q' foSse chamado
o Substituto p^a prestar juram^{to} de poSse.
[...] //fl.87f.

1^a Sessaõ Ordinaria de 10 de 9br^o de 1834³⁶¹

³⁵⁸. MARIANA, AHCMM. “5^a SeSsaõ Ordinária de 11 de Julho de 1834 na qual se discute a falta de professor em São Sebastião do Xapotó”. Mariana, 11 de Julho de 1834. Códice 641. *Atas das Sessões da Câmara*. Folha 89 frente. Transcrito em 29 de Fevereiro de 2008.

³⁵⁹. MARIANA, AHCMM. “2^a Sessão Ordinária de 8 de Julho de 1834 na qual se discute os exames de professores públicos deste Termo”. Mariana, 8 de Julho de 1834. Códice 221. *Atas das Sessões da Câmara*. Folha 92 verso. Transcrito em 27 de Fevereiro de 2008.

³⁶⁰. MARIANA, AHCMM. “SeSsaõ Extraordinária de 22 de Junho de 1834 na qual toma posse o professor de 1^{as} Letras o reverendo Jose e Souza Roussin”. Mariana, 22 de Julho de 1834. Códice 641. *Atas das Sessões da Câmara*. Folha 87 frente. Transcrito em 29 de Fevereiro de 2008.

³⁶¹. MARIANA, AHCMM. “1^a Sessão Ordinária de 10 de Novembro de 1834 na qual o vereador Cipriano Celestino de Figueredo justifica sua ausência nesta sessão por não encontrar substituto para

[...]

Leose hum Officio
do Cidadão Ciprianno Celestino de Figueredo, participando a
05 Camara 1º que não podia assistir a Sessão Ordinaria
d' Agora por não ter quem o substituisse no seu Emprego
de Mº de 1ªs Letras. [...] //fl.107f.
[...]

O Snrº Bhering indicou que se nomeasse a Comissão
de revista da Prisoens conforme a Lei, e foram nomeados //fl.108v.
o Snrº Capºm Lucindo Pereira dos Passos Capºm Vicente Moutinho
Moraes Pº Mº Miguel Archanjo da Encarnação
Manoel Duarte Firmino, e Cirurgião Mor Caetano Jº
05 Cardoso esse lhes marcou o dia 11 pª mencionada [E---]
[...]

3ª= que o Secrº revendo o Livro dos Juramentos
informasse quantas escolhas das 1ªs Letras ha providas
no Municipio o nome dos Mestres, e o assento das Escolhas
[...] //fl.109v.

2ª Sessão Ordinária de 11 de 9brº de 1834.³⁶²

[...]

Outro Off.º do Exª Vice Presidencia em resposta a hum des
05 ta Camara, em que pedia mandasse satisfazer as des
pezas feitas pelo Professor de 1ªs Letras desta Cidª com os
utencilios pª a mesma escola, fazendo ver que se expedio
ao Thezourero Provincial a compª ordem pª este fim
= Inteirada
[...] //fl.104v.

5ª Sessão ordinaria de 14 de 9brº de 1834³⁶³

[...]

Outro do Juis de Pas de Inficionado do fazendo ver a
05 Camara, que em virtude do Officio da mesma, e do
Vice Presidente da Provincia tinha feito ver ao Prof
feSSor de 1ªs Letras da quelle lugar, que não devia
demorar-se com os exames, conforme a Ley de

suas aulas de 1ªs Letras”. Mariana, 10 de Novembro de 1834. Códice 641. *Atas das Sessões da Câmara*. Folha 107 frente. Transcrito em 29 de Fevereiro de 2008.

³⁶². MARIANA, AHCMM. “2ª Sessão Ordinária de 11 de Novembro de 1834 na qual manda-se comprar os utencilios solicitados pelo professor e 1ªs Letras de Mariana”. Mariana, 11 de Novembro de 1834. Códice 641. *Atas das Sessões da Câmara*. Folha 104 verso. Transcrito em 29 de Fevereiro de 2008.

³⁶³. MARIANA, AHCMM. “5ª Sessão Ordinária de 14 de Novembro de 1834 na qual o professor de 1ªs Letras do Inficionado é advertido para não se demorar em seus exames e para colocar substituto em seu lugar”. Mariana, 14 de Novembro de 1834. Códice 221. *Atas das Sessões da Câmara*. Folhas 118 verso e 120 frente. Transcrito em 28 de Fevereiro de 2008.

tirrada
[...] //fl.118v.
8º appro
vado com o [ad ditam ento] do Sr Bhering
para que o Fiscal desta Cidade seja Sa
ber do Proffessor de 1^{as} Letras da mesma
qual a rasaõ por que des dias aesta par
te naõ tem dado Aula, devendo em seo
impedimento ter Substituto.
[...] //fl.120f.

5ª Sessão Ordinaria de 14 de 9br.º de 1834³⁶⁴

[...]
Outro do Juis de Pas
do Inficionado fazendo ver aCamara, q' em virtude doOffi-
cio do mesmo mes, e do Vice Presidente da Prov.^{cia} tinha feito ver
ao Proffessor de 1.^{as} Letras da quelle lugar, q' naõ devia de-mo-
rar-se com os Exames / conforme a Lei: Inteirada
[...] //fl.134f.

Sessão extraordinaria de 2 de 10br.º de 1834³⁶⁵

[...]
– Outro da Ex.^{ma} Presidencia ordenando aCa-
mara p^a que appresente té fim de Janeiro huma
Relaçãõ de todas as Aulas particulares de 1.^{as}
Letras, ou de Estudos maiores, que se acharem aber-
tos neste Municipio, com declaraçãõ do numero=
de alumnos, q' as frequentaõ, de ambos os sexos, p^a
ser presente aAssemblea Provincial; ReSolveo-se q'
se pidiSse adita Relaçãõ aos Juises de Paz, e Fiscaes.
[...] //fl.126f.

Sessão extraordinaria de 2 de 10br.º de 1834.³⁶⁶

[...]

³⁶⁴. MARIANA, AHCMM. “5ª Sessão Ordinária de 14 de Novembro de 1833 na qual o Juiz de Paz do Inficionado informa ao professor do mesmo destrito que não se demore nos exames”. Mariana, 14 de Novembro de 1833. Códice 701. *Atas das Sessões da Câmara*. Folha 134 frente. Transcrito em 25 de Fevereiro de 2008. (9ª numeração)

³⁶⁵. MARIANA, AHCMM. “Sessão Extraordinária de 2 de Dezembro de 1834 na qual a Câmara solicita aos fiscais informações sbre aulas particulares de 1^{as} Letras e Estudos Maiores”. Mariana, 2 de Dezembro de 1834. Códice 221. *Atas das Sessões da Câmara*. Folha 126 frente. Transcrito em 28 de Fevereiro de 2008.

³⁶⁶. MARIANA, AHCMM. “Sessão Extraordinária de 2 de Dezembro de 1834 na qual a presidencia da província pede a relação da aulas particulares de 1^{as} Letras de de Ensino Secundário de Mariana”. Mariana, 2 de Dezembro de 1834. Códice 641. *Atas das Sessões da Câmara*. Folha 90 frente. Transcrito em 29 de Fevereiro de 2008.

de-se pr^e como Odito Professoer de 1^{as} Letras –

[...] //fl. 1v.

[...]

O S^r Novaes indicou p^a q^o se fisesse ver a Providencia, q^o alicença concidida ao Professor de Philosophia desta Cid.^e P^e José Antonio Marinho tinha se findado – foi aprovado.

1^a Sessão Ordinaria de 12 de Janeiro de 1835³⁷⁰

[...]

= Outro do Juis de Pas

05

desta Cidade, sobre exame dos Professores das Cadr.^{as} de Retorica, Francez, e Philosophia, desta Cidade, acompanhado de huma participação do Professor de 1.^{as} Letras desta Cidade e resolveo s equanto aos 1^{os}, que fosse remettido ao S^r Rosario, q^{io} ao 2^o, que o Fiscal informasse, havendo-se 1^o, com o dito Professor de 1.^{as} Letras=

[...] //fl. 131v.

3.^a Sessão Ordinaria de 14 de Janeiro de 1835.³⁷¹

[...]

05

Leo-s ehum Officio do Juis dePas do Sumidor remettendo a rellação da escolla de 1.^{as} Letras da quelle Distr.^o ealunos, q^o afrequentaõ, bem como uma Rellação don^o de seos Officiaes de Justiça nos [anunte] propositos, e participando, que fica vaõ avisados porem Tomar posse, e Titulo, epe dindo asua escusa de Juis dePas dom^{mo} Distr.^o

[...] //fl. 135f.

05

Leo se oparecer do Fiscal desta Camara , em que commonicara amesma, queindo aCasa do Profissor de 1.^{as} Letras desta Cidade João M.^a Miz^o, econvencendo o p^r maneira dovir, [eper Tuaria] as, q^o om^{mo} continuasse com a escolla ainda p^r meio de hum Substituto, naõ foi possivel convencello, respondendo-lhe decididamente q^o queria asua demiSsaõ, pela q^o já tinha Requerido ao Ex^{mo} Presidente no dia sabado passado resolveose que fosse remettido a Ex^{ma} Presidencia

10

³⁷⁰. MARIANA, AHCMM. “1^a Sessão Ordinária de 12 de Janeiro de 1835 na qual se discute sobre os professores de Filosofia, Francês e Retórica de Mariana”. Mariana, 12 de Janeiro de 1835. Códice 221. *Atas das Sessões da Câmara*. Folhas 131 verso. Transcrito em 28 de Fevereiro de 2008.

³⁷¹. MARIANA, AHCMM. “3^a Sessão Ordinária de 14 de Janeiro de 1835 na qual se pede a relação das escolas de 1^{as} Letras do Sumidouro; na qual o mesmo participa a camara sobre seu estado de saúde e pede substtuto”. Mariana, 14 de Janeiro de 1835. Códice 221. *Atas das Sessões da Câmara*. Folhas 135 frente e 135 verso. Transcrito em 28 de Fevereiro de 2008.

15 Leos e um Requerimento do Professor, acima referido par
ticipando os eo estado deSaude, epedindo aCam^a p^a con
ceder-lhe um Substituto, durante asua infermi
dade, p^a oq' offerecia ao Ten^e Gabriel Gomes Pinhr^o,
20 resolveose que tivesse om^{mo} destino, naõ sendoapp
os sibs tituto pela sua inefficiencia – Dous
dos Professores de Retorica, e Frances desta Cidade
participando terem aberto as suas respecti
vas aulas no dia 12do corr^e, eremettendo o Mapa
de seos alunos. q^{to} a 1^a p^{te}, rezolveo, e q' ficava in
tr^a, q^{to} a 2.^a q' fosse a Presidencia

4^a Sessão Ordinaria de 15 de Janr.^o de1835³⁷²

[...]
Outro do Juis de Pas da PaSsagem participando
existir uma aula particular de 1^{as} Letras no seo
Destr^o, com 12 alunos enomiando para Officiaes
05 de Justiça do seo Destr.^o aos seg^{ues} = Thomas daFrança
Francisco Luis Pacheco Pae, dito filho, Agostinho
Ferr^a dos Santos, e Bento José Suares, ep^r Escr^m dono
Juiz a José Miz' Fre' Coelho _ resolveo se q^{to} ao 1^o,
10 fosse oSecr^o p^r seguir adestino deSim^{es}, aq^{ta} a 2^a, q'
fuavaõ app^o, eq' o Juis os mandaSse vir p^r prestarem
juram^{to} [...] fl. 5f.

[...]
Leose hu' officio do Juis dePas deAntonio
Per^a participando haver no Seo Destr^o uma Aula Pu
blica de 1^{as} Letras porem que desde oanno de1832 se
05 achar sem a [--]tencia do Mestre, enomando p^r officiais
da J.^{ta} a Joaõ da S.^a Aguiar Francisco Dias Carioca, e
Francisco José da Silva, e participando telos avisado p^r vi
rem se juramentar, resolveo-se q^{to} a Aula, q' fosse o Officio
guardado na Secr^a, eq^{to} aos Officiaes, q' ficavaõ app^s, tendo
o Segundo pcomparecido, e prest^o od^o juram^{to}.
[...] //fl. 5v.

4^a Sessão Ordinaria de 15 de Janeiro de1835³⁷³

[...]

Outro do Juis
de Pas da Passagem, par ticipando existir huma

³⁷². MARIANA, AHCMM. “4^a Sessão Ordinária de 15 de Janeiro de 1835 na qual o Juiz de Paz de Passagem informa sobre a existência de aulas particulares de 1^{as} Letras em seu Distrito; ainda é posto em pauta, o officio do Juiz de Paz de Antonio Pereira sobre a ausência de professor para as aulas públicas de 1^{as} Letras em seu Distrito”. Mariana, 15 de Janeiro de 1835. Códice 165. *Atas das Sessões da Câmara*. Folhas 005 frente a 005 verso. Transcrito em 4 de Março de 2008.

³⁷³. MARIANA, AHCMM. “4^a Sessão Ordinária de 15 de Janeiro de 1835 na qual se discute sobre aulas particulares de 1^{as} Letras em Passagem”. Mariana, 15 de Janeiro de 1835. Códice 221. *Atas das Sessões da Câmara*. Folhas 136 verso e 137 frente. Transcrito em 28 de Fevereiro de 2008.

05 | Aula p.^{ar} de 1^{as} letras no Seo Distr.^o com 12 alunos, eno
meando para officiaes de Justiça do m.^{mo} Distr.^o aos se
guintes = Justino Suares de Menezes – Ildefonço de
Oliveira Leite – Thomas da França – Francisco
Luis Pacheco, dito, filho. Agostinho Ferreira dos San
10 | tos, e Bento José Suares, e para Escrivão do m.^{mo} Jui=
zo a Jaci^o Miz’ Frz’ Coelho; resolveose e quan
to a 1^a parte, q’ fosse o Secr^o p^a seguir om^{mo} – destino
de Sem^{es}, eq^{ta} a 2^a, q’ prestaram Juramento, p^r officio, ten=
15 | do os dous primeiros comparecendo, e prestando
juramento.
[...]
Leose hum offi
cio do Juis de Pas de Antonio Pereira, par
ticipando haver no seo Destr.^o huma Aula //fl. 136v.
Aula Publica de 1^{as} Letras, porem q’ desde o anno de
1832 sem assistencia= do Mestre; enomeando para
officiaes de Justiça a joaõ da Silva Aguiar, Fran
cisco Dias Carioca, e Francisco Jose da Silva e fasendo
05 | ver q’ os avisara p^r virem prestar juramento; resol=
veraõ app^s, tendo o segundo comparecido, e prestado
Juramento - [...] //fl. 137f.

6^a Sessão Ordinaria de 17 de Janr.^o de 1835³⁷⁴

[...]
Hu’ Officio do Substituto de Philosophia desta Cidade,
pedindo apa digo acompanhado do Mappa de seos
Alunnos = aomesmo destino de outros Sim^{es}=
[...] //fl. 9f.

7^a Sessão Ordinaria de 18 de Janeiro de 1835/³⁷⁵

[...]
Leose hum officio do Ex^{mo} Presidente datado de 16
do corrente, acompanhado de hum do Substi
05 | tuto de Philosophia desta Cidade, mandando
informar sobre este, eos demando, q’ se declare se os
estudantes que actualmente freuquentã
adita Aula mostaõ aproveitamento – pos
to em discuSsaõ o S^r Bhering appresentou
10 | oesboço de hum officio que deve ser dirigido
em Resposta ao mesmo, participando o citado da

³⁷⁴. MARIANA, AHCMM. “6^a Sessão Ordinária de 17 de Janeiro de 1835 na qual o professor substituto de Fhloophia desta Cidade apresentou o Mapa de seus alunos”. Mariana, 17 de Janeiro de 1835. Códice 165. *Atas das Sessões da Câmara*. Folha 009 frente. Transcrito em 4 de Março de 2008.

³⁷⁵. MARIANA, AHCMM. “6^a Sessão Ordinária de 17 de Janeiro de 1835 na qual se pede ao professor de Filosofia de Mariana envia à Câmara mapa de seus alunos que mostrem maior aproveitamento”. Mariana, 17 de Janeiro de 1835. Códice 221. *Atas das Sessões da Câmara*. Folhas 140 verso. Transcrito em 28 de Fevereiro de 2008.

| mesma Aula – foi aprovado, e envista
| do L^{vo} de Registros
| [...] //fl.140v.

| **6ª Sessão Ordinaria de 17 de Janeiro de 1835.**³⁷⁶

| [...]

| – Ao Sr Souza //fl. 139v.

| Hum officio do Professor Substituto de Philosophia des
| ta Cidade, acompanhado do Mappa deseos alunos=

| [...] //fl.140f.

| **7ª Sessão Ordinaria de 18 de Janeiro de 1835**³⁷⁷

| [...]

Leo se um Officio, datado de 136 de Janeiro <corr.e>, do Ex^{mo} Presid^e de Prov^a
acompanhado de hum do Substituto de Philosophia desta Ci

05

dade mandando informar sobre o mesmo, declarando se

os Estudantes, q' actualmente frequentaõ adita aula

mostraõ aproveitamento <posto em discussãõ> – eo Senr' Bhering apresentou

oesboço de hum officio q' dee ser dirigido em Resp.^{to}

mo participando o estado da^{ma} aula

aom^m o q^l foi app– //fl. 11f.

| **Sexta Sessão Ordinaria de 18 de Janeiro de 1835**³⁷⁸

| [...]

| Outra do Reverendo Candido Joaquim da

Rocha, pedindo a Camar^a, p^r que esta atteste so

05

bre o tempo em que om^{mo} tem exercido o Em

prego de Professor de 1^{as} Letras do Arr^{al} do //fl.195v.

Forquim foi deferido

| [...] //fl.196f.

| **Officio dirigido a Prudencia sobre**
| o Substituto ^{desta aula de Philoso}
| **phia desta Cidade= datado de 19**
| **de Janeiro de 1835** /³⁷⁹

³⁷⁶. MARIANA, AHCMM. “6ª Sessão Ordinária de 17 de Janeiro de 1835 na qual o professor de Filosofia de Mariana envia à Câmara mapa de seus alunos”. Mariana, 17 de Janeiro de 1835. Códice 221. *Atas das Sessões da Câmara*. Folhas 140 frente. Transcrito em 28 de Fevereiro de 2008.

³⁷⁷. MARIANA, AHCMM. “7ª Sessão Ordinária de 18 de Janeiro de 1835 na qual o professor substituto de Philosophia desta Cidade apresentou a Câmara o estado em que andam duas aulas; Bhering apresenta um esboço do que deve ser enviado ao Presidente de Província a este respeito”. Mariana, 18 de Janeiro de 1835. Códice 165. *Atas das Sessões da Câmara*. Folha 011 frente. Transcrito em 4 de Março de 2008.

³⁷⁸. MARIANA, AHCMM. “Sexta Sessão Ordinária de 18 de Janeiro de 1836 na qual o Reverendo Candido joaquim da Rocha, pedia Câmara atestação do tempo em que foi professor de 1^{as} Letras em Furquim”. Mariana, 18 de Janeiro de 1836. Códice 221. *Atas das Sessões da Câmara*. Folhas 195 frente e 195 verso. Transcrito em 28 de Fevereiro de 2008.

05 [...] Em Satisfação a Portaria datada de 16 de corrente – A Camara Municipal, da Leal Cidade de Marianna – tem a honra de informar a Vossa Excelência que a Aula Publica de Philosophia desta Cidade estabelecida no Seminario Episcopal não tem [?]
10 pro dudir os beneficios, que della se esperaõ, por isso mesmo, que os muito pouco tempo foi instaurada nesta Cidade, Ser vindo de base a esta Assersão o nº de 13 Alunos, que se achão matriculados, para este anno, quando nos //fl.14f. quando nos Seis mezes ultimos só existiraõ 3= accrescendo
15 que o Padre José de Souza e Silva Roussim promove des impenhar este Emprego, pela Sua actividade, Zello, e intelligencia Por esta **ouasão Cena** a Camara ao conhecimento de Vossa Excelencia as meSmas rellações, que lhe foraõ remetidas pelos Professores de Latim – Francez – Retorica – e Philosophia contendo o numero dos Alunos, que se achão Ma
20 triculados para este anno Deos *garde* a Vossa Excelência Marianna em Sessão Ordinaria de 19 de Janeiro de 1835 = *Illustrissimo, e Excelentissimo Senhor An* toneo Panheiro Limpo de Abreu, Presidente desta Provincia [...] //fl. 14v.

Sessão Extraordinaria de 24 de Janeiro de 1835.³⁸⁰

05 [...] Outro do Professor Publico de 1.^{as} Letras desta Cidade offerendo para o substituir na respectiva Cadeira ao P.^c Joze Lopes da Cruz, pelo tempo de sua enfermidade, com hum Despacho do Ex.^{mo} Presidente, no qual ordena a Cam.^a que informe atal resp.^{to} resolveo se aprovar o Substituto oferecido, e que se officiasse a Ex.^{ma} Prezid.^a participando lhe cito m.^{mo} [...] //fl.143f.

Officio a Excelentissima Presidencia, informando-a da indoneidade do Padre Joze Lopes da Cruz para o Cargo de Substituto do Professor de 1.^{as} Letras desta Cidade. João Maria Martinz³⁸¹

³⁷⁹. MARIANA, AHCMM. “Officio dirigido a Prudencia sobre o [Subtichito] desta aula de Philosophia desta Cidade datado de 19 de Janeiro de 1835”. Mariana, 19 de Janeiro de 1835. Códice 223. *Registo de officios expedidos pela Câmara*. Folhas 14 frente. Transcrito em 22 de Fevereiro de 2008.

³⁸⁰. MARIANA, AHCMM. “Sessão Extraordinária de 24 de Janeiro de 1835 na qualo professor público de 1.^{as} Letras, José Lopes da Cruz pede substituto para o tempo em que ficará ausente”. Mariana, 24 de Janeiro de 1835. Códice 221. *Atas das Sessões da Câmara*. Folhas 143 frente. Transcrito em 28 de Fevereiro de 2008.

³⁸¹. MARIANA, AHCMM. “Officio a Excelentissima Presidencia, informando-a da indoneidade do Padre Joze Lopes da Cruz para o Cargo de Substituto do Professor de 1.^{as} Letras desta Cidade”. Mariana, 28 de Janeiro de 1835. Códice 223. *Registo de officios da Câmara*. Folhas 17 frente.

ACamara Municipal da Leal Cidade de Marianna em cumprimento ao respeitavel Despacho de Vossa Excelencia exarado no requerimento de Joaõ Maria Martins Professor Publico de 1^{as} Letras desta Cidade, em que offerece para o substituir durante a sua enfermidade na re ferida Cadeira ao Padre Joze Lopes da Cruz, tem ahonra de informar a Vossa Excelencia que o Substituto offerecido tem as qualidades necessarias para o bom dezempenho do mesmo Magisterio. Deos Guarde aVossaEx.^a Mn^a aos 28 de Janeiro de 1835 = Illustrissimo Senhor Antonio Paulino Limpo de Abreu Prez^e desta Provincia //fl. 17f.

Sessão Extraordinaria de 31 de Janeiro de1835³⁸²

[...]

05 | Leo se hum Requerimento do Professor Publico de 1.^{as} Letras do InfiS.^o dirigido a Ex.^{ma} Presidencia offerecendo p^r oSubstituir na quella Cadeira á Manoel Corr^a Burgos, e em comprimento ao Desp.^o da Ex.^{ma} Presidencia no mesmo exarado; resolveoSe approvar ao Substituto afferindo, eque isto m.^{mo} se comunicasse aoPresid^e [...] //fl.144f.

Sessão Extraordinaria de 9 de Fevereiro de1835³⁸³

[...]

05 | Compareceo o Cidadão P^e José Lopes daCruz, e pres tou Juramento na qualidade de substituto do Professor P. de1.^{as} Letras desta Cid^e, na Com formidade do Despacho da Ex.^{ma} Presidencia de 21 de Janeiro do corrente, eresolveo- se que se fizesse publico, na forma do costume [...] //fl.144f.

Sessão Extraordinaria de 17 de M.^{co} de 1835.³⁸⁴

[...]

2^o M^e

Transcrito em 22 de Fevereiro de 2008.

³⁸². MARIANA, AHCMM. “Sessão Extraordinária de 31 de Janeiro de 1835 na qual se nomeia o senhor Manoel Correia Burgo como substituto do professor de 1^{as} Letras do Inficionado”. Mariana, 31 de Janeiro de 1835. Códice 221. *Atas das Sessões da Câmara*. Folhas 144 frente. Transcrito em 28 de Fevereiro de 2008.

³⁸³. MARIANA, AHCMM. “Sessão Extraordinária de 9 de Fevereiro de 1835 na qual toma posse o senhor Manoel Correia Burgo como substituto do professor de 1^{as} Letras do Inficionado”. Mariana, 9 de Fevereiro de 1835. Códice 221. *Atas das Sessões da Câmara*. Folhas 144 verso. Transcrito em 28 de Fevereiro de 2008.

³⁸⁴. MARIANA, AHCMM. “Sessão Extraordinária de 17 de Março de 1835 na qual o Mestre Manoel Duarte ferreira é nomeado para servir de Juiz Municipal sempre que este estiver empedido”. Mariana, 17 de Março de 1835. Códice 165. *Atas das Sessões da Câmara*. Folha 013 frente. Transcrito em 4 de Março de 2008.

05 | M.^{el} Duarte Ferreira, que prestou Jur am^{to} p^a ser
| vir naõ só nesta, como em todas as causas daCa
| m^a em q' e' mpedido o actual S^r Juis M.^{al}
| [...] //fl. 13f.

05 | **Officio ao Presidente da Provincia informando-o do
| Númenro de alumnos que frequentaõ as Aulas de
| Francez, Latim, Rethorica, e Filosofia, suas idades
| Naturalidades [?] e que os Professores ~~que~~ tem cum
| prido Seus deveres.**³⁸⁵

A Camara Municipal da Leal Cidade de Marianna, acuzo //fl. 26v.
o recebimento da Portaria de Sua Excelencia datado do
corrente, em a qual ordena a mesma informe; 1º Quantos Alun
10 | nos Se matricularaõ no presente anno nas Aulas de Latim
| Francez Filosofia, e Rethorica, estabelecidas no Seminario desta
| Cidade, com eclairaçã de Seus nomes, idades, e naturalidades=
| 2º Se os respectivos Professores tem cumprido Seus deveres
| ACamara em cumprimento ao Artigo 1º envia aVossa Excelencia os Map-
15 | pas, que exigio dos 4 Professores, dos quaes Se college o numero
| de Alumnos, Seus nomes, idades, e naturalidades, e quanto ao 2º
| informa aVossa Excelencia qe os respectivos Professores tem dezempenhado
| seus deveres = Hé o quanto aCamara tem a honra de levar
| ao conhecimento de Vossa Excelencia, o que naõ cumprio prontamente por
20 | ser retardada a entrega da Portaria referida.
| Deus Guarde aVossa Excelencia por muitos annos. Paço daCamara Municipal
| de Marianna aos 31 de Março de1835
| Ao Illustrissimo e Excelentissimo Senhor Antonio Paulino Limpo de Abreu : Vice
| Presidente desta Provincia = Honorio Joze Ferreira Armande = Joze
| Carvalho de Souza = Manoel Francisco Damasceno = Agostinho
25 | Izidoro do Rozario = Antonio Julio de Souza Novaes = Custodio Joze
| Coelho Pinto.
| [...] //fl. 27f.

| **1ª Sessão Ordinaria de 11 de Maio de 1835**³⁸⁶

| [...]

05 | Hu' Off.º do Professor
| P. de 1.^{as} Letras desta Cidade participando, que ha
| vendo se restabelicido dos incomodos, q' occasio

³⁸⁵. MARIANA, AHCMM. "Officio Officio ao Presidente da Província informando-o do Número de alunos que freqüentão as Aulas de Francez, Latim, Rethorica, e Filosofia, suas idades naturalidades [?] e que os Professores que tem cumprido seus deveres". Mariana, 31 de Março de 1835. Códice 223. *Registo de ofícios da Câmara*. Folhas 27 frente. Transcrito em 22 de Fevereiro de 2008.

³⁸⁶. MARIANA, AHCMM. "1ª Sessão Ordinária de 11 de Maio de 1835 na qual foi presente um officio do professor público de 1^{as} Letras de Mariana dizendo que já havia se reestabelecido de seus incomodos e voltara a suas funções desde o dia 6.". Mariana, 11 de Maio de 1835. Códice 221. *Atas das Sessões da Câmara*. Folhas 150 frente. Transcrito em 28 de Fevereiro de 2008.

naraõ a substituiçã da cadr^a referida, pertendia
continuar no exercicio da mesma, em odia 6
do corr^e= inteirada.
[...] //fl.150f.

1ª Sessão Ordinaria de 11 de Maio de 1835.³⁸⁷

[...]

05 Outro do Professor de 1.^{as} Letras desta Cid^e João M^a Miz' participan
do aesta Cam^a, q' tendo se reestabelecido dos seus encomodos, que
anunciaraõ a substituiçã da Cadr.^a pretendida conformar
no exercicio da mesma em o dia 6 do corr.^e – Inteirada
[...] //fl.143f.

4ª Sessão Ordinaria de 14 de Maio de 1835.³⁸⁸

[...]

05 Outro do Juis de Pas de Catas com data de 25 de Janeiro do corr.^e
accuzan–
do orecebim.^{to} de tres Off^{os} desta Camara, e em comprim^{to} aos mesmo
participa, q' q^{to} ao [...] 2º, q' só existe uma Aula de 1.^{as} Letras em seo Destr^o
[...] //fl. 15f.
[...]
Hum Reg^{to} de Joaõ M^a Miz' apresentando aduvida [?] q'
<sustentaraõ> ocorrerã na Thezouraria sobre o pagam^{to} dos moveis con
utencilios p^r organizaçã da Escola de 1.^{as} Letras desta Cid.^e epi //fl.15v.
dindo a Cam^a p^a p^r meio de seo Pro^{cor} exiga este pagam^{to}:
resolveo-se que se participasse ao Pro^{cor} ordenando – Ne
esta exigencia.
[...] //fl. 16f.

5ª Sessão Ordinaria de 15 de Maio de 1835³⁸⁹

[...]

05 Outra do Juz de Pas do
Mello expondo a necessidade de huma Aula de 1.^{as}
Letras no seo Districto, cuja falta occasiona não ter
nem q^m sirva de Escrivã no Juizo , e que ser

³⁸⁷. MARIANA, AHCMM. “1ª Sessão Ordinária de 11 de Maio de 1835 na qual o professor José Maria Martins informa que já se recuperou de seus encomodos e pede a substituição da cadeira de 1.^{as} Letras”. Mariana, 11 de Maio de 1835. Códice 701. *Atas das Sessões da Câmara*. Folha 143 frente. Transcrito em 25 de Fevereiro de 2008. (9ª numeração)

³⁸⁸. MARIANA, AHCMM. “4ª Sessão Ordinária de 14 de Maio de 1835 na qual o professor João Maria Martins apresenta adívida com o pagamento dos moveis e utencilios para sua escola de 1.^{as} Letras”. Mariana, 14 de Maio de 1835. Códice 165. *Atas das Sessões da Câmara*. Folhas 015 frente a 016 frente. Transcrito em 4 de Março de 2008.

³⁸⁹. MARIANA, AHCMM. “5ª Sessão Ordinária de 15 de Maio de 1835 na qual o Juiz de Paz de Mello solicita a criação de aulas de 1.^{as} Letras em seu Destr^o”. Mariana, 15 de Maio de 1835. Códice 221. *Atas das Sessões da Câmara*. Folhas 158 frente. Transcrito em 28 de Fevereiro de 2008.

ves-se com vir interinamente – resolveose que
Se lhe officie para mandar esse m.^{mo} interino pres
tar Juramento –
[...] //fl.158f.

**Copia do Officio dirigido ao Procurador da Camara acerca
do pa**

**Gamento ao Professor Publico de 1^{as} Letras desta
Ci
dade dos moveis, e outencilhos³⁹⁰**

05

10

ACamara Municipal desta Cidade em Sessão Ordinaria de 14 de
Maio do mez *proximopassado* resolveo, que se autorizasse a *Vossa merce*
para exigir do *Senhor Inspector da Thezouraria* desta
Provincia a *quantia* de 71:620Reis para Serem entregues
ao Professor Publico de 1^{as} Letras desta Cidade João Maria Martinz
que este desfundio com os moveis e outencilhos para a
ditta Aula, podendo *Vossa merce* dar a competente Licita
ção *Deos Guarde aVossa merce* Paço daCamara Municipal 1º de Junho de
1835. *Illustrissimo Senhor Procurador da Camara* Bernardo
Pinto Monteiro – O Presidente Armande, o *Secretario* Pinto
[...] //fl. 27f.

Sessão Extraordinaria de 20 de Junho de 1835³⁹¹

[...]

05

Leraõ-se dous off^s do Delegado do 2º Circulo Leterario
desta Provincia exigindo daCam.^a huma Rellação das Escollas de
1.^{as} Letras particulares deste Municipio – reSolveo-se que
o Secretario satisfizesse aestas exigencias, com o q' houver na Secretaria,
eq' havendo falta de participaçã do n.º das Escolas , apurar deSer
pedido p^r veses aos Fiscaes, aSsim se lhe comunicasse, p^r officio.
[...] //fl. 70f.

Sessão extraordinária de 20 de Julho de 1835.³⁹²

[...]

05

Leraõ-se dous off.^{os}
do Delegado do 2.º Circulo Leterario desta Provincia
exigindo daCam.^a huma Rellação das Escolas de 1.^{as}
Letras particulares deste Municiepo Resolveo-se //fl. 169f.

³⁹⁰. MARIANA, AHCMM. “Cópia do officio ao Prcurador da Camara acerca do pagamento ao professor público de 1^{as} Letras desta Cidade dos moveis e autencilhos”. Mariana, 1º de Junho de 1835. Códice 223. *Registo de officios da Câmara*. Folhas 30 verso. Transcrito em 22 de Fevereiro de 2008.

³⁹¹. MARIANA, AHCMM. “Sessão Extraordinária de 20 de Julho de 1835 na qual o delegado do 2º Circulo Literário pede informações à Câmara sobre o número de escolas”. Mariana, 20 de Julho de 1835. Códice 165. *Atas das Sessões da Câmara*. Folha 070 frente. Transcrito em 4 de Março de 2008.

³⁹². MARIANA, AHCMM. “Sessão extraordinária de 20 de Julho de 1835 na qual se registra o pedido do delegado do 2º distrito litarário para o envio de relação das escolas de 1ª Letras”. Mariana, 20 de julho de 1835. Códice 221. *Atas das Sessões da Câmara*. Folha 169 frente. e 169 verso.

que o Secretario satisfaça outras exigencias com o que hou-
ver na Secretaria, e q̃ apenas de se haver pudido hm̃
quatro das custas nos Finais-lhes naõ tem conferi-
do, e que isto m.^{mo} se lhe communicasse [...] //fl. 169v.

Sessão Extraordinaria de 21 de Setembro de 1835³⁹³

[...]

05 Outro trans
mettindo o Edital em que se communica o Con-
curso e duas Cadeiras de 1^{as} Letras q' se achaõ
vagas, p^r se lhe ar incompetente publicação – as-
sim se resolveo – [...] //fl. 175v.

Sessão extraordinaria de 9 de 9brº de 1835³⁹⁴

[...]

05 Outro do Vereador Cipryanno Celestino Augusto de Figueredo
communicando naõ poder comparecer na m^{ma} Sessão p^r ser a Sua
ausencia prejudicial ao adiamento dos alumnos aseo Cargo,
como Proffessor Publico, em conceq^{ca} do q' pedia asua demiSsaõ
daquelle cargo – Ao S^r Damasceno
[...] //fl. 31f.

1ª Sessão Ordinaria de 5 de Outubro de 1835³⁹⁵

[...]

05 Outro do Ciprianno Celestino Augusto de Figueredo
Communicando naõ poder comparecer na
m^{ma} Sessão p^r ser a sua auzencia prejudicial
ao adiamento dos Alumnos aseo Cargo,
como Professor Publico, em confeas única
do que pedia a demiSsaõ daquelle Cargo.–
[...] //fl. 176v.

Sessão extraordinaria de 9 de 9brº de 1835³⁹⁶

³⁹³. MARIANA, AHCMM. “Sessão Extraordinária de 21 de Setembro de 1835 na qual se transmite o Edital para duas cadeiras de 1^{as} Letras que se acham vagas e prede-se para fazer a devida publicação”. Mariana, 21 de Setembro de 1835. Códice 221. *Atas das Sessões da Câmara*. Folhas 175 verso. Transcrito em 28 de Fevereiro de 2008.

³⁹⁴. MARIANA, AHCMM. “1ª Sessão Ordinária de 5 de Outubro de 1835 na qual o professor Cipriano Celestino Augusto de Figueredo justifica sua ausência à Câmara pelos encargos de seu emprego de professor”. Mariana, 5 de Outubro de 1835. Códice 165. *Atas das Sessões da Câmara*. Folha 031 frente. Transcrito em 4 de Março de 2008.

³⁹⁵. MARIANA, AHCMM. “Sessão Ordinária de 5 de outubro de 1835 na qual o professor público Cipriano Custodio Celestino pede escusa deste cargo para exercer o de vereador”. Mariana, 5 de outubro de 1835. Códice 221. *Atas das Sessões da Câmara*. Folhas 176 verso. Transcrito em 28 de Fevereiro de 2008.

³⁹⁶. MARIANA, AHCMM. “Sessão Extraordinária de 9 de Novembro de 1835 na qual o professor Henrique Brestes Philand juramenta-se no emprego de Professor Público de Francês de Mariana”. Mariana, 9 de Novembro de 1835. Códice 165. *Atas das Sessões da Câmara*. Folha 021

[...]
Compareceo o Cidadão Francez Henrique Brestus Fhiland'. Apresentou Juram^{to} doEmprego de Prfessor Publico daCadr^a deFrances desta Cidade.

[...] //fl. 21f.

SeSsaõ Extraordinaria de 9 de 9br.º de 1835³⁹⁷

[...]

Compareceo oCidadão Francez Henrique Brotus Fhiebem eprestou Juramen^{to} p^r o Emprego de Professor Publico da Cadeira de Francez desta Cidade.

[...] //fl. 181v.

Officio a Excelentissima Presidencia informando-a da Idoneidade do Tenente Manoel Correia Burgos para o Emprego de Substituto do Professor de 1^{as} Letras de Inficionado Manoel Correia Burgos Junior³⁹⁸

ACamara Municipal daCidade de Marianna em cumprimento ao Reputavel Despacho de *Vossa Excelencia* exarado no requerimento de Manoel Correia Burgos Junior Prfessor publico de 1^{as} Letras da Arreal de Inficionado deste Municipio, em que pede para o Substituir na mesma Cadeira pelos tempos apontados no mesmo Requerimento ao Tenente Manoel Correia Burgos, tem a informar a*VossaExcelencia* que o mesmo tem as qualidades neceSsarias para o bom desempenho da quelle Magistrado = DeusGuarde a*VossaExcelencia Marianna* de de 1835= *Illustrissimo* [?] *Excelentissimo Senhor* Antonio Paulino Limpo de Abreu Prezidente desta Provincia (Assigada aCamara)
[...] //fl. 17v.

Copia do Officio que a Excelentissima Presidencia Dirigio a Camara Municipal desta Cidade sobre a proposta de hum substituto aoProfessor de Rethorica desta Cidade³⁹⁹

frente. Transcrito em 4 de Março de 2008.

³⁹⁷. MARIANA, AHCMM. “Sessão Extraordinária de 9 de Novembro de 1835 na qual o cidadão Francez Henrique Brotus Fhiebem toma acento como professor público de Francês”. Mariana, 9 de Novembro de 1835. Códice 221. *Atas das Sessões da Câmara*. Folhas 181 verso. Transcrito em 28 de Fevereiro de 2008.

³⁹⁸. MARIANA, AHCMM. “Ofício a Excelentíssima Presidência informando-a da idoneidade do Tenente Manoel Correia Burgos para o emprego de Substituto do Professor de 1^{as} Letras de Inficionado Manoel Correia Burgos Júnior”. Mariana, ? de ? de 1835. Códice 223. *Registo de officios da Câmara*. Folhas 17 verso. Transcrito em 22 de Fevereiro de 2008.

³⁹⁹. MARIANA, AHCMM. “Cópia do ofício que a Excelentíssima Presidência da Província dirigio a Câmara Municipal desta Cidade sobre a proposta de um substituto ao professor de Retórica desta Cidade”. Mariana, 9 de Junho de 1836. Códice 223. *Registo de officios da Câmara*. Folhas 66 verso.

05 Ill.^{mo}, e Excelentissimo Senhor ACamara Municipal da Cidade de Ma^{na}
 accuza arecepção da Portaria de Sua Excelencia de 20 do
 mez proximo passado em que Sua Excelencia Ordena
 amesma, que proponha hum individuo
 10 na circunstancias de reger a Cadeira Publica
 de Rhetorica desta Cidade no impedimento
 do actual substituto o Padre José Ponssino Pose
 greiro e Silva: ao que a Camara tem a
 honra de Responder a Vossa Excelencia, que ella não
 15 conhece pessoa idonea para exercer este
 Emprego; mas Vossa Excelencia ordenou o que
 for servido. Deos Guarde a Vossa Excelencia m^s
 a^{os} Paço da Camara Municipal em 9 de
 Junho de 1836. = Illustrissimo, e Excelentissimo Senhor Doutor
 20 Na
 tonio da Costa Pinto – Vice Presidente desta
 Provincia = (Assignado a Camara)
 [...] //fl. 66v.

Relatorio⁴⁰⁰

Art.º 1.º //

05 26 // Nada tenho adiser Não tenho visto enfração de Cons-
 225 // tituição Os empregados, cumprem seus deveres.
 Pontes Esta Freg^a sendo populosa não sei q' má estrada apreSeque: não
 sendo habil haver hu' Profeçor que faça felis a imencidade
 de Almas que há, e por isso que seacha Suprimida
 10 Aqui tem neste Arraial seacha nas mesmas circunstancias
 que tenho, participado; Quinto a do B^o Casca ficou entregue sua
 construção, aurearó de T^c Joaq^m Joze da S^a pelo G^{al} Andre a
 quando Presid.^e da Prov^a: este Cidadão tem procurado pelos povos
 aquadjuvarem esta obra, ea Sua custa ja consertou aponte velha,
 emquanto melhore o tempo, p.^a começar a obra novam^t.^e eme
 15 parecia justo que a Ill.^{ma} Camara a este respeito seentendenSse
 com aquele Cidadão, que por seu Patriotismo desentereSsado, pode
 concluir, sem despender algum das rendas do Municipio, relevando
 m a Ill.^{ma} Camara este meu modo de pençar.
 Ponte nova 24 de 7br.^o de 1844
 Joaq^m dos S.^{tos} Fer^e
 20 Fiscal
 Estradas seachá tranzitaveis
 Santos Fer^e //fl. 58f.

Transcrito em 22 de Fevereiro de 2008.

⁴⁰⁰. MARIANA, AHCMM. "Relatório do fiscal da Ponte Nova, Joaquim dos Santos Fernandes sobre a situação em que se encontra o seu Distrito". Mariana, 24 de Setembro de 1844. Códice 640. *Misselânia*. Folha 58 frente. Transcrito em 4 de Março de 2008.

